

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Faculdade de Ciências e Tecnologia
Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente

**PARTICIPAÇÃO, INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NOS PROCESSOS DE DECISÃO
PÚBLICA**

O CASO DE ALQUEVA

Bárbara Cristina Lopes Morais da Cruz Tita Gomes Pinto

Dissertação apresentada na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa
para obtenção do grau de Mestre em Gestão e Políticas Ambientais

Orientador: Professora Doutora Lia Maldonado Teles de Vasconcelos

LISBOA

2003

AGRADECIMENTOS

O estímulo e ajuda prestados por amigos e entidades ajudaram-me de forma determinante na efectivação deste trabalho. Por esta razão, deixo um obrigado muito especial a todos quantos comigo colaboraram, nomeadamente:

À Professora Lia Vasconcelos, orientadora desta dissertação, quero expressar sincero reconhecimento e gratidão pelo acompanhamento constante, apoio, incentivo e compreensão demonstrados ao longo de todo o trabalho. A sua disponibilidade e espírito crítico foram fundamentais para que esta dissertação chegasse a bom termo.

À EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas de Alqueva pelo apoio institucional que me prestou.

Ao Dr. Manuel Lucas Estêvão, a quem agradeço o estímulo dispensado durante parte significativa deste trabalho.

Ao Luís Pinto, por todo o apoio ao longo deste trabalho, pela paciência e pela indispensável ajuda na revisão do texto final.

Ao Nuno Lecoq, pela generosa disponibilidade, apoio e incentivo constantes, mesmo nos momentos mais difíceis.

À Lília Fidalgo, pelas palavras sempre amigas, pelo estímulo, incentivo e pela enorme paciência durante este período.

À Ana Ilhéu agradeço a discussão de alguns aspectos parcelares e o não menos valioso apoio de baby sitter.

À Paula Sarmento, pelo apoio no desenrolar desta oportunidade de valorização profissional e pessoal.

Ao Raúl Caixinhas pela generosa recolha bibliográfica.

À Manuela Sousa e à Carla Morais pelo apoio e pela concepção do grafismo da capa.

Uma palavra de reconhecimento é devida ainda a todos os que, de modo desinteressado, ajudaram a superar as diversas dificuldades que foram surgindo no decorrer dos trabalhos.

Finalmente à minha família, pais e irmã, o permanente apoio dado desde o início e a acrescida compreensão na fase final, sem os quais não teria sido possível a conclusão do trabalho que agora se apresenta. Ao Luís uma palavra especial pelo esforço suplementar na duplicidade de desempenho da paternidade ao longo de todo este período. Ao Mário e ao Diogo que tudo fizeram para que, em algum momento, deixasse de ser mãe.

RESUMO

As barragens têm sido promovidas como um importante meio de atender a necessidades efectivas de água e energia e como investimentos estratégicos de longo prazo capazes de oferecer múltiplos benefícios.

O desenvolvimento regional, a criação de emprego e o fomento de novo tecido industrial ou ainda o turismo, são frequentemente referidos como objectivos adicionais a atingir com a construção de grandes barragens.

Os grandes investimentos envolvidos e os impactes gerados pelas grandes barragens provocam conflitos acerca da localização e impactes dessas infra-estruturas, tornando-se actualmente uma das questões mais controversas na área do desenvolvimento sustentável.

O Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva corresponde a uma aspiração com várias décadas. Ao longo de todos estes anos, foram expostas e controvertidas na comunicação social posições diversas a respeito de Alqueva. Houve sempre a exposição de posições contrárias, mas nunca, como hoje, se terá assistido a uma tão grande prevalência da expressão de posições desfavoráveis ao Empreendimento.

O estudo deste conflito pretende, através de uma análise da imprensa publicada em dois períodos distintos, identificar os aspectos dominantes e os interesses, valores e posições dos actores envolvidos. Um dos principais objectivos visa extrair ensinamentos que permitam desenvolver abordagens mais adequadas para situações controversas que frequentemente acabam em impasse.

Neste caso, verifica-se que o conflito opõe dois grupos dominantes de actores: por um lado, estão a EDIA, as autarquias da região, as populações locais e os partidos políticos. No segundo grande grupo encontram-se as Organizações Não Governamentais de Ambiente – ONGA - e de Arqueologia.

O conflito associado a Alqueva desenrola-se não devido à questão de localização das infra-estruturas ou por contestação local, como é mais habitual, mas antes, alimentado por uma elite técnica que contesta a sua implementação.

As Organizações Não Governamentais acabam por ter uma projecção dominante através dos *Media* visando os aspectos do conflito que envolvem o risco de perda irreversível de património.

Por outro lado, a EDIA implementou um vasto leque de medidas que se integram no Programa de Gestão Ambiental de Alqueva que visam mitigar, monitorizar e potenciar os impactes positivos decorrentes do Empreendimento. Todo este esforço acabou por ter um sucesso limitado, tendo mesmo frequentemente, sido usado contra Alqueva.

A análise conduzida permite concluir que a visibilidade, a mediatização e a parcialização do debate contribuem para uma acentuação das divergências e das posições antagónicas já conhecidas, dificultando qualquer solução para o conflito manifestado.

A operacionalização de processos complexos como é a implementação do Empreendimento de Alqueva deverá passar pela interacção dos actores em espaços deliberativos, em que a integração dos diferentes aspectos em causa passe inequivocamente por um cruzamento da informação e dos dados, por uma partilha de responsabilidades como forma de atingir uma tomada consensual de decisão.

É assim possível aumentar a confiança nos processos e a criação de parcerias e acordos o que, no caso de Alqueva permitiria a construção conjunta de informação e a atenuação da parcialização do debate, da mediatização da controvérsia científica, aspectos negativos que acentuaram este conflito.

ABSTRACT

Dams respond to the need of water supply and energy production. They are strategic long-term investments that can offer additional multiple benefits, such as regional development, job creation, contribution to generate new industrial tissue and/or enhancement of the tourism sector.

The large investments involved and the impacts of the construction of big dams generate disagreements about their location and impacts. These have become one of the most controversial issues in sustainable development contexts.

The Alqueva dam was a several years old expectation. Since it was first proposed in 1957, people assumed a range of positions publicly in the media. Positions against Alqueva have been expressed along the years, but never, until recently, had they been so unfavorable to the Enterprise.

This study analyses critically the conflict associated to Alqueva through identifying the dominant aspects, the interests, the values and the positions of the involved participants.

It concluded that the conflict opposed two dominant groups of actors: one group is constituted by EDIA, regional entities, local populations and political parties; the other group included the Non Governmental Organizations (NGO) and Archeology interest groups. Curiously, in this case, the conflict associated with Alqueva emerges neither due to the location controversy, nor even led by the local opposition, as it is usual in these cases, but out of an elite of experts that contested its dimensions.

By the end, NGO, assume a dominant role in the media because they emphasized the conflicts aspects related to the risk of patrimony loss.

Not even the fast that, EDIA had taken responsibility for a wide set of actions refereed in the Environmental Management Program of Alqueva aiming to mitigate, monitoring and enhance

positive impacts resulting from the dam Enterprise, made things easier. In fact, all this effort has been of limited success and sometimes, it has been even used against Alqueva.

The analyses made in this work, allow concluding that the visibility, the mediatization and the partiality of the debate contributes to the deepening of the divergences and to the antagonistic positions which difficult any joint solution to the conflict.

The complex process of implementation of the Alqueva dam could have gained with the assurance of interaction of actors in deliberative spaces. This could have facilitated the integration of different aspects, the articulation of information and data, and for the sharing of responsibilities which could have given an opportunity to build a consensual decision.

This, in the case of Alqueva, would have given a greater possibility to enhance credibility in the process. Simultaneously, would develop new partnerships and agreements, contributing to the joint construction of information and amelioration of the conflict, the attenuation of the partial debate and the declining of the mediatization of the scientific controversy, addressing more efficiently the negative aspects of this conflict.

SIMBOLOGIA E NOTAÇÕES

AIA	-	Avaliação Impacte Ambiental
CAIA	-	Comissão de Acompanhamento Ambiental das Infra-Estruturas de Alqueva
CEE	-	Comunidade Económica Europeia
CPE	-	Companhia Portuguesa de Electricidade
CSOP	-	Conselho Superior de Obras Públicas
EDIA	-	Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas de Alqueva, SA
EFMA	-	Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva
EIA	-	Estudo de Impacte Ambiental
EIIA	-	Estudo Integrado de Impacte Ambiental
MOPC	-	Ministério das Obras Públicas
MPAT	-	Ministério do Planeamento e da Administração do Território
NPA	-	Nível de Pleno Armazenamento
OBSERVA	-	Observatório Permanente sobre Ambiente, Sociedade e Opinião Pública
ONG	-	Organização Não Governamental
ONGA	-	Organização Não Governamental de Ambiente
ONU	-	Organização das Nações Unidas
PDM	-	Plano Director Municipal
PGA	-	Programa de Gestão Ambiental
POAAP	-	Plano de Ordenamento das Albufeiras de Alqueva e Pedrógão
POOC	-	Plano de Ordenamento da Orla Costeira
PROT	-	Plano Regional de Ordenamento do Território
PROZEA	-	Plano Regional de Ordenamento da Zona Envolvente de Alqueva

ÍNDICE GERAL

	Pág.
Agradecimentos.....	2
Resumo.....	3
<i>Abstract</i>	5
Simbologia e Notações.....	7
Índice de Figuras.....	10
Índice de Quadros.....	13
INTRODUÇÃO.....	14
PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	
1. A PARTICIPAÇÃO E OS PROCESSOS DE DECISÃO EM AMBIENTE.....	16
1.1. O Envolvimento do Cidadão – A Necessidade e o Direito de Ser Ouvido.....	16
1.2. O Princípio da Participação.....	18
1.2.1. Enquadramento Jurídico Nacional.....	20
1.3. Condicionalismos à Participação Pública.....	24
1.3.1. Base Legal.....	24
1.3.2. Estrutura de tomada de decisão.....	25
1.3.3. Características psico-sociológicas da sociedade.....	26
1.4. Processos de Decisão em Ambiente	
1.4.1. O Risco Associado à Tomada de Decisão.....	29
1.4.2. Processo de Decisão Tradicional e suas Consequências.....	30
1.4.3. Caracterização dos Problemas Ambientais.....	33
1.4.4. Novas Tendências na Tomada de Decisão – A Construção de Consensos.....	39
1.5. O Conflito Ambiental e sua Caracterização.....	44
1.5.1. A Estrutura do Conflito.....	44
1.5.2. Aspectos Políticos e Sociais do Conflito Ambiental.....	46
1.6. Resolução de Conflitos – Tipos de Estratégias.....	47
1.6.1. O Processo de Mediação na Resolução de Conflitos.....	49
PARTE II – O DESENVOLVIMENTO DO EMPREENDIMENTO DE FINS MÚLTIPLOS DE ALQUEVA E OS CONFLITOS A ELE ASSOCIADOS	
1. ENQUADRAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO EMPREENDIMENTO DE FINS MÚLTIPLOS DE ALQUEVA.....	52
1.1. Caracterização Geral da Bacia do Rio Guadiana.....	52
1.2. O Rio Guadiana como Rio Internacional e Recurso Natural Compartilhado.....	54
1.3. O Rio Guadiana e o Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva.....	55
1.3.1. A Rega do Alentejo no Passado.....	55
1.3.2. O Plano de Rega do Alentejo de 1957.....	61
1.3.3. O Convénio Luso – Espanhol sobre Rios Fronteiriços de 1968.....	65
1.3.4. Aproveitamento do Rio Guadiana em Alqueva. O Projecto de 1970.....	67
1.4. O Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva na Actualidade	
1.4.1. O Interregno dos Anos 80 e o Relançamento do Projecto.....	70
1.4.2. Descrição Geral do Empreendimento e das suas Necessidades.....	72
1.4.3. Impactes Globais de Alqueva.....	76
1.4.4. Efeitos da Não Realização do Empreendimento de Alqueva.....	78

	Pág.
1.4.5. Gestão Global do Empreendimento de Alqueva.....	79
1.4.6. Integração da Componente Ambiental na Fase de Concepção e Desenvolvimento do Empreendimento	80
1.4.6.1. Política de Ambiente.....	81
1.4.6.2. Programa de Gestão Ambiental e sua Operacionalização.....	84
1.4.6.3. Principais Projectos.....	89
1.4.7. Acompanhamento Ambiental do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva	94
2. O CONFLITO ASSOCIADO A ALQUEVA	
2.1. Enquadramento e Objectivos.....	97
2.2. Metodologia	101
2.3. Caracterização do Conflito	
2.3.1. O Papel da Imprensa.....	102
2.3.2. Análise dos Resultados	
2.3.2.1. O Conflito sobre Alqueva em 1995.....	106
2.3.2.2. O Conflito sobre Alqueva no Período 2001 / 2002.....	114
2.3.2.3. Análise Comparativa dos Resultados.....	128
2.3.3. Aspectos Dominantes do Processo de Consulta do Público no Estudo Integrado de Impacte ambiental de 1995 e o Conflito sobre Alqueva na Imprensa, nos dois Períodos Analisados.....	134
2.3.4. Tipologia do Conflito.....	139
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS	
3.1. Aspectos Dominantes.....	143
3.2. Lições Aprendidas.....	148
4. CONTRIBUTOS PARA A ACTUAÇÃO NO CONFLITO.....	151
BIBLIOGRAFIA.....	156
ANEXOS	
Anexo I - Registo de Notícias sobre Alqueva no período relativo ao ano de 1995	162
Anexo II - Registo de Notícias sobre Alqueva no período entre Fevereiro de 2001 e Fevereiro de 2002	192



ÍNDICE DE FIGURAS

	Pág.
Figura I.2.1. Modelo de procedimento tradicional (Vasconcelos, 1997).....	32
Figura I.2.2. Processo de decisão tradicional (Vasconcelos,1997).....	32
Figura I.2.3. Características dominantes dos problemas ambientais complexos [Adaptado de Rittel e Webber (1973) e Vasconcelos (1997), <i>in</i> Caser, 2001].....	34
Figura I.2.4. Tipologia de problemas (Vasconcelos, 2001).....	35
Figura I.2.5. Processo de Decisão por desenvolvimento de consenso (Vasconcelos, 1997).....	40
Figura I.2.6. O Círculo do conflito (Moore e Wildau, 1997).....	44
Figura II.1.1. Bacia do Guadiana (INAG, 1995).....	53
Figura II.1.2. Rio Guadiana junto a Mourão.....	55
Figura II.1.3. Canal de navegação e irrigação entre os rios Tejo, Sado e Guadiana (Pereira, 1898).....	58
Figura II.1.4. Aproveitamento do Guadiana e Afluentes, preconizado em 1945 por Carvalho Xerez (<i>in</i> Sanches, R. 1994).....	61
Figura II.1.5. Plano de Rega do Alentejo – Esquema geral dos aproveitamentos (Adaptado de Sanches, R. 1994).....	63
Figura II.1.6. Alqueva nos anos 70.....	70
Figura II.1.7. Enquadramento do Plano de água à cota do NPA nos concelhos limítrofes da albufeira de Alqueva.....	74
Figura II.1.8. Exemplo de enquadramento de um Plano (PMC I) na Política Ambiental Global.....	87
Figura II.1.9. Conjunto de operações que integram a Empreitada de Desmatação e Desarborização Programada da Albufeira de Alqueva.....	90
Figura II.1.10. Valores do património natural e arqueológico da região que determinaram intervenções especiais por parte da empresa gestora do Empreendimento de Alqueva.....	91
Figura II.1.11. Diferentes fases do processo de transplante de árvores da área a inundar pela albufeira de Alqueva.....	91
Figura II.1.12. As instalações da Portucel Recicla antes da intervenção e o resultado final desta.....	92
Figura II.1.13. A Herdade da Coitadinha, localizada no concelho de Barrancos, faz parte do Programa Integrado de Compensação do EFMA.....	94

	Pág.
Figura II.2.1. A imprensa acompanha de forma muito próxima, a problemática em torno de Alqueva.....	104
Figura II.2.2. Cobertura dada pela imprensa de âmbito regional à implementação de Alqueva (n.º de notícias publicadas por cada jornal), nos dois períodos em análise.....	105
Figura II.2.3. Cobertura dada pela imprensa de âmbito nacional e estrangeira à implementação de Alqueva (n.º de notícias publicadas por cada jornal), nos dois períodos em análise.....	105
Figura II.2.4. O início das obras em Alqueva é devidamente assinalado pela imprensa (Diário de Notícias, Setembro 1995).....	107
Figura II.2.5. Número de notícias publicadas sobre Alqueva ao longo de 1995.....	108
Figura II.2.6. Actores intervenientes em 1995, de acordo com o número de notícias publicadas.....	109
Figura II.2.7. Visibilidade relativa dos actores, medida através do número de notícias protagonizadas por cada grupo de actores, no universo de notícias em estudo, durante 1995.....	110
Figura II.2.8. Posicionamento relativo sobre Alqueva, em 1995.....	111
Figura II.2.9. Visibilidade dos principais actores ao longo de 1995.....	112
Figura II.2.10. Visibilidade das ONGA's portuguesas e da EDIA ao longo de 1995.....	113
Figura II.2.11. Evolução do posicionamento sobre Alqueva ao longo de 1995.....	114
Figura II.2.12. O jornal <i>Diário de Notícias</i> assinala humoristicamente, o início do enchimento da albufeira de Alqueva.....	116
Figura II.2.13. Manifestações de apoio e de contestação a Alqueva, junto à barragem, no dia do fecho das comportas, 8 de Fevereiro de 2002.....	117
Figura II.2.14. Notícias publicadas sobre Alqueva durante o período compreendido entre Fevereiro de 2001 e Fevereiro de 2002.....	118
Figura II.2.15. Actores intervenientes em 2001/2002, segundo o número de notícias publicadas.....	119
Figura II.2.16. Visibilidade relativa dos actores, em 2001/2002, medida através do número de notícias protagonizadas por cada grupo de actores, no universo de notícias em estudo, durante 2001/2002.....	120
Figura II.2.17. Posicionamento relativo sobre Alqueva, em 2001/2002.....	121
Figura II.2.18. Visibilidade dos principais actores no período 2001/2002.....	122
Figura II.2.19. Visibilidade das Organizações Não Governamentais de Ambiente e da EDIA no período de 2001/2002.....	124
Figura II.2.20. Visibilidade das Organizações Governamentais e Não Governamentais de Arqueologia e da EDIA, no período de 2001/2002.....	125

	Pág.
Figura II.2.21. Evolução das discussões sobre os impactes no património natural e cultural induzidos por Alqueva, no período 2001/2002 e da EDIA, no período de 2001/2002.....	126
Figura II.2.22. Posicionamento dos diferentes actores ao longo de 2001/2002 de acordo com o número de notícias publicadas.....	128
Figura II.2.23. O conflito de Alqueva através da imprensa, nos dois períodos em análise, de acordo com o número de notícias publicadas.....	129
Figura II.2.24. Visibilidade relativa dos principais grupos de actores, nos dois períodos em análise.....	130
Figura II.2.25. Títulos na imprensa relativos à discussão do Estudo Integrado de Impacte Ambiental do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva, em 1995.....	136
Figura II.2.26. O foco dos interesses em debate localizou-se em torno da afectação do património natural.....	140
Figura II.2.27. A complexidade de Alqueva implicou um debate a nível nacional e regional, fortemente mediatizado.....	141
Figura II.2.28. O posicionamento favorável em relação ao Empreendimento face à grande visibilidade dos opositores a Alqueva.....	142
Figura II.4.1. Esferas de informação, protagonizadas pelos diversos actores, com interesses e posições divergentes e sem partilha de informação.....	149
Figura II.4.2. Esferas de informação, protagonizadas pelos diversos actores, com interesses e posições divergentes e com partilha de informação e de responsabilização.....	150



ÍNDICE DE QUADROS

	Pág.
Quadro I.1.1. Relacionamento com as Organizações Não Governamentais de Ambiente (OBSERVA, 2001).....	28
Quadro I.1.2. Estratégias Disponíveis para a Resolução de Conflitos (adaptado de Caser, 1999).....	48
Quadro I.1.3. Diferenças de Interesses entre Actores (adaptado de Caser, 1999).....	50
Quadro I.1.4. Resumo Comparativo entre o Processo Convencional e a Mediação (adaptado de Caser, 1999).....	51
Quadro II.1.1. Características da albufeira e Central de Alqueva.....	74
Quadro II.1.2. Características da albufeira de Pedrógão.....	75
Quadro II.1.3. Impactes Globais de Alqueva de acordo com o EIIA (SEIA, 1995).....	77
Quadro II.1.4. Princípios da Política de Ambiente da EDIA (EDIA, 1996).....	82
Quadro II.1.5. Linhas Estratégicas da Política de Ambiente (EDIA, 1996).....	83
Quadro II.1.6. Organização do Plano de Minimização e Compensação de Impactes sobre o Património Natural (EDIA, 1998).....	88
Quadro II.2.1. Resumo dos principais aspectos da análise de imprensa.....	131
Quadro II.2.2. Algumas das intervenções dos diversos actores, seleccionadas a partir da análise efectuada no âmbito deste trabalho, no ano de 1995.....	132
Quadro II.2.3. Algumas das intervenções dos diversos actores, seleccionadas a partir da análise efectuada no âmbito deste trabalho, durante o período de 2001/2002.....	133
Quadro II.2.4. Síntese dos aspectos dominantes do envolvimento dos diversos actores nos períodos considerados.....	137

I. INTRODUÇÃO

A concepção e implementação do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva enquadra-se nos casos controversos de decisões públicas referentes à localização e funcionamento de grandes infra-estruturas.

As primeiras referências à necessidade de criar uma reserva de água no rio Guadiana, em pleno Alentejo, surgem há pelo menos cem anos, embora o projecto, enquanto Empreendimento de Fins Múltiplos, date de 1957, altura em que foi criado o Plano de Rega do Alentejo. Contudo, só em 1976 se deu o início dos trabalhos em Alqueva, tendo sido interrompidos dois anos depois, período aproveitado para a realização de novas avaliações e estudos. As obras na zona da barragem reiniciaram-se em 1995.

Os trabalhos e projectos desenvolvidos pela EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas de Alqueva, responsável pela construção e gestão de todo o Empreendimento, integrando a valência ambiental com todas as preocupações inerentes a esta área, não têm tido por parte do público, a correspondente percepção.

De facto, consciente das implicações ambientais inerentes à concretização do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva (EFMA), a empresa responsável pela sua gestão, assumindo uma postura diferente do habitual, tem procurado implementar uma política de ambiente assente numa estratégia que se traduz na minimização e compensação de impactes negativos do projecto, monitorização dos impactes durante o período de construção e exploração das infra-estruturas, aumento do conhecimento e redução do grau de incerteza dos impactes ambientais e potenciação dos impactes positivos gerados pelo Empreendimento.

Apesar de todos estes esforços, o desenvolvimento deste Empreendimento tem gerado conflitos que assumem contornos diversos consoante o grau e o tipo de afectação do(s) recurso(s), os actores envolvidos, bem como os valores e interesses em jogo.

O presente trabalho tem como objectivo analisar o historial deste caso, identificando os aspectos dominantes e os interesses, valores e posições dos actores envolvidos. Uma melhor compreensão do processo e factores em presença, permitirá construir conhecimento relevante que permitirá evitar futuras situações de conflito neste ou noutros processos similares.

Isto prende-se com o facto de se assumir que a resolução deste conflito passará por um diagnóstico da situação que servirá de base a sugestões fundamentadas no que ainda há a fazer na área da formação e participação.

Dada a complexidade deste caso, o presente estudo abranje os “sub-conflitos” gerados com base nos problemas que assentam directamente na afectação dos recursos naturais e impactes sócio-económicos.

PARTE I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. A PARTICIPAÇÃO E OS PROCESSOS DE DECISÃO EM AMBIENTE

1.1. O Envolvimento do Cidadão – A Necessidade e o Direito de ser Ouvido

A participação dos indivíduos nas decisões que os afectam é a melhor garantia de que o que for decidido será por aqueles conhecido. A partir deste ponto, são inúmeras as vantagens, culminando na efectiva partilha de responsabilidades, entre cidadãos e poderes públicos, na resolução de problemas ecológicos e de desenvolvimento que lhes digam respeito.

“Todos têm o direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender”. Assim começa o artigo 66.º da Constituição da República Portuguesa, que determina ainda que incumbe ao Estado assegurar esse direito através da prevenção da poluição, do ordenamento do território, da conservação da natureza, da promoção da educação ambiental e do respeito pelos valores do ambiente, entre outros.

Com esta garantia constitucional, assumir-se-ia com alguma facilidade, que os decisores políticos, legítimos representantes dos cidadãos, maximizassem o benefício público em defesa da qualidade do ambiente, aquando de tomadas de decisão em matéria ambiental. Por outro lado, a Constituição Portuguesa clarifica igualmente que compete ao Estado *“Assegurar o direito ao ambiente (...) com o envolvimento e participação dos cidadãos”.* Torna-se claro que se o cidadão quer ver os seus interesses colectivos respeitados, deve estar atento e ser participante, fiscalizando e influenciando o processo de decisão. A participação pública tem como um dos principais objectivos o de transmitir elementos essenciais para que os decisores possam levar a cabo um informado processo de tomada de decisão.

Apesar das vantagens do envolvimento do cidadão nos processos decisórios e do direito constitucional de intervir, o nível de participação pública em matérias ambientais é mínimo. Veja-se a título de exemplo, o número extremamente baixo de participantes nas audiências públicas realizadas em Beja e Portel (um e dois participantes, respectivamente) quando da discussão pública do Plano de Ordenamento das Albufeiras de Alqueva e Pedrógão (POAAP). Provavelmente, esta passividade não se deve a um desinteresse dos assuntos em causa, mas ao facto de o cidadão só ser chamado a intervir em fases tardias do processo, existindo igualmente a ideia generalizada de que a participação é inútil pois só uma elite consegue influenciar os processos de tomada de decisão.

Encontramo-nos assim, perante um ciclo vicioso de alienação: o público participa pouco por sentir que a sua opinião não é tomada em consideração, enquanto que o decisor não se sente forçado a respeitar a opinião do público porque ele é pouco participante e não se impõe.

Actualmente, a forma mais directa de intervir na área ambiental é a ligação, como simples membro ou mesmo activista, a uma associação de defesa do ambiente sendo em geral, mais fácil ao cidadão, fazer-se ouvir através da associação com outros cidadãos com iguais preocupações. Isto porque as associações detêm já um espaço importante na sociedade, influenciando a tomada de decisão ao mesmo tempo que mobilizam com grande facilidade os *media* para as causas em que se envolvem. Uma outra forma de impor aos decisores o respeito pelos interesses públicos é obrigando-os à divulgação da fundamentação das decisões. Qualquer decisão tem de ser fundamentada e os despachos, pareceres e estudos que estão na sua base são obrigatoriamente do domínio público.

A legislação portuguesa exige igualmente que a opinião do público seja auscultada como passo preparatório de alguns processos de decisão ambiental. É o caso dos processos de avaliação de impacte ambiental ou da promulgação de certos instrumentos de planeamento e ordenamento do território. Sabendo-se que em muitos casos, esta auscultação pública é tratada como um simples pró-forma irrelevante, o cidadão pode sempre questionar a

seriedade do processo, obrigando à divulgação dos elementos que fundamentaram a decisão, embora mais uma vez, estes mecanismos quase nunca se mostrem eficazes por uma ausência de resposta atempada por parte dos organismos responsáveis.

A par das grandes mudanças que se têm vindo a verificar na sociedade actual, o cidadão tem vindo a assumir um papel mais interventivo. Veja-se a forte oposição das populações à instalação de infra-estruturas de tratamento de resíduos, na proximidade das suas localidades. Actualmente os processos de decisão envolvem além das autoridades governamentais, as organizações não governamentais (ONG), os grupos económicos e os cidadãos. Esta nova postura visa uma co-responsabilidade dos actores envolvidos e o reconhecimento de diversos interesses colectivos e individuais, embora o envolvimento da sociedade civil se faça ainda numa fase muito tardia do processo de decisão.

Este envolvimento tardio no processo implica, muitas vezes, grandes e longos impasses, impedindo com alguma frequência, o prosseguimento dos projectos, com elevados custos associados.

1.2. O Princípio da Participação

A componente “participação pública” é pedra de toque do elemento sustentabilidade do conceito de desenvolvimento. Só com a participação dos interessados se poderão atingir objectivos consensuais e por isso, mais facilmente implementáveis.

As mudanças ocorridas na sociedade actual são por demais evidentes, tendo contribuído para um aumento da complexidade dos contextos em que ocorrem os processos de tomada de decisão.

Durante as últimas décadas, os conceitos ambientais sofreram uma enorme evolução. Pode-se afirmar com alguma segurança, que o ano de 1968 marca o início da “era ecológica”. A primeira grande manifestação de uma consciência ambiental global deu-se com a Conferência Internacional sobre o Ambiente Humano de 1972, realizada em

Estocolmo, de que resultou a adopção de uma declaração de Princípios, não vinculativa (Declaração de Estocolmo), que guiou a acção da comunidade internacional nos anos que se lhe seguiram.

Após esta conferência deu-se um aumento exponencial, numa escala sem precedentes, de adopção de convenções internacionais bilaterais e multilaterais, reflexo da urgência merecida pelos assuntos ambientais. No mesmo sentido, aumentou consideravelmente o número de instituições internacionais vocacionadas para a protecção ambiental. Verificou-se igualmente, o aparecimento e crescimento de ONG's ambientais, as quais têm já assento cativo no panorama ambiental nacional e internacional.

Em 1987, a Comissão da ONU sobre Ambiente e Desenvolvimento publicou o *Relatório Brundtland*, no qual se assumiu uma clara postura de conjugação entre a protecção do ambiente e o desenvolvimento dos povos. Do mesmo relatório emergiu também um novo conceito: “*O desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a satisfação das necessidades das gerações futuras*”. Alvo de acesa controvérsia quanto ao seu âmbito e de difícil operacionalização, esta expressão viria a assumir um papel central nos anos seguintes, condicionando de forma inequívoca as políticas nacionais e internacionais de mais de cem países que, presentes na Conferência do Rio em 1992, adoptaram a Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento.

A emergência de uma sociedade civil internacional constitui, sem dúvida, um dos contributos mais importantes desta Conferência. Reforça o princípio de que o ambiente diz respeito a todos e que todos devem participar na sua protecção.

A Comissão *Brundtland* afirma ainda que “*a procura do objectivo desenvolvimento sustentado requer (...) um sistema político que assegure uma efectiva participação dos cidadãos nos processos de decisão*”. Na Declaração do Rio, esta problemática é abordada no Princípio 10.º, abarcando “*o acesso a acções judiciais e administrativas, aí compreendidas as acções, que visem a imposição de sanções e a obtenção de reparações (...)*”.

A procura da sustentabilidade e a consciencialização dos limites do crescimento implicou, durante os últimos anos, abordagens multidisciplinares dos problemas ambientais, assumindo-se que estes possuem uma envolvimento muito mais complexa do que aquela que lhes era até então atribuída. Torna-se necessário gerir o ambiente por forma a assegurar o futuro.

1.2.1. Enquadramento Jurídico Nacional

Para além das normas fundamentais de protecção e promoção do ambiente contidas na Constituição da República Portuguesa, a ordem jurídica portuguesa conta já com textos legislativos de grande importância na regulamentação jurídica do ambiente e da participação.

No contexto internacional, referente a um desenvolvimento sustentável, a Agenda 21 e os documentos desenvolvidos com base nesta (a Carta de Aalborg, o Plano de Acção de Lisboa, a Declaração de Hannover), as directivas e regulamentos da União Europeia, enquadram de forma clara a participação pública nos processos de tomada de decisão em ambiente.

Entre as leis especificamente ambientais, elaboradas e publicadas com a finalidade exclusiva de regular juridicamente comportamentos e actuações susceptíveis de influenciar directamente o ambiente, refira-se a Lei de Bases do Ambiente, a Lei das Associações de Defesa do Ambiente, o Decreto-Lei de Avaliação de Impacte Ambiental e a Lei de Participação Procedimental e Acção Popular.

Como o próprio nome indica, a Lei de Bases do Ambiente é o diploma que pretende estabelecer a disciplina genérica fundamental em matéria de ambiente. É uma lei muito generalista que se limita a estabelecer, em muitos casos, preceitos gerais que necessitam de regulamentação posterior. Os direitos e deveres dos cidadãos são regulados pelo artigo 40.º, onde se prevê nomeadamente a possibilidade de pedirem a cessação das causas de

violação do seu direito a um ambiente de vida sadio e ecologicamente equilibrado e a respectiva indemnização.

O artigo 3.º da Lei de Bases é de grande importância na medida em que são nele acolhidos aquilo que se considera serem os “princípios específicos” da protecção jurídica do ambiente, aludindo aos princípios da prevenção, da participação, da cooperação e da responsabilização entre outros.

A Lei das Associações de Defesa do Ambiente (Lei n.º 10/87, de 4 de Abril) veio estabelecer uma série muito significativa de “(...) *direitos de participação e de intervenção das associações de defesa do ambiente junto da administração central, regional e local com vista à promoção do direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado*” (artigo 1.º).

Nesta lei prevê-se a existência de associações de âmbito nacional, regional ou local, em função da área na qual desenvolvam a sua acção e do número de associados, embora não se façam corresponder efeitos práticos a tal distinção.

Como principais direitos garantidos na lei a estas associações devem referir-se o direito de participação e intervenção na política do ambiente e nas grandes opções legislativas, sendo mesmo conferido às associações que gozem de representatividade genérica o estatuto de parceiro social.

Também são conferidos às associações ambientalistas os direitos de consulta e informação (artigo 5.º), de promoção de meios administrativos com vista à defesa do ambiente (artigo 6.º), sendo-lhes ainda atribuída legitimidade para propor acções em tribunal com vista à prevenção ou cessação de actos prejudiciais para o ambiente e para recorrer judicialmente dos actos administrativos violadores das normas legais protectoras do ambiente (artigo 7.º).

A leitura dos restantes artigos desta lei permitirá avaliar a importância atribuída ao facto de que a protecção e promoção do Ambiente por parte das autoridades públicas nunca poderá dispensar o contributo da sociedade civil, especialmente significativo em termos associativos.

Em 1998, no seguimento de proposta apresentada pelo Ministério do Ambiente, foi aprovada pela Assembleia da República, a nova Lei das Organizações Não Governamentais de Ambiente - ONGA - (Lei n.º 35/98, de 18 de Julho), que proporciona um quadro legislativo mais favorável à acção destas, nomeadamente no que respeita ao mecenato ambiental.

Baseado no princípio da prevenção, o Processo de Avaliação de Impactes Ambientais (AIA) tem como objectivo a avaliação dos impactes de um conjunto alargado de projectos na sócio-economia, na qualidade de vida e na biodiversidade. É fornecido aos decisores, um levantamento das implicações das acções propostas, antes que seja tomada a decisão. Os resultados são compilados no Estudo de Impacte Ambiental (EIA), no qual se sintetizam os efeitos benéficos e os adversos considerados relevantes para o projecto em questão. Este conceito foi introduzido no Direito Interno pelo Decreto-Lei n.º 186/90, de 6 de Junho, transpondo a Directiva Comunitária 85/337/CEE, do Conselho, de 27 de Junho, sendo posteriormente alterado pelo DL 278/97, de 8 de Outubro e pelo Decreto Regulamentar n.º 42/97, de 10 de Outubro. Actualmente, todos estes diplomas foram revogados pelo Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio. A ideia de Avaliação de Impacte Ambiental difere da clássica ponderação de custos e benefícios pois é elaborada dentro de parâmetros que estão definidos por lei, dando ao Ambiente um valor acrescido relativamente aos restantes valores a ponderar.

A Avaliação de Impacte Ambiental é um procedimento administrativo que garante que, antes da autorização de um projecto, os seus potenciais impactes significativos sobre o Ambiente serão satisfatoriamente avaliados e tidos em consideração. O procedimento de avaliação de impacte ambiental reúne, num triângulo de interesses contrapostos, o dono da obra, as autoridades públicas e o público em geral.

O Estudo de Impacte Ambiental é a peça mais importante de todo o procedimento de AIA. Para facilitar a compreensão do texto por quem não seja técnico, comporta um resumo não técnico, facilitando o acesso do público em geral aos resultados do referido Estudo.

Em 31 de Agosto de 1995 foi publicada a Lei n.º 83/95, a qual veio dar consagração legal à norma contida no artigo 52.º, n.º 3 da Constituição, desde a revisão constitucional de 1989.

Tal norma garante o direito de acção popular para defesa de determinados interesses, entre os quais o ambiente.

Na Lei n.º 83/95 atribuem-se os direitos de participação procedimental e de acção popular a todos os cidadãos, às associações e fundações defensoras dos interesses nela protegidos e ainda às autarquias locais.

Conforme o seu próprio nome indica, há dois direitos diferentes conferidos nesta lei: o de participação procedimental e o de acção popular.

Em relação ao primeiro destes direitos pode dizer-se que, de acordo com o artigo 4.º, todos os cidadãos, associações, fundações ou autarquias que o pretendam, têm o direito de serem ouvidos e de participarem nos procedimentos relativos à adopção de planos de desenvolvimento das actividades da Administração Pública, de planos de urbanismo, de planos directores e de ordenamento do território e às decisões sobre localização e realização de obras públicas ou de outros investimentos públicos com impacte relevante no ambiente.

Daí a necessidade de se fazer um anúncio público de tais procedimentos, a possibilidade de os cidadãos consultarem os estudos e outros elementos preparatórios dos projectos, planos ou obras e a necessidade de todos os interessados serem ouvidos em audiência pública.

Relativamente ao segundo direito, o direito de acção popular, deve salientar-se a possibilidade de todos aqueles que demonstrarem interesse poderem recorrer aos tribunais para impugnar quaisquer actos administrativos lesivos do ambiente ou para usar qualquer acção prevista no Código do Processo Civil.

1.3. Condicionalismos à Participação Pública

As preocupações em torno da qualidade do ambiente e da necessidade de proteger as componentes ambientais, são sentidas de forma cada vez mais intensa por toda a população sendo este, sem dúvida, um tema cada vez mais vital para os cidadãos, a nível individual ou a nível colectivo.

A tradicional estrutura de tomada de decisão, em que a administração pública assume o principal papel de planear, decidir e implementar projectos ambientais, relevando para segundo plano a opinião, interesses e as necessidades da população local, começa a dar sinais de fraqueza, sendo as implicações destas decisões cada vez menos sentidas como isentas de riscos para a população (Caser, 2001). Consequentemente e ainda de acordo com esta autora, nota-se uma certa pressão em modificar os processos de tomada de decisão rumo à introdução de processos mais colaborativos que tenham por objectivo a tomada consensual de decisões.

Assim, os processos alternativos de gestão de decisões e conflitos assentam essencialmente sobre três condicionantes: a base legal, a estrutura de tomada de decisão adoptada pela administração pública e as características psicossociológicas da sociedade (Caser, 2001).

1.3.1. Base legal

Relativamente à base legal e conforme referido anteriormente, a participação dos cidadãos é salvaguardada na nossa legislação.

A maioria dos processos participativos executa-se de acordo com as exigências legais referentes às Avaliações de Impacte Ambiental / Estudos de Impacte Ambiental (AIA / EIA), que conjugada com a restante legislação, tornaram obrigatória a realização de consulta pública.

O facto de estas consultas serem normalmente efectuadas quando a quase totalidade dos documentos já está consolidada, conduz a que por um lado, a participação dos cidadãos seja muito fraca e por outro, estas sessões de consulta são entendidas pela população, como um acto de legitimação *a posteriori* das decisões já tomadas.

Cria-se uma frustração que origina facilmente a radicalização de posições, conduzindo ao bloqueio e à posterior impossibilidade de diálogo, permitindo o aparecimento de conflitos de difícil resolução. Não se obtêm quaisquer efeitos significativos de consensualidade ou construção de soluções para os problemas ambientais existentes (Caser, 2001).

1.3.2. Estrutura de Tomada de Decisão

A estrutura de tomada de decisão é assumida como uma condicionante à participação dos cidadãos porquanto, na generalidade dos casos, é adoptada uma estratégia administrativa *top-down* (de cima para baixo).

Assim, segundo Vasconcelos (1997), este processo tradicional obedece a um modelo de procedimentos sequenciais, organizados em fases distintas do projecto, estudo ou plano:

- a. Identificação de Objectivos
- b. Definição do Problema
- c. Geração de Alternativas
- d. Selecção
- e. Implementação

Nestes processos, quando a sociedade civil é chamada a intervir, as decisões tomadas são já irreversíveis. Por exemplo e contrariamente à visão *top-down*, tradicionalmente assumida na condução destes processos, a construção de grandes infra-estruturas não é um assunto exclusivamente técnico, pois envolve interesses e valores de outros actores em presença, que não são exclusivamente técnicos (Lake, 1987).

Quando as entidades públicas locais ou regionais pretendem publicitar as suas realizações e os seus planos para o futuro, assumem o processo de participação pública principalmente como meio de legitimar as suas actividades, semelhante ao que é sentido pela sociedade alargada nos processos de consulta pública de Avaliação de Impacte Ambiental.

Consequentemente, verifica-se um aumento considerável de situações conflituosas que emergem, devido ao surgimento inevitável de debates não resolvidos e renegados em fases preliminares (Lake, 1987).

1.3.3. Características Psico-sociológicas da Sociedade

Na sociedade portuguesa coexistem ainda muitos problemas de primeira, segunda e terceira geração como por exemplo, a falta de infra-estruturas, de sistemas de saneamento básico e sistemas de gestão de resíduos, ou ainda, a existência de grandes disparidades sociais e assimetrias regionais bem como a falta de eficiência na utilização dos recursos e tecnologia. Observa-se igualmente que a população não parece ter consciência do próprio poder, ou da possibilidade real de que um esforço comum poderia influenciar e modificar decisões políticas.

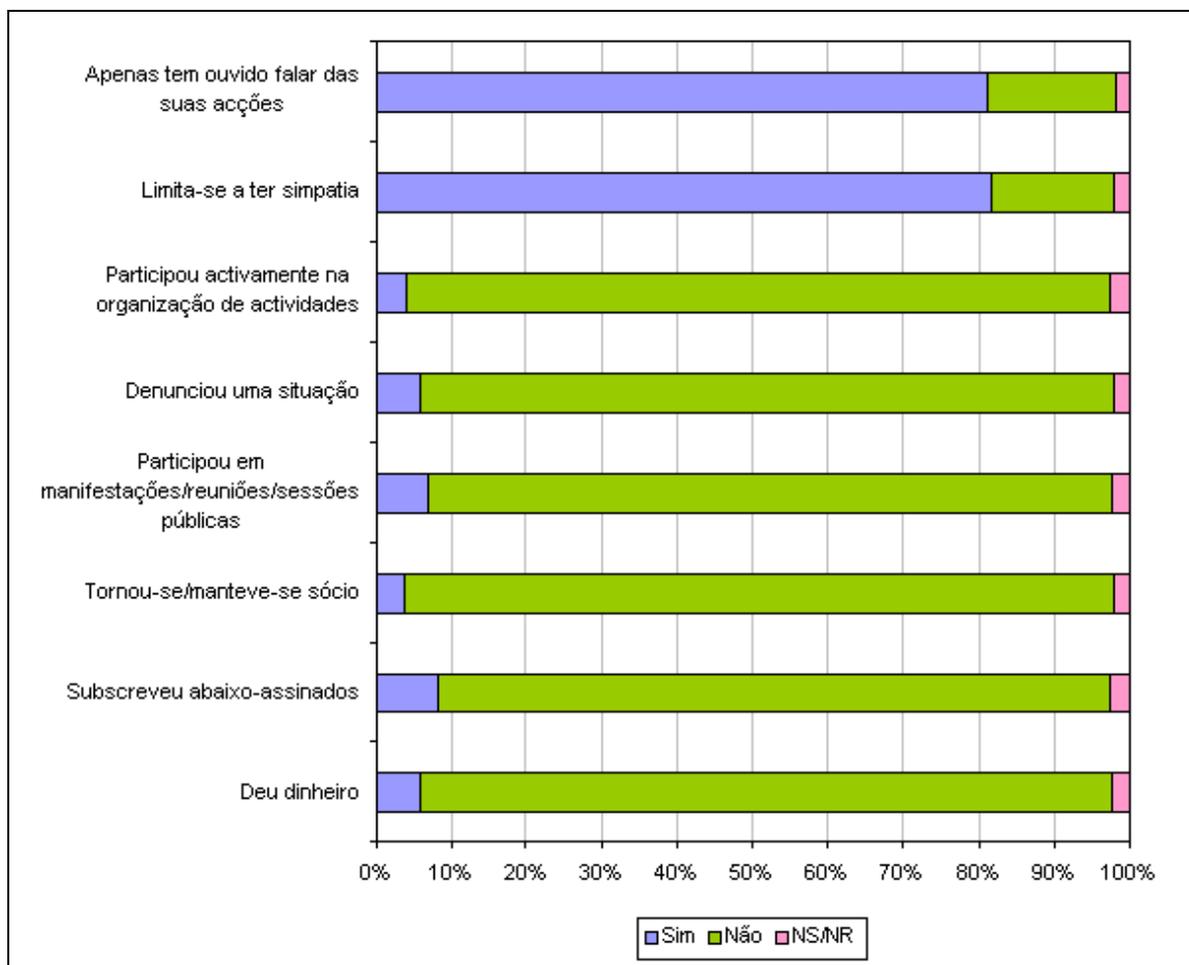
Com o objectivo central de determinar a configuração das representações sociais, atitudes, opiniões e expectativas dos diferentes estratos da população portuguesa relativamente à protecção do Ambiente, Conservação da Natureza, Ordenamento do Território e outras áreas do foro ambiental, o OBSERVA publicou em 2001 o *“II Inquérito Nacional Os Portugueses e o Ambiente”*. Uma das quatro áreas abordadas neste inquérito incide nas práticas ambientais dos portugueses e de como estes intervêm cívica e politicamente, em matéria de Ambiente. Partiu-se do pressuposto de que a cultura ambiental é uma condição necessária da participação e do desenvolvimento de práticas sociais favoráveis à resolução dos problemas ambientais.

Dos resultados obtidos neste inquérito, constata-se que a maioria dos inquiridos - 62% - considera que continua pouco ou nada informado sobre ambiente. A leitura dos dados aponta ainda no sentido do fosso que, em termos de cultura ambiental, existe no tocante às variáveis idade e literacia, esta lida apenas a partir do indicador da escolaridade, o qual não traduz o conceito em todo o seu âmbito.

Os portugueses privilegiam os meios de comunicação social como a forma preferencial de ter acesso à informação, logo seguida do envio regular de informação para o domicílio. Ao privilegiarem as fontes mediáticas e “domésticas”, revelam uma certa passividade na procura da informação ambiental.

Quanto à participação cívica a nível geral ou relativa ao Ambiente, as conclusões deste inquérito não são muito animadoras, pois observam-se fortes indícios de uma passividade no quotidiano dos portugueses no que respeita ao exercício da sua cidadania. Relativamente ao Ambiente, o nível de participação dos portugueses é baixo (inferior a 10% na maioria das categorias constantes no Quadro I.1.1.), Neste Quadro, quando se analisa o relacionamento e colaboração dos portugueses com as Associações de Defesa do Ambiente, verifica-se que os níveis de militância são irrisórios, assim como a subscrição de abaixo-assinados e / ou participação em sessões públicas. No entanto, a atitude dominante dos portugueses é de uma grande simpatia por estas organizações voluntárias e pelas actividades que elas desenvolvem.

Quadro I.1.1. Relacionamento com as Organizações Não Governamentais de Ambiente (OBSERVA, 2001).



Este facto não poderá eventualmente ser desligado da generalizada desconfiança com que os portugueses olham para a acção do Estado face aos problemas ambientais.

As alterações relativamente recentes por que tem vindo a passar a sociedade portuguesa, terão induzido, ainda que moderadamente, a uma maior partilha dos valores ecológicos, marcados sobretudo por sentimentos de apreensão e insegurança que terão impulsionado um movimento biocêntrico de revalorização da Natureza e dos elementos naturais (OBSERVA, 2001).

1.4. Processos de Decisão em Ambiente

1.4.1. O Risco Associado à Tomada de Decisão

A decisão em matéria ambiental é muito problemática e quando os processos de decisão são analisados sob a perspectiva das teorias do risco, ao nível do sistema político das sociedades modernas (Giddens, 1992; Beck, 1992; Luhmann, 1993; Swan, 1995), eles são essencialmente políticos, ainda que as suas decisões tenham implicações sociais, porque existe um processo de tradução de um problema social ou ambiental, num problema passível de ser resolvido pelo sistema político.

Nesta situação, a decisão não se pode basear no pressuposto de poder ser tomada, independentemente das consequências sociais e ambientais que se tenham de assumir futuramente, sob pena de essas mesmas implicações virem a deslegitimar a decisão assumida e logo, a validade desse sistema (Habermas, 1997).

Quando se discute a questão da decisão ambiental, surge associado um debate que se prende mais com a definição do risco ambiental, do que com o risco da tomada de decisão. Isto advém porque, por um lado, considera-se que esse risco ambiental é o único efeito indesejado que pode ocorrer e porque, por outro lado, a delimitação desse risco está associada ao problema da incerteza na previsibilidade do seu grau, intensidade e reversibilidade (Blokker, 1994).

Segundo Pott (1999), este debate tem vindo a salientar uma pluralidade de definições de risco (resultantes quer dos riscos objectivos, dos riscos percebidos, dos riscos ecológicos e dos riscos económicos e sociais agregados), com a qual põem em causa a validade da monopolização técnico – científica da definição de risco ambiental. Ainda de acordo com Pott (1999), é este raciocínio que tem justificado a importância da democratização do

processo de tomada de decisão ambiental, com vista a incorporar outras posições sociais, igualmente legítimas como sejam os valores e os interesses dos intervenientes.

Por outro lado, a necessidade de maximizar os resultados positivos de uma decisão tomada dentro de um quadro de escolha racional, surge como uma questão de eficácia da decisão, podendo igualmente explicar o alargamento da decisão à participação.

A tomada de decisão em questões relacionadas com a qualidade ambiental pode tornar-se mais delicada dada a acentuação da irreversibilidade das consequências negativas, que podem resultar de uma simples decisão, por exemplo o licenciamento de uma infra-estrutura, e que têm implicações na durabilidade dos recursos naturais (Beck, 1992; Giddens, 1992).

Transpondo isto para o processo de decisão, as preocupações de ordem ambiental deslocaram-se para o topo das prioridades influenciando marcadamente a forma da tomada de decisão (Vasconcelos e Martinho, 1998).

Segundo estas autoras, torna-se claro que:

- 1) As decisões de localização de infra-estruturas não são exclusivamente assuntos técnicos;
- 2) O modelo tradicional burocrático de cima para baixo é inadequado para lidar com todas as decisões públicas;
- 3) Contextos mais interactivos são necessários para melhores decisões;
- 4) A procura de sustentabilidade aumenta a urgência de melhorar processos de decisão quando o ambiente está em causa.

1.4.2. Processo de Decisão Tradicional e suas Consequências

A participação como forma mais institucionalizada de actuação tem vindo a desenvolver-se com a transformação da nossa sociedade numa democracia representativa para uma democracia participativa (Vasconcelos e Martinho, 1998).

É a pressão cada vez maior da sociedade civil para ser ouvida por uma administração adaptada a formas mais tradicionalistas de funcionamento, onde a participação não tinha grande expressão, que tem estado na origem de grande parte dos conflitos gerados.

Em Portugal, as áreas que recorrem à participação, no que respeita ao Ambiente e Planeamento são, principalmente:

- *Planos de Transformação do Uso do Solo*, nomeadamente, PDM(s), PROT(s) e POOC(s);
- *Estudo de Impacte Ambiental referentes a projectos que exigem processo de Avaliação de Impacte Ambiental e portanto parte dos procedimentos passa pela chamada consulta pública, actualmente a cargo do Instituto do Ambiente;*
- *Planos de Proposta de Políticas*, como seja o Plano Nacional de Política de Ambiente onde são propostas estratégias a nível nacional;
- *Planos de Avaliação de Risco para a Saúde Pública*, área pouco desenvolvida em Portugal mas onde já se deram os primeiros passos neste sentido, com a problemática associada à co-incineração.

Salvo algumas excepções, a grande maioria dos processos de participação organizados pela administração pública em Portugal, apoiam-se em procedimentos específicos (com regras de inscrição, formas de intervenção), envolvem uma participação alargada (audiências públicas) e processam-se em fases adiantadas do processo (quando o plano / projecto se encontra finalizado ou em fase final). Este envolvimento tardio no processo acarreta grandes impasses, chegando mesmo a impedir o prosseguimento de certos projectos, o que implica avultados custos para os investidores e para o Estado.

Segundo Vasconcelos (1997), este processo obedece a um modelo de procedimentos sequenciais para o projecto, estudo ou plano, organizados em fases distintas (Figura I.1.1.):

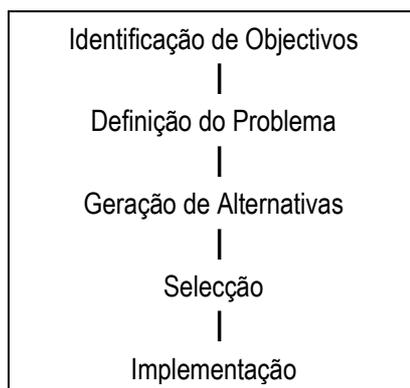


Figura I.1.1. Modelo de procedimento tradicional (Vasconcelos, 1997).

A este modelo de procedimentos está associada uma participação alargada, formal, quase sempre baseada nas audiências públicas. O processo de decisão tradicional centra-se num líder e baseia-se numa forma *top-down*, burocrática, centralizada e com procedimentos rígidos. O conhecimento dominante aceite é o chamado conhecimento técnico (Figura I.1.2.).

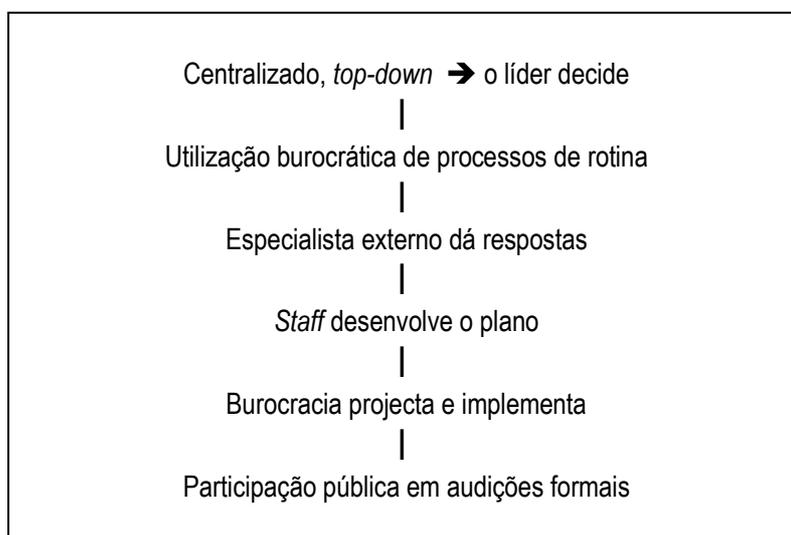


Figura I.1.2. Processo de decisão tradicional (Vasconcelos, 1997).

Assim, grande parte das queixas centra-se precisamente no facto de o envolvimento dos cidadãos só se efectuar quando o plano / projecto se encontra praticamente finalizado, gerando grandes frustrações ao nível da sociedade civil. Esta considera que a sua intervenção é extremamente limitada e ignorada, servindo apenas para legitimar o que já

está previamente acordado. Este mal-estar nos participantes expressa-se frequentemente pela radicalização de posições que conduz ao bloqueio do plano / projecto e posterior impossibilidade de diálogo, dando aso ao aparecimento de conflitos de difícil resolução.

Por outro lado, a aprendizagem que poderia ser feita ao longo de todo o processo, evitaria a necessidade de consumo de tempo nas fases finais, para o desenvolvimento de uma linguagem comum (necessidade de homogeneizar a linguagem), podendo os participantes trazer mais valias focalizando-se em aspectos mais substanciais (Vasconcelos, 1997).

Todas estas dificuldades poderiam ser ultrapassadas se o envolvimento da população civil fosse em fases iniciais do processo. De acordo com Vasconcelos e Martinho (1998), um envolvimento precoce dos cidadãos dar-lhes-ia a oportunidade de desenvolver uma melhor compreensão do processo e intervir efectivamente, co-responsabilizando-se pelo mesmo o que traria mais valias para a fase de implementação. Por outro lado, seria possível desenvolver a linguagem comum desde fases iniciais, permitindo a facilitação das fases finais do processo.

1.4.3. Caracterização dos Problemas Ambientais

O leque de assuntos ambientais a considerar, abrange desde casos que permitem uma solução única, chamados problemas estruturados, até aos problemas mais complexos, identificados por Rittel & Webber (1973) como “perversos”. Estes problemas, semi / não estruturados, correspondem à maioria dos que aparecem nos processos de decisão, em planeamento e na gestão e definição de políticas (por exemplo, a localização de grandes infra-estruturas).

Enquanto os primeiros (estruturados) respondem bem às soluções técnicas deixando pouca ou nenhuma margem para controvérsia, os problemas perversos, também chamados “complexos”, quando abordados exclusivamente como problemas técnicos dão margem a conflito, pois apresentam frequentemente conotações muito fortes com valores e interesses

de grande número de intervenientes e exigem grande pluridisciplinaridade (Vasconcelos, 1997).

É este tipo de problema que constitui a grande maioria dos “casos” ambientais. Trata-se de situações com características específicas (Figura I.1.3), que não têm uma formulação definitiva e a sua ocorrência é determinada por uma multitude de explicações que condicionam a solução.

Torna-se claro que problemas desta natureza apresentam uma considerável complexidade, atendendo ao número de factores em presença. A localização de grandes infra-estruturas, o ordenamento do território ou os planos de gestão de componentes ambientais, são situações em que este tipo de problemas aparece com grande facilidade, degenerando quase sempre numa situação de conflito ambiental.

- O problema é sintoma de outro problema
- Não há formulação definitiva do problema
- A existência do problema pode ser explicada de várias maneiras
- Existe acordo reduzido quanto ao problema
- A escolha da explicação condiciona a natureza da solução
- Não há nenhuma solução imediata
- Não existe um conjunto exaustivo de soluções potenciais
- Parece não existir uma solução satisfatória
- Existe incerteza quanto aos factos, métodos e futuro
- A informação técnica tem carácter multidisciplinar
- Existe muito conhecimento prático
- Existe o envolvimento de uma grande variedade de valores e interesses
- Os actores têm poderes e competências desiguais
- As soluções a implementar requerem acções coordenadas
- Não existe um tempo limite

Figura I.1.3. Características dominantes dos problemas ambientais complexos [Adaptado de Rittel e Webber (1973) e Vasconcelos (1997), *in* Caser, 2001].

A Figura I.1.4. ilustra possíveis acções-tipo com que se defrontam os profissionais de gestão ambiental, classificadas quanto ao nível de conhecimento técnico e ao acordo relativamente a objectivos (Vasconcelos, 2001).

		OBJECTIVOS	
		Com Acordo	Sem Acordo
S O L U Ç Õ E S	CONHECIDAS	<p>A</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Infra-estruturas (água, electricidade); ▪ Equipamentos (educação, saúde, etc). <p>Programação normalizada</p>	<p>C</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Construção de um parque industrial vs implementação de um corredor ecológico; ▪ Localizar um aterro sanitário. <p>Construção de consenso</p>
	DESCONHECIDAS	<p>B</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumentar o nº de efectivos de uma espécie ameaçada numa Área Protegida; ▪ Reabilitar zonas deprimidas do interior; ▪ Favorecer a inovação. <p>Experimentação</p>	<p>D</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Controlo do crescimento urbano; ▪ Reabilitar áreas com erosão acentuada; ▪ Definir políticas de conservação da natureza. <p>Redefinição de problemas</p>

Figura I.1.4. Tipologia de Problemas [Adaptado de Christensen (1985) e Balducci (2001), *in* Vasconcelos, 2001].

Esta figura mostra a crescente complexidade e incerteza à medida que nos deslocamos de A para D e identifica as abordagens aconselhadas para cada um dos casos.

Obviamente, um dos aspectos mais ignorado é que decisões em contextos complexos não são exclusivamente técnicas “*mas integram inúmeras decisões políticas e julgamentos de valores*” (Lake, 1987).

Frequentemente, as decisões sobre localização de infra-estruturas / equipamentos são classificadas pelos seus responsáveis, no âmbito dos problemas de cariz técnico. Esta convicção tem gerado ambiguidades que acabam quase sempre, em conflitos de difícil resolução, onde as posições se extremam, não havendo margem para o diálogo.

“*A natureza e intensidade do conflito transforma-se radicalmente quando o debate se desloca de assuntos de carácter fiscal e tecnológico para questões de localização geográfica*” (Lake, 1987).

O impedimento de reconhecer as várias dimensões e nível de complexidade, bem como os factores de incerteza quando se fala de localizações geográficas resultam em conflito. De

acordo com Lake (1987), estes conflitos de localização emergem devido ao *“surgimento inevitável de debates não resolvidos, abafados em fases preliminares da política de desenvolvimento e planeamento de equipamentos”*.

Ainda de acordo com este autor, esta situação resulta de duas dicotomias falsas que têm estado na origem dos conflitos de difícil resolução:

- 1) O facto de se separar as decisões de planeamento e projecto de equipamentos, do processo de localização, sendo este último acomodado nas fases finais do processo. O processo de planeamento de equipamentos contém em si decisões múltiplas referentes a impactes locais, à distribuição espacial de risco e a implicações espaciais inerentes que emergem e se tornam manifestas no contexto de conflito de localização. A tentativa de separar o planeamento de equipamentos ou infra-estruturas da resolução de conflitos de localização, ignora a decisão geográfica implícita no processo inicial. Isto significa que os processos de planeamento por um lado e de resoluções de conflitos de localização por outro, não podem ser desagregados. Desta forma, as sementes dos conflitos de localização são lançadas nas primeiras fases do processo de decisão. Subsequentemente, debates sobre localização apenas reavivam decisões que foram evitadas, ignoradas ou simplesmente adoptadas sem escrutínio no decurso do processo de planeamento. O conflito de localização assume-se como um processo político que exige que estas decisões sejam requeridas e tornadas explícitas nas fases iniciais.
- 2) O facto de se considerar o conhecimento dito “técnico” como totalmente independente das políticas, acarreta dificuldades acrescidas. Técnicos de planeamento e construtores procuram frequentemente apresentar o planeamento e as decisões de localização como um processo objectivo e científico. O processo está longe de ser objectivo e isento de valores.

Hoje em dia, os decisores e técnicos são envolvidos em contextos caracterizados por um elevado grau de incerteza e complexidade, com um volume elevado de informação em

circulação, com a necessidade de integrar muitos factores e áreas de especialização, onde o poder se encontra extremamente fragmentado e partilhado. Segundo Bryson *et al.* (1992), as instituições devem partilhar objectivos, actividades, recursos e poder ou autoridade, para conseguir ganhos colectivos e minimizar perdas. Esta nova consciência exige novas formas de participação, o envolvimento efectivo do cidadão, a possibilidade de deliberação e ocasiões para criação de parcerias como forma para conseguir soluções consensuais assegurando a sua implementação.

Analisando os contextos complexos actualmente existentes com a estrutura proposta por Bryson *et al.* (1992), verifica-se que para o exercício da liderança os decisores políticos devem-se especializar na estruturação e uso de *Fora*, Arenas e Tribunais (Bryson *et al.*, 1992):

1) *Forum* – criação e comunicação de significado;

Podem ser grupos de discussão, audiências públicas, trabalhos de grupo, conferências, jornais, televisão, rádio. Ocorrem em espaço físico próprio (audiência pública) ou noutros espaços (jornais, rádio, televisão). Nos *fora* estabelecem-se ligações entre oradores e audiências e é criado entendimento através de discussão, debate e deliberação.

2) Arenas – tomada de decisão;

As arenas podem ser maioritariamente políticas ou económicas. Ambas distribuem e redistribuem o acesso ao processo de decisão e implementação. Podem manter ou modificar as relações políticas e económicas. Como exemplos existem as comissões executivas, assembleias, mercados, senados, comissões directivas. Envolem a participação de actores de um domínio limitado de actividade como parte do processo de tomada de decisão.

3) Tribunais – assegurar o cumprimento de princípios éticos, a constituição e leis;

Os tribunais distribuem e redistribuem a legitimidade. Incluem-se nesta categoria os tribunais de opinião pública, ordens e associações profissionais, tribunais supremos, tribunais militares.

Aplicando esta estrutura preconizada por Bryson à nossa sociedade, verifica-se que os problemas não são resolvidos nos *fora* e arenas (praticamente inexistentes) mas sim nos tribunais, longe da intervenção dos especialistas e técnicos (Vasconcelos *et al*, 2002).

Se se recorrer à *Escada de Participação do Cidadão* (Arnestein, 1969) observa-se que esta inicia-se por formas muito básicas de participação, como sejam as situações principalmente informativas, até situações de intenso envolvimento do cidadão investido de poder para gerar soluções.

Torna-se assim indispensável que o técnico que opera no terreno em processos complexos, promova e assegure os *fora* para debate, sob pena de caso contrário, estar a contribuir para a geração de conflitos que regra geral, terminam nos tribunais, longe da sua esfera de especialidade.

Actualmente, a consciencialização dos técnicos face à complexidade deste tipo de problemas e conseqüente necessidade de integração dos vários aspectos em jogo, tem favorecido formas mais eficientes de intervenção. Por outro lado, os decisores quando confrontados com um poder partilhado, isto é, em que uma entidade única apresenta limitação de competências que a impossibilita de dar resposta adequada a problemas que lhe são postos, apresentam uma maior abertura de colaboração (Vasconcelos, 1997).

Conseqüentemente, assiste-se a uma certa pressão para modificar os processos de tomada de decisão rumo à introdução de processos mais colaborativos que tenham por objectivo a tomada consensual de decisões. Parece assim necessária, a adopção de estratégias alternativas para o planeamento, para a tomada de decisão e a implementação de projectos ambientais bem como para a resolução de conflitos por parte da administração pública.

1.4.4. Novas Tendências na Tomada de Decisão – A Construção de Consensos

Actualmente, com a sensibilização crescente da nossa sociedade para os problemas ambientais, aumentam igualmente as discussões quer em quantidade, quer em qualidade. As situações de conflito são em maior número, crescem os protestos da população, os atrasos e até os bloqueios de projectos que visam solucionar alguns dos problemas ambientais dos nossos dias.

Desta forma, as autoridades encontram-se sob uma pressão cada vez maior por parte da sociedade civil mais formada e sensibilizada para os problemas ambientais e que exige aos decisores, uma participação mais directa nos processos de tomada de decisão. Este facto, de acordo com Dryzek (2000), reflecte a tendência verificada actualmente de mudança de um sistema de democracia representativa para um sistema de democracia deliberativa, com uma intervenção mais activa do cidadão no processo de decisão.

Esta mudança exige que se encontrem formas mais colaborativas e consensuais para que se evitem controvérsias e conflitos que impedem muitas vezes a implementação de soluções urgentes e necessárias.

O maior envolvimento da sociedade civil deverá considerar a multiplicidade de actores envolvidos, ultrapassando a mera participação institucional. O objectivo deverá ser o de aproximar as decisões técnico-políticas das necessidades reais do cidadão, aumentando simultaneamente, a co-responsabilização e a sustentabilidade do sistema.

As dificuldades sentidas na resolução de problemas complexos e a inadaptação ao processo tradicional de decisão levaram ao desenvolvimento de novas formas de decisão, onde se enquadram os processos de desenvolvimento de consenso (Figura I.1.5.).

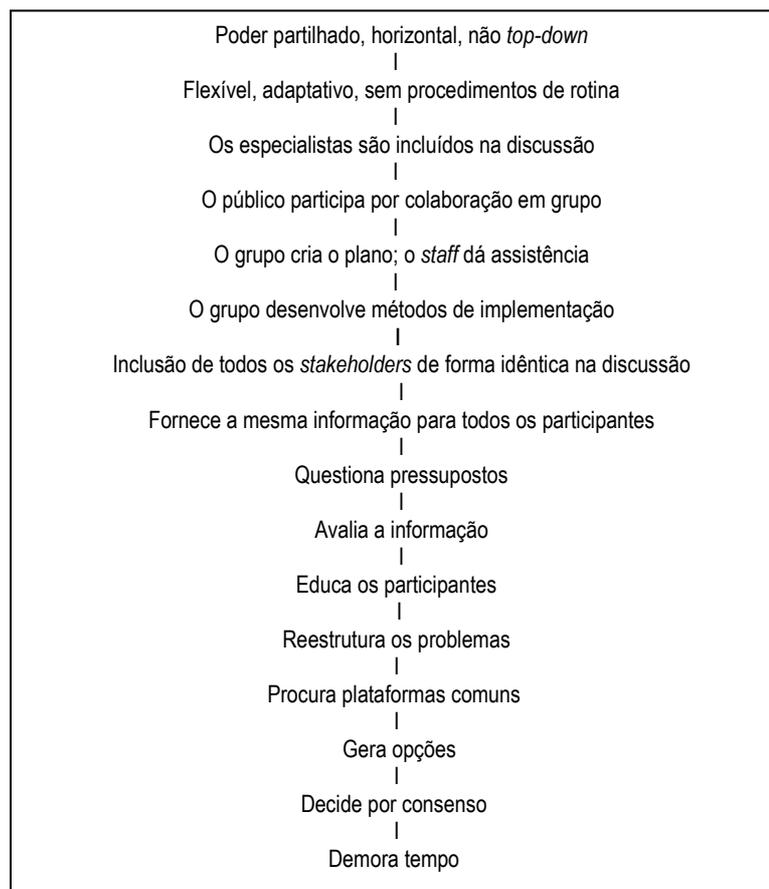


Figura I.1.5. Processo de decisão por desenvolvimento de consenso (Vasconcelos, 1997).

As novas formas de decisão por desenvolvimento de consenso apresentam características mais flexíveis, envolvem um maior número de intervenientes desde fases iniciais do processo e consideram todo o conhecimento como válido, o conhecimento técnico e o conhecimento comum (Vasconcelos, 1997).

Assim, face às exigências impostas pela alteração da sociedade, foi necessário reformular o processo de decisão de forma a encontrar o caminho certo que permitisse dar resposta adequada aos problemas ambientais complexos.

Desenvolvem-se actualmente, novas metodologias, cujas técnicas são as chamadas técnicas de “Ganho Mútuo” (*Win Win*) que, de acordo com Vasconcelos e Martinho (1998), se podem agrupar em dois grandes grupos dirigidas respectivamente a:

1. Situações de conflito: Técnicas de *Negociação / Mediação*, destinadas a resolver conflitos específicos já existentes e que envolvem um negociador, o *Third Party* como mediador do conflito.
2. Obtenção de consenso: *Formas colaborativas de resolução de problemas* e facilitação, técnicas destinadas ao desenvolvimento de consenso desde o início do processo e que incluem como *Third Party* um facilitador.

No terreno, encontram-se geralmente estas formas de actuação interligadas e não com uma divisão tão clara como nesta classificação.

As formas colaborativas de resolução de problemas deslocam a intervenção para fases iniciais do processo, sejam elas a identificação de objectivos ou mesmo a própria definição do problema. Operam como uma forma de aprendizagem para os intervenientes ao longo do processo alertando-os para outras formas de abordagem e preocupações, além de permitir a absorção gradual da informação e a sua compreensão, desenvolvendo a motivação e criando a co-responsabilização entre os participantes. Estes métodos permitem ainda, com alguma frequência, o aparecimento de soluções inovadoras imprevistas no início do processo (Innes, 1993,1994; Vasconcelos, 1997).

Na nossa sociedade existem diversas formas de tomar decisões, baseando-se geralmente em processos de decisão *Win Lose*. A democracia baseia-se na regra da maioria onde 51% determinam o resultado. No processo de decisão executivo e judicial, as decisões são tomadas pelas instâncias superiores e nos processos de decisão pública há um vencedor e um vencido. Actualmente existe um interesse crescente em desenvolver processos alternativos às situações “Ganho-Perda” (*Win Lose*), através do desenvolvimento de metodologias *Win Win*. Ainda de acordo com Vasconcelos e Martinho (1998), o que se verifica é o desenvolvimento de formas mais flexíveis de interacção, uma deslocação da participação para fases mais iniciais do processo e uma forma mais selectiva de participação. Isto traduz-se na prática em três aspectos essenciais:

- As regras dos processos interactivos são estabelecidas ao longo do mesmo e podem ser reformuladas por vontade expressa dos seus intervenientes;
- A participação passa para fases iniciais do plano / projecto, intervindo frequentemente na definição do problema;
- As entidades que participam são os chamados *stakeholders* (actores) que representam os interesses em jogo.

As novas metodologias de participação asseguram o envolvimento do cidadão para além da participação meramente institucional, promovendo o envolvimento alargado da sociedade civil, considerando alguns aspectos fundamentais:

- O envolvimento deve ser em fases iniciais do processo assegurando espaço de debate e tempo para os participantes se inteirarem do processo e da informação em circulação, aprendendo gradualmente e contribuindo com sugestões e propostas;
- Todos os *stakeholders* (aqueles que têm algo a ganhar ou a perder com a decisão) devem estar envolvidos para criar as condições de integrar os interesses e valores de todos desde fases iniciais, ajustando o objecto de discussão (plano, projecto, política) ao longo do seu desenvolvimento;
- A ênfase deve ser posta nos interesses e não nas posições, para facilitar a procura de soluções colaborativas que respondam aos interesses evitando o impasse frequentemente criado por se considerarem apenas as posições previamente assumidas, criando a oportunidade para o aparecimento de soluções inovadoras (Vasconcelos, 2001).

O factor de sucesso destas novas metodologias está em separar o poder do processo, assegurando uma participação genuína de todos, respeitando as ideias avançadas pelos participantes e estruturando-as ao longo das diversas fases (Vasconcelos, 2001). Segundo esta autora, além das vantagens como processo de divulgação de informação, a metodologia permite estruturar a informação em cada fase e compreender e adaptar a linguagem facilitando o envolvimento de todos para chegarem a soluções colaborativas.

De acordo com Vasconcelos (2001), a experiência de estruturação e observação destas metodologias no terreno permite verificar que este novo formato:

- Contribui para a horizontalidade das relações entre participantes, criando redes transversais de comunicação;
- Responde aos interesses dos participantes;
- Ajusta as respostas ao longo do processo;
- Encoraja a criação de parcerias;
- Cria uma dinâmica de baixo para cima num sistema piramidal burocrático *top-down*;
- Flexibiliza e cria os mecanismos necessários para responder às exigências da sociedade dinâmica da actualidade.

O envolvimento efectivo dos interesses chave desde fases iniciais do processo, assegurando um debate aberto e franco, permite construir três tipos de capital:

1. Capital social – confiança, comportamento e redes;
2. Capital intelectual – factos consensuais, partilha de definição de problemas e compreensão mútua;
3. Capital político – parcerias e acordos.

A estes três tipos de capital pode-se ainda acrescentar o capital institucional que cria as ligações transversais essenciais à operacionalidade destes processos (Gruber, 1994).

A construção de consensos como parte integrante dos processos de decisão, utilizando as novas metodologias já referidas, permite não só a divulgação da informação e a educação ambiental das populações como conduz o próprio processo de decisão de forma a que este não caia num impasse, situação geradora de conflitos que coloca quase sempre em causa, o plano, projecto ou política.

1.5. O Conflito Ambiental e sua Caracterização

Na última década assistiu-se a um aumento considerável de conflitos ambientais. Enquanto que, há alguns anos, todas as decisões eram tomadas pelas autoridades competentes, hoje, verifica-se uma necessidade crescente de outros actores sociais participarem nas decisões que os afectam. Surgem assim, os conflitos complexos os quais, através dos processos convencionais de tomada de decisão, não têm em tempo, uma solução consensual e socialmente sustentável. Os conflitos ambientais são caracterizados por uma variedade de actores envolvidos, que defendem ideias diferentes em relação às estratégias de planeamento ambiental definidas.

1.5.1. A Estrutura do Conflito

A percepção de um conflito ambiental passa pela compreensão da sua estrutura em termos gerais. Esta pode ser sistematizada de acordo com o modelo do *Círculo do Conflito*, elaborado por Moore e Wildau (1997), onde as potenciais causas de um conflito ambiental são divididas em cinco grupos diferentes, conforme ilustra a Figura I.1.6..

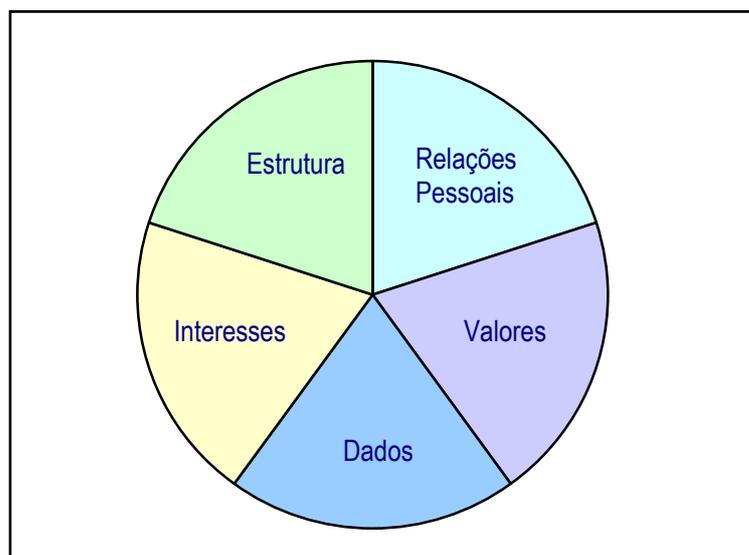


Figura I.1.6. O Círculo do Conflito (Moore e Wildau, 1997).

As *Relações Pessoais* num conflito são determinantes quando existem emoções negativas entre pessoas ou grupos como desconfiança, preconceitos, inveja entre outras. Os efeitos deste aspecto não se encontram directamente afectados aos problemas em causa, mas prejudicam significativamente as capacidades dos actores implicados e o desenvolvimento de uma solução construtiva. Embora por vezes, seja de difícil detecção, este negativismo nas relações pessoais influencia frequentemente as discussões. Nos conflitos ambientais existem diversos mal-entendidos ou preconceitos entre grupos envolvidos (ONG / Governo; Cidadãos / Câmara Municipal; Comerciantes / ONG). A origem desta componente num conflito encontra-se de uma forma geral, na ausência de comunicação intensa.

A origem de problemas ao nível dos *Valores* deve-se normalmente à diferença de credos. As ideias e atitudes face a princípios morais e éticos válidos em sociedade, podem divergir entre actores de um problema complexo. Os valores defendidos representam as bases de decisão pessoal de cada actor, em termos de bom / mau, certo / errado, justo / injusto. A eliminação de divergências nesta vertente passa pela explicação intensa dos valores em causa e pela tolerância mútua entre os actores.

No caso de os actores envolvidos terem acesso a informações diferentes em qualidade e quantidade, ou utilizarem formas diferentes de análise e interpretação do material informativo resulta num problema de *Dados*. A falta de transparência do processo irá ressentir-se numa falha da comunicação entre os actores envolvidos.

A componente *Interesses* num conflito baseia-se no facto de estes serem, ou parecerem ser, diferentes entre os vários actores envolvidos. Engloba por um lado, factores substanciais como gestão de verbas ou do espaço (localizações, alternativas) e por outro, factores processuais, na medida em que as ideias dos actores divergem acerca do modo como deve ser resolvido um problema. Qualquer tentativa de resolução do conflito terá como objectivo procurar, tanto quanto possível, a satisfação dos interesses de cada grupo numa decisão consensual.

Os problemas ligados à *Estrutura* de um conflito são, regra geral, factores externos alheios aos actores envolvidos. No entanto, podem influenciar significativamente o processo de tomada de decisão. Entre estes factores, encontram-se as estruturas administrativas envolvidas, a distribuição do poder de decisão entre actores, o factor tempo, a disponibilidade de recursos, a distância espacial entre actores ou as diferenças culturais. A solução torna-se difícil porque, normalmente, os actores não têm influência sobre as determinantes estruturais do conflito.

1.5.2. Aspectos Políticos e Sociais do Conflito Ambiental

A escassez e a desigual distribuição de recursos naturais, está, desde há muito na base da eclosão de conflitos. Estes estão presentes em todas as relações humanas e em todas as sociedades. Um conflito ambiental pode ter origem na escassez ambiental de um recurso; esta por sua vez, pode resultar de um sobre-uso de um recurso natural, da sua degradação ou ainda por se exceder a capacidade de auto-depuração dos ecossistemas como é o caso da poluição.

As decisões políticas que impliquem impactes nos recursos naturais como a água, o ar ou o solo são sempre delicadas e assumem contornos diferentes daquelas relacionadas com políticas económicas ou de mercado, por exemplo.

De acordo com Caser (1999), as grandes diferenças entre a política ambiental e outros campos políticos, centram-se em:

- Os conflitos ambientais resultam da relação entre o Ambiente e o Homem e desta forma, da relação entre os sistemas naturais e sociais. Consequentemente, caracterizam-se pelo elevado grau de complexidade e de insegurança quanto aos resultados do processo de tomada de decisão. É claro que estas decisões afectam o bem-estar comum e as suas consequências ultrapassam frequentemente, limites

espaciais e temporais. É este facto que, na óptica dos actores, lhes confere legitimidade de intervenção;

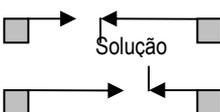
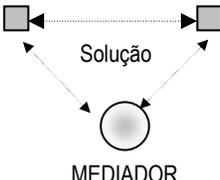
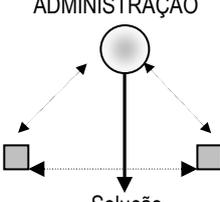
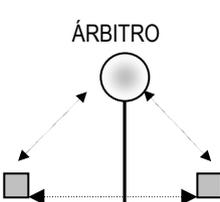
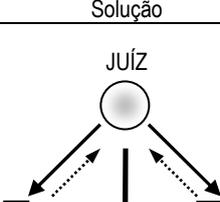
- Geralmente envolvem-se múltiplos actores (administração pública, associações, instituições, organizações e grupos de cidadãos), com diferenças significativas quanto às suas ideias, experiências, oportunidades de actuação e de tomada de decisão. Este facto dificulta, cada vez mais, as decisões administrativas e políticas;
- Os problemas ambientais, sendo muitas vezes objecto de decisão das autoridades, ultrapassam na maioria dos casos as competências políticas e administrativas dos decisores. A complexidade do sistema natural e o seu carácter transfronteiriço dificultam a avaliação real e completa dos efeitos no ambiente a curto, médio e longo prazo.

Uma das componentes essenciais neste tipo de conflito é o diferente posicionamento dos vários actores. Para se atingirem decisões consensuais na resolução de conflitos ambientais manifestos, é de importância crucial o diálogo aberto entre todos os actores socialmente relevantes envolvidos no problema complexo.

1.6. Resolução de Conflitos – Tipos de Estratégias

Na gestão de conflitos encontram-se diversas estratégias cujo *continuum* se estende desde a prevenção total do conflito até ao conflito verbal e físico violentos, passando por vários processos informais e formais de resolução com ou sem ajuda de terceiros (Quadro I.1.2.).

Quadro I.1.2. Estratégias Disponíveis para a Resolução de Conflitos (adaptado de Caser, 1999).

Aumento de tensão ; maior probabilidade de resultados do tipo ganho / perda (win – loose)	Tomada de decisão pelos actores envolvidos	Evitar o conflito		O conflito é sentido como uma situação desagradável, sendo negado pelos actores.
		Discussão informal		Processo informal. Conversas amigáveis possibilitam uma solução.
		Negociação		Processo informal em que os actores são negociadores. Com ou sem ajuda de um terceiro, tenta-se negociar e terminar o conflito.
		Mediação		Processo formal. Um elemento externo, neutro, ajuda os actores a atingir um acordo consensual. Os actores trocam de uma forma estruturada, os seus pontos de vista e interesses, em encontros organizados. O mediador não tem poder de decisão.
	Tomada de decisão por terceiros	Decisão administrativa		Processo formal e hierárquico de tomada de decisão pela administração.
		Arbitragem		Processo formal. As partes decidem de livre vontade aceitar a decisão de um terceiro elemento, neutro. O árbitro, designado pelas partes, toma a decisão. Os actores não participam na tomada de decisão mas aceitam respeitá-la.
		Decisão judiciária		Processo formal, normalmente pouco satisfatório, caro e moroso. As partes não comunicam entre si. Um representante de cada grupo, o advogado, expõe atitudes e posições ao juiz que, em seguida decide.
		Acção directa não violenta ou violenta		Processo informal, sem comunicação cooperativa, caracterizado por jogos de poder e / ou agressões verbais ou físicas.

1.4.1. O Processo de Mediação na Resolução de Conflitos

A mediação ambiental parte do pressuposto de que o planeamento, o projecto, a política ou a solução de problemas ambientais expressos não devem ser elaborados ou conseguidos de uma forma autocrática por parte dos decisores mas sim, tanto quanto possível, construídos em conjunto, por representantes de todos os actores envolvidos, no âmbito de um procedimento claro e participado.

Trata-se de um processo consensual de preparação de decisões ou de resolução de conflitos ambientais manifestos, em que todos os actores envolvidos, acordam de livre vontade, em negociar, recorrendo à ajuda de um mediador externo e neutral.

O objectivo central da mediação é a construção de soluções consensuais, tendo em conta os interesses e as necessidades de cada um dos actores envolvidos. Neste processo salienta-se a importância do reinício ou a manutenção dos canais de comunicação entre os actores bem como dos possíveis benefícios para todos, que as soluções do tipo “ganho / ganho” (*win-win*) trazem para o processo, através de decisões acordadas em conjunto ou da resolução consensual de conflitos manifestos.

A introdução da mediação em processos de decisão ambiental, sendo uma técnica de estruturação do processo de diálogo entre os actores envolvidos, é igualmente uma das estratégias com melhores resultados na prevenção de conflitos ambientais.

Na base destes conflitos estão, quase sempre, diferenças significativas de interesses entre os vários grupos (administração pública, empresas, sindicatos, organizações não governamentais, grupos de cidadãos) que se resumem no Quadro I.1.3..

Através da introdução de processos de mediação ambiental é possível criar uma plataforma de intercâmbio de posições, interesses e necessidades dos actores, de uma forma equilibrada e estruturada. Este conceito deve ser construído e adaptado na sua estrutura, a cada caso específico. Só assim se tornará num processo activo de participação de todos os actores envolvidos, acompanhando a tomada de decisão.

Quadro I.1.3. Diferença de Interesses entre Actores (adaptado de Caser, 1999).

Administração Pública	Empresas Concessionárias / Gestoras Projectos Públicos	Empresas / Sindicatos	Organizações Não Governamentais / Grupos de Cidadãos
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Integração do projecto no conceito de desenvolvimento da respectiva região; ▪ Minimização de efeitos negativos sobre o ambiente; ▪ Minimização de riscos para a segurança pública; ▪ Realização do projecto no mais curto espaço de tempo; ▪ Afirmação pública da vontade de diálogo aberto; ▪ Criação de emprego; ▪ Minimização de despesas e custos. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Minimização de riscos económicos; ▪ Realização do projecto no mais curto espaço de tempo; ▪ Minimização de despesas e custos; ▪ Afirmação pública de promover o diálogo aberto; ▪ Antecipação de padrões de argumentação dos diversos actores envolvidos; ▪ Identificação de potenciais riscos de conflito; ▪ Redução do risco de conflito através de um planeamento mais rigoroso. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criação de empregos; ▪ Tomada de decisão rápida e qualificada; ▪ Minimização de efeitos negativos sobre o ambiente; ▪ Minimização de riscos para a segurança no trabalho. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Evitar a realização do projecto na própria vizinhança; ▪ Análise das razões favoráveis ou desfavoráveis ao projecto; ▪ Minimização de efeitos negativos sobre o ambiente; ▪ Aumento da informação disponível; ▪ Minimização de riscos para a segurança pública; ▪ Maximização da transparência do processo de planeamento; ▪ Tomada de decisão rápida e qualificada.

A mediação ambiental apresenta-se no entanto, como a estratégia mais adequada para resolução de conflitos já manifestos, oferecendo a possibilidade de reatamento da comunicação entre os actores envolvidos. Neste caso e de acordo com Caser (1999), é essencial introduzir uma estrutura processual, com a ajuda de uma terceira entidade neutra e independente, que permita aos actores:

- Explicar as suas posições;
- Explicar os seus interesses e necessidades;
- Descobrir interesses e necessidades comuns;
- Enfrentar as diferentes questões conflituais como problema comum;
- Explorar em conjunto as opções que garantam, tanto quanto possível, a satisfação das necessidades de cada um;
- Chegar a soluções parciais (ou gerais) consensuais;

- Estabelecer uma cultura de diálogo, a médio e longo prazo.

Apesar das limitações que este processo apresenta (não é aplicável quando um ou vários actores se recusam a participar e os seus resultados são sempre meras propostas, competindo a decisão à autoridade respectiva) a mediação ambiental assume-se como uma ajuda importante na resolução de conflitos ambientais, de uma forma tanto quanto possível satisfatória para os actores envolvidos e ambiental, política e socialmente sustentável.

Apresenta-se no quadro I.1.4. um resumo comparativo entre as características processuais da mediação e o desenvolvimento da dinâmica de conflitos em processos convencionais.

Quadro I.1.4. Resumo Comparativo entre o Processo Convencional e a Mediação (adaptado de Caser, 1999).

	MEDIAÇÃO AMBIENTAL Contenção do Conflito	PROCESSOS CONVENCIONAIS Escalada do Conflito	
Capacidade de Comunicação	<ul style="list-style-type: none"> - Investigação de interesses e necessidades; - Procura de soluções; - Relações comunicativas; - Confiança; - Transparência; - Autodirecção do processo; - Aceitação de visões diferentes; - Soluções “win- win” - Soluções por cooperação; - Soluções duráveis e sustentáveis. 	<ul style="list-style-type: none"> - Elaboração de posições; - Atribuição de responsabilidades e culpas; - Orientação com base em normas; - Exigências e direitos; - Invocação de autoridades superiores; - Controlo jurídico; direcção do processo por terceiros; - Solução jurídica, por decisão de terceiros e não consensual, à custa de um ou mais actores. 	Potencial de Conflito
Potencial de Conflito			Capacidade de comunicação

PARTE II – O DESENVOLVIMENTO DO EMPREENDIMENTO DE FINS MÚLTIPLOS DE ALQUEVA E OS CONFLITOS A ELE ASSOCIADOS

1. ENQUADRAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO EMPREENDIMENTO DE FINS MÚLTIPLOS DE ALQUEVA

A implantação de infra-estruturas nos rios, destinadas à produção de energia hidroeléctrica, ao regadio e à regularização das disponibilidades de água origina a formação de albufeiras, reservatórios artificiais de água, que pela sua dimensão provocam profundas alterações na paisagem e na ecologia da sua zona de influência. Constituem novos sistemas aquáticos que evoluem ao longo do tempo, até atingirem novo equilíbrio ecológico.

A albufeira de Alqueva insere-se numa zona de grande importância, em termos ecológicos e ambientais. O vale do Guadiana constitui uma área onde a intervenção humana, nas paisagens e ecossistemas tem sido das menores em toda a Europa.

A instalação nesta região de um empreendimento com as características do de Alqueva, induz uma série de reacções de vários grupos com diversos interesses que se manifestam de forma mais ou menos explícita, consoante o contexto e a defesa dos seus interesses, acabando por originar conflitos cuja natureza e intensidade influenciam negativamente o desenrolar de todo o processo.

1.1. Caracterização Geral da Bacia do Rio Guadiana

A bacia hidrográfica do rio Guadiana, a quarta maior da Península Ibérica, depois das do Douro, Ebro e Tejo, cobre uma superfície total de 66 800 Km², dos quais 55 300 (83%) em Espanha e 11 500 (17%) em Portugal.

A denominação actual do Rio Guadiana provém da junção do vocábulo árabe para rio, *Uádi* e *Ana* ou *Anas*, nome dado ao rio pelos romanos.

Entre a nascente, nas lagoas de Ruidera, a 1700m de altitude e a foz, no oceano Atlântico, entre Vila Real de Santo António e Ayamonte, o Guadiana desenvolve-se ao longo de 810Km, dos quais 550 em Espanha e 150 em Portugal, servindo o restante troço de fronteira entre os dois países.

Do ponto de vista morfológico, sem prejuízo do seu carácter unitário, esta bacia hidrográfica pode dividir-se em três zonas diferenciadas: *Alto Guadiana*, entre as cabaceiras e a confluência com o rio Valdehornos, abrangendo a zona de Castilla – La Mancha; *Médio Guadiana*, entre o rio Valdehornos e a fronteira portuguesa, abrangendo também a bacia do Ardila; *Baixo Guadiana*, que corresponde à parte portuguesa do rio Guadiana, entre a cota 200m e a foz, incluindo ainda a bacia espanhola do rio Chança.

Em termos climáticos, a bacia apresenta características mediterrânicas secas, com verões quentes, insolação e evapotranspiração elevadas e com invernos relativamente rigorosos na zona alta, suavizando-se consideravelmente para jusante.

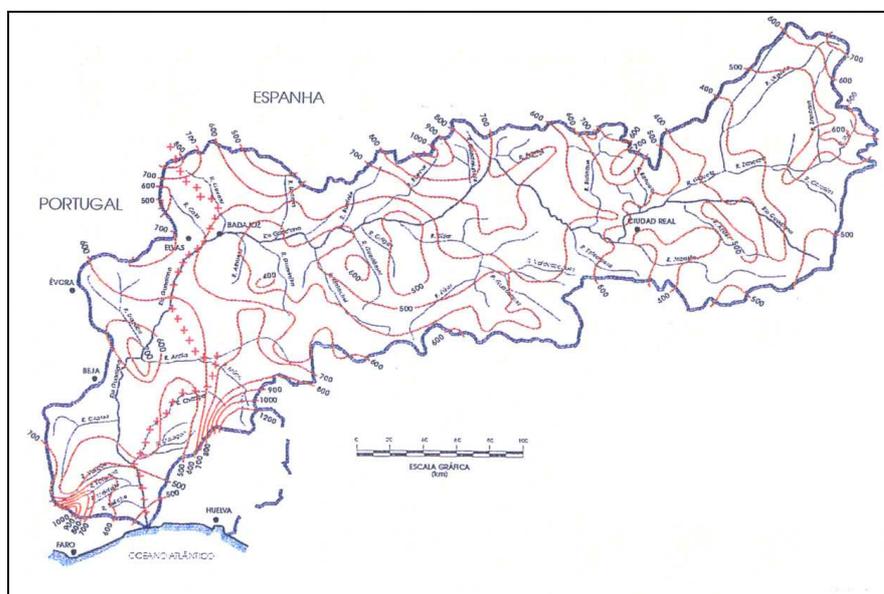


Figura II.1.1. Bacia do Guadiana (INAG, 95).

1.2. O Rio Guadiana como Rio Internacional e Recurso Natural Compartilhado

O rio Guadiana configura-se juridicamente como um rio internacional. O seu carácter internacional, de um ponto de vista que valoriza o elemento *fronteira*, resulta imediatamente da circunstância de se estender pelos territórios de dois Estados – português e espanhol.

De acordo com as evoluções do Direito Internacional fluvial verificadas neste século, os rios serão internacionais independentemente da sua utilização, passando a ser indiferente para o efeito de tal qualificação, a referência à sua utilização para fins de navegação internacional ou à sua navegabilidade contínua em territórios de diferentes estados.

O Direito Internacional fluvial do século XX veio qualificar como internacionais os rios que simplesmente formam fronteira ou atravessam sucessivamente os territórios de dois ou mais Estados.

No entanto, não se pode apenas considerar o rio Guadiana enquanto corrente de água principal e linear que corre continuamente desde a sua nascente até à foz.

Como observa Ridruejo (1987), o desenvolvimento dos diversos usos e aproveitamentos dos rios internacionais exigem ampliações do respectivo conceito, de maneira a que não só compreenda os rios propriamente ditos, mas também todas as correntes que atravessam ou bordejam o território de dois ou mais Estados e todas as demais águas que incidam naquelas. Tem-se, assim valorizado conceitos mais amplos e complexos como os de *bacia hidrográfica internacional*, de *águas transfronteiriças* ou de *sistema de curso de água internacional*, hoje consolidados e aceites internacionalmente.

De acordo com outro conceito igualmente relevante no domínio do Direito Internacional, o Guadiana representa um recurso natural compartilhado, isto é, um recurso natural que aproveita a mais de um Estado ou em relação ao qual existe um interesse comum no seu aproveitamento, não podendo ser objecto de exploração monopolizada unilateralmente, antes pedindo cooperação interestadual. Este conceito tem consagração expressa em

instrumentos como a *Carta de Direitos e Deveres Económicos dos Estados*, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em Dezembro de 1974.

O Guadiana configura-se ainda como um recurso natural compartilhado face à Convenção de 1968, que logo no seu artigo 1.º determina que o aproveitamento dos rios Minho, Lima, Tejo, Guadiana, Chança e seus afluentes se realizará em benefício das duas nações.



Figura II.1.2. Rio Guadiana junto a Mourão.

1.3. O Rio Guadiana e O Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva

1.3.1. A Rega do Alentejo no Passado

Recua-se ao já bem distante ano de 1884, à *Memória acerca do aproveitamento de águas no Alentejo para o fim dos melhoramentos agrícola e industrial da Província* (Imprensa Nacional, Lisboa, 1885) de que foi relator Bento M.C.d'Almeida d'Eça, onde surgem as

primeiras avaliações das necessidades de água para a Estremadura Alentejana e Alto Alentejo.

Neste trabalho, a comissão responsável concluiu que poderiam considerar-se de duas ordens distintas os melhoramentos de que carecia a região para transformar radicalmente o estado menos próspero em que se encontrava: enquanto uns diziam respeito ao aproveitamento dos seus recursos naturais, outros dever-se-iam encaminhar para modificar o modo como na região se encontrava constituída a propriedade agrícola.

No tocante ao primeiro desses melhoramentos, diz o relatório que :

(...) é de todo o ponto indispensável dar regime às águas em todos os lugares em que elas corram sem governo; nos espaços em que levam a ruína aos terrenos cultivados, ora alvercando-os desapidadamente, ora cobrindo com grandes massas de areia longa superfície dos mesmos, cuja regular produção representa já o trabalho de muitos anos.

É também importantíssimo estabelecer alguns exemplos de tomadas de água nos rios, ribeiras e ravinas para as aplicações agrícolas ou industriais; ou seja desviando-as por canais, que em corrente constante as levem para os pontos da sua aplicação; ou levando-as por meio de barragens, em ordem a constituir albufeiras, de onde, nas ocasiões próprias, sejam conduzidas a alimentar a vegetação; (...)

Acerca dos locais mais convenientes para a construção de barragens, esta Comissão estudou detalhadamente o Alto Alentejo tendo elegido seis cursos de água e dimensionado as respectivas albufeiras, cujas capacidades variavam entre os 2 hm³ e os 66 hm³. A impressão produzida por esta *Memória acerca do aproveitamento de águas no Alentejo* foi grande, tendo Oliveira Martins acolhido as suas recomendações no *Projecto de Lei de Fomento Rural* de 1887. Neste *Projecto de Lei*, no capítulo intitulado *Economia hidráulica portuguesa* refere-se que:

(...) empreendidas elas (...) ter-se-á efectuado o primeiro ensaio para iniciar o sistema dos melhoramentos hidráulicos no sul do reino, que são incontestavelmente uma das condições da sua colonização (...)

Este Projecto de Lei não chegou a ser discutido no Parlamento e as obras preconizadas no relatório de 1884 não chegaram a ser realizadas. Em 1902, Macedo Lacerda propunha que se lançassem estudos de obras hidráulicas em grande escala, escrevendo:

(...) Hoje que infelizmente o Estado não dispõe de dinheiro para grandes obras, e que temos caminhos-de-ferro e estradas em quase todo o País, que proverão em meu entender, durante muitos anos às necessidades agrícolas e industriais, poderiam talvez encetar-se trabalhos de irrigação, senão com albufeiras que são muito caras, com canais de maior ou menor desenvolvimento conforme o necessário. Em todo o caso, parece-me ser ocasião oportuna para encetar em larga escala os estudos de hidráulica agrícola, empregando neles uma grande parte do pessoal técnico, que não tem, por falta de obras, em que empregar a sua inteligente actividade. (...) É claro que estes estudos se não reduziram apenas a irrigações: é preciso tratar também da regularização das correntes de água, que se acham quase por completo abandonadas, e sobretudo da regularização e defesa das cheias.

Só nos finais dos anos cinquenta, se vieram a construir as barragens preconizadas na *Memória* já citada, cujas albufeiras possuem capacidades superiores às previstas no referido relatório, o que se compreende em face do desenvolvimento desde então verificado no projecto e construção de barragens. A barragem do rio Caia, concluída em 1967 e prevista na mesma *Memória* só veio a ser construída oitenta e três anos depois.

Outro estudo que teve em vista a rega no Alentejo foi o que esteve na origem do Projecto de Lei de Fomento Hidráulico-Agrícola apresentado na sessão de 7 de Março de 1898 da Câmara dos Deputados por José Maria Pereira de Lima, visando a construção e exploração, em regime de concessão, de um canal de navegação e irrigação ligando o rio Tejo ao Guadiana, com um ramal rectificando o rio Sado até Alcácer (Figura II.1.3.).

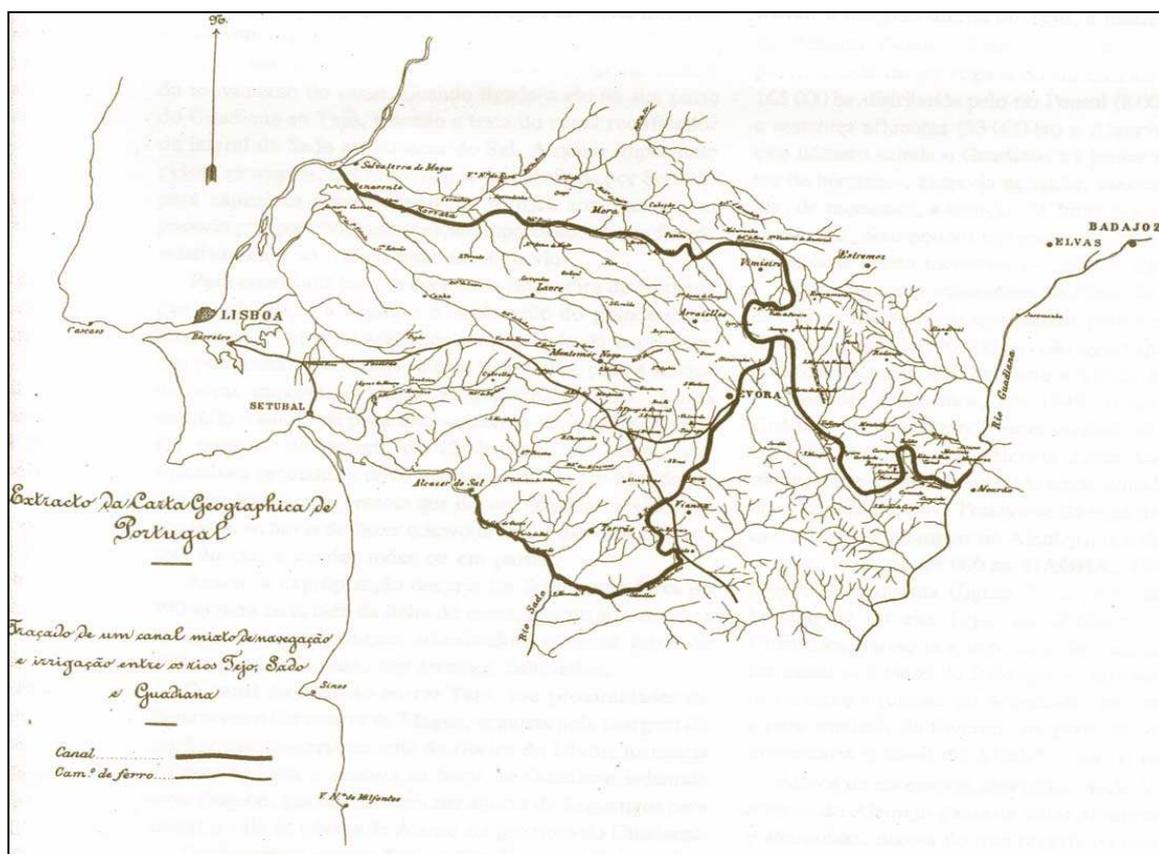


Figura II.1.3. Canal de navegação e irrigação entre os rios Tejo, Sado e Guadiana (Pereira, 1898).

No seu relatório justificativo lê-se que:

(...) a nossa Província do Alentejo, que só por si tem uma área superior à da Bélgica, deve ser o nosso grande celeiro cerealífero. E para o ser, importa não só o melhoramento das suas condições culturais pelo arroteamento dos terrenos incultos e pelo aumento da cultura intensiva proporcionada pelos processos agrícolas modernos, mas também o desenvolvimento dos meios de transporte por preços diminutos e o aproveitamento dos seus mananciais, de forma a criar uma vasta artéria de água, donde a agricultura se possa abastecer para as suas irrigações agrícolas (...).

Assim, acrescenta o autor,

(...) o projecto de lei trata principalmente de prover de remédio a esta última necessidade inadiável perante o progresso agrícola alentejano, pretendendo rasgar com um longo sulco de água o vasto quadrilátero da nossa província do sul, abrindo um grande canal de navegação e irrigação, que demais ligue entre si os nossos rios Tejo, Guadiana e Sado (...).

O canal teria início no rio Tejo, nas proximidades de Benavente e Salvaterra de Magos, seguiria pela margem do rio Sorraia, entraria no vale da ribeira do Divor, tornearia a Serra

de Ossa e entrava na bacia do Guadiana ladeando o rio Degebe, que abandonava próximo de Reguengos de Monsaraz para tomar o vale da ribeira de Álamo até próximo do Guadiana. Os desníveis entre o Tejo, o Guadiana e o Sado seriam vencidos por 181 eclusas, admitindo-se que a eclusa tipo venceria um desnível de 4 metros.

Durante décadas pensou-se que a água para a rega no Alentejo deveria ser originária do rio Tejo, senão exclusivamente, pelo menos em grande parte. O rio Guadiana e seus afluentes, por serem insuficientemente conhecidos e estudados, eram considerados de baixa valia para o efeito. Neste contexto, era também importante o atraso na electrificação do País e ainda o facto de um grande troço do Guadiana, que se estende desde a foz do rio Caia, próximo de Elvas a montante, até à confluência do rio Cuncos junto a Mourão, ser fronteiriço, o que obrigaria a negociações com Espanha para a sua utilização.

Em 1930 foi criada a Junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola, que após quatro anos reconhecia a possibilidade de aproveitamentos hidroagrícolas no sul do país com *excepção do Guadiana, que pouco adiantará e sem incluir a margem direita do Tejo, a jusante da confluência do Zêzere* (Branco, 1934).

Passados doze anos, em 1949, o aproveitamento hidroagrícola do Guadiana ocupava ainda uma posição discreta nos planos elaborados pelas entidades portuguesas.

Não obstante, em 1932, a empresa *Henry Burnay & C.^a* requereu a concessão do aproveitamento hidroeléctrico do troço nacional do rio Guadiana, com base num estudo da autoria do Eng.^o Raul Miguel de Mendonça. O esquema previa três escalões no próprio rio: o de Barbosa, com uma barragem de 21 metros de altura e albufeira de 25 hm³, o de Quintos, com uma barragem de 30 metros de altura e albufeira de 171 hm³ e o escalão de Pulo do Lobo, formado por uma barragem de 18 metros de altura e criando uma albufeira de 22 hm³ de capacidade. Previa-se ainda uma albufeira de armazenamento de 200 hm³ no afluente Degebe, próximo da sua foz e da povoação de Alqueva, criada por uma barragem com 67 metros de altura. Este esquema obedecia às técnicas da época, designadamente das empresas privadas, de aproveitar apenas os troços mais rentáveis dos rios.

A Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos, do Ministério das Obras Públicas e Comunicações, passou a aprofundar os estudos do rio Guadiana e dos seus afluentes a partir de 1940-41. E em 1943, ao apresentar o estudo prévio das condições de navegabilidade do rio, estes serviços aproveitaram a circunstância para chamar a atenção das autoridades competentes para uma outra finalidade do aproveitamento da bacia, informando:

(...) É em especial de verdadeiro interesse o estudo das possibilidades hidroagrícolas da bacia, permitindo a rega abundante e ordenada de extensas regiões, com a conseqüente transformação da economia regional, estudo que deveria ser intimamente relacionado com o do aproveitamento hidroeléctrico das águas da bacia do Guadiana, incluindo ou não a zona espanhola da bacia (...) e encarando todas as modalidades de utilização das águas: aproveitamento hidroeléctrico, rega, navegação, etc. (...). (MOPC, 1946).

Duarte Pacheco, Ministro das Obras Públicas considerou não ser ainda conveniente, a integração nos estudos, do troço fronteiriço do rio, tendo admitido que:

(...) no futuro, venha a reconhecer-se a possibilidade e conveniência mútuas de uma íntima colaboração dos dois países vizinhos no estudo do conjunto do problema do Guadiana e de outros rios, mas nas circunstâncias presentes não parecem estar já criadas as condições que aconselhariam uma tal orientação (...). (MOPC, 1946).

A derivação para a rega das águas da parte espanhola da bacia, que se previa fosse quase integral em períodos secos, indicava ser indispensável efectuar a melhor utilização possível das águas da bacia portuguesa, criando albufeiras de média capacidade nos seus afluentes. Previa-se assim, uma albufeira no rio Degebe com barragem nas proximidades de Alqueva e outra no rio Ardila, situando-se a barragem junto ao Monte Branco, ambas destinadas a funcionar essencialmente em regime de compensação estival.

Para a utilização da queda disponível no próprio rio Guadiana previam-se três escalões: o de Barbosa (5 Km acima da confluência do Degebe com o Guadiana), o de Pedrógão, junto à localidade com o mesmo nome e o de Rocha da Galé, a seis Km de Mértola (Figura II.1.4).

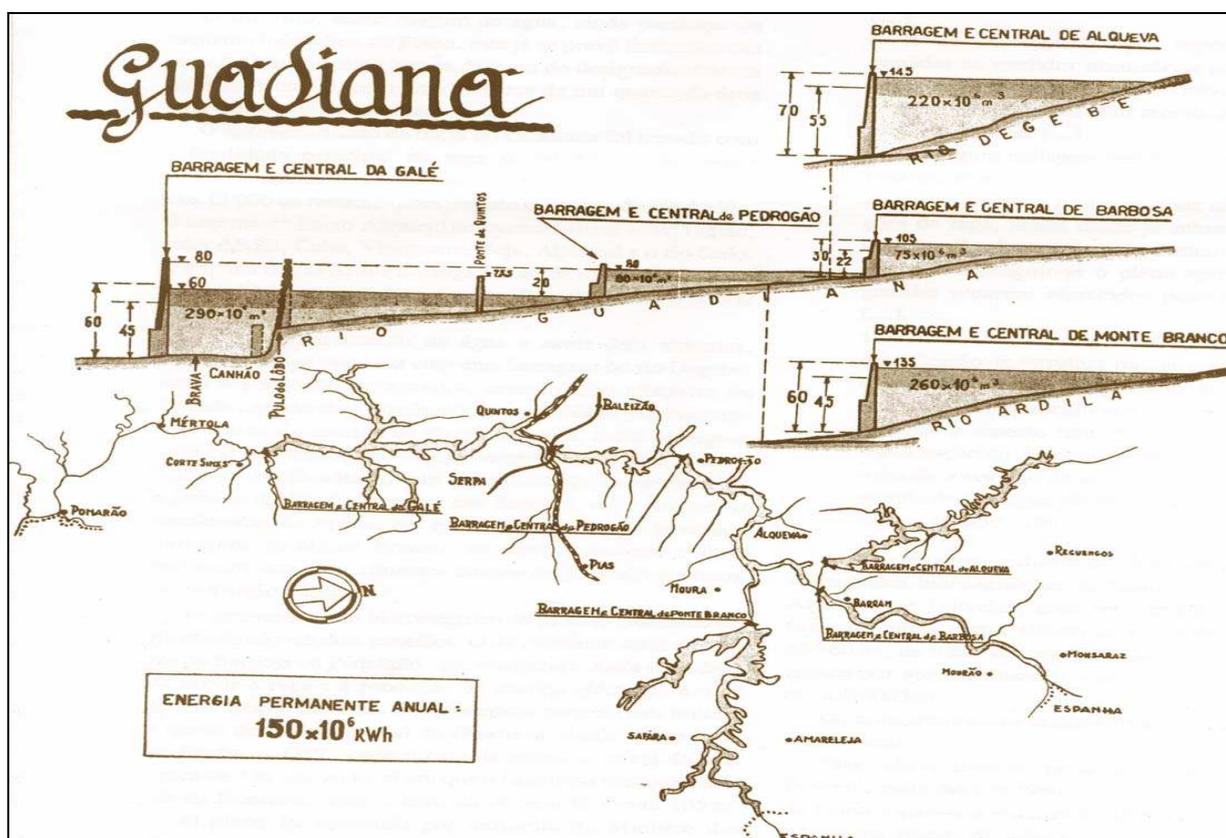


Figura II.1.4. Aproveitamento do Guadiana e Afluentes, preconizado em 1945 por Carvalho Xerez (*in* Sanches, 1994).

1.3.2. O Plano de Rega do Alentejo de 1957

As origens mais recentes do Empreendimento de Alqueva remontam a 1957, tendo então sido concebido no quadro de um Plano de Rega do Alentejo que admitia a construção, nas proximidades de Alqueva, da barragem e central da Barbosa.

Com efeito, aquele Plano, que não era senão um projecto global de abastecimento de água ao Alentejo, teve em consideração o aproveitamento dos recursos hídricos gerados na região, que foram regularizados. Mas, por já então os considerar insuficientes, desde logo o Plano concebeu e dimensionou as respectivas infra-estruturas hidráulicas, por forma a que todo o sistema viesse mais tarde a ser reforçado a partir do Guadiana.

De facto, é a partir deste Plano, cuja iniciativa pertenceu ao ministro das Obras Públicas de então, Eng.º Arantes e Oliveira, que finalmente se considera a bacia do rio Guadiana nas suas possibilidades hidráulicas de utilização para fins múltiplos.

Os estudos do Plano, embora ainda confinados unicamente ao troço nacional do rio, foram conduzidos no sentido de as águas do Guadiana, darem a maior contribuição possível à rega das terras do Alentejo, ao mesmo tempo que se valorizaria a energia eléctrica susceptível de aí ser produzida.

O rio Tejo, como origem de água, ainda faz parte do esquema hidráulico do Plano, embora a sua contribuição se resuma somente à rega da zona designada por Sistema do Alto Alentejo.

O aproveitamento da bacia do Guadiana foi tratado com a finalidade principal da rega de 94.000 ha, dos quais 79.000 ha seriam incluídos no chamado sistema do Baixo Alentejo e os 15.000 ha restantes constituiriam o Sistema do Ardila.

Para o fornecimento de água a esses dois sistemas, concebeu-se um esquema com uma barragem no rio Degebe, junto à povoação de Amieira, criando uma albufeira de elevada capacidade e dominando por gravidade, praticamente toda a área do Sistema do Baixo Alentejo. Seria construída outra barragem também no Degebe, junto à povoação de Alqueva e outra ainda no rio Guadiana, que ficaria situada imediatamente a jusante da foz do Degebe, em Barbosa, ou a jusante da confluência do Ardila, em Pedrógão. No Ardila haveria a barragem do Monte Branco, no curso principal e duas barragens nos seus afluentes ribeira de Safarejo e ribeira de Murtigão (Figura II.1.5.).

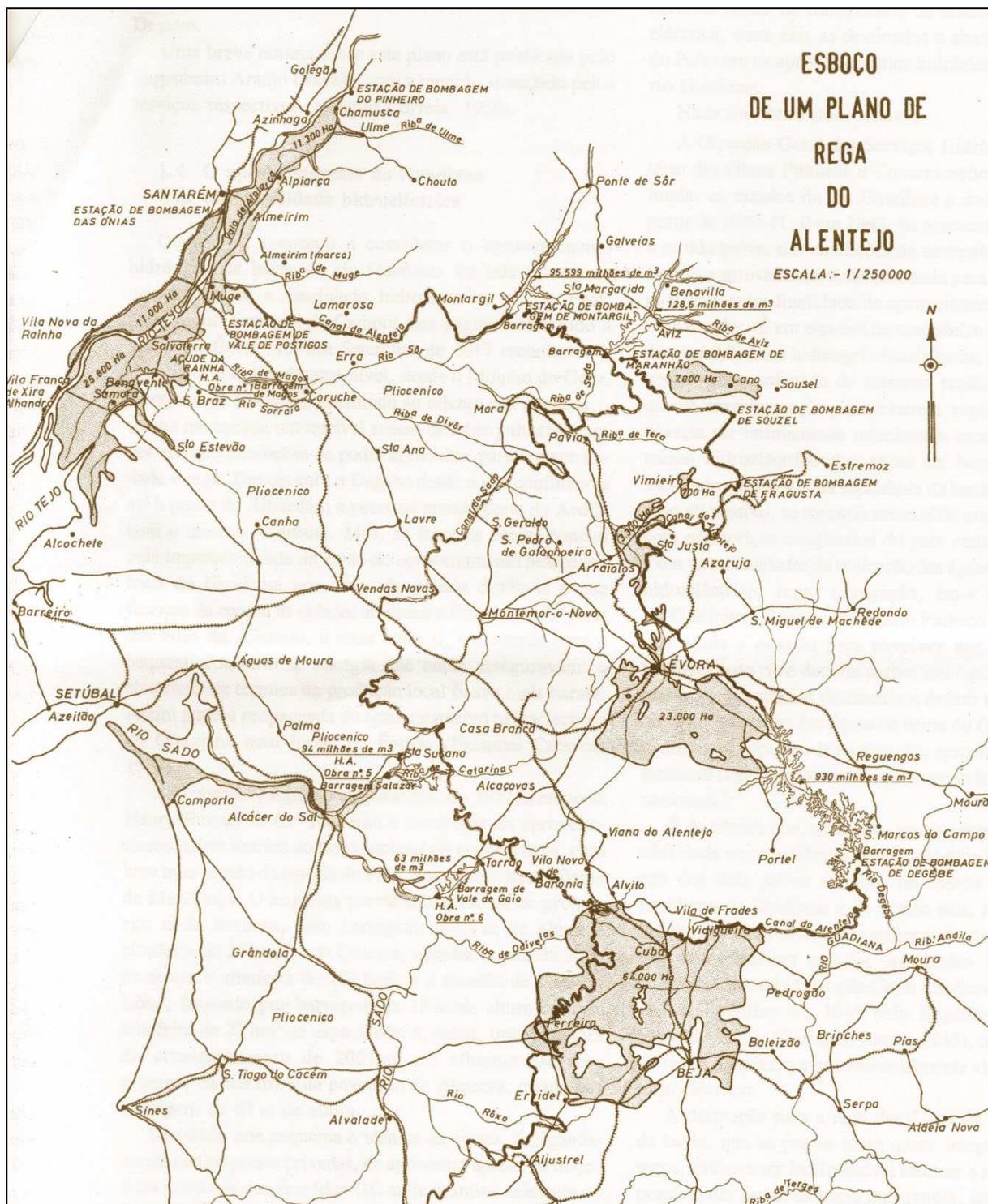


Figura II.1.5. Plano de Rega do Alentejo – Esquema geral dos aproveitamentos (Adaptado de Sanches, 1994).

O aproveitamento do rio Guadiana seria efectuado em dois escalões: o de montante seria o escalão de Barbosa ou Pedrógão, que realizaria a dupla finalidade de servir para rega e

para produção de energia eléctrica e o de jusante, na Rocha da Galé. Estes escalões permitiriam utilizar a queda do troço nacional do rio, desde a Rocha da Galé onde o rio se encontra três metros acima do nível do mar até ao local em que o Guadiana começa a servir de fronteira, onde o leito do rio tem já a cota de 105 metros.

O Plano de Rega do Alentejo foi aprovado por despacho do Ministro das Obras Públicas de 14 de Setembro de 1958, exarado sobre Parecer do Conselho Superior de Obras Públicas, de onde se destacam as seguintes conclusões:

(...) 1. O Plano de valorização do Alentejo (rega de 170.000 ha), contendo grande número de elementos técnicos e económico-sociais de muito interesse, constitui uma valiosa contribuição para a resolução dos problemas desta Província, com reflexos benéficos para a economia geral do País;

2. Aqueles elementos são bastantes para admitir a viabilidade da realização de obras destinadas a regar vastas áreas e do reembolso do seu custo, de forma directa e indirecta, tal como se prevê no Plano, em termos adequados ao interesse nacional;

(...) 8. É de recomendar que superiormente sejam tomadas as medidas necessárias para se acelerar a execução das obras de rega, visto os investimentos nelas feitos serem dos mais reprodutivos e com maior projecção social;

9. Se afigura indispensável que os problemas postos pela transformação cultural de sequeiro em regadio de vastas áreas do Alentejo, onde não existem tradições de rega, sejam desde já submetidos ao estudo coordenado dos vários organismos do Estado, de forma a conseguir-se o pleno aproveitamento dos grandes recursos oferecidos pelas obras planeadas (...);

10. Devem ser tomadas, quanto antes, medidas para modificação da estrutura fundiária das áreas a regar, em moldes que correspondam às exigências das modernas técnicas culturais, não se podendo perder de vista o aspecto fundamental de que o Plano de Valorização do Alentejo oferece a oportunidade de sujeição a regadio de extensas áreas de sequeiro no sentido de constituir núcleos de proprietários agricultores (CSOP, 1961)

Parte deste Plano foi executado tendo-se iniciado as obras em 1963, somando os armazenamentos, 1123 hm³ de capacidade. O termo desta fase do Plano dá-se com a conclusão da barragem do Alvito, na ribeira de Odivelas, decorria o ano de 1980. Ficaram por construir as barragens e demais infra-estruturas hidráulicas que, segundo o Plano, permitiriam estabelecer no Alentejo o regadio de mais 124 000 hectares, a maior parte dependente do aproveitamento de Alqueva.

1.3.3. O Convénio Luso – Espanhol sobre Rios Fronteiriços de 1968

Em 1964, Portugal e Espanha concordaram na conveniência de constituir uma Comissão *ad hoc* mandatada para o estudo dos problemas decorrentes dos aproveitamentos hidráulicos de rios de interesse comum para os dois países, com excepção feita para o Douro, onde este esforço já havia sido realizado e concretizado através de Convénio assinado entre os dois países, nesse mesmo ano.

Assim, esta Comissão estendeu as suas actividades aos restantes cursos de água que formam ou cruzam a fronteira, ampliando a sua competência nas zonas fronteiriças aos usos dos mesmos, como pesca, hidráulica fluvial, actividades poluentes das águas e outros, que conjuntamente interessem a ambos os países.

A designada *Comissão Luso – Espanhola para Regular o Uso e Aproveitamento dos Rios Internacionais nas suas Zonas Fronteiriças* elaborou um relatório sobre o possível aproveitamento hidroeléctrico dos troços internacionais dos rios Minho, Lima, Tejo, Erges, Sever, Guadiana e Chança, com base nos trabalhos existentes nos dois países e nos estudos e reconhecimentos efectuados expressamente para o efeito.

Nesse documento (Corral e Sanches, 1964), foram examinadas as formas pelas quais, em linhas gerais, deveria realizar-se o aproveitamento hidráulico dos rios fronteiriços para rentabilizar a sua utilização, sob o ponto de vista técnico, ocupando-se, porém, apenas daqueles rios em que pela sua importância se poderia prever interesse imediato.

Relativamente ao Guadiana, considera a Comissão que o rio possuía já uma importante regularização que não poderia ser aproveitada em Portugal senão numa pequena parte, em consequência da grande área regada em Espanha e que se projectava ampliar consideravelmente.

A partir da sua entrada em Portugal, os caudais do Guadiana poderiam ter dois tipos de utilização interessantes. Uma delas, a de menor interesse, seria o aproveitamento

hidroeléctrico dos 155 metros de desnível até ao mar. A segunda estaria na rega de uma extensa área de Portugal, por meio de água a elevar deste rio.

Tanto para a utilização de água no regadio, como para produção de electricidade, considerou-se necessária uma regularização importante, pois os caudais procedentes do Guadiana espanhol seriam muitos irregulares logo que estivesse em completa exploração, o regadio do Plano de Badajoz e dado que os caudais da bacia intermédia não tinham então, nenhuma regularização.

Entre as soluções para a regularização do Guadiana a jusante da sua saída de Espanha, ponderou-se que, em princípio e igualdade de condições, convinha efectuar-la à cota mais elevada possível, para assim reduzir a altura média de elevação de água para rega ao mesmo tempo que se aumentaria a queda utilizável na produção de energia eléctrica com caudais regularizados. Concluiu-se então, que as circunstâncias eram favoráveis à adopção dessa solução uma vez que seria economicamente possível estabelecer uma albufeira de elevada capacidade, cuja barragem estaria implantada em Portugal, a jusante da confluência do rio Degebe, com o seu nível máximo à cota de saída do Guadiana de Espanha, tendo assim em devida conta, os problemas de inundação. O resto do troço português do Guadiana poderia ser aproveitado com outra albufeira, ficando a barragem a montante de Mértola.

O Convénio entre Portugal e Espanha para Regular o Uso e o Aproveitamento Hidráulico dos Troços Internacionais dos Rios Minho, Lima, Tejo, Guadiana, Chança e seus Afluentes, assinado em Madrid em 29 de Maio de 1968 e aprovado e ratificado pelo Decreto-Lei n.º 48 661, de 5 de Novembro de 1968, distribuiu o aproveitamento dos rios mencionados de modo que a Portugal e no que ao Guadiana diz respeito, reservou-se a utilização de todo o troço do rio entre os pontos de confluência deste com os rios Caia e Cuncos, incluindo os correspondentes desníveis dos afluentes do mesmo troço.

1.3.4. Aproveitamento do Rio Guadiana em Alqueva. O Projecto de 1970

No seguimento dos estudos decorrentes após a elaboração do Plano de Rega do Alentejo, foram equacionadas três soluções para efectuar o aproveitamento hidráulico do Guadiana.

A primeira hipótese previa o aproveitamento do curso nacional do rio Guadiana por meio de um único escalão, com a barragem situada no local de Atalaia, cerca de seis quilómetros a montante da Rocha da Galé, no troço do rio designado por Corredoura. Esta solução tinha a particular vantagem de criar uma albufeira de elevada capacidade, da ordem dos 3.500 hm³, capaz de efectuar uma grande regularização dos respectivos recursos hídricos, caracterizados por uma forte irregularidade de ano para ano, além de garantir as necessidades de água para a rega mesmo nos anos mais secos. Esta hipótese correspondia ao objectivo de permitir realizar o aproveitamento do Guadiana enquadrado no Plano de Rega do Alentejo e no âmbito das soluções nacionais.

Numa segunda solução, encarou-se o aproveitamento do troço do rio e da metade de jusante do troço fronteiriço, o que implicaria a construção de duas barragens, das quais a de montante seria a de Brinches e a de jusante em Atalaia ou Rocha da Galé.

Utilizando completamente o troço internacional, haveria também dois escalões, em que a barragem de montante, também designada por Alqueva, seria agora implantada no próprio rio Guadiana, a jusante da confluência do rio Degebe e não neste último e o escalão de jusante seria como na segunda hipótese.

As três soluções atrás referidas foram então comparadas sob os seguintes aspectos fundamentais:

- Problemas especiais de inundação pelas albufeiras, como submersão de povoações, instalações mineiras, industriais entre outras;
- Restabelecimento de traçados rodoviários e ferroviários;
- Características geológicas dos locais das barragens e obras anexas;

- Produtividade média de centrais hidroeléctricas e energia necessária para a bombagem de água para a rega;
- Custo das obras.

Desta análise comparativa concluiu-se que a utilização completa do troço internacional do rio Guadiana constituía a melhor solução e foi com tal orientação, aprovada pelo Ministro das Obras Públicas em Julho de 1966, que então se avançaram nos estudos para dar continuidade à execução das obras do Plano de Rega do Alentejo, com apoio numa grande albufeira de elevado índice de regularização pluri-anual.

O Convénio Luso-Espanhol veio viabilizar o estabelecimento desse grande armazenamento no troço atribuído a Portugal, concebendo-se o projecto do aproveitamento de Alqueva.

No projecto da barragem, central hidroeléctrica e estação elevatória de Alqueva de 1970, previa-se uma albufeira com capacidade total de 3.300 hm³, ao nível de pleno armazenamento à cota 148 m, criada por uma barragem com 86 metros de altura máxima. Esta albufeira asseguraria a garantia de rega em qualquer época do ano, de uma área aproximada de 134.500 ha. A transferência de caudais do Guadiana para outras bacias interessadas no Plano de Rega do Alentejo será plenamente assegurada por esta albufeira. É o caso da bacia do rio Sado, cujas aflúências próprias são insuficientes para a área com aptidão para o regadio e cujos recursos se poderão completar a partir de Alqueva.

Um resultado vantajoso seria igualmente a integração neste projecto, do bloco do Ardila tornando dispensáveis as barragens de Monte Branco, Safarejo e Murtigão.

Por outro lado, e de acordo com este projecto de 1970, o aproveitamento de Alqueva permitirá que o bloco de Évora seja regado pelo Guadiana e não pelo rio Tejo.

O Projecto de Aproveitamento do Alqueva, depois de submetido a consulta do Conselho Superior de Obras Públicas e Transportes e em face do seu parecer, (CSOP, 1973), recebeu a aprovação do Ministro das Obras Públicas em 1 de Setembro de 1970.

Dada a sua valia eléctrica significativa e nos termos da legislação então vigente, por deliberação do Conselho de Ministros de 13 de Março de 1973, sob proposta do Ministro

das Obras Públicas, foi adjudicada à Companhia Portuguesa de Electricidade, a concessão do aproveitamento hidroeléctrico do troço fronteiro do Guadiana atribuído a Portugal, conjuntamente com o troço nacional do mesmo rio. É dessa data a decisão governamental de construir a barragem de Alqueva.

Em Outubro do ano seguinte é criado um grupo de trabalho interministerial para estudar e avaliar economicamente o empreendimento de Alqueva e a optimização das suas infra-estruturas, sendo por Resolução do Conselho de Ministros de 12 de Dezembro de 1975 (D.R., 1.^a Série, de 31/12) aprovada a sua realização. No relatório relativo à gerência de 1975, da Companhia Portuguesa de Electricidade (CPE, 1976) escreveu-se que o aproveitamento de Alqueva, com o primeiro grupo da sua central hidroeléctrica, entraria em serviço em 1984.

As obras preliminares são iniciadas em 1976, vindo a ser interrompidas dois anos após, a 18 de Novembro de 1978, por despacho normativo da responsabilidade do III Governo Constitucional, sendo a decisão acompanhada de uma determinação para o lançamento dos estudos indispensáveis à adopção de uma decisão definitiva, que teria lugar até 30 de Setembro de 1979. Durante estes dois anos, foram construídas as ensecadeiras de montante e jusante, o túnel de desvio provisório do rio e acessos e infra-estruturas de apoio (Figura II.1.6.).

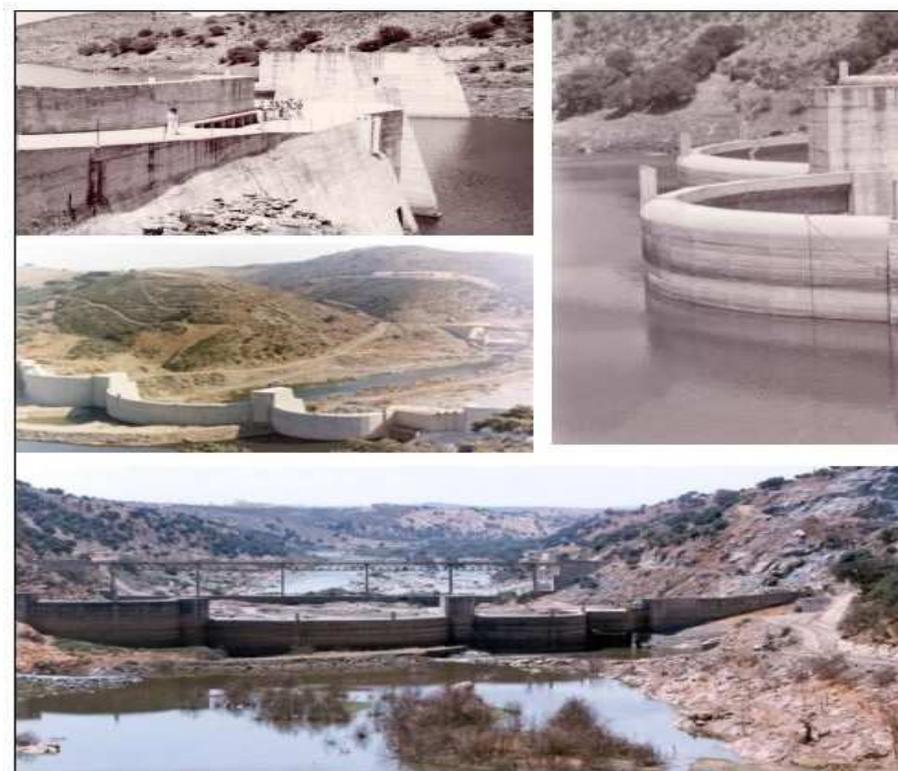


Figura II.1.6. Alqueva nos anos 70.

Em 27 de Novembro de 1980, nova Resolução do Conselho de Ministros determina a retoma dos trabalhos de construção da barragem e respectiva central hidroelétrica e a celebração, para esse fim, de um protocolo entre o Estado e a empresa Electricidade de Portugal que veio a ser assinado em 1985. Não obstante esta última deliberação do Conselho de Ministros, as obras mantiveram-se interrompidas desde 1979, data de inauguração do túnel de desvio provisório do Guadiana na zona de implantação de Alqueva.

1.4. O Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva na Actualidade

1.4.1. O Interregno dos Anos 80 e o Relançamento do Projecto

Após interrupção das obras em 1978, aguardou-se durante vários anos por novos estudos e por uma decisão definitiva.

Em 1984, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 5 / 84, de 16 de Janeiro, o Governo português recomendou medidas de planificação e programação relativas ao aproveitamento integral do potencial do rio Guadiana.

A existência de mais de uma dezena de estudos parcelares sugeriu, entretanto, a realização de um estudo de integração que fizesse uma avaliação global do empreendimento. Por decisão do Governo, em despacho conjunto dos Ministros do Planeamento e Administração do Território, da Agricultura, Pescas e Alimentação e do Ambiente e Recursos Naturais, datado de 5 de Abril de 1990, foi criada a Comissão de Apreciação do Aproveitamento de Alqueva com o mandato de lançar e avaliar um estudo de avaliação global e integrada do projecto que fornecesse as bases para uma decisão definitiva.

Com base nesse estudo, em reunião do Conselho de Ministros de 27 de Maio de 1993, foi deliberado pelo Governo Português relançar o projecto, tendo sido determinada a criação de uma Comissão Instaladora do Empreendimento de Alqueva, através do Decreto-Lei n.º 305/93, de 1 de Setembro.

Desta deliberação foi dado conhecimento à Comissão Luso-espanhola, em cumprimento do regime estabelecido no Convénio de 1968, não tendo essa Comissão, nem a parte espanhola nela representada tomado posição a respeito.

O projecto em questão, tal como foi definido no Decreto-Lei 33/95, de 11 de Fevereiro, veio retomar no essencial o projecto de 1970, embora com algumas correcções.

Contemporâneo deste diploma, é o Decreto-Lei n.º 32/95, de 11 de Fevereiro, que criou a Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas de Alqueva, extinguindo a referida Comissão Instaladora do Empreendimento do Alqueva e incumbindo aquela nova empresa da gestão deste Empreendimento.

Através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 8/96, de 4 de Janeiro, o XIII Governo resolveu:

(...) avançar inequivocamente com o projecto de Alqueva, reorientando-o à luz dos princípios e objectivos da política de desenvolvimento regional e do cumprimento dos requisitos exigidos pela gestão

ambiental que informam o seu Programa, assegurando o seu financiamento através das mais adequadas combinações de recursos nacionais e comunitários.

Determinou ainda, o prosseguimento pela Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas de Alqueva, sem interrupções, do programa do Empreendimento, incumbindo ainda o Ministro do Planeamento e da Administração do Território de, em articulação com outros membros do Governo, preparar uma acção integrada de desenvolvimento para a zona de influência do Empreendimento de Alqueva.

1.4.2. Descrição Geral do Empreendimento e das suas Necessidades

O Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva, tal como foi definido pelo Decreto-Lei nº. 33/95 de 11 de Fevereiro, representa uma obra de aproveitamento dos recursos naturais associados ao rio Guadiana, incluindo em especial as seguintes componentes:

- Barragem e central eléctrica de Alqueva;
- Açude de Pedrógão;
- Sistema de adução de água para consumo domiciliário e industrial;
- Rede primária de rega;
- Redes secundária e terciária de rega.

A grande finalidade deste Empreendimento tem sido desde sempre, o desenvolvimento regional nas suas vertentes económica e social, sendo concebido como um instrumento de intervenção numa área importante do Alentejo e procurando ter um significado valorizador dos recursos naturais e efeitos de revitalização e dinamização da actividade económica nessa região e de fixação das respectivas populações.

O conceito de desenvolvimento que presidiu à sua concepção apela para uma noção de desenvolvimento equilibrado e sustentável, atento às exigências ambientais e de

ordenamento físico e económico da zona onde o Empreendimento irá fazer recair a sua influência directa e indirecta.

O Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva (EFMA), neste sentido e tal como foi concebido no Plano de Desenvolvimento Regional (MPAT, 1993), destina-se a ser realizado por um período de cerca de 30 anos, comportando como principais objectivos os seguintes:

- a) A regularização do caudal do Guadiana, por forma a atenuar significativamente os efeitos de secas prolongadas e aumentar a fiabilidade do abastecimento de água;
- b) A constituição de uma reserva estratégica de água na região do Alentejo;
- c) A produção de energia hidroeléctrica;
- d) O estabelecimento de condições favoráveis a uma alteração do modelo cultural na agricultura, com a substituição progressiva das produções de sequeiro.

Estes objectivos permitirão:

- Criar um clima de expectativas empresariais para a região do Baixo Alentejo, susceptível de atrair e fixar actividades que conduzam a uma atenuação das actuais assimetrias de desenvolvimento intra-regional;
- Garantir a possibilidade de abastecimento de água ao Algarve e, eventualmente, ao Sudoeste de Espanha;
- Abastecer a bacia do Sado, nomeadamente, Sines e a Península de Setúbal;
- Favorecer o aparecimento de novas actividades económicas (aquacultura, recreio e lazer).

A barragem de Alqueva, com o Nível de Pleno Armazenamento (NPA) à cota 152 m, dará origem a uma albufeira com cerca de 4.170 hm³ de capacidade total e que em pleno armazenamento inundará cerca de 250 km² do vale da bacia do Guadiana. Os terrenos inundados pertencem aos concelhos de Elvas, Vila Viçosa, Alandroal, Reguengos de Monsaraz, Évora, Mourão, Portel e Moura. A barragem de Alqueva situa-se no rio Guadiana, a cerca de 10,5 Km a NW de Moura e um pouco a jusante da confluência do rio Degebe,

estando na transição do Alto Alentejo para o Baixo Alentejo. A Figura II.1.7. apresenta o espelho de água da albufeira de Alqueva à cota do NPA.

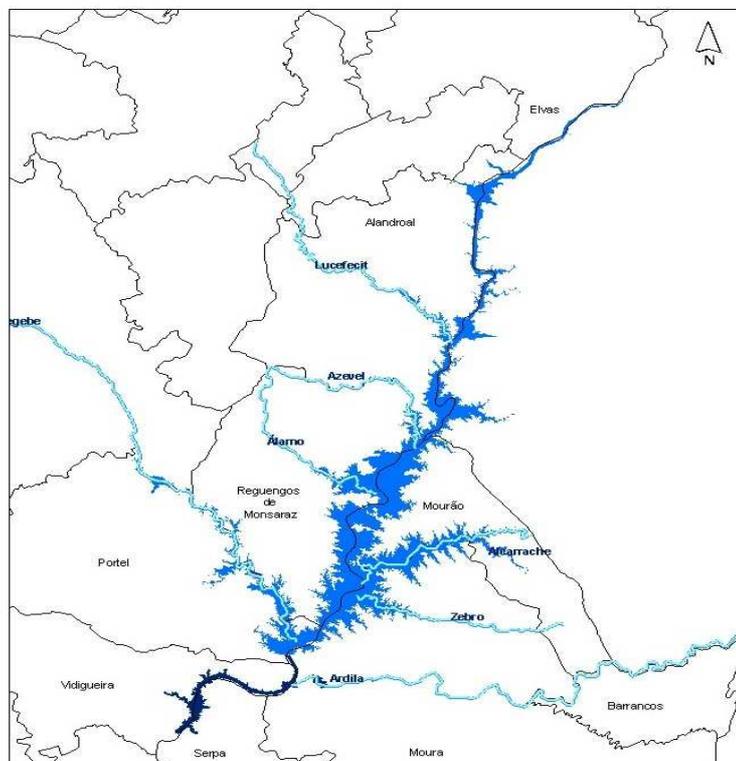


Figura II.1.7. Enquadramento do Plano de água à cota do NPA nos concelhos limítrofes da albufeira de Alqueva.

Os principais usos consumptivos a atribuir a esta massa de água serão a rega e o abastecimento público. A barragem de Alqueva terá igualmente como finalidade a produção de energia eléctrica, estando para isso equipada com dois grupos reversíveis (potência máxima no eixo da turbina de 120 MW por grupo). As principais características da albufeira e central de Alqueva encontram-se resumidas no Quadro II.1.1..

Quadro II.1.1. Características da albufeira e Central de Alqueva.

Nível mínimo de exploração (m)	130,0
Nível de pleno armazenamento (m)	152,0
Nível de máxima cheia (m)	153,0
Capacidade total (hm ³)	4170
Volume morto (hm ³)	1033
Volume útil (hm ³)	3137

Área inundada para o NPA (Km ²)	250
Caudal de turbinamento (m ³ /s)	2 x 200
Potência instalada (MW)	2 x 120
Cota de restituição (m)	78,0
Perda de carga (m)	0,80
Rendimento total em turbinamento	0,880
Rendimento total em bombagem	0,893

A construção do açude de Pedrógão, situado 22,3 Km a jusante da barragem de Alqueva permitirá a obtenção de um espelho de água contínuo entre o extremo de montante do regolfo da albufeira de Alqueva e a barragem de Pedrógão.

O regime de exploração desta albufeira de contra-embalse, dada a sua pequena capacidade, estará intimamente ligado à operação da albufeira de Alqueva e terá como principais objectivos:

- Regularização dos caudais afluentes do rio Ardila;
- Modelação dos caudais turbinados na central de Alqueva, evitando a sua restituição a jusante de Pedrógão em regime concentrado;
- Optimização dos benefícios associados à componente hidroeléctrica do empreendimento (servirá de contra-embalse para a operação dos grupos turbina-bomba que serão instalados em Alqueva);
- Manutenção de caudais ecológicos a jusante do açude;
- Fornecimento de água para rega, efectuado directamente a partir da respectiva albufeira.

O quadro II.1.2. resume as principais características da albufeira de Pedrógão.

Quadro II.1.2. Características da albufeira de Pedrógão.

Nível mínimo de exploração (m)	80,0
Nível de pleno armazenamento (m)	84,8
Capacidade total (hm ³)	97
Volume morto (hm ³)	40
Volume útil (hm ³)	57
Área inundada para o NPA (Km ²)	10,8

1.4.3. Impactes Globais de Alqueva

Na sequência do relançamento do projecto, foi elaborado o *Estudo Integrado de Impacte Ambiental do Empreendimento de Alqueva*, apresentado em Fevereiro de 1995 e que teve como objectivo a identificação do conjunto de medidas que permitiriam o enquadramento ambiental e o sucesso do empreendimento numa óptica de desenvolvimento sustentável.

Abordaram-se assim os impactes globais do Empreendimento nas suas diferentes componentes aos níveis biofísico e sócio-económico, focando a análise no rio Guadiana e nas modificações da sua dinâmica a nível hidrológico, sedimentar e ecológico. A nível regional, para a área de influência do regadio, foram igualmente abordadas as modificações globais induzidas por esta nova ocupação do espaço regional.

A síntese dos diferentes tipos de impacte gerados pelo Empreendimento é apresentada no Quadro II.1.3. e está organizada em:

A. Impactes cuja ocorrência é tida com maior grau de certeza:

1. positivos;
2. negativos;
3. que dependem fortemente do modo de gestão do Empreendimento;
4. globalmente reduzidos no contexto específico.

B. Impactes com maior grau de incerteza / riscos.

Quadro II.1.3. Impactes Globais de Alqueva, de acordo com o EIIA (SEIA, 1995).

IMPACTES COM MAIOR GRAU DE CERTEZA
Impactes Positivos
<p>O Empreendimento, desde que respeitadas as medidas de enquadramento respectivas, corresponde às necessidades estratégicas de uma área degradada em termos económicos e sociais, nomeadamente nas seguintes vertentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - apoio a uma área periférica marginal; - reforma do sistema demográfico e de povoamento; - acentuação das características de exploração da propriedade rural; - melhoria adequada à realidade local da qualidade dos Recursos Humanos; - melhoria dos mecanismos de irrigação e controle da água; - mudança dos pressupostos culturais e das combinações empresariais; - surgimento de alternativas, com base local, ao desenvolvimento sócio-económico tradicional. <p>A nível biofísico o EFMA induzirá impactes positivos nas seguintes vertentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - disponibilidade de água; - actual processo de degradação / desertificação física; - microclima / clima das diferentes áreas geográficas influenciadas directamente pelo Empreendimento; - conhecimento do património arqueológico da região; - aquisição de conhecimento nas diversas vertentes de suporte a uma adequada gestão do Empreendimento.
Impactes Negativos
<p>Os impactes negativos mais importantes verificar-se-ão aos seguintes níveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> - imersão da aldeia da Luz e do cemitério da aldeia da Estrela; - imersão da unidade fabril da Portucel Recicla em Mourão; - Flora e Fauna (terrestre e aquática), dado o interesse da região a nível conservacionista e as alterações profundas e extensivas que o Empreendimento induzirá; - Património arqueológico e histórico-etnográfico imerso pela albufeira;
Impactes Fortemente Dependentes do Modo de Gestão do Empreendimento
<p>Conjunto de impactes que não possuem um cariz negativo inevitável, dependendo fortemente do modo como for realizada a implementação e a gestão do Empreendimento. Estão neste caso, os impactes a nível de:</p> <ul style="list-style-type: none"> - riscos de salinização / alcalização dos solos; - escorrências agrícolas e degradação da qualidade da água de superfície e subterrânea; - caudal ecológico a jusante de Pedrógão.
Impactes Globalmente Reduzidos no Contexto Específico
<p>Conjunto de impactes que se consideram globalmente reduzidos, tendo em conta a qualidade particular da situação de referência. Estão neste caso:</p> <ul style="list-style-type: none"> - impacte na qualidade da água, tendo em conta a qualidade actualmente existente e os usos dominantes previstos; - impacte do sistema Alqueva – Pedrógão sobre o estuário, nomeadamente sobre a sua comunidade biosedimentar e a nível da produtividade; - impacte nos processos erosivos recentes a que tem estado sujeita a costa espanhola; - impacte no assoreamento da barragem de Alqueva e do açude de Pedrógão.
IMPACTES COM MAIOR GRAU DE INCERTEZA - RISCOS
<p>Conjunto de impactes considerados de probabilidade reduzida ou mesmo muito reduzida, mas que necessitam de uma atitude preventiva ajustada, a referir:</p> <ul style="list-style-type: none"> - risco de ocorrência de bilharziose e doenças afins, como a fasciolose; - risco de ruptura das barragens; - redução do risco de sismicidade induzida.

O estudo desenvolvido permite concluir que o balanço dos impactos positivos e negativos do empreendimento, entendidos como mais-valias e menos-valias geradas, depende essencialmente do modo de implementação e de gestão do empreendimento e da existência de políticas de enquadramento e suporte institucional ao desenvolvimento regional com base local.

O *Estudo Integrado de Impacte Ambiental de Alqueva* conclui com recomendações gerais relacionadas com os objectivos do empreendimento e com recomendações particulares ao nível das diferentes componentes deste.

1.4.4. Efeitos da Não Realização do Empreendimento de Alqueva

De acordo com o estudo de impacte ambiental anteriormente referido, a evolução da actual situação na área de intervenção do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva, sem a realização deste projecto de investimento público apontaria, em termos sócio-económicos, para a persistência de uma lógica de declínio cumulativo das áreas rurais periféricas, assistindo-se a fenómenos de:

- Declínio da agricultura;
- Saídas de capital humano e financeiro;
- Redução acentuada do emprego rural;
- Emigração crescente.

A nível do processo de desertificação, essa evolução sem o Empreendimento de Alqueva apontaria no sentido do *agravamento do défice de água na região e no solo em particular, com um agravamento dos índices de aridez e de humidade* (SEIA, 1995). Neste âmbito, realizaram-se simulações de um cenário global de evolução sem o empreendimento, tendo-se verificado que o comportamento de água no solo, na maioria dos anos, se aproximará mais do comportamento característico dos anos muito secos e evidenciando o futuro

comportamento geral da região, como mais próximo do comportamento sob períodos muito secos (SEIA, 1995).

Estas condições adversas levariam ao potenciamento de uma muito menor resiliência dos ecossistemas aos factores degradativos. A tendência seria a da *intensificação do processo degradativo actual* (SEIA, 1995).

Por outro lado, se se mantiverem as actuais práticas agrícolas e a actual ocupação do solo, em que é dominante a cultura cerealífera de sequeiro, a tendência será no sentido de perda crescente de solo, o que é um aspecto particularmente negativo.

Ainda de acordo com este Estudo, a manutenção das actuais tendências climáticas na região – aumento de temperatura e diminuição do grau de humidade – contribuem para o benefício de espécies oriundas do continente africano, adaptadas a climas mais xerófilos e a afectação negativa de espécies típicas do continente europeu.

Em termos evolutivos será de esperar que o regime mediterrânico do rio Guadiana se acentue com chuvas concentradas no Inverno e períodos secos mais longos. O estuário evoluirá no sentido de um novo equilíbrio. A falta de caudais no Verão e no Outono tenderá a aumentar o prisma de maré verificando-se uma intrusão salina até mais a montante (SEIA, 1995).

1.4.5. Gestão Global do Empreendimento de Alqueva

A gestão do Empreendimento, na perspectiva da sua concepção, execução, construção e exploração foi posta por lei, a cargo de uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, que é a Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas de Alqueva - EDIA - , sociedade criada pelo Decreto-Lei n.º 32/95, de 11 de Fevereiro, incumbindo-lhe ainda a promoção do desenvolvimento económico e social na área de intervenção do Empreendimento. Esta sociedade foi constituída com capital do Estado português, admitindo-se a participação no capital social dos municípios abrangidos na área da

intervenção do Empreendimento e de outras pessoas colectivas públicas (Decreto-Lei n.º 32/95).

O âmbito de intervenção da EDIA no EFMA foi redefinido pelo Decreto-Lei n.º 335/2001 de 24 de Dezembro, cometendo-lhe actualmente, responsabilidades concretas nos domínios da concepção, execução, construção, gestão e exploração das infra-estruturas integrantes do sistema primário, sem prejuízo da sua articulação com as entidades gestoras de outras infra-estruturas secundárias que, permitirão o abastecimento de água nomeadamente, para fins de rega agrícola.

A realização do Empreendimento de Alqueva fica sujeita à intervenção do Estado Português a exercer, actualmente, pelo Ministro das Cidades Ordenamento do Território e Ambiente, ouvindo o Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas (Dec. Lei n.º 120/02, de 3 de Maio).

1.4.6. Integração da Componente Ambiental na Fase de Concepção e Desenvolvimento do Empreendimento

O Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva, estruturante do espaço regional, irá introduzir alterações profundas na região, quer a nível sócio-económico e cultural quer biofísico. Constitui conclusão do EIIA de 1995 que o balanço dos impactes negativos e positivos do Empreendimento depende fortemente do modo de implementação e de gestão do mesmo.

O desenvolvimento sustentável apenas poderá ser conseguido através de uma acção de intervenção que permita corrigir as disfunções e a degradação que se verificam na região e que atende em particular à necessidade de:

- Armazenar água na região;
- Possibilitar a recarga de aquíferos;

- Promover o ordenamento dos espaços e actividades, em particular da bacia hidrográfica do Guadiana;
- Promover a aplicação de boas práticas agrícolas, em particular na forma de mobilização do solo e na aplicação de fertilizantes e pesticidas;
- Prever os necessários investimentos e projectos de apoio, de forma a criar um clima económico e social propício ao desenvolvimento regional e local;
- Prever as necessárias acções de formação e sensibilização dos diferentes agentes;
- Enquadrar o desenvolvimento da região com uma política de conservação de áreas menos degradadas;
- Gerir globalmente e de forma integrada o Empreendimento;
- Monitorizar a evolução do estado dos recursos e ecossistemas mais sensíveis, ao longo da vida do Empreendimento (SEIA, 1995).

A gestão global do EFMA nesta óptica prevê que as questões ambientais não sejam tratadas à margem do desenvolvimento e da gestão empreendida, mas dele façam parte integrante – de acordo com o 5.º Programa Comunitário de Política e Acção relacionado com o Ambiente e o Desenvolvimento Sustentável (Resolução do Conselho da UE 93/C138/01).

1.4.6.1. Política de Ambiente

A política de ambiente assumida pela empresa gestora do Empreendimento, baseia-se em princípios de acção através dos quais, as actividades desta são regularmente controladas quanto à respectiva coerência com esses mesmos princípios e com o princípio da melhoria contínua do seu comportamento em matéria de Ambiente.

Desta forma, fomentar-se-á um desenvolvimento ambientalmente sustentável, ao mesmo tempo que a empresa gestora se assume como responsável pelos impactes que o Empreendimento provoca.

A responsabilidade da EDIA assume-se desde logo quanto aos impactes, nomeadamente no que se refere ao seu estudo, minimização, compensação e valorização, na potenciação da qualidade, no fomento da conservação da biodiversidade e das espécies ameaçadas ou em vias de extinção e do património (arqueológico, histórico e etnográfico).

Com a adopção destes princípios gerais a Política de Ambiente do Empreendimento passa a constituir para a EDIA a responsabilidade por aprofundar, mitigar e potenciar os impactes decorrentes do Empreendimento.

Quadro II.1.4. Princípios da Política de Ambiente da EDIA (EDIA, 1996).

PRINCÍPIOS

- Respeita a legislação ambiental em vigor;
- Fomenta junto do pessoal, a todos os níveis, um sentido de responsabilidade pelo ambiente;
- Proceda à avaliação prévia dos impactes ambientais de quaisquer novas actividades e processos;
- Avalia e fiscaliza o impacte das actividades em curso no ambiente local e examina qualquer impacte significativo dessas actividades sobre o ambiente em geral;
- Toma as medidas necessárias para minimizar os seus impactes ambientais negativos e potenciar os seus impactes ambientais positivos;
- Toma as medidas para conservar os recursos e reduzir ao mínimo a poluição nas suas instalações e a produção de resíduos;
- Toma as medidas necessárias para evitar emissões acidentais de substâncias ou de energia;
- Estabelece e aplica os processos de fiscalização para controlar o cumprimento da política ambiental e, sempre que esses processos exijam medições e ensaios, estabelece e actualiza os registos dos resultados;
- Estabelece e actualiza os processos e acções a desenvolver em caso de detecção de uma situação de não cumprimento da política, objectivos ou metas em matéria de ambiente;
- Assegura a cooperação com as autoridades públicas, no sentido de estabelecer e actualizar processos de emergência destinados a minimizar o impacte de quaisquer descargas involuntárias no ambiente que possam, apesar de tudo, ocorrer;
- Fornece ao público as informações necessárias para lhe permitir compreender o impacte das actividades da empresa no ambiente e fomenta um diálogo aberto com o público;
- Aconselha os seus clientes de forma adequada sobre os aspectos de ambiente relevantes na manipulação, utilização e eliminação dos bens e serviços fornecidos pela empresa;
- Assegura disposições que garantam que os contratantes que trabalham nas instalações por conta da empresa apliquem normas de ambiente equivalentes às da própria empresa;
- Proceda à adopção dos princípios genéricos da sua Política de Ambiente, incluindo um programa de ambiente e sistema de gestão ambiental, à sua revisão periódica comunicada ao pessoal e posta à disposição do público e assume a melhoria contínua do seu comportamento ambiental;

Assumidos os princípios gerais, as linhas estratégicas da Política de Ambiente adoptadas pela empresa gestora do Empreendimento são referidas no Quadro II.1.5..

A intervenção é diferenciada e mais proactiva na área de regolfo e preventiva nos perímetros de rega. Este aspecto associa-se ao facto de a capacidade de intervenção da EDIA na área do regolfo assentar numa actuação estrutural e construtiva directa (logo mais proactiva em termos ambientais).

No caso das restantes áreas, a intervenção assenta na infra-estruturação e na criação de condições através da concertação de actividades, apoios, acordos, entre outros, sendo que a intervenção no terreno decorre da actividade efectiva de terceiros.

Quadro II.1.5. Linhas Estratégicas da Política de Ambiente (Adaptado de EDIA, 1996).

Mitigar os Impactes Negativos	
<ul style="list-style-type: none"> • Promover o planeamento e integração regional • Assegurar a protecção das zonas sensíveis • Fomentar a protecção da qualidade da água • Assegurar caudais para os usos previstos • Promover a gestão flexível da água • Realojar • Compensar perdas de terrenos 	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar caudais ecológicos e ambientais • Reduzir o efeito de barreira e paisagístico da barragem • Reduzir o efeito de barreira dos canais de rega • Evitar o aumento dos teores de sais no solo • Reduzir as perdas arqueológicas • Compensar perdas materiais • Estabelecer corredores ecológicos
Potenciar os Impactes Positivos	
<ul style="list-style-type: none"> • Promover o desenvolvimento regional • Operacionalizar a informação • Assegurar a informação para apoio à decisão • Promover incentivos económicos e financeiros 	<ul style="list-style-type: none"> • Dinamizar as actividades ambientais na zona de intervenção • Qualificar ambientalmente a região • Dinamizar alterações culturais • Racionalizar o uso da água
Aprofundar os Impactes incertos ou menos precisos	
<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar estudos complementares ao EIIA 	
Monitorizar os impactes	
<ul style="list-style-type: none"> • Implementar a rede de monitorização de recursos hídricos • Implementar a rede de monitorização sismo-tectónica • Implementar a rede climatológica • Monitorizar espécies prioritárias 	<ul style="list-style-type: none"> • Monitorizar aspectos principais de saúde pública • Monitorizar o programa de gestão ambiental • Efectuar auditorias periódicas • Informar o Público

Identificados os impactes mais significativos, tem-se como certo que o sucesso do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva depende, em grande parte, da forma como é conduzida a gestão ambiental, a qual se assume como um instrumento potenciador do desenvolvimento, devendo contribuir para a redução dos impactes negativos e potenciação dos positivos.

As grandes linhas de enquadramento de base para a Gestão Ambiental decorrem das seguintes orientações:

- Recomendações dos diferentes Estudos Ambientais, em especial do processo de Avaliação de Impacte Ambiental do EIIA (1995) e do respectivo Parecer da Comissão de Avaliação;
- Orientações da Política de Ambiente Nacional e Comunitária, incluindo o 5.º *Programa Comunitário em Matéria de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável*;
- Indicações existentes no âmbito nacional das diferentes políticas regionais e sectoriais para a área de influência do Empreendimento;
- Estudo Comunitário referente às medidas ambientais necessárias à implementação do Empreendimento;

1.4.6.2. Programa de Gestão Ambiental e sua Operacionalização

O Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva foi objecto de três Estudos de Impacte Ambiental (1987, 1992 e 1995).

A primeira Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) de Alqueva foi concluída em Outubro de 1994, após consulta pública e audiência em Alqueva. Desta avaliação resultou que o Projecto deveria ser submetido a um processo de AIA do conjunto do Empreendimento.

Na sequência desta avaliação e no âmbito dos procedimentos relacionados com a elegibilidade do Empreendimento do Alqueva no Quadro Comunitário de Apoio II (QCA II), foi adjudicado pela União Europeia o Estudo Integrado de Impacte Ambiental (EIIA de 1995) já referido anteriormente, para o conjunto do Empreendimento. A elaboração do EIIA foi acompanhada por uma Comissão composta por representantes das autoridades portuguesas e da Comissão Europeia.

O processo de Avaliação de Impacte Ambiental integrou uma avaliação técnica do EIIA por parte da Comissão de Avaliação nacional, consulta pública e audiências em Portugal e Espanha, bem como, um *Informe Técnico* elaborado pelo *Ministerio de Obras Publicas, Transportes y Medio Ambiente - Dirección General de Política Ambiental (DGPA)*.de Espanha.

Do processo de AIA resultou um parecer positivo ao Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva, embora condicionado à apresentação de um Programa de Gestão Ambiental para o Empreendimento, tendo em vista a programação e afectação de meios à realização das medidas de minimização e compensação de impactes sugeridos no Estudo Integrado de Impacte Ambiental.

A actividade da EDIA traduz-se, numa primeira fase, na construção da barragem e central hidroeléctrica de Alqueva e no planeamento e desenvolvimento de projectos no âmbito da implementação do sistema de rega de Alqueva; numa segunda fase, a implementação das infra-estruturas do sistema de rega e a exploração e gestão da barragem e central de Alqueva.

A organização do Programa de Gestão Ambiental (PGA) considerou a situação presente, à data, bem como os serviços e infra-estruturas que no futuro viessem a ser implementados pela EDIA, traduzindo a evolução natural do Empreendimento.

Por esse motivo o PGA do Empreendimento foi organizado em três subprogramas que correspondem aos diferentes níveis de intervenção:

- A.** Sub-programa de gestão ambiental da barragem e infra-estruturas associadas, bem como dos respectivos serviços:
 - reserva estratégica;
 - abastecimento de água;
 - produção de energia eléctrica;

- B.** Sub-programa de gestão ambiental específica dos serviços efectuados pela própria empresa, incluindo:

- desenvolvimento de estudos, projectos, planos, acordos e programas específicos;
- acções de formação e demonstração;
- informação.

C. Sub-programa de gestão ambiental para o desenvolvimento regional e área de rega:

- blocos de rega;
- fomento do tratamento de efluentes;
- projectos conservacionistas.

O PGA está essencialmente direccionado para a área do território português, pelo que foi complementado com um Programa de Minimização dos Impactes em Espanha que deu sequência e concretizou as medidas definidas por Espanha no âmbito do processo de Avaliação de Impacte Ambiental .

Na estrutura organizativa da EDIA, existem cinco grandes áreas funcionais, sendo que a componente ambiental foi devidamente considerada, constituindo uma área de domínio funcional devidamente particularizada, possuindo relações directas e indirectas com as outras áreas e que a seguir se indicam:

- Ambiente e Património
- Obras e Projectos
- Planeamento e Desenvolvimento Estratégico
- Agricultura e Desenvolvimento Rural
- Administrativa e Financeira.

O Programa de Gestão Ambiental enquadra a actividade ambiental da EDIA, descrevendo a forma como as linhas estratégicas da política de ambiente do Empreendimento serão concretizadas. No entanto, foi necessário operacionalizar o PGA e dar conteúdo prático à estratégia que lhe está subjacente. Para esse efeito foram elaborados pela empresa gestora do Empreendimento, um conjunto de Planos que procuram dar uma resposta objectiva às

medidas de minimização preconizada no EIIA/95 e que reflectem na sua concepção, o espírito e os requisitos inerentes à legislação ambiental nacional e comunitária vigente.

Os Planos enquadram Programas, estruturados em Projectos, permitindo uma definição clara dos objectivos, calendarização e responsabilidades de execução, de forma a responder às exigências ambientais subjacentes à implementação do Empreendimento, e quando necessário, ampliar o âmbito das medidas de minimização preconizadas no Estudo Integrado de Impacte Ambiental (EIIA 95).

Para o *Plano de Minimização e de Compensação dos Impactes sobre o Património Natural – PMC I - Vol. I* (EDIA, 1999), cujo enquadramento é exemplificado na Figura II.1.8. contribuíram as medidas preconizadas no *Quadro Geral de Referência do Património Natural – Vol I* (EDIA, 1997) bem como as orientações vindas do Programa de Gestão Ambiental. Da interligação de propósitos entre estes dois documentos resultou o plano de projectos e acções acima referido, cuja organização, a título de exemplo, é apresentada no Quadro II.1.6..

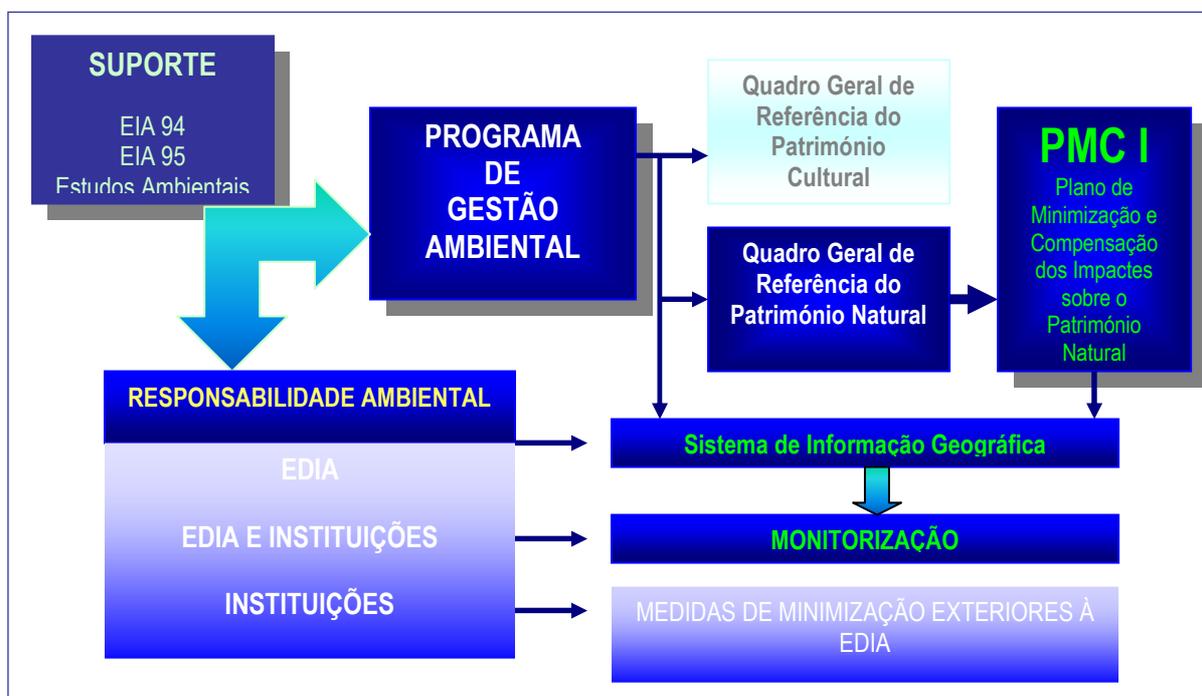


Figura II.1.8. Exemplo de enquadramento de um Plano (PMC I) na Política Ambiental Global.

O enquadramento de cada um dos Planos já elaborados segue as mesmas linhas gerais esquematizadas na Figura II.1.8., estando-lhe subjacente a estratégia da política de ambiente assumida nas várias áreas de intervenção do Empreendimento.

Quadro II.1.6. Organização do Plano de Minimização e Compensação de Impactes sobre o Património Natural (EDIA, 1998).

PLANO DE MINIMIZAÇÃO E COMPENSAÇÃO DE IMPACTES SOBRE O PATRIMÓNIO NATURAL – PMC I	
Programas	Projectos
P. Minimização	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Acções de Protecção do Azinhal Boscoso ▪ Acções de Protecção da Vegetação Ribeirinha ▪ Sementeira de Gramíneas Resistentes ao Alagamento ▪ Estudos de Biologia e de Ecologia de Peixes Dulciaquícolas ▪ Estudos de Biologia e de Ecologia de Peixes Migradores ▪ Passagem de Peixes para o Açude de Pedrógão ▪ Controle Populacional de Peixes Exóticos ▪ Valorização Ecológica de Açudes ▪ Estudos de Biologia e de Ecologia de Anfíbios ▪ Estudos de Biologia e Ecologia de Répteis ▪ Estudos de Biologia e de Ecologia de Aves ▪ Estudos de Biologia e de Ecologia de Mamíferos ▪ Estudo de Macro-Invertebrados Terrestres
P. Integrado de Minimização	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ilhas, Quasi-ilhas e Penínsulas da Albufeira de Alqueva ▪ Plano de Desmatação e Desarborização Programada da Albufeira de Alqueva ▪ Gestão do Caudal Ecológico ▪ Operação de Salvamento de Vertebrados Terrestres não Voadores
P. Monitorização P. Monitorização	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Monitorização de Plantas Prioritárias ▪ Monitorização de Peixes Dulciaquícolas ▪ Monitorização de Peixes Migradores ▪ Monitorização de Anfíbios ▪ Monitorização de Cágados ▪ Monitorização de Saurios ▪ Monitorização de Ofídios ▪ Monitorização de Aves Aquáticas ▪ Monitorização de Ciconiformes ▪ Monitorização de Rapinas ▪ Monitorização de Aves Estepárias ▪ Monitorização de Passeriformes ▪ Monitorização de Quirópteros ▪ Monitorização de Roedores ▪ Monitorização de Carnívoros
P. Compensação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Valorização do Montado de Azinho e do Azinhal ▪ Reflorestação Ribeirinha ▪ Criação de um Banco de Sementes de Plantas RELAPE ▪ Instalação de Suportes Artificiais como Locais de Desova ▪ Repovoamento Piscícola de Ciprinídeos Autóctones ▪ Criação de uma Rede de Charcos Artificiais ▪ Regeneração de Matos Mediterrânicos ▪ Criação de Zonas Húmidas ▪ Abrigos para Morcegos Cavernícolas
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criação de um Corredor Ecológico de Montado

PLANO DE MINIMIZAÇÃO E COMPENSAÇÃO DE IMPACTES SOBRE O PATRIMÓNIO NATURAL – PMC I	
Programas	Projectos
P. Integrado de Compensação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Valorização Ecológica de Açudes ▪ Plataformas Flutuantes ▪ Herdade da Coitadinha
P. Divulgação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Acções de Divulgação para o Público em Geral ▪ Acções de Divulgação para o Público Técnico- científico ▪ Centros de Interpretação Ambiental

1.4.6.3. Principais Projectos

A actividade ambiental da EDIA decorre da aplicação do Programa de Gestão Ambiental do Empreendimento em toda a sua área de intervenção. Desde a fase de concepção das diferentes infra-estruturas até à sua implementação, procede-se ao acompanhamento ambiental das mesmas no sentido de mitigar e compensar os impactes aí ocorrentes. A implantação de uma rede tão vasta de infra-estruturas, algumas delas de grande magnitude, como é o caso da constituição da albufeira de Alqueva, implica uma intervenção ambiental em vários níveis e em vários sectores.

Na fase de concepção das diferentes infra-estruturas, promove-se a elaboração de Estudos de Impacte Ambiental (EIA) que têm como objectivos, a caracterização e estudo da situação de referência, a avaliação dos impactes resultantes dos diferentes projectos e a definição de medidas de mitigação a implementar. A sua realização permite a formalização do processo de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) junto das entidades competentes. Actualmente existem vários EIA's em curso, em diferentes fases de desenvolvimento, destacando-se pela importância que assumem o *Estudo Preliminar de Impacte Ambiental do Sub-sistema de Rega de Alqueva – Bloco do Baixo Alentejo* e o *Estudo de Impacte Ambiental do Sub-sistema de Rega do Ardila*.

Decorreram igualmente, empreitadas de índole marcadamente ambiental como a *Empreitada de Desmatção e Desarborização Programada da Albufeira de Alqueva* e a *Empreitada de Desmantelamento das Instalações Fabris da Portucel Recicla*.

A desmatação e desarborização programada da área a inundar pela albufeira de Alqueva teve como objectivos garantir a qualidade da água da albufeira bem como permitir o seu uso em condições de segurança. O cumprimento dos objectivos acima referidos implicou a desmatação e desarborização de uma área com cerca de 20 000 ha, sendo preservadas as zonas das futuras ilhas e uma parte significativa da ribeira de Alcarrache. Estas excepções decorrem dos estudos de monitorização e de bio-ecologia realizados para diversas espécies bem como do *Estudo sobre as Ilhas e Penínsulas de Alqueva* que determinaram a não intervenção nestas áreas devido aos elevados valores ecológicos em presença. De modo a



Figura II.1.9. Conjunto de operações que integram a Empreitada de Desmatação e Desarborização Programada da Albufeira de Alqueva.

minimizar os impactes derivados desta intervenção, ela própria uma medida de minimização do projecto da barragem de Alqueva, foram estabelecidas condicionantes espaciais e temporais (por incorporação dos estudos já referidos anteriormente no domínio do património natural e igualmente da área do património cultural e arqueológico), que definiram os períodos e locais de intervenção autorizados para cada um dos sub-blocos em que ocorre a empreitada. A necessidade de proceder a esta vasta operação e a definição dos seus contornos foram objecto de estudos científicos e técnicos realizados em parceria

com Universidades e Associações Ambientais que permitiram conhecer, como em nenhuma outra área do país, a biologia e o património cultural e arqueológico da região.



Figura II.1.10. Valores do património natural e arqueológico da região que determinaram intervenções especiais por parte da empresa gestora do Empreendimento de Alqueva.

A valorização de parte do coberto vegetal arbóreo da área do regolfo de Alqueva ocorreu igualmente através do transplante de azinheiras e oliveiras, permitindo que algum deste património fosse salvaguardado. Este processo realizou-se em estreita articulação com a empreitada de Desmatamento e Desarborização por estar sujeito às mesmas condicionantes espaciais e temporais.



Figura II.1.11. Diferentes fases do processo de transplante de árvores da área a inundar pela albufeira de Alqueva.

A empreitada de Desmantelamento da PORTUCEL RECICLA visou a demolição do património edificado, remoção de resíduos e descontaminação da área afectada a esta unidade industrial. A área em causa situa-se na zona a inundar pela albufeira de Alqueva,

pelo que o objectivo final desta empreitada foi o de garantir condições de segurança e adequada qualidade de água da albufeira.



Figura II.1.12. As instalações da Portucel Recicla antes da intervenção e o resultado final desta.

Com o objectivo de compensar as áreas de *habitats* naturais perdidas pela implantação das albufeiras de Alqueva e Pedrógão, através de acções de florestação e valorização do coberto vegetal na sua envolvente directa, foi promovida a elaboração do *Plano de Protecção, Recuperação e Valorização do Coberto Vegetal da envolvente das Albufeiras de Alqueva e Pedrógão*. Numa perspectiva mais ampla, os objectivos deste Plano enquadram-se em três eixos fundamentais: Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional. Embora o Plano consista fundamentalmente, numa medida de compensação, à escala da intervenção, dos impactes ambientais associados à construção da barragem de Alqueva, pretende igualmente potenciar várias das suas capacidades em toda a sua multiplicidade de usos que caracterizam o Empreendimento e de certa forma, o justificam.

Neste contexto destaca-se e individualizam-se as contribuições do Plano nas componentes ambiental, agrária e económica.

Sob responsabilidade da Autoridade Nacional da Água, o Instituto da Água - INAG -, decorreu a elaboração do Plano de Ordenamento das Albufeiras de Alqueva e Pedrógão (POAAP). Sendo um Plano Especial de Ordenamento do Território, tem como principal objectivo (...) *estabelecer regimes de salvaguarda de recursos e valores naturais fixando os usos e o regime de gestão compatíveis com a utilização sustentável do território (...)* (Decreto-Lei n.º 380/99, de 22/9). A EDIA participou nos trabalhos do Plano, em sede de Comissão Técnica de Acompanhamento. Deste modo, foram devidamente integrados no POAAP, os estudos e projectos desenvolvidos no âmbito do EFMA que de alguma forma contribuem para os objectivos definidos neste Plano.

A gestão dos fenómenos associados à faixa interníveis bem como a caracterização e diagnóstico desta área que margina toda a albufeira é igualmente objecto de estudo, através da realização do *Plano Interníveis*. A faixa interníveis, mais ou menos evidente no espaço e no tempo, corresponde a uma faixa de terreno na transição entre o domínio aquático e o terrestre, que ora se encontra alagada, ora se encontra seca ou parcialmente seca. A extracção de água na albufeira de Alqueva para assegurar os consumos agrícola, humano e doméstico, conjuntamente com a água necessária para a produção de energia eléctrica e para a manutenção dos caudais ecológicos, conduzirão à oscilação do plano de água e à individualização de uma faixa interníveis. É objectivo fundamental deste Plano, a gestão deste fenómeno e das suas consequências, ao longo do período de exploração da albufeira. No âmbito do Programa Integrado de Compensação desenvolve-se o projecto da Herdade da Coitadinha, área adquirida pela EDIA com o objectivo de promover a salvaguarda e valorização de áreas significativas de montado de azinho, azinhal e zonas ripícolas, *habitats* mais afectados pela constituição da albufeira de Alqueva. O aproveitamento sustentado dos recursos naturais, bem como a conservação e promoção dos demais valores naturais, científicos e culturais são as metas a atingir com este projecto, que contará igualmente com

a criação de um Centro de Interpretação Ambiental na Herdade, motor de todo um programa de divulgação e sensibilização a desenvolver em torno dos aspectos naturais, culturais e etnográficos ligados ao Montado e à região de Barrancos, concelho onde se localiza a propriedade.



Figura II.1.13. A Herdade da Coitadinha, localizada no concelho de Barrancos, faz parte do Programa Integrado de Compensação do EFMA.

1.4.7. Acompanhamento Ambiental do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva

Dada a complexidade que o Empreendimento de Alqueva assume no espaço e no tempo, a respectiva Comissão de Avaliação de Impacte Ambiental propôs, em Agosto de 1995 a criação de uma estrutura de acompanhamento deste Empreendimento.

Por Despacho conjunto dos Ministros do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território e da Ministra do Ambiente, datado de 21 de Fevereiro de 1997, é criada a *Comissão de Acompanhamento Ambiental das Infra-estruturas de Alqueva - CAIA -*, com o objectivo de (...) *acompanhar a execução das infra-estruturas e projectos em todas as questões referentes aos aspectos ambientais e patrimoniais do empreendimento (...).*

Esta Comissão entrou de imediato em funções, após a sua constituição e desenvolve a sua actividade até ao termo das obras de construção das barragens de Alqueva e Pedrógão. O prolongamento da actividade da CAIA para além deste período, nomeadamente durante a construção das redes de rega e a fase inicial de exploração será determinada por novo despacho conjunto dos membros do governo que tutelam o Empreendimento.

Foi igualmente definida, a composição desta Comissão de Acompanhamento, que integra os seguintes elementos:

- Um representante do Ministro do Ambiente, que preside;
- Um representante do Ministro do Equipamento;
- Um representante do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas;
- Um representante do Instituto da Água;
- Um representante do Instituto da Conservação da Natureza;
- Um representante da Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território - Alentejo;
- Um representante do Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico;
- Um representante da Comissão de Coordenação da Região do Alentejo;
- Um representante da Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas de Alqueva SA ;
- Dois representantes dos municípios da área de influência do EFMA, designados de entre eles;
- Dois representantes das Organizações de Defesa do Ambiente, sendo uma de âmbito regional, ambas indicadas pelo IPAMB;
- Um representante das Associações de Agricultores da área de influência do EFMA, designado pelas associações.

As competências da CAIA foram igualmente determinadas, destacando-se as seguintes:

- (...) *Apreciar o documento de política ambiental na gestão do empreendimento, definido pela comissão de Avaliação e sancionado por despachos dos ministros da tutela e acompanhar a sua execução;*
- *Aprovar e acompanhar os estudos complementares ao estudo integrado de impacte ambiental, de modo a estabelecer um quadro geral de referência tão completo quanto possível para a definição das medidas de monitorização, minimização e compensação necessárias e acompanhar a sua implementação;*
- *Promover a realização de auditorias ambientais, em que seja verificada a eficácia das medidas de minimização, compensação e monitorização ambiental adoptadas pela EDIA (...) (Desp. Conjunto de 21/2/97).*

No âmbito do exercício das suas funções, a CAIA pode fazer recomendações, incluindo as relativas à adopção das medidas correctivas que se revelem necessárias face a riscos ambientais decorrentes da implementação da obra. Estas recomendações tornam-se vinculativas para a EDIA, após a aprovação dos ministros da tutela.

Para responder a diferentes conjuntos de matérias específicas, foram criados na CAIA quatro grupos de trabalho que desenvolvem o conjunto de actividades distribuídas pelo Plenário da Comissão, organizados da seguinte forma:

- Grupo de Trabalho da Qualidade Ambiental;
- Grupo de Trabalho da Sócio-Economia;
- Grupo de Trabalho do Património Natural;
- Grupo de Trabalho do Património Cultural.

2. O CONFLITO ASSOCIADO A ALQUEVA

2.1. Enquadramento e Objectivos

Ao longo dos últimos séculos, as barragens têm sido construídas com diversos fins como sejam o de efectuar o controle de cheias, o de permitir a produção de energia hidroeléctrica, o fornecimento de água para consumo humano directo, uso industrial ou ainda para irrigação agrícola.

As barragens têm sido promovidas como um importante meio de atender a necessidades efectivas de água e energia e como investimentos estratégicos de longo prazo capazes de oferecer múltiplos benefícios. Alguns desses benefícios adicionais são típicos de todos os projectos de grandes infra-estruturas. Desenvolvimento regional, criação de emprego e fomento de uma base industrial ou ainda o turismo, são frequentemente referidos como objectivos adicionais a atingir com a construção de grandes barragens.

Os grandes investimentos envolvidos e os impactes gerados pelas grandes barragens provocam conflitos acerca da localização e impactes dessas infra-estruturas, tornando-se actualmente uma das questões mais controversas na área do desenvolvimento sustentável.

Os defensores das grandes barragens apontam para as necessidades de desenvolvimento social e económico que estas visam satisfazer, como a irrigação, a produção de energia, o controle de inundações e o fornecimento de água para consumo humano. Os oponentes ressaltam os impactes adversos como a destruição dos ecossistemas incluindo os marinhos, a diminuição da biodiversidade e ainda os elevados custos financeiros destes empreendimentos.

Como opção de desenvolvimento, os grandes empreendimentos de fins múltiplos cujo núcleo central seja uma grande barragem, tendem a tornar-se o ponto focal dos interesses de políticos, do governo central, dos poderes regionais, do sector da construção civil. De acordo com o último relatório da Comissão Mundial de Barragens (2000), o envolvimento da sociedade civil varia conforme o grau de debate e de abertura política de cada país. Ainda

de acordo com esta Comissão, os conflitos em torno das barragens derivam igualmente da incapacidade dos seus defensores e dos órgãos de financiamento cumprirem os compromissos assumidos, respeitarem os regulamentos estabelecidos, as directrizes e as normas internas das suas instituições.

A concepção e implementação do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva enquadrar-se nos casos controversos de decisões públicas referentes à localização e funcionamento de grandes infra-estruturas.

Este Empreendimento corresponde a uma aspiração com várias décadas. Os grandes homens políticos do pós 25 de Abril puseram a sua assinatura na realização do Empreendimento de Alqueva, o que constituiu a expressão de um raro consenso político de regime.

Ao longo de todos estes anos foram expostas e controvertidas na comunicação social posições diversas a respeito do Empreendimento de Alqueva. Houve sempre a exposição de posições contrárias, mas nunca, como hoje, se terá assistido a uma tão grande prevalência da expressão de posições desfavoráveis ao Empreendimento.

Estamos em presença do maior investimento público que ocorre actualmente em Portugal e no entanto, não é transmitida para a opinião pública a noção do esforço a que o investimento corresponde no presente e do valor que ele representa para o futuro. É sobretudo nas áreas do Ambiente e Património que se encontra a maior parte dos temas críticos de Alqueva e é neste campo que a contestação a Alqueva tem desencadeado acções concertadas que, sem grande expressão no contexto local e regional, têm trazido para a actualidade nacional o debate sobre o Empreendimento.

O mais importante em relação a Alqueva, decorreu de facto nos anos noventa. Ao início da década correspondem, no Alentejo, anos de desespero. A seca, o desemprego, nalgumas zonas a fome, chamam de 1992 a 1994 a atenção para a barragem cuja construção tarda. *Santa Engrácia de Alqueva* é o título de capa da revista do *Expresso* de 27 de Março de 1993, que já no ano anterior titulara *Alqueva – a longa espera*. Pouco antes, teria sido

avaliada no Governo, a possibilidade de construir uma barragem com um terço da altura da inicialmente projectada, o chamado *Alquevinha*.

As hesitações e indefinições do Poder são perceptíveis: Cavaco Silva que chamara em 1987 *elefante branco* ao empreendimento, relança-o em 1993 e em 1995 afirma *Alqueva é irreversível com ou sem dinheiro da Comunidade*.

Para a então Comunidade Económica e Europeia começaram a dirigir-se as atenções nacionais e é no tabuleiro europeu que se obterão os meios para levar por diante, o Empreendimento. As principais questões a resolver nos anos noventa prendem-se, de facto, ao financiamento e à comprovação de que o seu impacte ambiental será aceitável e susceptível de ser devidamente minimizado ou compensado.

O Estudo Integrado de Impacte Ambiental (EIIA) do Empreendimento, exigido pela Comissão conforme já referido em capítulo anterior, é concluído em 1995. O jornal *O Público* dedica-lhe então, oito páginas, concluindo que de todos os pareceres relativos àquele Estudo, (...) *apenas um – o do Centro de Estudos da Avifauna Ibérica – se assume publicamente contra o Empreendimento de Alqueva, tal como está planeado*.

Ao longo das últimas quatro décadas, poderia ter existido um momento em que o projecto de Alqueva tivesse sido afastado definitivamente do horizonte, mas tal não aconteceu, porventura por ter prevalecido a representação, no imaginário nacional, de Alqueva como o *potencial de riqueza* de que falava a *Capital* na década de setenta ou porque para lá da valia agrícola ou da valia eléctrica, esteve presente na tomada de decisão a valia simbólica deste projecto.

Actualmente, o contexto é significativamente diferente do vivido nos anos noventa. Apesar da estratégia de desenvolvimento do Alentejo, delineada com base em três pólos fundamentais, Porto de Sines, Aeroporto de Beja e Alqueva continuar ainda com muitas indefinições e não-decisões e dos problemas desta região continuarem à espera de mudanças estruturais, não se tem feito sentir a agressividade de anos hidrológicos secos e

a escassez de água, a seca e a fome não são mais que recordações que ninguém quer reviver.

É neste contexto que a imagem do Empreendimento de Alqueva tem vindo a desgastar-se. Não se encontram na sociedade portuguesa ou na alentejana em particular, movimentos e dinâmicas que se possam contrapor, no plano mediático, aos movimentos ambientalistas e de outra índole que com frequência crescente contestam o Empreendimento, a não ser um ou outro movimento de raiz partidária. Assistiu-se hoje ao surgimento de diversos focos de contestação relativamente ao Empreendimento, organizados em rede que promovem acções de pressão junto das instituições comunitárias, nomeadamente por parte de grupos ambientalistas organizados em torno de um Movimento comum, o denominado *Movimento pela Cota 139*.

O conflito associado a Alqueva desenrola-se não devido a uma questão de localização das infra-estruturas ou por contestação das populações locais mas antes, alimentado por uma elite técnica que contesta agora, não o Empreendimento em si, mas o seu dimensionamento. Paradoxalmente, a realização de um conjunto de acções de grande alcance em termos ambientais, assumidas pela EDIA e nalguns casos pioneiras, em lugar de terem tido projecção na opinião pública como aspectos positivos e exemplificativos da responsabilidade e dos compromissos ambientais da empresa, tenham sido junto da opinião pública usados contra Alqueva, tendo-se constituído em factores negativos.

Ao estudar a vertente ambiental do conflito associado a Alqueva, pretende-se antes de mais, identificar os aspectos dominantes e os interesses, valores e posições dos actores envolvidos. Para tal torna-se necessário efectuar um diagnóstico da situação que servirá de base a sugestões fundamentadas no que ainda há a fazer na área da comunicação e participação.

2.2. Metodologia

A metodologia empregue para cumprir os objectivos propostos baseia-se na caracterização do conflito e da sua estrutura, a partir de uma análise de factos e notícias relatados na imprensa escrita e que integram a *Revista de Imprensa*, elaborada pela EDIA.

A análise centra-se na imprensa publicada no ano de 1995, ano de lançamento e arranque das obras da barragem de Alqueva e no ano compreendido entre os meses de Fevereiro de 2001 e Fevereiro de 2002, altura em que foram fechadas as comportas do descarregador de meio fundo da barragem e se deu início ao primeiro enchimento de albufeira de Alqueva.

Estes dois períodos delimitam claramente esta primeira fase e permitirão efectuar a análise comparativa e evolutiva do conflito.

A análise dos resultados foi realizada tendo por base o cálculo estatístico, que permite avaliar os principais actores em cada um dos períodos estudados, a proeminência deste conflito e a evolução do mesmo, contextualizando-o na conjuntura regional e nacional, durante estes dois períodos que se têm como representativos.

Os dados relativos ao ano de 1995 não contemplam os meses de Janeiro e Fevereiro uma vez que a *Revista de Imprensa* da EDIA apenas começou a ser elaborada a partir de Fevereiro, pontualmente e de Março, de uma forma sistemática.

O período compreendido entre os meses de Fevereiro de 2001 e Fevereiro de 2002, será designado, ao longo deste trabalho por 2001/2002.

O registo da informação recolhida e que esteve na base desta análise, encontra-se nos Anexos I e II deste trabalho, que corresponde à recolha de dados na imprensa escrita, nos anos de 1995 e 2001/2002. Nestas tabelas, a informação foi organizada da seguinte forma:

- Data da publicação da notícia;
- Nome do órgão de comunicação social;
- Título / assunto da notícia;
- Actor (es) que protagoniza (m) a notícia;

- Interesse (s) em causa;
- Posicionamento do actor;
- Citações.

Estes dados foram trabalhados de forma a caracterizar o conflito visto e analisado através da imprensa escrita.

Com a identificação dos principais actores envolvidos e dos interesses a eles associados, será possível delinear estratégias futuras, com alvos bem definidos que permitam pôr em curso alternativas sustentáveis associadas ao Empreendimento, cumprindo este a sua principal missão, a de se constituir num instrumento económico e social que reduza as assimetrias desta região e promova o seu desenvolvimento.

2.3. Caracterização do Conflito

2.3.1. O Papel da Imprensa

Os problemas ambientais dependem, pela sua especificidade, de acções deliberadas para informar o público e os políticos, nas quais estão envolvidos os *media* e as suas fontes – as associações ambientalistas, os cientistas e demais actores do processo, tendo assim, por função, comunicar e difundir a informação.

No processo de mediatização dos problemas ambientais os *media* debatem-se com alguns constrangimentos provocados pela sua complexidade científica. O isolamento dos órgãos de comunicação social como comunicadores privilegiados do público tem como consequência transmitir um conhecimento parcial e simplificado o qual gera, por vezes, algumas dissonâncias cognitivas que, no limite, provocam desinformação ou confusão nos receptores dessa informação (Trüninger e Valente, 1999).

Por outro lado, a falta de formação especializada dos jornalistas em questões ambientais, pode comprometer a qualidade da cobertura mediática, não permitindo uma correcta descodificação dos problemas ambientais (Valente, 1994).

A análise de imprensa efectuada deverá assim, ser interpretada à luz destes pressupostos. O conflito gerado em torno de Alqueva e analisado através da imprensa, reflecte-se no que os órgãos de comunicação social escrita, regional e nacional, entenderam ser os interesses, as posições, os factos e os problemas mais relevantes para transmitir ao público em geral.

Nos dois períodos em análise (o ano de 1995 e entre Fevereiro de 2001 e o mesmo mês de 2002), a imprensa deu visibilidade à problemática em torno de Alqueva, criando um espaço de debate público, em que a opinião pública acaba por adquirir um quadro de referência comum para interpretação dos factos associados a este Empreendimento.

Durante estes dois períodos a imprensa assumiu um importante papel na difusão da informação e na criação de uma opinião pública sobre as questões ligadas a Alqueva, actuando como modelador dessa mesma opinião pública.

A relevância de Alqueva como tema de debate regional e nacional é notória, nomeadamente no ano que antecedeu o fecho das comportas. Se em 1995 as discussões sobre Alqueva originaram cerca de trezentas e quarenta notícias, esse número praticamente duplicou em 2001/ 2002. Neste último período, com a mediatização do debate em torno de Alqueva nos diversos órgãos de comunicação social, com grande relevância para as televisões e imprensa escrita, o debate ultrapassou as fronteiras nacionais e estendeu-se a Espanha e Reino Unido, através da publicação de diversas notícias e artigos de opinião em jornais destes dois países.

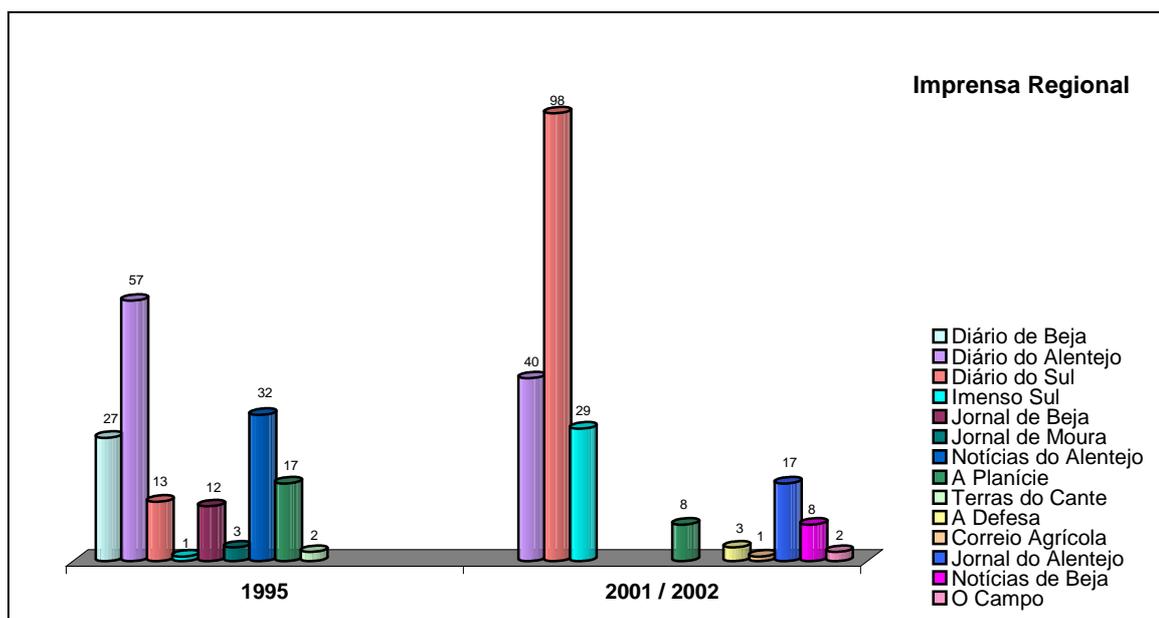


Figura II.2.2. Cobertura dada pela imprensa de âmbito regional à implementação de Alqueva (n.º de notícias publicadas por cada jornal), nos dois períodos em análise.

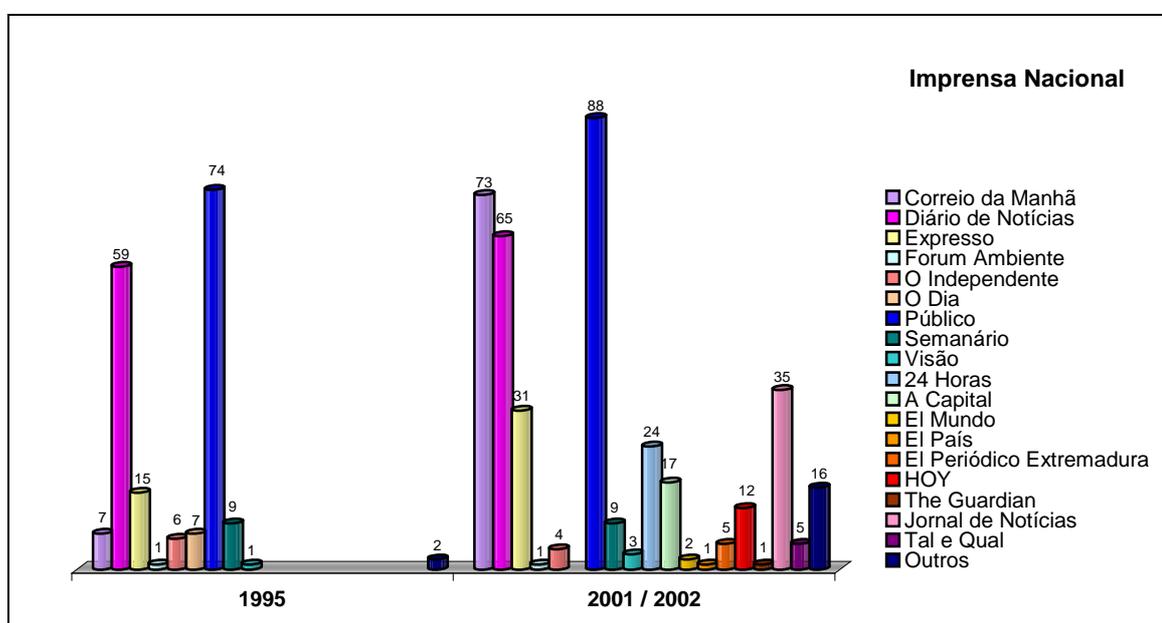


Figura II.2.3. Cobertura dada pela imprensa de âmbito nacional e estrangeira à implementação de Alqueva (n.º de notícias publicadas por cada jornal), nos dois períodos em análise.

2.3.2. Análise dos Resultados

2.3.2.1. O Conflito sobre Alqueva em 1995

O ano de 1995 representa, na longa história de Alqueva, o momento em que foi tomada e assumida pelo Estado Português, a decisão de construir e implementar o Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva, no âmbito de uma estratégia de desenvolvimento regional para o Alentejo.

O Sul do País atravessa um dos mais graves períodos de seca das últimas décadas. O desemprego, em algumas zonas a fome, leva a situações de desespero. Em Junho, o “Público” titula *Começou a guerra da água: ...e fala-se em pegar em armas pela última gota de água*. As águas do Guadiana, há muito reduzido a um mero ribeiro, são desviadas através de valas construídas pela calada da noite, para Espanha, originando situações de conflito com o país vizinho. Entretanto discute-se o Plano Hidrológico espanhol e Portugal negocia com Espanha um convénio para a gestão dos rios comuns. É reclamada a declaração de estado de calamidade no Alentejo e a construção de Alqueva tarda.

Após o relançamento de Alqueva em 1993, só em Março de 1995 é constituída a EDIA, empresa responsável pela construção e desenvolvimento do Empreendimento. Negociam-se com a então CEE, os financiamentos necessários a Alqueva enquanto que o Estudo Integrado de Impacte Ambiental (EIIA 95) é aprovado pelo Ministério do Ambiente em Agosto desse ano. O período de discussão pública deste Estudo envolveu Agricultores, Partidos, Organizações não Governamentais de Ambiente, entre outras entidades e individualidades. Alqueva assume-se como indispensável reserva estratégica de água e reúne a unanimidade de todos os partidos políticos. A contestação é assumida maioritariamente pelas Organizações Não Governamentais de Ambiente do Algarve e por idênticos movimentos espanhóis, da Extremadura e Andaluzia.

Com o aproximar das eleições legislativas, a 1 de Outubro, Alqueva torna-se tema de campanha eleitoral para todos os partidos e surge associado à problemática da

Regionalização. Este clima eleitoral prolongar-se-á até Janeiro de 1996, altura em que se realizam, a 14 de Janeiro, as eleições presidenciais. Alqueva é declarado irreversível e em Setembro são reiniciadas as obras, interrompidas desde 1978.



Figura II.2.4. O início das obras em Alqueva é devidamente assinalado pela imprensa (Diário de Notícias, Setembro 1995).

A análise da imprensa regional e nacional efectuada, relativa ao ano de 1995, cobre um universo de trezentas e quarenta e três notícias publicadas sobre Alqueva e registadas na *Revista de Imprensa* (EDIA, 1995).

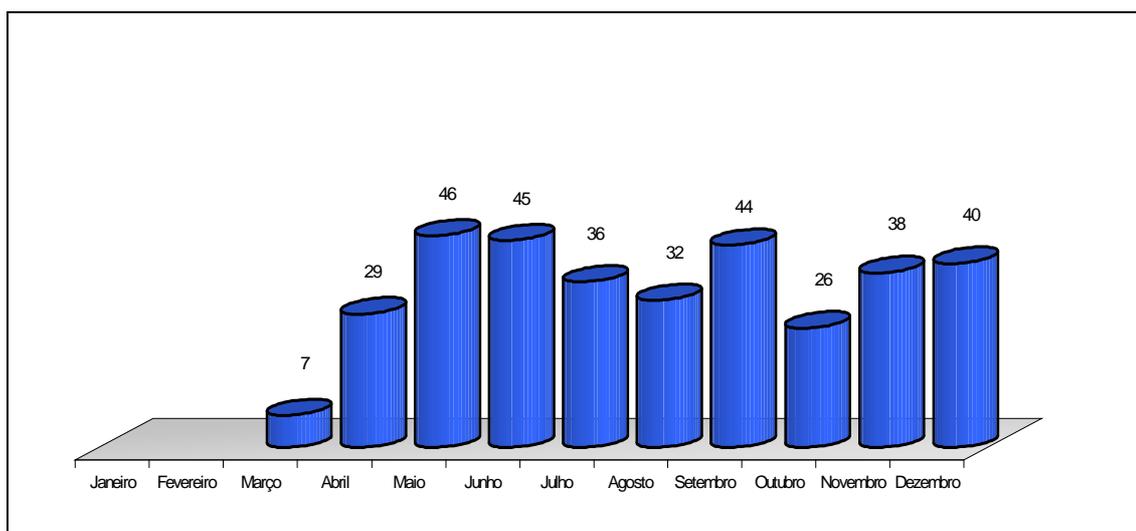


Figura II.2.5. Número de notícias publicadas sobre Alqueva ao longo de 1995.

Dezanove órgãos da comunicação social escrita publicaram com regularidade, factos e opiniões sobre o Empreendimento. Destes, o *Diário do Alentejo* e o *Jornal do Alentejo* (a nível regional) e o *Diário de Notícias* e o *Público* (de âmbito nacional) lideraram na mediatização de Alqueva, veículos das principais discussões que então ocorreram (Figuras II.2.2. e II.2.3.).

Sendo os *media* a fonte de informação privilegiada do público, o destaque dado por estes à problemática em torno de Alqueva permitiu o envolvimento de numerosos actores no processo, quer de uma forma organizada quer a nível individual.

Em 1995 e de acordo com os elementos disponíveis, envolveram-se activamente na discussão, trinta e um grupos de intervenientes, conforme gráfico da Figura II.2.6..

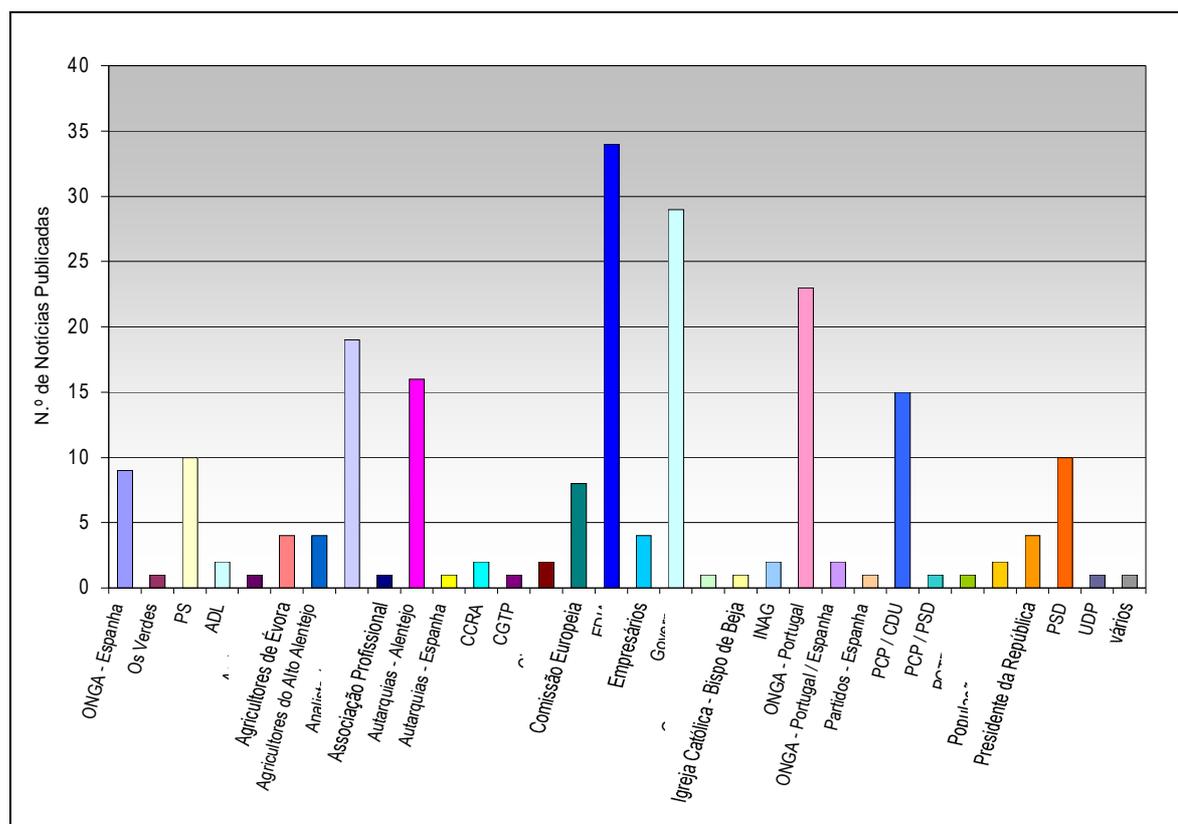


Figura II.2.6. Actores intervenientes em 1995, de acordo com o número de notícias publicadas.

Verifica-se que a problemática sobre Alqueva foi, em 1995, transversal a toda a sociedade portuguesa, havendo o envolvimento de diversos sectores regionais, nacionais e também espanhóis. Discutia-se então, a necessidade de avançar com o Empreendimento face às graves carências hídricas que o Alentejo atravessava. Alqueva assume-se como uma reserva estratégica de água em relação a Espanha. A controvérsia coloca-se no balanço dos impactes do Empreendimento.

Dos diferentes grupos de actores, destacam-se como mais intervenientes a EDIA, o Governo, as Organizações Não Governamentais de Ambiente (ONGA) e os Partidos. A visibilidade relativa dos actores está expressa no gráfico da Figura II.2.7.. Esta corresponde ao número de notícias que cada grupo protagonizou, no universo das trezentas e quarenta e três notícias publicadas sobre Alqueva e registadas na Revista de Imprensa da EDIA.

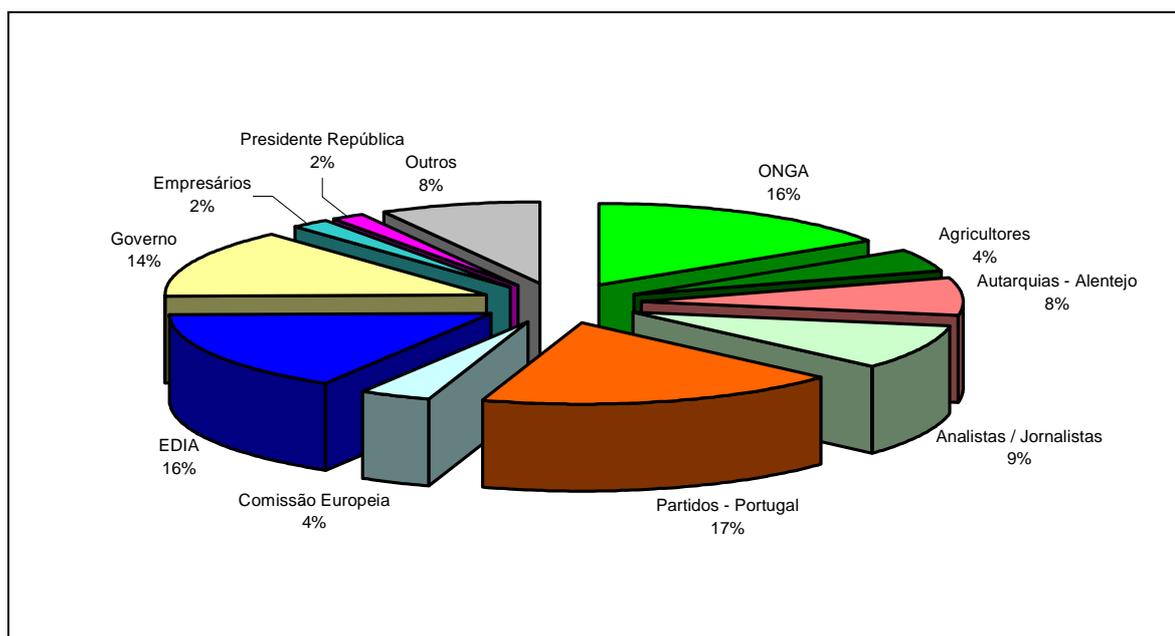


Figura II.2.7. Visibilidade relativa dos actores, medida através do número de notícias protagonizadas por cada grupo de actores, no universo de notícias em estudo, durante 1995.

Associações ambientalistas regionais algarvias assumem a contestação ao Empreendimento, defendendo os valores naturais do Baixo Guadiana e do seu estuário. A segurança das populações a jusante da barragem é igualmente tema de discussão. No Alentejo, apenas o *Centro de Estudos de Avifauna Ibérica* (CEAI) se assume frontalmente contra Alqueva, em defesa do património natural do vale do Guadiana. As ONGA nacionais pronunciam-se igualmente sobre Alqueva, a referir, *Liga para a Protecção da Natureza, Quercus e Geota*.

Dentro dos partidos políticos, o que mais se destaca no grau de intervenção é o *Partido Comunista Português* (PCP), seguido do *Partido Social Democrata* (PSD) partido do Governo até às eleições de 1 de Outubro desse ano.

A maioria de actores presente na controvérsia gerada sobre Alqueva assume uma posição sobre o Empreendimento, havendo apenas 5% de indecisos. Em 1995, 77% das intervenções na imprensa, são a favor de Alqueva, ao passo que 18% se manifestam frontalmente contra (Figura II.2.8.).

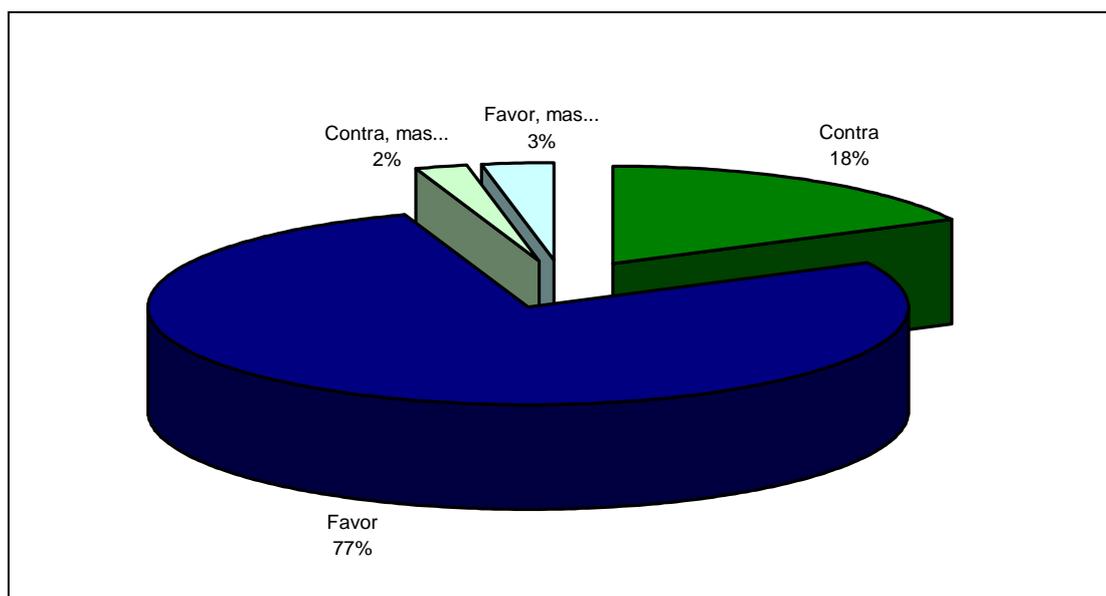


Figura II.2.8. Posicionamento relativo sobre Alqueva, em 1995.

As posições contra Alqueva são lideradas pelas Organizações Não Governamentais de Ambiente portuguesas e das regiões espanholas da Andaluzia e Extremadura. Nos primeiros meses do ano, os Agricultores do Alto Alentejo, organizados em Associação, posicionam-se igualmente contra Alqueva. Defendem a construção de três barragens mais pequenas em substituição da grande barragem, que apelidam de *elefante branco* (Diário de Notícias, 14/4/95 in *Revista de Imprensa*, EDIA, 1995). Em Junho desse ano, esta Associação, após mudança dos seus órgãos sociais posiciona-se favoravelmente em relação ao Empreendimento.

Os partidos políticos portugueses registam uma unanimidade de posições, rara no contexto nacional. Todos se pronunciam a favor de Alqueva, em prol do desenvolvimento regional, do combate ao desemprego e do desenvolvimento de uma nova agricultura no Alentejo. Igualmente a favor estão as autarquias alentejanas, com interesses semelhantes aos dos partidos. Alqueva é tema de debate nas campanhas eleitorais para as eleições legislativas de 1 de Outubro e eleição presidencial de 14 de Janeiro de 1996.

Ao longo de 1995, a intervenção dos diferentes actores foi marcada por dois períodos distintos. O primeiro, correspondente à divulgação e discussão pública do *Estudo Integrado*

de *Impacte Ambiental* (EIA 95) ocorrida entre os meses de Março e Maio, ainda com ecos na imprensa do mês de Junho. As campanhas eleitorais do final do ano, marcam o segundo período de maior intervenção dos actores deste processo. O gráfico da Figura II.2.9. representa a visibilidade dos principais actores ao longo de 1995. Neste gráfico, verifica-se que os principais grupos intervêm no período correspondente à discussão pública do EIA (Março – Maio). Por outro lado, os Partidos, o Governo e a EDIA são os mais intervenientes no último trimestre.

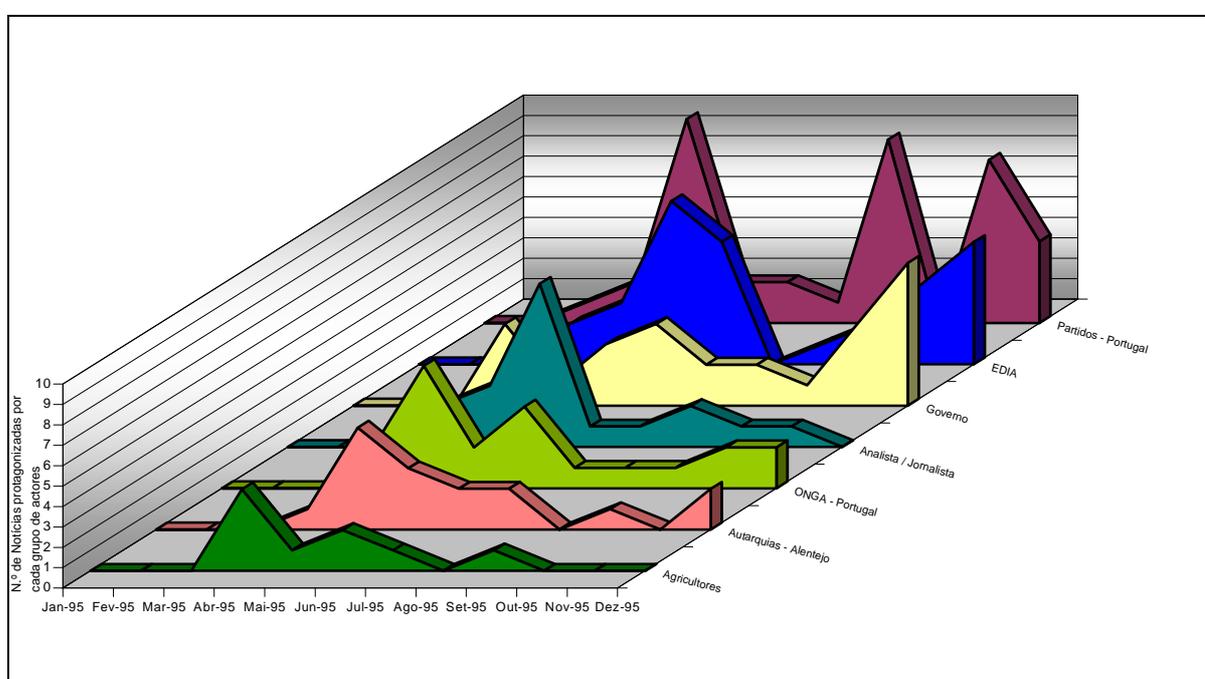


Figura II.2.9. Visibilidade dos principais actores ao longo de 1995.

Durante o ano de 1995, as discussões sobre Alqueva e sobretudo, sobre os impactes ambientais que um empreendimento desta escala implica e o balanço entre estes impactes e a necessidade de se criar uma reserva estratégica de água, dominaram as notícias na imprensa regional e nacional. Este conflito foi liderado pelas Organizações Não Governamentais de Ambiente, cujos interesses se centravam na defesa do património natural existente na bacia do Guadiana e por isso se opuseram à construção do Empreendimento. Apesar desta posição, reconheciam a necessidade de água no Alentejo,

considerando que o modelo de Alqueva não seria o adequado para a região. A postura reactiva da EDIA nestas discussões, é visível no gráfico da Figura II.2.10.. Neste gráfico compara-se a visibilidade das ONGA's portuguesas e da EDIA, ao longo de 1995. Durante os meses de Março a Setembro, período em que a discussão sobre os problemas ambientais relacionados com Alqueva esteve na ordem do dia, as notícias protagonizadas pela empresa responsável pelo Empreendimento, limitaram-se a respostas sobre factos e opiniões veiculados nos órgãos de comunicação social, pelos restantes actores intervenientes. Esta reactividade da EDIA está expressa na curva deste gráfico, onde o pico de notícias por ela protagonizadas é posterior à intervenção das Organizações Não governamentais de Ambiente. Ainda sobre este gráfico, a intervenção da EDIA nos meses de Setembro a Dezembro está relacionada com a reafirmação da continuidade de Alqueva, após as eleições de 1 de Outubro. Neste período a visibilidade da Empresa surge associada às intervenções de outros actores no processo, como os Partidos e o próprio Governo.

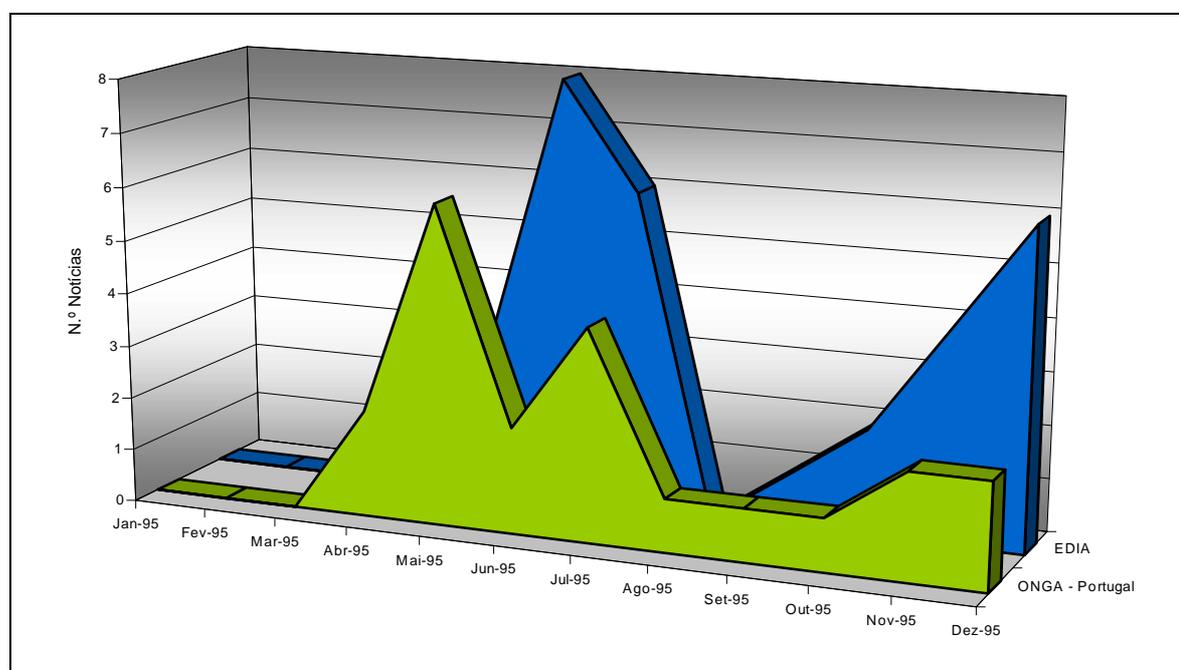


Figura II.2.10. Visibilidade das ONGA's portuguesas e da EDIA ao longo de 1995.

O posicionamento dos diferentes actores manifestou-se fortemente desde que foi anunciado o relançamento do Empreendimento e aberto o período de discussão pública sobre o Estudo Integrado de Impacte Ambiental (EIIA 95). O segundo período de maior intervenção, de expressão de apoio e concordância com Alqueva corresponde ao último trimestre de 1995. Esta evolução do posicionamento sobre Alqueva ao longo de 1995 pode ser analisada no gráfico da figura II.2.11..

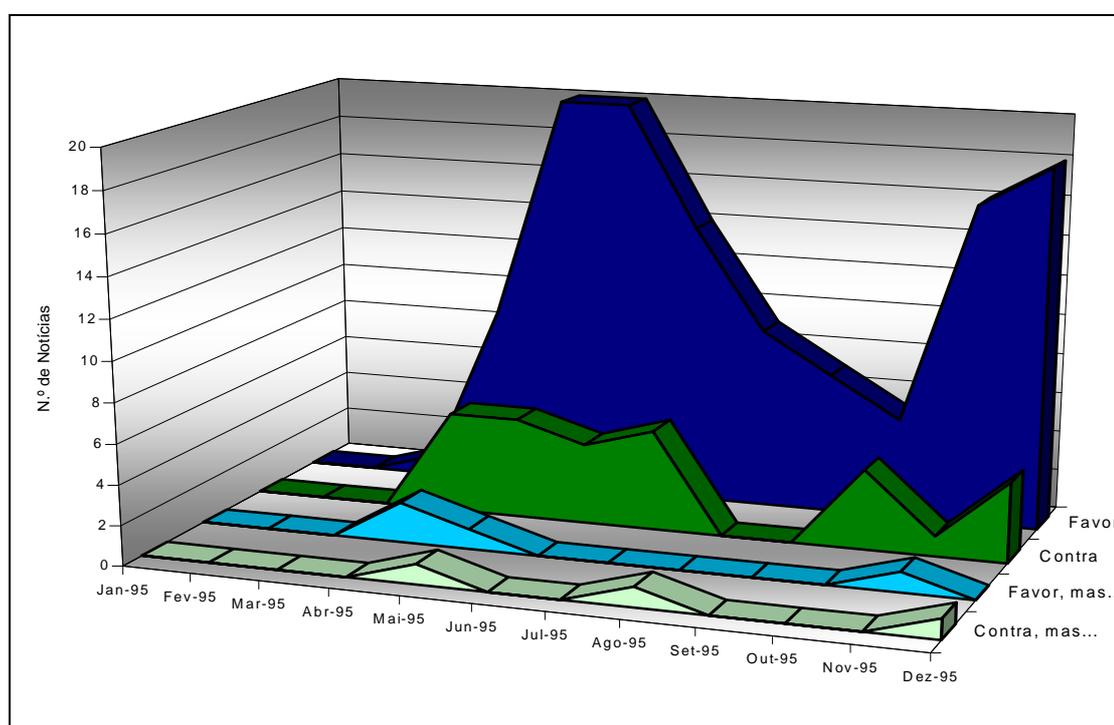


Figura II.2.11. Evolução do posicionamento sobre Alqueva ao longo de 1995.

2.3.2.2. O Conflito sobre Alqueva no Período 2001 / 2002

A 8 de Fevereiro de 2002 descem as comportas do descarregador de meio-fundo da barragem de Alqueva. Ao fim de quatro décadas de avanços e recuos, a grande barragem sonhada e desejada por muitos, atacada e criticada por outros tantos, permite iniciar o primeiro enchimento da albufeira de Alqueva.

Neste último ano que antecedeu o encerramento das comportas, assistiu-se a violentos debates na comunicação social e acesa controvérsia sobre diversos aspectos relacionados

com Alqueva. À medida que se aproximava a data prevista para o início do enchimento da albufeira de Alqueva, multiplicaram-se os movimentos de contestação que surgiram, pela primeira vez, organizados numa frente comum interveniente nas diferentes polémicas geradas em torno do Empreendimento; é criado o *Movimento pela Cota 139*.

O ressurgimento da contestação a Alqueva, liderado pelas Organizações Não Governamentais de Ambiente, marca incontestavelmente 2001/2002. É durante este período que se iniciam as grandes empreitadas de *Desmatação e Desarborização Programada da Albufeira de Alqueva* e de *Encerramento da Unidade Fabril da Portucel Recicla*. Surge igualmente a polémica sobre as gravuras rupestres descobertas junto ao leito do Guadiana. Arqueólogos e suas organizações, Governo, EDIA e UNESCO desdobram-se em intervenções, fortemente mediatizadas pela comunicação social. Esta discussão estende-se a Espanha, onde se multiplicam os esforços de impedir o enchimento de Alqueva. Ao contrário de 1995, as televisões prestam cobertura a todos os factos e notícias surgidos sobre o Empreendimento. Esta intensificação tem paralelo na imprensa regional e de âmbito nacional que acompanha de muito perto os conflitos gerados sobre Alqueva. O apoio inequívoco ao projecto continua por parte do Governo, dos partidos políticos, com especial destaque para o Partido Comunista Português. Surge timidamente na imprensa, um movimento de apoio a Alqueva que não se chega a afirmar junto do público. Simultaneamente, defende-se a implosão da barragem, em artigo publicado no jornal *Imenso Sul*, a 27 de Julho de 2001.

A par de toda a controvérsia, a EDIA anuncia em Setembro, através do presidente do Conselho de Administração, o início do enchimento de Alqueva no Inverno de 2001, independentemente dos processos e empreitadas em curso (Expresso, 9/9/01 in *Revista de Imprensa*, EDIA, 2001). Setembro é igualmente assinalado pela realização do primeiro Conselho de Ministros em Alqueva, onde entre outras medidas, é anunciado o preço da água para regadio.

Em Outubro de 2001, são postos à discussão pública dois instrumentos essenciais de ordenamento do território, da zona de Alqueva, o *Plano Regional de Ordenamento da Zona Envolvente de Alqueva* (PROZEA) e o *Plano de Ordenamento das Albufeiras de Alqueva e Pedrógão* (POAAP).

A discussão pública destes Planos e o aproximar das eleições para as Autarquias, são dois marcos importantes no último trimestre de 2001 e que determinam a intervenção acentuada dos actores, cujos interesses condicionam posicionamentos antagónicos nestas matérias.

O início de 2002 traz a confirmação do encerramento das comportas do descarregador de meio fundo da barragem de Alqueva, nos primeiros dias de Fevereiro.

Na sequência dos resultados das eleições autárquicas de 16 de Dezembro de 2001 e da demissão do XIV Governo da República, são convocadas eleições legislativas para o dia 17 de Março de 2002. Alqueva volta a marcar a agenda política no período que antecedeu estes dois actos eleitorais, durante os quais, se reavivaram discussões latentes e outras redobraram de intensidade.

Quando a 9 de Fevereiro o Diário de Notícias titula *Alqueva já está a meter água – Terminou o abandono*, haviam decorrido quatro décadas de incertezas, avanços, recuos.



Figura II.2.12. O jornal *Diário de Notícias* assinala humoristicamente, o início do enchimento da albufeira de Alqueva.

No dia 8 de Fevereiro, as televisões emitiram em directo da barragem, os principais serviços informativos realizaram-se a partir de estúdios improvisados no local. A imprensa escrita, sem excepção, dedicou as primeiras páginas a Alqueva. *Dossiers* temáticos foram publicados e divulgados através da Internet. Os expoentes máximos de apoio e de contestação ao Empreendimento verificaram-se por estes dias.



Figura II.2.13. Manifestações de apoio e de contestação a Alqueva, junto à barragem, no dia do fecho das comportas, 8 de Fevereiro de 2002.

O mês de Fevereiro terminaria com a continuação das polémicas em torno do enchimento faseado da albufeira de Alqueva, do processo de transferência da aldeia da Luz e da construção de uma nova unidade fabril de reciclagem de papel no concelho de Mourão.

A análise da imprensa regional e nacional efectuada, relativa ao período de 2001/ 2002, cobre um universo de quinhentas e noventa e oito notícias publicadas sobre Alqueva e registadas na *Revista de Imprensa* (EDIA, 2001, 2002) entre os meses de Fevereiro dos respectivos anos. Optou-se por este período, por ele corresponder ao último ano anterior ao início do primeiro enchimento de Alqueva que ocorreu no mês de Fevereiro de 2002.

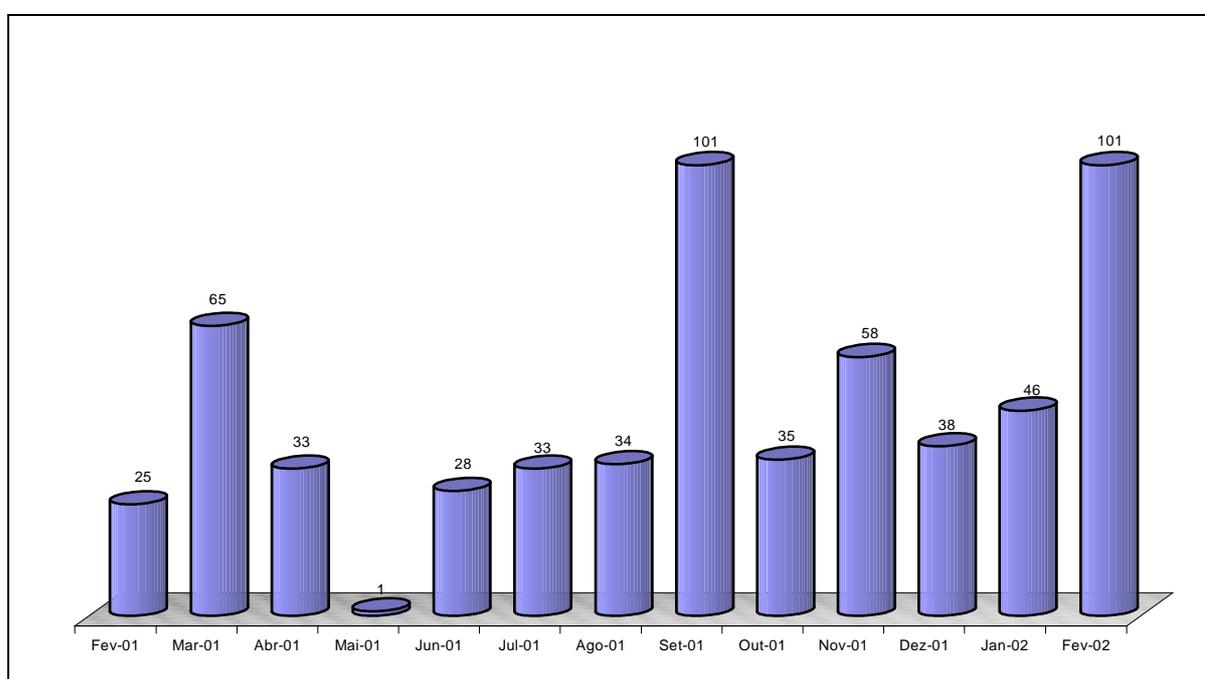


Figura II.2.14. Notícias publicadas sobre Alqueva durante o período compreendido entre Fevereiro de 2001 e Fevereiro de 2002.

Vinte e sete órgãos da comunicação social escrita publicaram regularmente, factos, notícias e opiniões sobre Alqueva. Destes, destaca-se claramente o *Diário do Sul* (a nível regional) e o *Correio da Manhã*, *Diário de Notícias* e *Público* de âmbito nacional (Figuras II.2.2. e II.2.3.). De salientar a mediatização de Alqueva também fora de Portugal, com a publicação de notícias na imprensa de Espanha e Reino Unido.

Neste período, a intensificação da presença de Alqueva nas páginas da imprensa escrita ocorre entre os meses de Setembro de 2001 e Fevereiro de 2002, meses estes que marcam

claramente, uma fase de grande debate em torno de temas ambientais e arqueológicos de Alqueva (Figura II.2.14.).

Em 2001/2002 e de acordo com os elementos disponíveis, envolveram-se activamente nas polémicas sobre o Empreendimento, trinta e três grupos de intervenientes, conforme gráfico da Figura II.2.15..

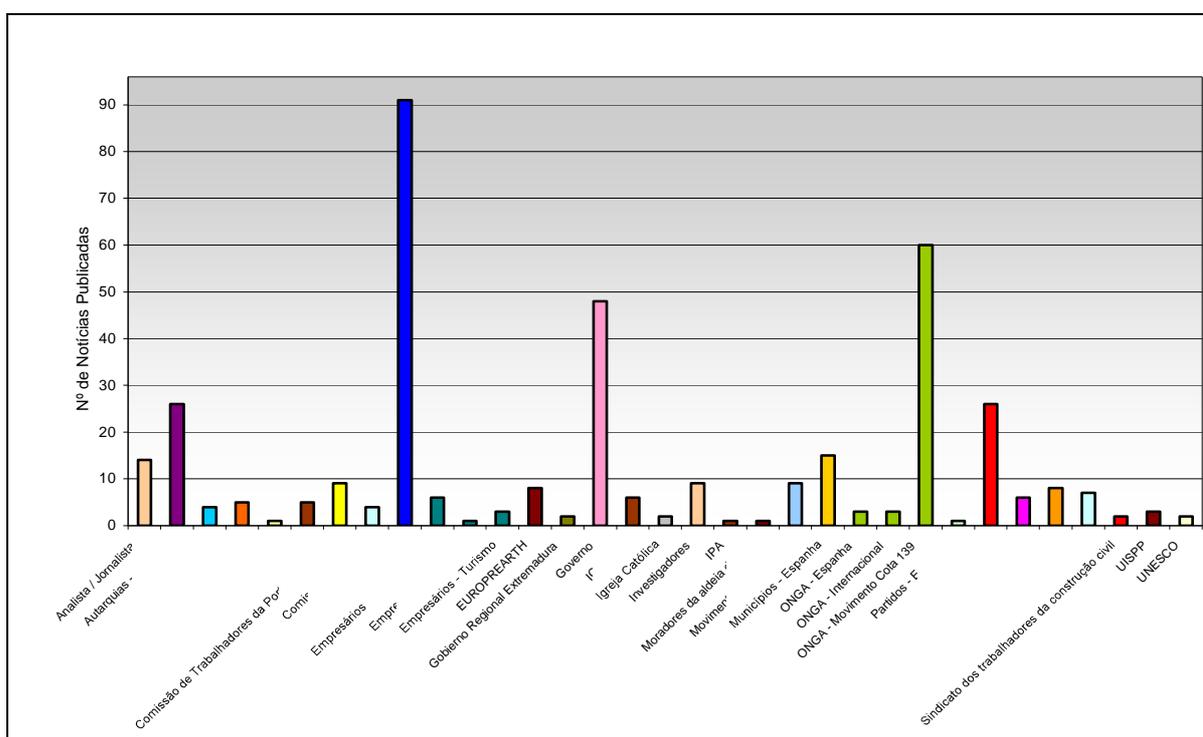


Figura II.2.15. Actores intervenientes em 2001 / 2002, segundo o número de notícias publicadas.

Verifica-se que neste segundo período em estudo, Alqueva despoletou o envolvimento de todos os sectores da sociedade portuguesa, caracterizando-se mais uma vez por uma grande transversalidade e crescente complexidade e diversidade de actores envolvidos. De Espanha, região da Extremadura, chegam também notícias que revelam a extensão da problemática naquele país e naquela região do território sob administração espanhola, afectada directamente pela albufeira de Alqueva.

Este período foi marcado pelo surgimento de um movimento que congregou esforços, estratégias e acções das Organizações Não Governamentais de Ambiente, denominado

Movimento pela Cota 139. Discutiui-se o redimensionamento e as metas de Alqueva enquanto Empreendimento na globalidade, o enchimento faseado da albufeira, a afectação da património cultural, a segurança da barragem, a transferência da aldeia da Luz, a viabilidade do regadio a implementar, as oportunidades turísticas, o desenvolvimento sócio-económico e o benefício das populações. A controvérsia coloca-se agora, na irreversibilidade do Empreendimento e na desadequação dos seus objectivos.

Dos diferentes grupos de actores, destacam-se como mais intervenientes as Organizações Não Governamentais de Ambiente (ONGA), o Governo, os Partidos, além da EDIA. A visibilidade relativa dos actores está expressa no gráfico da Figura II.2.16..

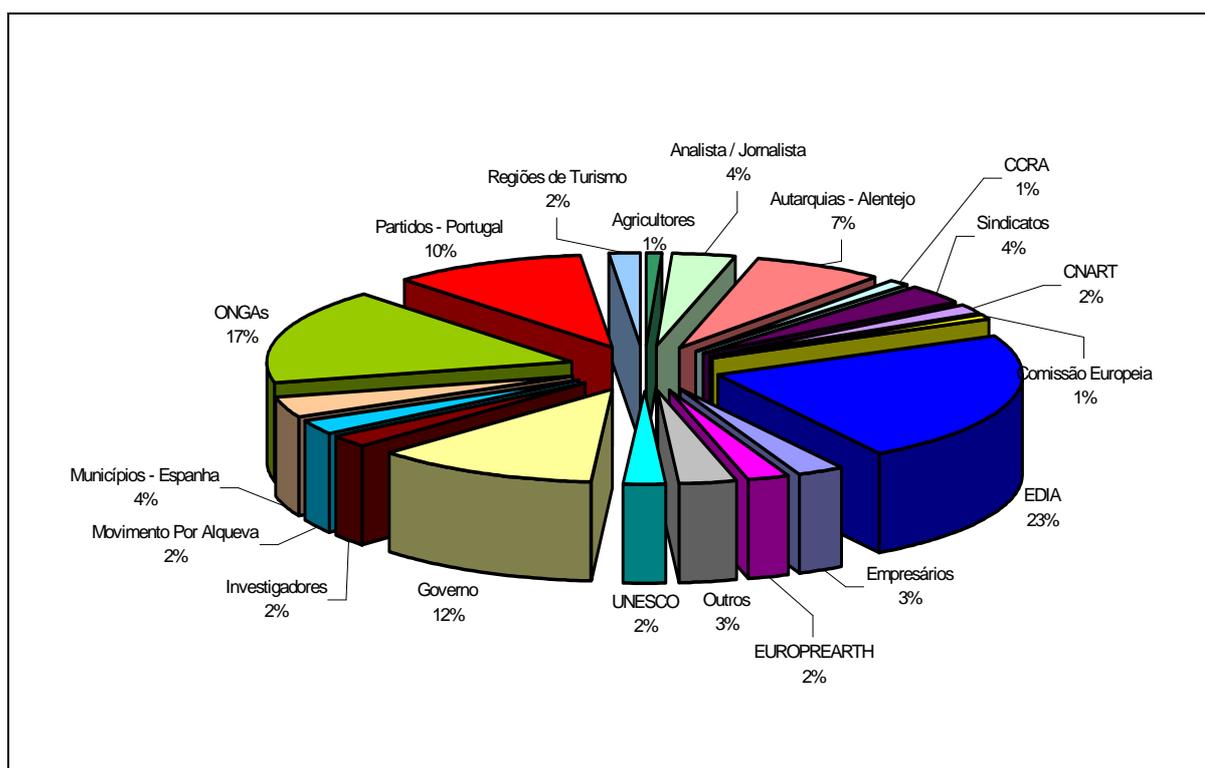


Figura II.2.16. Visibilidade relativa dos actores, em 2001/2002, medida através do número de notícias protagonizadas por cada grupo de actores, no universo de notícias em estudo, durante 2001/2002.

O *Movimento pela Cota 139* assume a contestação ao Empreendimento, defendendo os valores naturais do vale do Guadiana, através de medidas que passariam pelo enchimento faseado da albufeira de Alqueva, não ultrapassando esta, a cota de 139 metros. A afectação de

gravuras rupestres e em consequência, a perda deste património é igualmente tema de contestação a Alqueva, sendo este movimento liderado pelas Associações Não Governamentais de Arqueologia, com o apoio de entidades da região espanhola da Extremadura.

Dentro dos partidos políticos, aquele que mais se destaca no grau e forma de intervenção é o Partido Comunista Português (PCP), que marca a agenda política deste período, com a apresentação de uma proposta para a reforma da estrutura fundiária na zona de influência de Alqueva.

À crescente diversidade de actores corresponde um aumento da transversalidade e complexidade do conflito, restando apenas 1% de indecisos. Em 2001/2002, 65% das intervenções na imprensa são a favor de Alqueva, ao passo que 34% se manifestam frontalmente contra (Figura II.2.17.).

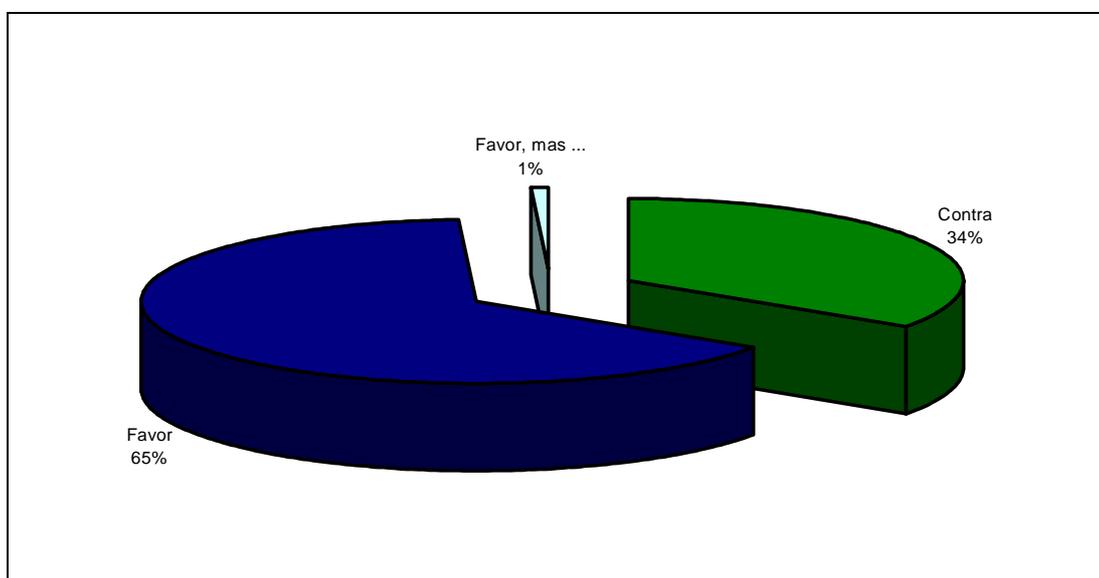


Figura II.2.17. Posicionamento relativo sobre Alqueva, em 2001/2002.

As posições contra Alqueva são lideradas pelo *Movimento pela Cota 139* e pelas Organizações Não Governamentais de Arqueologia. A estes actores junta-se ainda o alcaide do *Ayuntamiento* de Cheles que colabora em diversas iniciativas promovidas pelas

organizações anteriormente referidas. Favoravelmente continuam a manifestar-se os principais partidos políticos portugueses, com especial destaque para o Partido Comunista Português. Este partido, apoiando Alqueva, defende para a sua área de influência um novo modelo de desenvolvimento, que passa por uma reestruturação fundiária por forma a permitir a fixação dos jovens e das famílias de agricultores à terra. Defendem com este modelo, a criação de um banco de terras e um limite de referência de cinquenta hectares para a propriedade e exploração das áreas abrangidas pelo perímetro de rega de Alqueva. Igualmente favoráveis, são as posições assumidas pelas autarquias dos concelhos afectados, pelos diversos grupos de empresários e pelo Governo.

Alqueva volta a figurar como tema de debate e de afirmação política, na campanha que antecedeu as eleições autárquicas de 16 de Dezembro de 2001.

Ao longo de 2001/2002, a intervenção dos diferentes actores foi marcada por sucessivos acontecimentos que contribuíram para que a polémica em torno de Alqueva se mantivesse viva e quase sempre presente nas páginas dos diversos jornais de âmbito nacional e regional.

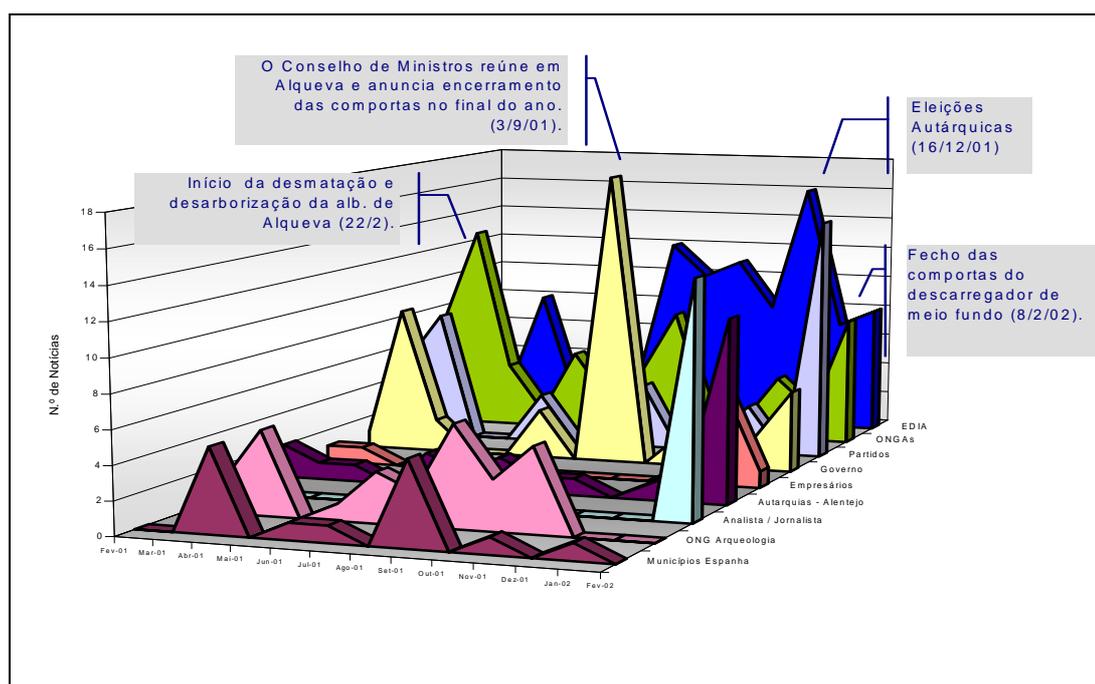


Figura II.2.18. Visibilidade dos principais actores no período 2001/2002.



O início das grandes empreitadas de índole marcadamente ambiental e relacionadas com a minimização de impactes na qualidade da água da futura albufeira de Alqueva, (Desmatção / Desarborização e Desmantelamento da Portucel Recicla) implicaram discussões muito participadas sobre os impactes destas acções no património natural, sobre a necessidade do enchimento da albufeira até à cota 152 m e ainda sobre a própria viabilidade do Empreendimento. Alqueva é novamente posto em causa, agora meses antes do início do primeiro enchimento. Distante dos anos em que a seca no Alentejo quase levou ao *pegar em armas pela última gota de água* (Público, 6/95) reacende-se a discussão sobre a viabilidade económica e social do Empreendimento. O período em análise é igualmente caracterizado, de acordo com os resultados expressos no gráfico da Figura II.2.18., por uma grande actividade mediática de todos os actores, com especial destaque no início do período, para o recém-criado *Movimento pela Cota 139* e no final, o acréscimo de visibilidade que o fecho das comportas trouxe para a classe política, para as Organizações Não Governamentais e para os próprios analistas e jornalistas. A visibilidade da EDIA em 2001/2002 resulta da grande pressão exercida pelos outros actores e da necessidade de fornecer as respostas e defender, na comunicação social, aqueles que são os objectivos do Empreendimento, traduzindo-se novamente numa postura reactiva e defensiva (Figura II.2.18.). A visibilidade do Governo é marcada por um período de grande intensidade, em Setembro de 2001, mês em que o Conselho de Ministros reúne em Alqueva. É então reafirmado o objectivo de dar início ao enchimento da Albufeira nesse Inverno e é estabelecido o preço da água para o regadio.

A organização em bloco das ONG's de Ambiente permitiu ao *Movimento pela Cota 139* uma grande visibilidade, conseguindo estar presente ao longo de todo o período nas páginas da imprensa regional e nacional (Figura II.2.19.). Este esforço de coordenação levou igualmente à participação das suas congéneres estrangeiras, quer as da região da Extremadura espanhola quer da WWF e Greenpeace. Embora tivesse havido um período de Consulta Pública (que decorreu entre 3 de Outubro e 12 de Dezembro de 2001) do *Plano*

Regional da Zona Envolvente de Alqueva (PROZEA) e do Plano de Ordenamento das Albufeiras de Alqueva e Pedrógão (POAAP) e se esperasse um emergir da argumentação das ONG's, tal não se veio a verificar (Figura II.2.19.). A intervenção deste movimento centrou-se fundamentalmente, na defesa do enchimento faseado da albufeira de Alqueva até à cota 139 m.

A afectação de património arqueológico e a discussão em torno dos impactes causados nas gravuras rupestres, pelo enchimento da albufeira (descobertas apenas no início de 2001 e datadas do Calcolítico) caracterizaram igualmente este período (Figura II.2.20.).

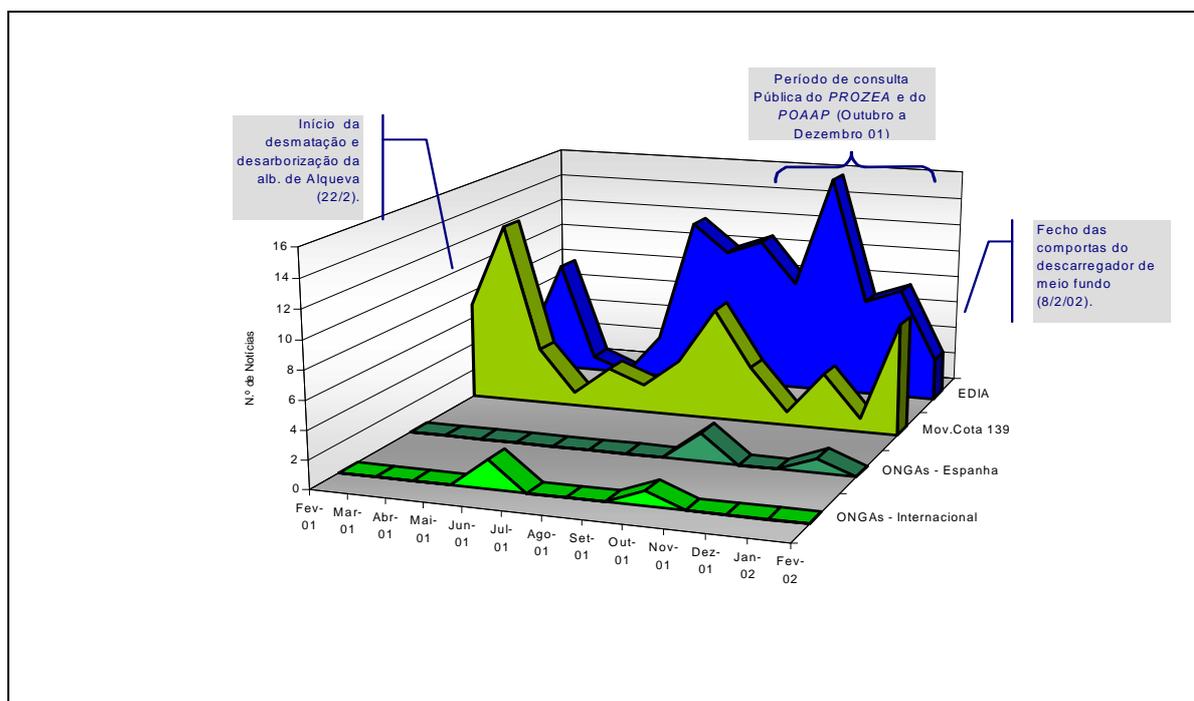


Figura II.2.19. Visibilidade das Organizações Não Governamentais de Ambiente e da EDIA, no período de 2001/2002.

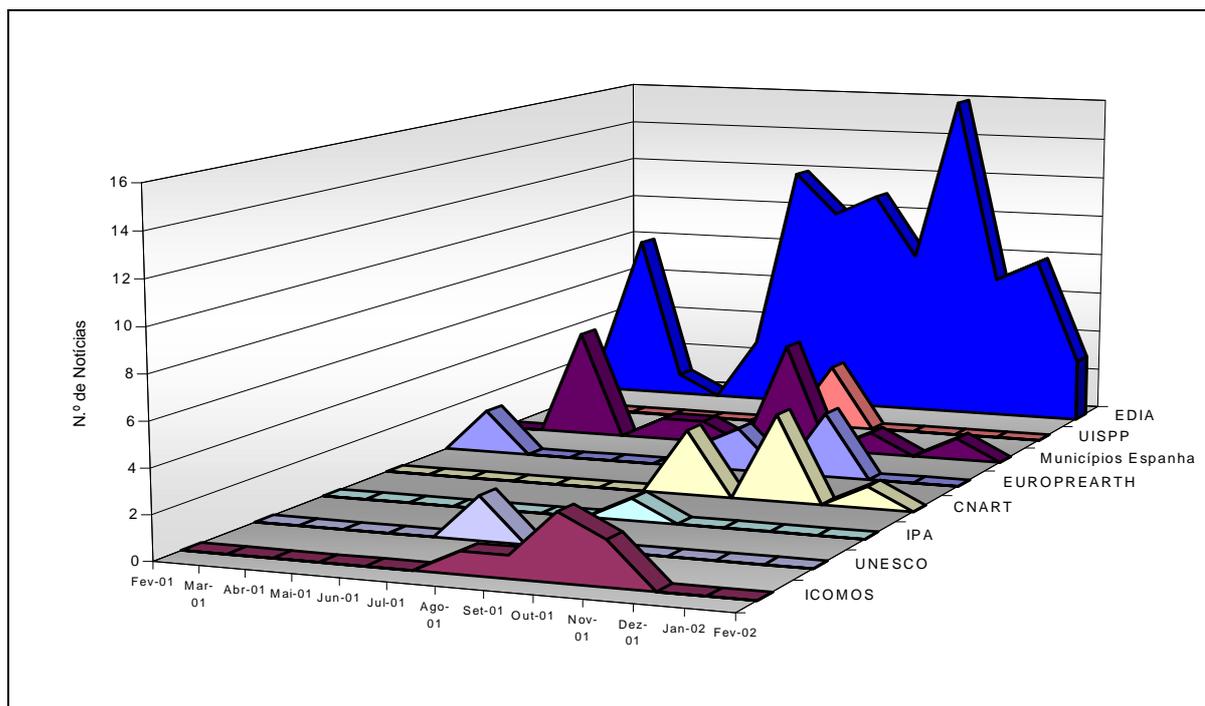


Figura II.2.20. Visibilidade das Organizações Governamentais e Não Governamentais de Arqueologia e da EDIA, no período de 2001/2002.

Ao contrário das ONG's de Ambiente, as Organizações Não Governamentais da área da Arqueologia e da Arte Rupestre, não surgiram organizadas em bloco, embora as suas intervenções em termos mediáticos sugiram planeamento e coordenação conjunta. Conforme se pode observar no gráfico da Figura II.2.20., as intervenções destes actores efectuaram-se sobretudo no período entre Setembro e Dezembro de 2001, meses que corresponderam ao reafirmar, por parte da EDIA e do Governo, do início do enchimento da albufeira no final de 2001. À exigência do adiamento do fecho das comportas por forma a permitir o desenrolar de mais estudos, protagonizada pelas ONG's nacionais e estrangeiras ligadas à arte rupestre, respondem a EDIA, o Instituto Português de Arqueologia (IPA) e o Centro Nacional de Arte Rupestre (CNART) com a enumeração de prospecções, levantamentos e registos efectuados, datações e trabalhos de conservação e protecção já realizados, rebatendo assim os argumentos das ONG's.

A contestação a Alqueva, protagonizada pelas ONG's de Ambiente e de Arqueologia no período em análise surge, no gráfico da Figura II.2.21., perfeitamente coordenada, alternando entre si, os momentos de maior visibilidade e intervenção no conflito.

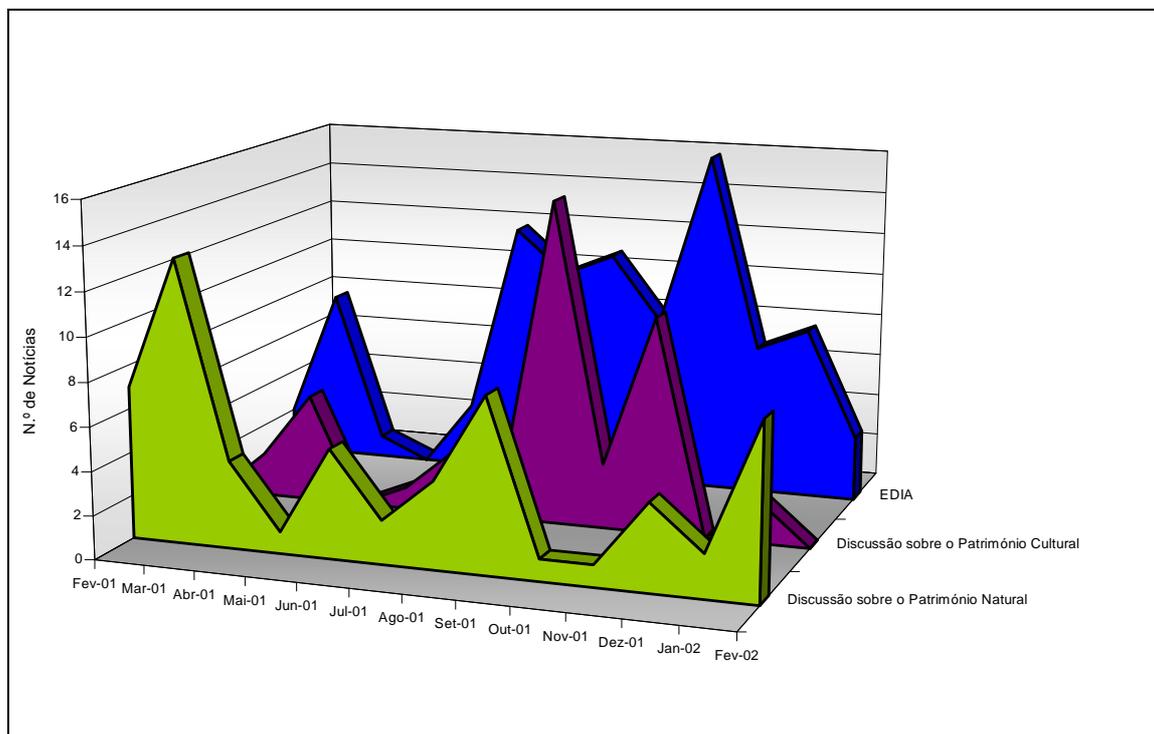


Figura II.2.21. Evolução das discussões sobre os impactes no património natural e cultural induzidos por Alqueva, no período 2001 / 2002 e da EDIA, no período de 2001/2002.

Veja-se por exemplo a curva relativa à discussão sobre a afectação do património natural: os meses entre Fevereiro e Abril de 2001 correspondem a um período no qual as ONG's de Ambiente assumiram grande protagonismo, posicionando-se contra a Desmatização e Desarborização de Alqueva, em defesa do enchimento faseado até à cota 139. No mesmo período os assuntos relativos ao património cultural não constituíam tema de debate na imprensa. Pelo contrário, no último trimestre de 2001, a atenção da imprensa focou-se nos assuntos sobre a afectação do património cultural, para a qual contribuíram decisivamente as Organizações Não Governamentais de Arqueologia e / ou Arte Rupestre. Neste trimestre, a discussão em torno da desmatização e desarborização foi pouco significativa. Embora de cariz técnico-científico diverso e com interesses diferentes, tanto o *Movimento pela Cota*

139, como as ONG's de Arqueologia e Arte Rupestre, defendem o adiamento do fecho das comportas e o enchimento faseado da albufeira, posicionando-se contra Alqueva.

Esta concertação de estratégias, aliada à grande visibilidade dada a estes movimentos pela imprensa regional e nacional, implicou o período de maior desgaste da EDIA e do Empreendimento de Alqueva, apesar de, como já verificado, a grande maioria das posições manifestadas, ser favorável ao desenvolvimento deste projecto.

De facto, o número de actores que se manifestaram favoravelmente em relação ao Empreendimento é superior aqueles que expressaram posição oposta. No entanto, em termos de visibilidade e como se pode observar na Figura II.2.22., os grupos de actores que se posicionam contra Alqueva são aqueles que conseguem mediatizar mais as suas posições e interesses. Isto mostra que os primeiros tiveram uma estratégia que os actores favoráveis a Alqueva não conseguiram neutralizar. De acordo com este gráfico, ao longo de 2001/2002, posicionaram-se favoravelmente sobre o Empreendimento 23 grupos de actores enquanto que apenas nove se manifestaram contra. No entanto, o grupo que maior número de notícias protagonizou, foi o *Movimento Pela Cota 139*, com 59 notícias publicadas com expressão de opinião desfavorável ao Empreendimento.

Os dados referentes a este gráfico contemplam apenas as notícias onde houve posição manifesta dos actores, não tendo sido contabilizadas aquelas notícias que se referem somente a factos.

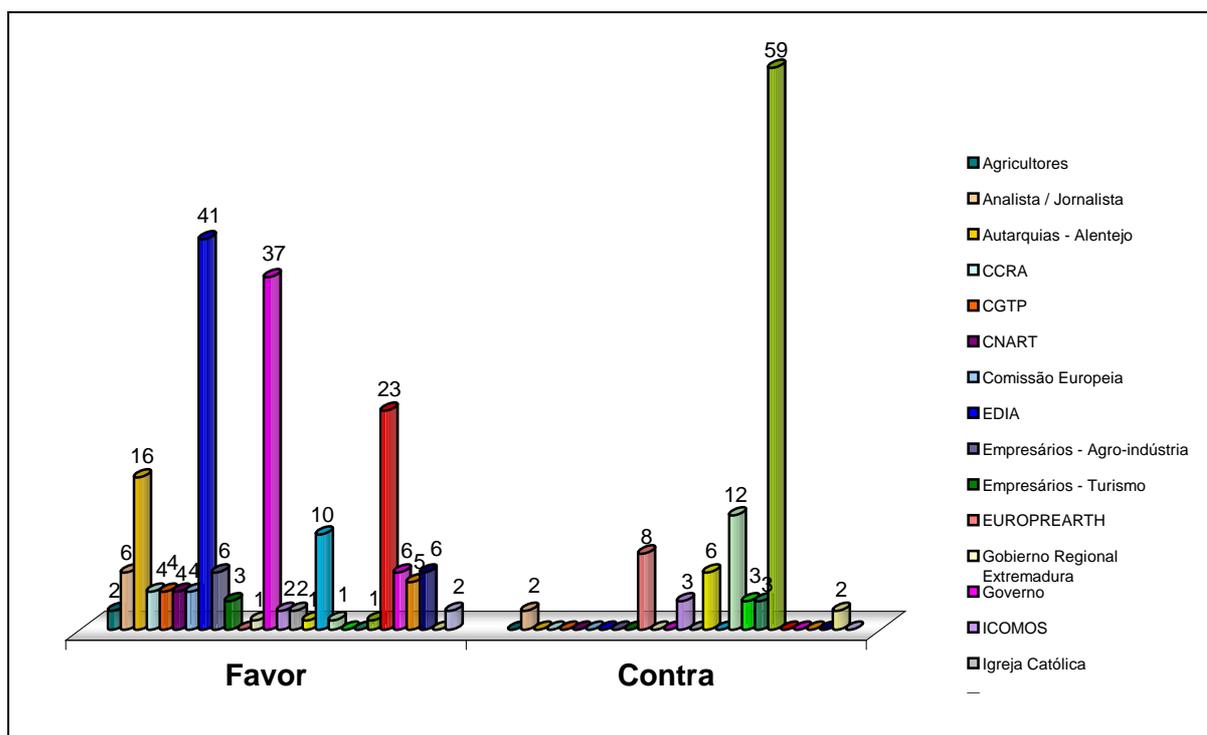


Figura II.2.22. Posicionamento dos diferentes actores ao longo de 2001/2002 de acordo com o número de notícias publicadas.

2.3.2.3. Análise Comparativa dos Resultados

Ao longo dos últimos sete anos, de 1995 até 2002, Alqueva foi motivo de grande controvérsia, fortemente mediatizada no último ano. À medida que a obra da barragem foi avançando e com ela, toda uma série de projectos e empreitadas conducentes à criação das condições necessárias para permitir o desenvolvimento do Empreendimento, enquadrados por um Programa de Gestão ambiental, compromisso este assumido pelo Estado Português perante a Comissão Europeia, desenvolveu-se paralelamente um clima de contestação a Alqueva que, não tendo surgido com esta veemência no início da construção da barragem, como seria expectável, revela-se fortemente organizado e com grande capacidade de mobilização dos órgãos de comunicação social neste último período.



Conforme se pode observar no gráfico da Figura II.2.23., em 2001/2002 assistiu-se a uma grande exposição na imprensa nacional e regional dos problemas relacionados com Alqueva e de toda a sua complexidade.

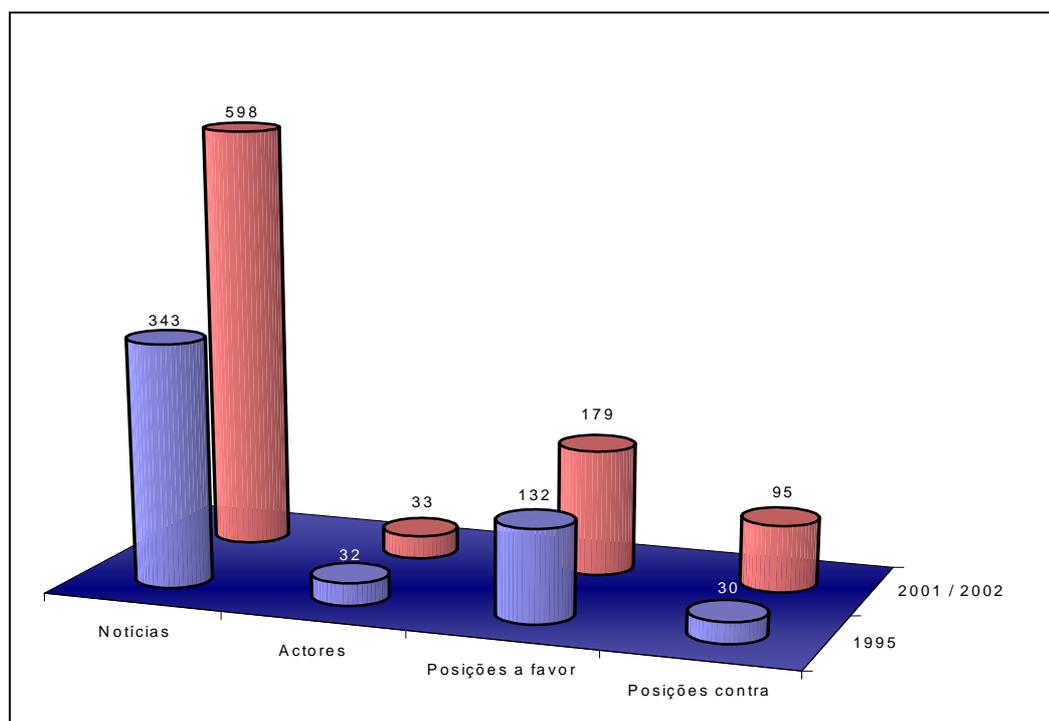


Figura II.2.23. O conflito de Alqueva através da imprensa, nos dois períodos em análise, de acordo com o número de notícias publicadas.

De acordo com o gráfico, em 2001/2002 assiste-se a um crescimento das notícias com posições favoráveis a Alqueva bem como das notícias protagonizadas por aqueles que se opõem ao Empreendimento.

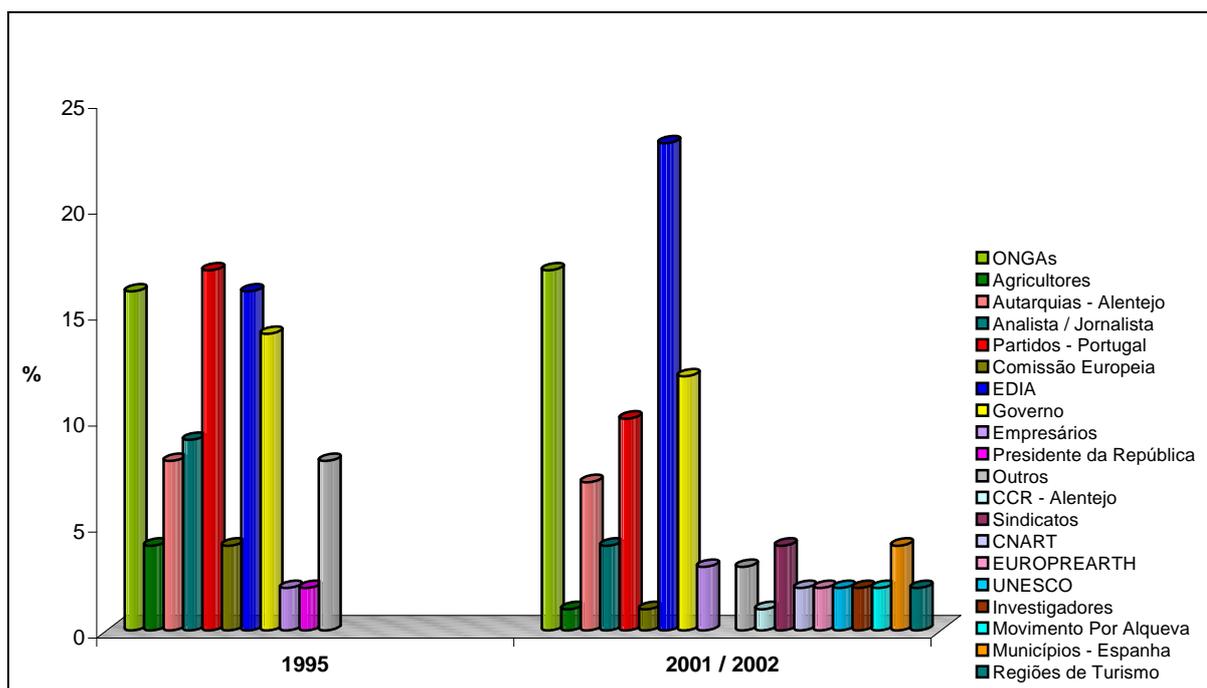


Figura II.2.24. Visibilidade relativa dos principais grupos de actores, nos dois períodos em análise.

A este maior envolvimento dos diversos protagonistas no conflito de Alqueva, corresponde um acréscimo na visibilidade e assiste-se, em 2001/2002 a uma grande prevalência da expressão de posições e interesses controversos sobre o Empreendimento na imprensa nacional e regional.

No Quadro II.2.1. resumem-se os principais aspectos que ressaltam da análise de imprensa efectuada, com base nas notícias publicadas sobre Alqueva em dois períodos distintos, 1995, ano em que se iniciaram os trabalhos de construção da barragem e em que foi criada a empresa gestora do Empreendimento e 2001/2002, último ano que antecede o encerramento das comportas de meio-fundo da barragem e se inicia o primeiro enchimento da albufeira de Alqueva.

Nos Quadros II.2.2. e II.2.3. apresentam-se algumas das intervenções dos diversos actores, seleccionadas a partir da análise efectuada no âmbito deste trabalho, durante o ano de 1995 e no período de 2001/2002.

Quadro II.2.1. Resumo dos principais aspectos da análise de imprensa.

QUADRO - SÍNTESE
IMPRENSA
<ul style="list-style-type: none"> ▪ 343 notícias publicadas sobre Alqueva e registadas na Revista de Imprensa da EDIA, durante os meses de Março a Dezembro de 1995; ▪ 598 notícias publicadas sobre Alqueva e registadas na Revista de Imprensa da EDIA, durante os meses de Fevereiro de 2001 a Fevereiro de 2002; ▪ 18 órgãos da Comunicação Social escrita publicaram com regularidade, notícias sobre Alqueva, no ano de 1995, destacando-se o Diário do Alentejo, Jornal do Alentejo, Diário de Notícias e Público; ▪ 27 órgãos da Comunicação Social escrita, publicaram com regularidade notícias sobre Alqueva, no período 2001/2002, destacando-se o Diário do Sul, Correio da Manhã, Diário de Notícias e Público.
ACTORES
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Em 1995, 31 grupos de intervenientes envolveram-se activamente na discussão. Estes 31 grupos foram classificados em 11 categorias principais. Destes, os mais intervenientes foram o Governo, as ONGA's, a EDIA e os Partidos; ▪ Em 1995, os principais grupos de actores intervêm no período correspondente à Discussão Pública do EIIA (entre Março e Maio). Partidos, Governo e EDIA são os mais intervenientes no último trimestre, que coincide com um período eleitoral; ▪ Em 1995, a EDIA tem uma postura reactiva nas discussões, limitando-se a responder sobre factos e opiniões veiculados pelos restantes actores. A visibilidade da empresa gestora do Empreendimento surge associada às intervenções dos outros actores; ▪ No ano de 1995, o conflito é liderado pelas ONGA's, nomeadamente no período de discussão pública do EIIA; ▪ Em 2001 / 2002, envolveram-se 33 grupos de intervenientes, classificados em 19 categorias principais. Destes, os mais intervenientes foram as ONGA's, o Governo, a EDIA e os Partidos; ▪ 2001 / 2002 fica marcado pelo aparecimento do Movimento pela Cota 139, que congrega as ONG's de Ambiente em torno de objectivos e estratégias comuns. Este Movimento tem uma forte intervenção quando do início da empreitada de Desmatização e Desarborização e do anúncio do encerramento das comportas; ▪ As ONG's de Arqueologia e Arte Rupestre surgem na discussão, durante 2001 / 2002, devido à descoberta de gravuras rupestres junto ao leito do Guadiana; ▪ Em 2001 / 2002, a controvérsia é liderada pelas ONG's de Ambiente (Movimento pela Cota 139) e Arqueologia que revelam forte capacidade de mediatização das discussões; ▪ Empresa gestora do Empreendimento mantém uma postura passiva e reactiva às notícias que são publicadas.
POSICIONAMENTO
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Em 1995, 77% das intervenções na imprensa são a favor de Alqueva enquanto que 18% se manifestam frontalmente contra. As posições contra Alqueva são lideradas pelas ONGA's de Portugal e Extremadura espanhola. Partidos políticos, autarquias e Governo posicionam-se a favor do Empreendimento; ▪ Em 2001 / 2002, 65% das intervenções na imprensa são a favor de Alqueva, ao passo que 34% se manifestam frontalmente contra. As posições contra Alqueva são lideradas pelo Movimento pela Cota 139 e pelas ONG's de Arqueologia e Arte Rupestre. Favoravelmente, manifestam-se os principais partidos políticos, autarquias dos concelhos afectados, empresários e Governo, além da EDIA; ▪ Em 2001 / 2002, o número de actores que se manifestam a favor de Alqueva é maior do que aqueles que têm posição contrária, embora o protagonismo dos que estão contra, seja superior.
CONTROVÉRSIA
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Em 1995, a discussão centrou-se nos impactes que um empreendimento a esta escala implica e o balanço entre estes impactes e a necessidade de criação de uma reserva estratégica de água no Alentejo, num rio partilhado com Espanha. O longo e acentuado período de seca que então se vivia marcou igualmente a discussão; ▪ Em 2001 / 2002, o início da execução de medidas de minimização de impactes como a Desmatização / Desarborização, desencadeia uma grande reacção negativa em relação ao Empreendimento por parte das ONG's de Ambiente. A controvérsia coloca-se agora, na irreversibilidade do Empreendimento e na desadequação dos seus objectivos. Discutem-se as metas estabelecidas para Alqueva, as medidas minimizadoras e compensatórias dos impactes negativos e os benefícios sócio-económicos para as populações locais.

Quadro II.2.2. Algumas das intervenções dos diversos actores, seleccionadas a partir da análise efectuada no âmbito deste trabalho, no ano de 1995.

Data	Imprensa	Título / Assunto	Actores	Citações
14-4-95	Público	Verdes preocupados com recursos hídricos	Os Verdes	<i>A construção da barragem irá ter consequências graves mas apesar disso é fundamental que se avance com a sua construção.</i>
22-4-95	Expresso	Assumir os riscos de Alqueva	Jornalista (Fernando Madrinha)	<i>Pior que cometer um erro por se decidir a favor de Alqueva, seria não decidir nada, enquanto se assiste à morte lenta de uma região inteira.</i>
1-5-95	Planície	Alqueva divide agricultores	Agricultores Alto Alentejo	<i>Alqueva é elefante branco</i>
19-5-95	Diário do Alentejo	VII Congresso sobre o Alentejo	Presidente da República - Mário Soares	<i>É preciso que não vejamos Alqueva como uma bandeira para mobilizar pessoas, como uma falsa solução, mas como um problema complexo que obriga a estudos, negociações, para que daí resulte algo de útil e transformador para o Alentejo.</i>
26-5-95	Diário de Beja	Barragem de Alqueva - Associação algarvia preocupada com falhas sísmicas	Almargem	<i>Não é necessário ser-se demasiado alarmista para(...) se colocar a hipótese de rebentamento da barragem.</i>
31-5-95	Público	Nem água para beber	Analista - Alfredo Margarido	<i>A passividade portuguesa, que não começou hoje, mas sim nos anos 60, continua a permitir que os nossos vizinhos espanhóis bebam água dos rios internacionais sem nos prestar contas. Ou quando as prestam é tarde e más horas. Pior: estão quase sempre falsificadas.</i>
8-6-5	Notícias do Alentejo	Mudanças	Agricultores de Évora	<i>Associação de agricultores do Distrito de Évora retirou o estatuto de elefante branco à barragem do Alqueva.</i>
4-7-95	Diário de Beja	Autarquias do Alentejo exigem nova política para recursos hídricos	Assembleias Distritais de Évora, Beja, Setúbal e Portalegre	<i>Não há uma solução alternativa à barragem de Alqueva para resolver o problema da falta de água no Alentejo.</i>
21-7-95	Dário de Beja	Alqueva - LPN contesta projecto e Adérito Serrão rejeita críticas	LPN	<i>O projecto da barragem de Alqueva é mal estruturado, irrealista e megalómano.</i>
28-7-95	Teixo - Quercus	Regadio intensivo a partir do Alqueva: um projecto muito duvidoso	Quercus	<i>A melhor alternativa será um Alqueva que possua água de melhor qualidade, que não necessite de alimentar um regadio intensivo de tal extensão, que abasteça as populações e seja acompanhado de um plano integrado para todo o Alentejo.</i>
14-8-95	Público	Aldeia da Estrela à espera do Alqueva	População da Estrela	<i>A favor da construção da barragem porque para pior já basta assim.</i>
1-9-95	Diário o Alentejo	Sobre o discurso da hipocrisia	Analista - Miguel Urbano Rodrigues	<i>No Alqueva, o leito do Guadiana lembra o de um ribeiro argelino. Apresenta-se como um ex-rio. (...) Se os governos do PSD e do PS tivessem querido, Alqueva seria hoje uma realidade.(...) Como seria diferente a vida no Alentejo.</i>
12-9-95	Diário de Notícias	Obras regressam a Alqueva	Governo	<i>Está descongelado o sonho.</i>
14-9-95	Terras do Cante	Alqueva - tecedeiras do fim do mundo	Jornalista	<i>Para a frente reparigas! Porque nesse fim de mundo da serra, outro mundo poderá em breve nascer das mãos que sonham com a grandeza da vida e com a ajuda da almejada barragem.</i>
20-10-95	Notícias do Alentejo	Adenex exige suspensão de Alqueva	ADENEX - ONGA espanhola	<i>Alqueva é um projecto faraónico.</i>
23-10-95	Público	Toma lá, dá cá - Portugal e Espanha trocam listas de projectos hidráulicos	—	<i>Actualmente, o Alqueva é um acto de soberania sobre o Guadiana.</i>
27-10-95	Diário do Alentejo	O País necessita que o Alentejo se desenvolva	Empresário - Presidente do Núcleo empresarial da região de Évora	<i>Nas zonas onde não há água, as pessoas têm de fugir porque não há nada para fazer. É necessário ter isto como base para o desenvolvimento global desta região que se desertifica.</i>
10-11-95	Público	Cavaco Silva em campanha no Alentejo	PSD	<i>Alqueva, um projecto pelo qual pus as barbas de molho. Só se pode avançar desde que se criem as condições, foi o caso de Alqueva.</i>
15-11-95	Planície	Morcegos de Alqueva	Jornalista	<i>Pensando bem, os morcegos da zona de Alqueva são mesmo uns sortudos. Até lhes oferecem casa nova. Há quem queira comprar uma e tenha de pedir emprestado, para depois levar o resto da vida a pagar. Diferença de não ser morcego.</i>
24-11-95	Diário do Alentejo	Deputados visitam Alqueva	PCP	<i>O PCP, os alentejanos, não aceitarão qualquer atraso, suspensão ou amputação de Alqueva. O governo deve assegurar, sem hesitações e de uma vez por todas, que Alqueva se fará à cota que está definida, porque de outra maneira perderá a função de reserva estratégica.</i>
21-12-95	Diário do Alentejo	Seria muita pena se Alqueva não fosse para a frente	Igreja Católica - Bispo de Beja	<i>Seria muita pena se o Alqueva não fosse para a frente. Julgo mesmo que, além de necessário para o Alentejo, Alqueva é vital para o país.</i>

Quadro II.2.3. Algumas das intervenções dos diversos actores, seleccionadas a partir da análise efectuada no âmbito deste trabalho, durante o período de 2001/2002.

Data	Imprensa	Título / Assunto	Actores	Citações
22-2-01	Diário do Sul	Alqueva	PCP - Lino de Carvalho	<i>O que eu nunca vejo é esse punhado de alegados ecologistas preocuparem-se com o Homem e com os efeitos positivos que pode ter para as populações alentejanas. Então o Homem não deve ser o centro de uma política ambiental digna desse nome?</i>
23-2-01	Diário do Alentejo	Temos obrigação de armazenar o maior número de litros de água possível	Agricultor - Castro e Brito	<i>Quem mais que eu quer preservar o campo? O campo é o meu ganha-pão. Há uma grande esperança no Alqueva - isso sempre foi evidente da parte dos agricultores - e a nossa vontade é que Alqueva avance e que haja regadio e infra-estruturas para podermos inverter a situação da agricultura que, neste momento, é dramática.</i>
28-2-01	Imenso Sul	Contra a Desmatção e Desarborização	LPN, GEOTA, CEAI, Quercus, FAPAS	<i>A desmatção e desarborização de Alqueva é um dos processos de destruição ambiental mais graves de sempre em Portugal.</i>
1-3-01	Ambitur	O turismo será uma das actividades económicas com mais incidência no Alqueva	EDIA - Adérito Serrão	<i>Agora o necessário é não criar muitas restrições ou demasiadas à atracção que o Alentejo está a despertar em alguns investidores. Não se poderá espantar este interesse através de pretextos de preservação de um ecossistema, que terá que existir e que interessa aos empresários.</i>
2-3-01	Tal e qual	Alqueva é um crime do PS	Ambientalista - Eugénio Sequeira	<i>O Alqueva é um crime politiquero que nada tem a ver com os princípios de solidariedade do PS.</i>
23-3-01	Imenso Sul	Ambientalistas manifestam-se em Beja e em Évora contra o abate de árvores em Alqueva	Movimento Cota 139	<i>O intuito desta manifestação é não deixar ninguém indiferente relativamente àquilo que está a acontecer no processo de Alqueva. Aquilo que está a acontecer é que 600 mil árvores podiam ser deixadas no seu lugar e num dia como o de hoje, deveremos pensar naquelas que não precisam de ser cortadas.</i>
8-7-01	Diário de Notícias	Ainda as gravuras rupestres de Alqueva	Analista - Henrique Campos	<i>O Governo, tendo instalado os funâmbulos do Côa e enchido de merenda uma horda famélica de jovens arqueólogos, pensou que o assunto ficava naturalmente resolvido.</i>
1-8-01	Expresso on line	Submersão de gravuras no Guadiana é um crime contra a cultura mundial	Coordenador do EUROPREARTH - Arqueólogo - Luiz Oosterbeek	<i>É um crime contra a cultura mundial, a submersão das gravuras descobertas no Vale do Guadiana devido ao empreendimento de Alqueva.</i>
20-8-01	Público	Ninguém responsável poria a arte rupestre do Alqueva contra uma barragem de 350 milhões de contos	Presidente do CNART (Centro Nacional de Arte Rupestre) - Martinho Baptista	<i>O debate está inflacionado. O Alqueva é tão importante como qualquer outra estação de arte rupestre em Portugal, algumas debaixo de água. Não se pôs a discussão na medida certa.</i>
1-9-01	Expresso	Alqueva custa mais 10 milhões	EDIA - Adérito Serrão	<i>O enchimento da albufeira iniciar-se-á neste Inverno, independentemente das expropriações, do estudo das gravuras rupestres ou da desmatção em curso.</i>
1-9-01	A Planície	Comissão Europeia opta pela cota 152 e reconhece: Barragem de Alqueva respeita o ambiente	Comissão Europeia - Comissão Europeia do Ambiente - Margot Wallstrom	<i>A barragem de Alqueva respeita as normas ambientais na sua construção e o enchimento da albufeira à cota máxima, cota 152 é a melhor opção.</i>
15-9-01	Expresso	Alqueva: Preservação Arqueológica	PSD - Ferreira do Amaral	<i>Vejo que um organismo consultor da Unesco, um representante da Humanidade, se prepara para exigir adiamentos a fim de se fazerem "levantamentos mais completos" ao que imperialmente anuncia. Mas se a "Humanidade" tem interesse nisso, quanto pretende pagar pela sua satisfação? Ou espera-se também aqui, que venha a ser o povo alentejano a pagar os interesses mundiais que a "Humanidade" resolve declarar que são seus?!</i>
21-9-01	Diário do Sul	Preocupação com Alqueva	C.M. Moura - Presidente	<i>As questões do ambiente não podem constituir um obstáculo ao desenvolvimento do Alentejo.</i>
25-9-01	Correio da Manhã	Abaixo-assinado pelo Alqueva	Pezarat Correia, Helena Roseta, Ilda Figueiredo, Galopim de Carvalho, João Cutileiro	<i>Por Alqueva - Alavanca para o desenvolvimento do Alentejo.</i>
1-10-01	A Planície	Alqueva: Um instrumento de Transformação	CGTP	<i>Para Alqueva ser verdadeiro e não ficarmos com um Alquevazinho.</i>
19-10-01	Imenso Sul	Água de Alqueva Ambiente transparente	C. M. Portel - Presidente	<i>Alqueva é a água com que todos sonhámos, ao longo de tantos anos! É uma realidade que está à porta.</i>
1-11-01	Correio da Manhã	Alqueva limita construção	Governo - Ministro do Ambiente - José Sócrates	<i>Pela primeira vez no país uma albufeira vai ter o seu plano de ordenamento do território antes do respectivo enchimento. Planos que potenciam o desenvolvimento sustentável da região através de uma disciplinada gestão do território nos 500 metros da envolvente da albufeira.</i>
28-12-01	Euronotícias	Alqueva é um crime ambiental e económico	Quercus	<i>Alqueva é um crime ambiental e económico.</i>
9-2-02	A Capital	Alqueva já guarda água do Guadiana	Governo	<i>Alqueva não é um mito, é uma realidade. Sinceramente, nunca esperei que fosse numa manhã de nevoeiro que se iniciasse o enchimento de um empreendimento pelo qual os alentejanos esperaram durante décadas.</i>
15-2-02	Imenso Sul	Nasceu um novo elefante branco	Movimento Cota 139	<i>Nada nos remove, cota 139.</i>

2.3.3. Aspectos Dominantes do Processo de Consulta do Público no Estudo Integrado de Impacte Ambiental de 1995 e o Conflito sobre Alqueva na Imprensa, nos dois Períodos Analisados

De acordo com as informações constantes do relatório da Consulta do Público que acompanha o Parecer da Comissão de Avaliação de Impacte Ambiental do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva (1995), verificou-se uma resposta satisfatória por parte dos cidadãos, quer em número de participantes (nas audiências públicas e na apresentação de contributos escritos) quer na diversidade das suas origens, destacando-se as associações de defesa do ambiente, autarcas, agricultores ou seus representantes, associações locais e comunidade científica.

Os domínios onde as opiniões recolhidas na Consulta Pública apontam para maiores impactes negativos são o *biota* (em particular no Vale do Guadiana, estuário e zonas de montado), qualidade da água, arqueologia e sócio-economia (impactes derivados da inundação).

Vários contributos expressos durante a Consulta Pública, consideram Alqueva como um factor importante de desenvolvimento da região do Alentejo, chegando a interpelar-se os agentes envolvidos na decisão sobre o processo no sentido de esta ser acelerada. Concretamente é referida a importância da criação de novos postos de trabalho, directos ou induzidos.

A Consulta do Público permitiu verificar que muitos contributos reflectem a consciência de que a viabilidade do Empreendimento depende do controlo de um conjunto de factores apontados, como:

- “Boa gestão”: correcto dimensionamento, adequados modelos de exploração, gestão de alta qualidade;
- “Bom código de conduta dos agricultores”;
- Qualidade da água;
- Cumprimento do acordo luso-espanhol de 1968;

- Afectação de áreas sensíveis em termos ambientais;

Quanto a medidas ambientais, não resultaram desta Consulta, novas sugestões que ultrapassassem o que já estava previsto no Estudo Integrado de Impacte Ambiental. Nenhum contributo se manifestou abertamente contra a realização do Empreendimento, sendo-lhe contudo feitas críticas quer pela importância dos impactes negativos quer pelas dúvidas que se colocam quanto à sua viabilidade.

O *Parecer da Comissão de Avaliação de Impacte Ambiental* termina recomendando que a aprovação de Alqueva seja condicionada à adopção de uma política ambiental na gestão do empreendimento que deverá compreender, os objectivos e metas de ambiente a alcançar, o Sistema de Gestão Ambiental e o Programa de Gestão Ambiental, capazes de implementar esses objectivos e metas.

Durante 1995 e enquanto durou o período de Consulta do Público do processo de avaliação de impacte ambiental do Empreendimento de Alqueva, o debate nos órgãos de comunicação social escrita centrou-se inicialmente, na redefinição do projecto e a sua substituição por um modelo alternativo formado por um conjunto de barragens menores. A ausência de estudos fundamentados para esta alternativa inviabilizou que a mesma fosse considerada. Por outro lado, a defesa do património natural do vale do Guadiana foi usada, por portugueses e espanhóis, como bandeira para a sua contestação ao projecto. Sem avançarem com medidas alternativas e de valor acrescentado às já propostas no EIIA 95, as Organizações Não Governamentais de Ambiente, alertam a opinião pública para o sobredimensionamento de Alqueva e para as perdas irreversíveis de património natural. Lideram a contestação, as ONG's de Espanha, do Algarve e as de âmbito nacional. O problema da qualidade da água e os impactes no estuário do Guadiana e zonas costeiras adjacentes foram igualmente temas trazidos para o debate pelos opositores e motivo de acesa controvérsia.

Em 2001/2002, antecipando o início do enchimento da albufeira de Alqueva e considerando a irreversibilidade da barragem, o debate centraliza-se na redefinição da cota de

enchimento, sendo proposta pelas ONG's a cota 139 m como limite máximo, até que sejam reavaliadas as áreas a regar no futuro e as suas necessidades de água. O critério usado pelas ONGA's para o estabelecimento desta cota prende-se com o facto de ser a esta altura, que se encontra o descarregador da central hidroeléctrica, não havendo estudos fundamentados que sustentem esta alternativa. Simultaneamente, os maiores movimentos de contestação a Alqueva surgem como reacção ao início da empreitada de Desmatização e Desarborização, ela própria, a principal medida de minimização da qualidade da água, factor essencial (de acordo com o EIA 95 e a Consulta do Público) para garantir a viabilidade do Empreendimento.

Os principais aspectos do envolvimento dos actores no processo de Consulta do Público referente ao Estudo Integrado de Impacte Ambiental de 1995 e na mediatização deste problema encontram-se sintetizados no Quadro II.2.4..



Figura II.2.25. Títulos na imprensa relativos à discussão do Estudo Integrado de Impacte Ambiental do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva, em 1995.

Quadro II.2.4. SÍNTESE DOS ASPECTOS DOMINANTES DO ENVOLVIMENTO DOS DIVERSOS ACTORES NOS PERÍODOS CONSIDERADOS																																			
Períodos	Actores														Impactes Positivos						Impactes Negativos				Impactes fortemente dependentes do modo de gestão do EFMA										
	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M	N	O	P	Q	a	b	c	d	e	f	g	h	i	j	1	2	3	4	I	II	III	IV	
Consulta do Público EIIA 95	■	■	■									■					■						■	■	■			■	■	■	■	■	■	■	
Imprensa	1995	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■			■	■			■	■			■						■	■
	2001/2002	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■								■										

- A** _ ONGA's
- B** _ Agricultores
- C** _ Autarquias - Alentejo
- D** _ Analista / jornalista
- E** _ Partidos
- F** _ Comissão Europeia
- G** _ EDIA
- H** _ Governo
- I** _ Empresários
- J** _ CCR Alentejo
- L** _ Sindicatos
- M** _ ONG's Arqueologia
- N** _ Investigadores
- O** _ Movimento Por Alqueva
- P** _ Municípios de Espanha
- Q** _ Regiões de Turismo

- a** _ Apoio a uma área periférica marginal
- b** _ Reforma do sistema demográfico e de povoamento
- c** _ Acentuação das características de exploração da propriedade rural
- d** _ Melhoria da qualidade dos recursos humanos
- e** _ Melhoria dos mecanismos de irrigação e controle da água
- f** _ Mudança dos pressupostos culturais e das combinações empresariais
- g** _ Surgimento de alternativas, com base local, ao desenvolvimento sócio-económico tradicional
- h** _ Disponibilidade de água
- i** _ Inversão do processo de desertificação física
- j** _ Aquisição do conhecimento nas diversas vertentes de suporte a uma adequada gestão do Empreendimento
- 1** _ Imersão da aldeia da Luz e do cemitério da aldeia da Estrela
- 2** _ Imersão da unidade fabril da Portucel Recicla em Mourão
- 3** _ Afecção da Flora e Fauna, dado o interesse da região a nível conservacionista e as alterações profundas e extensivas que o EFMA induzirá
- 4** _ Património arqueológico e histórico-etnográfico imerso pela albufeira
- I** _ Riscos de salinização / alcalização dos solos
- II** _ Escorrências agrícolas
- III** _ Qualidade da água de superfície e subterrânea
- IV** _ Caudal ecológico a jusante de Pedrógão

A análise deste quadro permite concluir que:

- Durante o período reservado para a Consulta do Público no processo de Avaliação de Impacte Ambiental em 1995, a participação dos cidadãos ocorreu fundamentalmente através de associações de defesa do ambiente, autarcas, agricultores ou seus representantes, associações locais e investigadores;
- No ano do relançamento do projecto e do início das obras de construção da barragem (1995), Alqueva foi tema de debate na imprensa regional e nacional, no qual a diversidade de participantes foi superior à registada no processo de Consulta do Público;
- A grande mediatização de Alqueva ocorreu em 2001/2002, período no qual se registou o maior número de participantes e de intervenções, veiculadas pela comunicação social escrita;
- A discussão em torno dos impactes do Empreendimento, nos três períodos em análise, centrou-se fundamentalmente nos impactes negativos deste sobre os ecossistemas do vale do Guadiana e do seu estuário. Segundo as associações de defesa do ambiente, estes justificam a não construção de Alqueva e a opção por projectos alternativos;
- Os impactes positivos referenciados no EIA 95 foram abordados em apenas 40% da sua extensão, realçando-se a importância de Alqueva para o desenvolvimento de uma área marginal como o Alentejo, ao qual está associada a criação de emprego com novos postos de trabalho, directo ou induzido. A criação de uma reserva estratégica de água e a consequente garantia de disponibilidade deste recurso é, igualmente, um impacte positivo referido pelos defensores de Alqueva, como de grande importância que justifica a construção de Alqueva;

- Os aspectos críticos da viabilidade do Empreendimento, dependentes do modo de gestão do EFMA, identificados no EIIA 95 e referidos em sede de consulta pública, são abordados pela imprensa em 1995 no que respeita à importância da garantia de qualidade da água para os diversos usos e à manutenção do caudal ecológico para jusante de Pedrógão. Em 2001/2002, estes impactes não são objecto de discussão, embora as medidas de gestão adoptadas pela EDIA, para promover a qualidade da água (Desmatação / Desarborização e Encerramento da Portucel Recicla) tenham sido fortemente contestadas neste período, pelas Organizações Não governamentais de Ambiente e de Arqueologia e Arte Rupestre.
- Em 2001/2002, período no qual se inicia o enchimento da albufeira de Alqueva, a discussão, alargada ao maior número de participantes, focaliza-se quase que exclusivamente, nos impactes negativos de Alqueva, não existindo uma abordagem pró-activa dos impactes positivos que justificaram, em sede de Avaliação de Impacte Ambiental, a decisão de construção do Empreendimento.

2.3.4. Tipologia do Conflito

Os elementos recolhidos ao longo deste trabalho permitem caracterizar este conflito quanto aos actores e interesses envolvidos, quanto aos sectores com maior participação e igualmente em função da origem geográfica dos principais grupos intervenientes.

Assim, os interesses expressos quer na análise da imprensa quer no período de Consulta do Público, recaem fundamentalmente na defesa dos valores do património natural e arqueológico do vale do Guadiana, a afectar com o enchimento da albufeira de Alqueva. Os impactes sócio-económicos são igualmente referidos, embora num

segundo plano e como justificação para a implementação de Alqueva. Embora durante a consulta pública do EIA 95, muitos contributos tenham reflectido a consciência de que a viabilidade do Empreendimento depende do controlo de um conjunto de factores, designados por *Impactes fortemente dependentes do modo de gestão do EFMA*, estes impactes só integraram o conjunto de interesses em debate de uma forma marginal, nos períodos analisados.

O conflito esteve assim centralizado nos problemas relativos à afectação do património natural e arqueológico conforme representado no esquema da Figura II.2.26..

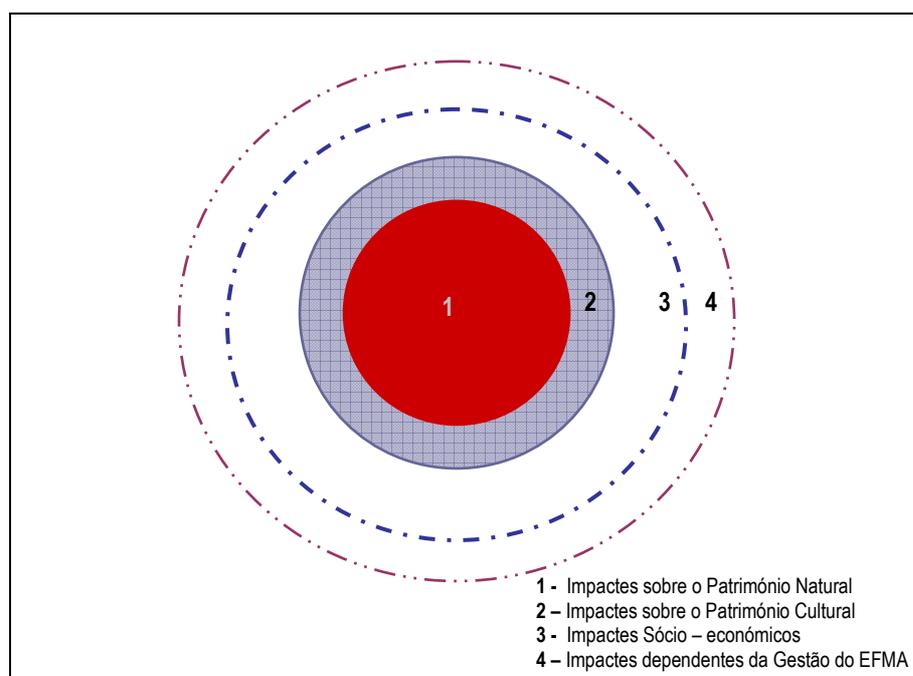


Figura II.2.26. O foco dos interesses em debate localizou-se em torno da afectação do património natural.

A transversalidade deste conflito em termos de participantes, reflecte-se na diversidade dos grupos de actores que intervieram na discussão. A participação das ONG's e de entidades da administração central e regional foi superior ao envolvimento de particulares ou de entidades privadas.

A localização no Alentejo, do Empreendimento de Alqueva implicou a origem de dois grandes focos geográficos de participação e de informação representados no esquema da Figura II.2.27.. A par da cobertura jornalística a nível nacional, acompanhada de perto pela imprensa regional, ocorre a participação das Organizações Não Governamentais de Ambiente de âmbito nacional que lideram a contestação a Alqueva. A estas, associam-se as congéneres de Arqueologia, alguns investigadores, analistas e jornalistas. Por outro lado, em prol de Alqueva surgem as autarquias alentejanas directa ou indirectamente afectadas pelo Empreendimento, analistas, jornalistas, associações locais, organismos regionais do Estado, os partidos políticos, a EDIA e o próprio Governo.

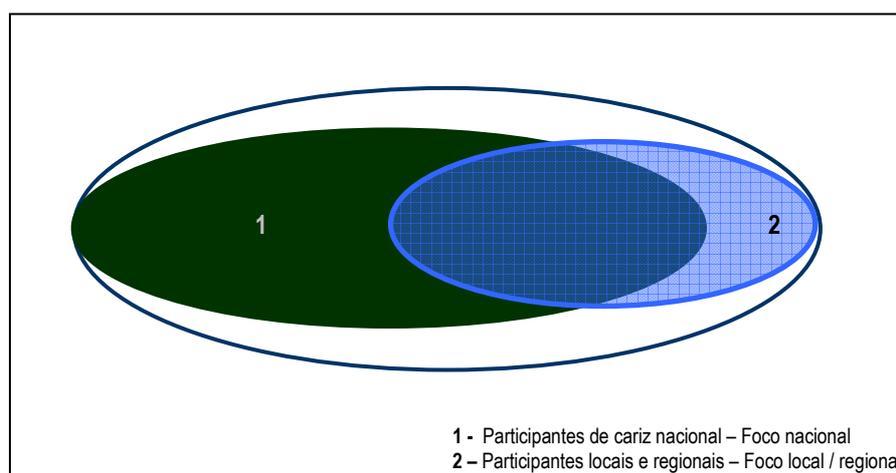


Figura II.2.27. A complexidade de Alqueva implicou um debate a nível nacional e regional, fortemente mediatizado.

O posicionamento dos diversos actores em relação a Alqueva, a visibilidade e a capacidade de mediatizar por parte dos intervenientes, marcam igualmente este conflito. Assim, a um conjunto de posições amplamente favorável ao Empreendimento (77% em 1995 e 65% em 2001/2002) corresponde uma alta visibilidade dos actores que se posicionam contra Alqueva, facto representado no esquema da Figura II.2.28..

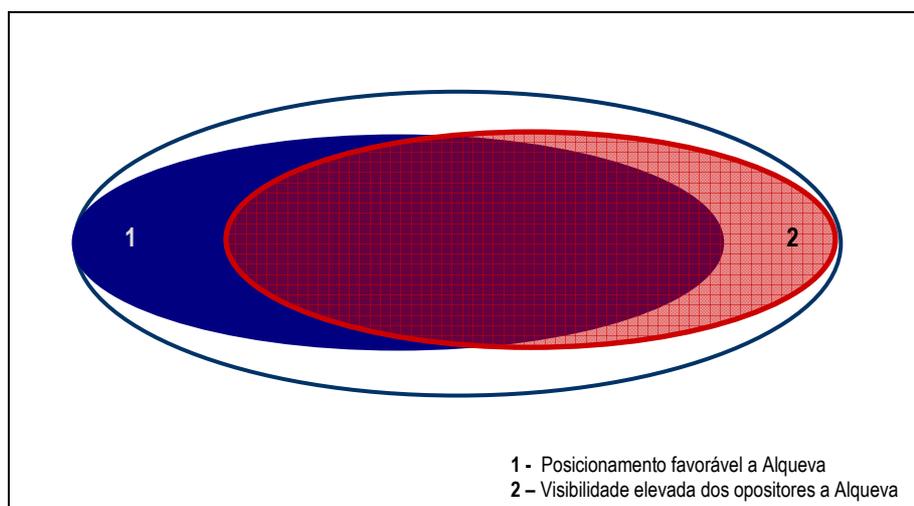


Figura II.2.28. O posicionamento favorável em relação ao Empreendimento face à grande visibilidade dos opositores a Alqueva.

De realçar que a controvérsia gerada em torno de Alqueva, corresponde directamente às estratégias delineadas pelos actores que se posicionam contra o Empreendimento e que detêm, igualmente, um maior poder de mobilização dos órgãos de comunicação social. São estes actores que marcam a colocação do tema “Alqueva” nas páginas dos jornais nacionais e regionais.

Este movimento contrasta com a base maioritária de apoio a Alqueva, que apesar de contar com a população local e seus representantes, não possui poder de mobilização suficiente para transpor as suas ideias e interesses para a comunicação social. Assim, a um posicionamento maioritariamente favorável a Alqueva (Figuras II.2.8. e II.2.17.), corresponde uma grande visibilidade dos actores que contestam o Empreendimento.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

3.1. Aspectos Dominantes

Desde Fevereiro de 2001 que Alqueva guarda as águas do Guadiana. Para a população do Alentejo, trata-se do início da concretização de um sonho com pelo menos quatro décadas. Desejaram a grande barragem e defenderam-na muitos; outros tantos a criticaram e contestaram ao longo desses anos.

Sobrevalorizando uma ou outra crítica, numa ou noutra conjuntura, ao longo destas últimas quatro décadas, o projecto de Alqueva poderia ter sido posto, em definitivo, de parte. Tal não aconteceu, porventura porque prevaleceu a representação, no imaginário nacional, de Alqueva como o *potencial de riqueza* de que falava *A Capital*¹ na década de setenta, ou porque esteve presente nas decisões dos políticos, que defenderam a sua valia agrícola ou a valia eléctrica, a valia simbólica do Empreendimento.

A implementação deste Empreendimento tem gerado grande controvérsia e é sobretudo, nas áreas do Ambiente e do Património que se encontram os principais focos do conflito, com interesses e posições divergentes e dificilmente conciliáveis.

O facto do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva ser uma das maiores infra-estruturas em construção no nosso país, não implicou o desencadeamento do conflito em torno da localização da infra-estrutura e de afectação das populações locais nem gerou acções de contestação das mesmas. A importância para o Alentejo, e para esta região em particular, da constituição de uma reserva estratégica de água e a garantia de disponibilidade deste recurso tão escasso que o Alqueva assumiu para as populações locais, levou à consideração, pela Comissão de Avaliação do EIA 95, da existência de um risco de frustração de expectativas não negligenciável, perante as

¹ Conjunto de entrevistas realizadas pelo jornal *A Capital* e publicadas neste vespertino, entre os dias 22 de Agosto e 3 de Setembro de 1977.

incertezas dos estudos apresentados e os próprios riscos associados ao Empreendimento.

As populações locais e os seus representantes, apoiaram a construção da barragem, enquanto cresceu de uma forma progressiva, um conflito alimentado por uma elite técnico-científica que, publicamente, assumiu o movimento de contestação a Alqueva. Paradoxalmente, a realização de um conjunto de acções de grande alcance em termos ambientais, assumidas pela EDIA, em lugar de terem tido projecção na opinião pública como aspectos positivos e exemplificativos da responsabilidade e dos compromissos ambientais da empresa, foram junto da opinião pública usados contra Alqueva, tendo-se transformado em factores negativos. Não foi dada a projecção devida às actividades desenvolvidas pela EDIA, inclusive pela própria empresa, o que criou um vazio de informação e comunicação que permitiu o aumento da conflitualidade e contestação, principalmente no domínio ambiental e cuja dinamização e coordenação foi assumida pelas ONGA's de âmbito nacional e mais recentemente, pelo *Movimento pela Cota 139*. Também neste aspecto, Alqueva não corresponde ao paradigma do conflito tradicional, cujos centros nevrálgicos se localizam nas regiões directamente afectadas pela infra-estrutura em causa.

Apesar das posições favoráveis de actores dominantes nacionais e das populações locais, a imagem percebida pelo público em geral de Alqueva e da EDIA desgastou-se, face ao protagonismo crescente, no plano mediático, dos movimentos ambientalistas que o contestam.

Neste estudo, as causas principais do conflito ambiental em torno de Alqueva, situam-se fundamentalmente ao nível dos interesses dos actores e dos dados do processo.

A componente *Interesses* neste conflito baseia-se no facto de estes serem diferentes e aparentemente inconciliáveis entre os actores em presença. Enquanto que uma maioria substancial (autarquias, Governo, agricultores, partidos políticos, empresários, entre outros) defende a construção de Alqueva considerando-o um projecto de base

regional e que, apesar dos impactes negativos no património natural, contribuirá decisivamente para o desenvolvimento e reestruturação de toda uma região, outros actores, organizados em torno das ONG's de Ambiente e de Arqueologia e cujos interesses se centram na defesa do património natural e arqueológico do vale do Guadiana, posicionam-se contra Alqueva.

Assiste-se então, ao uso de argumentos técnico-científicos usados por um grupo de actores que justificam a implementação do EFMA, considerando que estes contribuem para a solução do problema e por outro, os actores que se opõem, argumentando também técnica e cientificamente, que o património natural e arqueológico da região será irreversivelmente afectado pela implementação e desenvolvimento do projecto.

Neste conflito assistiu-se igualmente à mediatização da controvérsia científica. O facto de, por exemplo, a discussão sobre a afectação de património arqueológico ocorrida no período de 2001 / 2002, ter decorrido num espaço público como o são a imprensa e as televisões, contribuiu para que as diferenças entre as diversas correntes científicas fosse exposta publicamente, tornando-se assim claras, as visões distintas expressas pela comunidade científica.

Simultaneamente, a comunicação social procura a polémica e a divergência, o que conduz na maioria dos casos, a uma cobertura mediática baseada em aspectos parciais do problema e que induzem a uma distorção da realidade e do conjunto desse mesmo problema. Refira-se por exemplo, a cobertura jornalística dada à Operação de Desmatação e Desarborização Programada de Alqueva. Cada vez mais, os órgãos de comunicação social usam as divergências e incertezas científicas e tecnológicas, para atrair a atenção do público.

Também na controvérsia em torno de Alqueva, se assistiu a uma parcialização do debate. De facto, foram os grupos de actores que se posicionaram contra Alqueva, aqueles que melhor conseguiram mediatizar as suas posições e interesses, atingindo uma enorme visibilidade e desgastando a imagem do Empreendimento e da EDIA.

Mais uma vez, um resultado da procura de polémica por parte da comunicação social. Conforme se verificou neste trabalho, a contestação a Alqueva, protagonizada pelas ONG's de Ambiente e de Arqueologia, surgiu perfeitamente coordenada entre estes dois grandes grupos, nomeadamente no último período em análise, alternando entre si, os momentos de maior visibilidade e intervenção no conflito.

A organização e coordenação destas estruturas, o seu discurso marcadamente controverso, o recurso a argumentos técnico-científicos e a tónica colocada na transmissão do risco de perda irreversível de património (natural e arqueológico), fortaleceram o discurso das ONG's, chamando a si, a atenção da imprensa e criando uma grande apetência mediática que conduziu à enorme visibilidade das discussões, dos interesses e dos actores que se posicionaram contra Alqueva.

O mesmo não sucedeu com o grupo de actores que se posicionaram favoravelmente ao Empreendimento que incluía as autarquias, os partidos políticos, os agricultores e o próprio governo. De facto, a empresa responsável pela implementação de Alqueva, assumiu sempre uma postura defensiva e reactiva nas controvérsias que foram surgindo ao longo do tempo, o que é visível pelo tipo de intervenções na imprensa escrita, quase sempre como resposta a notícias surgidas previamente. Os objectivos que se pretendem com o EFMA e que se relacionam com os impactes positivos do Empreendimento, constituindo-se assim, nos principais interesses dos que se posicionam favoravelmente em relação a Alqueva, não foram alvo de uma estratégia para a sua comunicação e divulgação, não tendo sido suficientes, em termos de visibilidade, para se contrapor aos riscos veiculados pelos opositores a Alqueva.

Devido a esta incapacidade, assistiu-se igualmente à contradição de, apesar do envolvimento directo dos actores (incluindo as ONG's) neste processo, da realização de um conjunto de acções de grande alcance em termos ambientais e do elevado grau de conhecimento da região entretanto adquirido, não foi projectado na opinião pública,

todo o esforço e trabalho desenvolvido, exemplificativo da responsabilidade e dos compromissos assumidos pela EDIA e pelo Estado português.

Verificou-se assim, um enfraquecimento na imagem e na importância do EFMA, tornando-se claro que as “janelas” para a imprensa, são os riscos associados a este Empreendimento e que os apoiantes de Alqueva, não conseguiram desencorajar e desvalorizar os riscos com base em argumentos fundamentados, técnica e cientificamente, em contraponto à estratégia implementada pelos opositores ao Empreendimento.

Assim, a associação do risco de perda aos interesses defendidos pelas ONG's e por uma elite técnico-científica, constituiu-se num factor de sucesso da estratégia adoptada por estes actores no conflito sobre Alqueva.

Ao longo deste trabalho verificou-se igualmente que, independentemente do posicionamento assumido, os actores têm acesso à mesma informação, partilhando estudos e projectos, relatórios e pareceres técnicos, em sede de Comissão de Acompanhamento Ambiental (CAIA). Nesta Comissão estão representados todos os actores envolvidos neste conflito e todos têm acesso ao mesmo tipo de informação e documentação. No entanto, os documentos são analisados, interpretados e usados consoante os interesses e os objectivos de cada um dos grupos de actores, o que por representarem posições opostas, condiciona a comunicação entre os diversos intervenientes no processo. Este é um problema de “*Dados*” num conflito, que aliado à cultura do risco expresso em notícias e à controvérsia gerada, explica em grande parte, o paradoxo que constitui o facto de um conjunto de medidas implementadas pela EDIA, em lugar de terem tido projecção na opinião pública como aspectos positivos e exemplificativos da responsabilidade e dos compromissos ambientais da empresa, foram junto da opinião pública usados contra Alqueva, tendo-se constituído em factores negativos.

3.2. Lições Aprendidas

A construção no Alentejo de um empreendimento com as características do de Alqueva, induz uma série de reacções de vários grupos com diversos interesses, originando conflitos cuja natureza e intensidade influenciam o desenrolar de todo o processo.

As origens mais recentes do Empreendimento de Alqueva remontam a 1957, tendo sido concebido no quadro do Plano de Rega do Alentejo, mas só em 1995 é que o Estado Português assume a decisão de construir e implementar o Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva, no âmbito de uma estratégia de desenvolvimento regional para o Alentejo.

Este facto coincide com um dos mais graves períodos de seca das últimas décadas na região sul portuguesa e com a discussão, em Espanha, do Plano Hidrológico espanhol. Simultaneamente, Portugal negocia com o país vizinho um convénio para a gestão dos rios comuns.

Alqueva assume-se assim, como uma indispensável reserva estratégica de água e para lá da valia agrícola ou da valia eléctrica, esteve presente na tomada de decisão, a valia simbólica deste projecto.

A contestação a este Empreendimento é assumida maioritariamente pelas Organizações Não Governamentais de Ambiente e de Arqueologia portuguesas e das regiões espanholas da Andaluzia e da Extremadura.

As campanhas eleitorais que ocorreram quer na fase inicial da sua construção quer no ano em que se procedeu ao início do primeiro enchimento, tornaram ainda mais visível o Empreendimento.

Assumindo a importância que os órgãos de comunicação social têm como fonte privilegiada de informação do público, a análise efectuada baseou-se na imprensa publicada nos anos de 1995 e de 2001 / 2002 e as principais conclusões são:

- Contrariamente ao que é habitual em casos semelhantes desta natureza, a polémica gerada:
 - a. Não resultou de discordâncias quanto à localização;
 - b. Não envolveu praticamente actores locais;
- Mas centrou-se em aspectos de valores ambientais, envolvendo elites técnico-científicas, de âmbito nacional;
- Envolveram-se activamente na discussão, nos dois períodos em análise, 1995 e 2001/2002, trinta e um e trinta e três grupos de actores, respectivamente;
- A problemática despoletou o envolvimento de todos os sectores da sociedade portuguesa, caracterizando-se por uma grande transversalidade e complexidade. Participaram na discussão, além da EDIA, das ONGA, do Governo e dos Partidos, os Agricultores, Autarcas, Sindicalistas, Arqueólogos e além fronteiras, ONG's de Ambiente e Arqueologia da Extremadura e da Andaluzia;
- Ao grande envolvimento dos diversos protagonistas no conflito, correspondeu uma grande visibilidade, dada pela imprensa nacional e regional, com a publicação de trezentas e quarenta e três notícias em 1995 e quinhentas e noventa e oito notícias em 2001/2002;
- Os partidos políticos portugueses registam uma unanimidade de posições, rara no contexto nacional. Todos se pronunciam a favor de Alqueva, embora o PCP/CDU assuma uma intervenção mais expressiva como seria espectável nesta área;
- As campanhas eleitorais que ocorreram durante os finais de 1995 e de 2001 marcam períodos de maior intervenção dos actores;
- No que se refere a áreas de conflito, este centra-se inicialmente no balanço entre os impactes negativos causados pelo Empreendimento e a necessidade de criação de uma reserva estratégica de água no Alentejo, num rio partilhado

com Espanha. Em 2001/2002 discutem-se as metas estabelecidas para Alqueva e a desadequação dos seus objectivos;

- _ A empresa responsável pela implementação do Empreendimento assumiu uma postura defensiva e reactiva nas controvérsias que se desenvolveram ao longo deste conflito;
- _ Com a aproximação do início do enchimento da albufeira de Alqueva, multiplicaram-se os movimentos de contestação que surgiram, pela primeira vez, organizados numa frente comum – *Movimento pela Cota 139* – interveniente nas diferentes polémicas geradas em torno do Empreendimento;
- _ Em 2001/2002, período no qual se inicia o enchimento da albufeira de Alqueva, a discussão, alargada ao maior número de participantes, focaliza-se quase que exclusivamente, nos impactes negativos de Alqueva, não existindo uma abordagem pró-activa dos impactes positivos que justificaram, em sede de Avaliação de Impacte Ambiental, a decisão de construção do Empreendimento;
- _ A organização e coordenação destas Associações, o seu discurso marcadamente controverso, o recurso a argumentos técnico-científicos e a tónica colocada na transmissão do risco de perda irreversível de património, criaram uma grande apetência mediática que resultou na visibilidade da controvérsia;
- _ A visibilidade, a mediatização e a parcialização do debate acentuaram as divergências e o antagonismo entre os actores, agravando o conflito.

4. CONTRIBUTOS PARA A ACTUAÇÃO NO CONFLITO

A concepção e implementação do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva enquadra-se nos casos controversos de decisões públicas referentes ao funcionamento e gestão de grandes infra-estruturas em Portugal.

A complexidade da sua implementação é visível, nomeadamente porque:

- A existência de diferentes problemas (nas áreas do ambiente e da arqueologia) pode ser explicada de diferentes formas – multiplicidade de explicações;
- Existe acordo reduzido quanto aos diferentes problemas surgidos com a implementação do EFMA;
- A informação técnica tem um carácter multidisciplinar;
- Existe o envolvimento de uma grande variedade de actores, valores e interesses;
- Os actores têm poderes e competências desiguais;
- As soluções a implementar requerem acções coordenadas entre os diversos actores;
- Os *Media* actuam sobre aspectos parciais do problema, induzindo uma distorção da realidade, do conjunto do problema e uma parcialização do debate;
- Existe uma mediatização da controvérsia científica, com exposição das incertezas;
- Existe uma associação do risco de perda ao conjunto dos problemas surgidos com a implementação do EFMA;

A controvérsia associada a Alqueva e os diferentes conflitos que daí emergiram, resultam de um contexto caracterizado por um elevado volume de informação em circulação, bem como da necessidade de integrar muitos factores e áreas de

especialização, onde os actores envolvidos possuem valores e interesses divergentes, resultando em interpretações distintas dos dados e da informação disponível, factores estes que também contribuem para a complexidade do problema. Isto é agravado, pela ausência de espaços de debate, onde fosse possível entre os diferentes actores do processo, a partilha de informação e a construção colaborativa de soluções.

Assim, formam-se esferas de informação, dissociadas entre si, protagonizadas por diferentes actores, com argumentos técnico-científicos diversos e que caracterizam este conflito (Figura II.4.1.).

Por outro lado, a visibilidade, a mediatização e a parcialização do debate contribuem para uma acentuação das divergências e das posições antagónicas já conhecidas, dificultando qualquer solução para os conflitos manifestados, nomeadamente na área do ambiente e da arqueologia.



Figura II.4.1. Esferas de informação, protagonizadas pelos diversos actores, com interesses e posições divergentes e sem partilha de informação.

Considera-se assim que no caso em estudo, a partilha de objectivos, actividades e informação, a responsabilização dos diversos actores envolvidos, a criação de novas

parcerias, poderiam permitir ganhos colectivos, minimizando as perdas e atingindo soluções consensuais com resolução dos conflitos manifestados (Figura II.4.2.).



Figura II.4.2. Esferas de informação, protagonizadas pelos diversos actores, com interesses e posições divergentes e com partilha de informação e de responsabilização.

A operacionalização de processos complexos como é a implementação do Empreendimento de Alqueva deverá passar pela criação de novos *fora* de debate, em que a integração dos diferentes aspectos em causa passe inequivocamente por um cruzamento da informação e dos dados, por uma partilha de responsabilidades como forma de atingir uma tomada consensual de decisão.

Esta alteração na forma de tomada de decisão, que implica a construção partilhada de informação e uma participação responsabilizada por parte de todos os actores, é conseguida pela aplicação de formas mais colaborativas e consensuais.

As novas metodologias de participação, designadas por métodos interactivos, permitem a estruturação da informação, assegurando a participação responsabilizada de todos os envolvidos, respeitando os seus interesses e criando redes transversais de comunicação. Contribuem assim, para uma maior transparência do processo,

através da interação dos actores em espaços deliberativos criados para a construção colaborativa de soluções.

É assim possível aumentar a confiança nos processos e a criação de parcerias e acordos o que, no caso de Alqueva permitiria a construção conjunta de informação e a atenuação da parcialização do debate, da mediatização da controvérsia científica, aspectos negativos que acentuaram um conflito que resultou numa distorção da realidade, na criação de elevados níveis de desconfiança, confronto, desresponsabilização, impossibilidade de diálogo e desgaste da imagem de um Empreendimento que, reunindo o apoio das populações locais e seus representantes regionais, desencadeou na comunidade científica elevada controvérsia e clivagens acentuadas, mediatizadas pela comunicação social, conferindo a Alqueva uma visibilidade à escala do Empreendimento.

*É preciso que não vejamos Alqueva como uma
bandeira para mobilizar pessoas, como
uma falsa solução,
mas como um problema complexo que obriga a estudos,
negociações,
para que daí resulte algo de útil e transformador para o
Alentejo.*

Presidente da República, Dr. Mário Soares.
(VII Congresso sobre o Alentejo, *in*
Diário do Alentejo. 19/5/95)

BIBLIOGRAFIA

- ANDREW, J. S. (2001). Siting Correctional Halfway Houses: Could a Voluntary Approach Overcome NIMBY ? *2001 Annual Conference of the Association of Collegiate Schools of Planning (Cleveland, USA)*.
- ARNESTEIN, S. (1969). *A Ladder of Citizen Participation*. Journal of the American Institute of Planners. Vol 35, 4. Pp. 216-224.
- BARBERIS, J. A. (1979). *Los Recursos Naturales Compartidos entre Estados y el Derecho Internacional*. Madrid.
- BECK, U. (1992). *Risk Society. Towards a New Modernity*. Sage Publications, Inc. London.
- BEDER, S., (2000). The Corporate Assault on Democracy. *Australian Rationalist* 52, pp. 4 - 11.
- BEDER, S., (1991). Activism versus Negotiation: Strategies for the environment movement. *Social Alternatives*, Vol. 10, nº 4. pp 53-56.
- BLOKKER, E. (1994). A utilização da Análise de Riscos nos Estudos de Impacte Ambiental, in *Avaliação do Impacte Ambiental. Conceitos, Procedimentos e Aplicações*. Ed. M. Partidário e J. Jesus. CEPGA. Lisboa. Pp. 268-282.
- BRANCO, S. (1934). A hidraulica Agrícola no Sul do País. *Anais de Hidráulica Agrícola*. Vol.I, fasc. 1, pp 7.
- BRYSON, J., CROSBY, B. C. (1992). *Leadership for the Common Good. Tackling Problems in a Shared-power World*. San Francisco. Jossey-Bass.
- CASER, U. (2001). Processos Colaborativos de Construção de Consenso,. Ferramentas para o Planeamento Estratégico e a Gestão de Conflitos Ambientais. *VII Conferência Nacional sobre a Qualidade do Ambiente (Aveiro)* p. 746-758.
- CASER, U. (1999). Mediação Ambiental – Um Conceito para Tomadas de Decisão e Resolução de Conflitos Ambientais. *VI Conferência Nacional sobre a Qualidade do Ambiente (Lisboa)* p. 341-350.
- COMISSÃO INSTALADORA DA EMPRESA DO ALQUEVA. (1994). *Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva – Um Projecto para o Desenvolvimento*. Lisboa.
- COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS. (2000). *Barragens e Desenvolvimento: Um Novo Modelo para Tomada de Decisões – O Relatório da Comissão Mundial de Barragens*. Earthscan Publications. Londres.
- COMPANHIA PORTUGUESA DE ELECTRICIDADE / CPE, Empresa Nacionalizada. (1976). *Relatório do Exercício de 1975*.

- CONSELHO SUPERIOR DE OBRAS PÚBLICAS (CSOP). (1973). Parecer sobre o projecto da barragem, central hidroeléctrica e estação elevatória de Alqueva do aproveitamento hidráulico do rio Guadiana. *Anais do Conselho Superior de Obras Públicas*, 1970. pp 261-327. Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- CONSELHO SUPERIOR DE OBRAS PÚBLICAS (CSOP). (1961). Parecer sobre o Plano de Valorização do Alentejo. Rega de 170.000 hectares. *Anais do Conselho Superior de Obras Públicas*, 1958-1959. 1º Vol. Pp. 395-396. Ministério de Obras Públicas.
- DAY, D. (1997). Citizen Participation in the Planning Process: An Essentially Contested Concept ?. *Journal of Planning Literature*, Vol. 11, nº 3. Sage Publications, Inc. London.
- DRYZEK, J. S. (2000). *Deliberative Democracy and Beyond. Liberals, Critics, Contestations*. Cambridge University Press. Cambridge. England.
- EÇA, A. et al. (1885). *Memória acerca do aproveitamento de águas no Alentejo para o fim dos melhoramentos agrícola e industrial da província*. Imprensa Nacional. Lisboa.
- EDIA SA . (1995 – 2002). *Revista de Imprensa*. Beja.
- EDIA SA. (1998). *Plano de Minimização e Compensação de Impactes sobre o Património Natural*. Vol. I. Beja.
- EDIA SA. (1997). *Quadro Geral de Referência do Património Natural*. Beja.
- EDIA SA. (1997). *Programa de Gestão ambiental do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva*. Beja.
- ESB, FICHTNER, PROCESL. (1996). *Environmental Measures Necessary to Carry Out the Dam Project*.
- GIDDENS, A. (1992). *As consequências da Modernidade*. Celta Ed. Lisboa.
- GONÇALVES, M. E. (2002). *Os Portugueses e a Ciência*. Dom Quixote. Lisboa.
- GONÇALVES, M. E. (2001). *O Caso de Foz Côa: Um Laboratório de Análise Sociopolítica*. Edições 70. Lisboa.
- GONÇALVES, M. E. (2000). *Cultura Científica e Participação Pública*. Celta Editora. Oeiras.
- GRUBER, J. (1994). *Coordinating Growth Management through Consensus Building: Incentives and Generation of Social, Intellectual and Political Capital*. Working paper 617. April 1994. Institute of Urban and Regional Development, University of California at Berkeley. USA.
- HABERMAS, J. (1997). *Between Facts and Norms*. MIT Press. New York.

- HIDROTÉCNICA PORTUGUESA, TRACTEBEL, SEIA. (1992) *Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva – Relatório Final*. Lisboa. 4v.
- INAG. (1995). *Recursos Hídricos do Guadiana e sua Utilização*. Lisboa.
- INNES, J. (1993). Planning Through Consensus Building. A New Perspective on the Comprehensive Planning Ideal. *ACSP Annual Conference*. Philadelphia. USA.
- INNES, J., GRUBER, J., NEWMAN, M., THOMPSON, R. (1994). *Coordinating Growth and Environmental Management Through Consensus Building. A Policy Research Program Report*. University of California – Berkeley. Berkeley. USA..
- IMPEL NETWORK. Maio 2000. *Complaint Procedures and Access to Justice for Citizens and NGOs in the field of the Environment within the European Union – Final report*.
- LACERDA, M. (1902). Irrigações no Alentejo. *Revista de Obras Públicas e Minas*, n.ºs 388-390. tomo XXXIII.
- LAKE, R. W. (Ed.) (1987). *Resolving Locational Conflict*. Center for Urban Policy Research, Rutgers – The State University of New Jersey. USA.
- LIMA, L., PINTO, A BAPTISTA, C., CASTRO, P. 2001. *Participação, Informação e Responsabilização dos Cidadãos no Domínio da Água*. Centro de Investigação e de Intervenção Social do ISCTE.
- LUHMANN, N. (1993). *Risk A Sociological Theory*. Walther de Gruyter. Berlin / New York.
- MARSHALL, G., OZAWA, C. P. (2001). Mediation and Democratic Governance: Theoretical Linkages and Practical Examples. *ACSP Annual Conference, (Cleveland)*.
- MARTINHO, M. G., VASCONCELOS, L. T. & FULGÊNCIO, C. (2000). A Problemática de Localização de Infraestruturas de Resíduos. *Revista Biol. (Lisboa)* **18**: 213-226.
- MARTINS, J. P. O. (1887). *Projecto de Lei de Fomento rural*. Câmara dos Senhores Deputados. Imprensa Nacional. Lisboa.
- MINISTÉRIO DO AMBIENTE. (1998). *Balanço da Acção Governativa do Ministério do Ambiente*. Lisboa.
- MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES (MOPC). (1946). *Anuário dos Serviços Hidráulicos, 1942-1943*. 10º ano, 1º Volume, pp 36. Imprensa Nacional.
- MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO (MPAT). (1993). *Plano de Desenvolvimento Regional*. Lisboa.
- MOORE, C., WILDAU, S. (1997). *Trainingsworkshop: Mediation and Environmental Dispute Management*. Eschborn.
- OBSERVA. (2001). *II Inquérito Nacional Os Portugueses e o Ambiente*. Lisboa.
- ORDEM DOS ENGENHEIROS REGIÃO CENTRO. (s/ data). *Compêndio Ambiente*. Coimbra.

- ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS DE AMBIENTE. (2001). *Proposta de Enchimento Faseado da Albufeira de Alqueva a Partir da Cota 139*.
- POTT, P. M. (1999). Processos de Decisão em Ambiente. Participação do Público. *VI Conferência Nacional sobre a Qualidade do Ambiente (Lisboa)* p. 361-372.
- RIDRUEJO, J. P. (1987). *Curso de Derecho Internacional Público*. Madrid.
- RITTEL, W., WEBBER, M. M. (1973). Dilemma in a General Theory of Planning. *Policy Sciences*, 4.
- SANCHES, R., CORRAL, A. (1964). *Relatório sobre o Possível Aproveitamento hidroeléctrico dos Troços Internacionais dos Rios Minho, Lima, Tejo, Erges, Sever, Guadiana e Chança*. Versão portuguesa (dactilografada).
- SANCHES, R. (1994). O Rio Guadiana e o Aproveitamento Hidráulico de Fins Múltiplos de Alqueva. *Recursos Hídricos*. Vol. 15, nº2, pp 45-59. Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos. Lisboa.
- SEIA (1995). *Estudo Integrado de Impacte Ambiental do Empreendimento de Alqueva*. Lisboa. 13 v.
- SUSSKIND, L., McKEARNAN, S., THOMAS-LARMER, J. (1999). *The Consensus Building Handbook – A Comprehensive Guide to Reaching Agreement*. Sage Publications. London.
- SWAN, P. (1995). Droits écologiques procedurax et démocratie délibérative. *Revue Interdisciplinaire d'Études Juridiques*. **35**, 1-18.
- STRYDOM, P. (2002). *Rysk, environment and society*. Open University Press. Buckingham.
- TRUNINGER, M., VALENTE, S. (1999). Opinião Pública e Problemas Globais. *VI Conferência Nacional sobre a Qualidade do Ambiente (Lisboa)* p. 351-360.
- UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA – FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA. (s/ data). *Normas para elaboração e Apresentação de Dissertações de Mestrado*. Monte da Caparica.
- VALENTE, S. (1994). O “Verde” e a Comunicação Social: Os Processos de Produção da “Notícia-Ambiente”. Dissertação de Licenciatura. ISCTE. Lisboa.
- VASCONCELOS, L. T., CASTANHO, I. (2002). *A Complexidade nas Decisões Ambientais: A Localização do Novo Aeroporto de Lisboa*.
- VASCONCELOS, L. T. (2001). Participação Rumo à Sustentabilidade – A Experiência da AL 21.I Seminário “Agenda 21 Local: as experiências Portuguesas, a situação actual e novas perspectivas”. CIVITAS-DCEA-FCT-UNL. 19-20 de Novembro. Lisboa.

- VASCONCELOS, L. T. (2001). O Envolvimento do Cidadão na Conservação da Biodiversidade – Rumo à Democracia Deliberativa. AL21. *II Congresso Nacional da Conservação, (Lisboa)*. ICN.
- VASCONCELOS, L. T. & MARTINHO, M.GRAÇA. (1999). Novas Questões nos Processos de Decisão em Democracias Participativas. *Revista Biol. (Lisboa)* **17**: 235-240.
- VASCONCELOS, L. T. & MARTINHO, G. (1998). Questões na Percepção de Conflitos, Infra-estruturas de Resíduos. *Revista Biol. (Lisboa)* **16**: 295-303.
- VASCONCELOS, L. T. (1997). O Envolvimento do Cidadão nas Decisões Públicas Complexas – Instrumentos para a Democracia Participativa. *Workshop sobre Participação Pública*, APEA, 19-20 de Novembro. Lisboa.
- WWF. (2001). *WWF's Preliminary comments on Public Participation in the Context of the Water Framework Directive and Integrated River Basin Management*. Copenhaga.

ANEXOS

- I** - Registo de Notícias sobre Alqueva no Período Relativo ao Ano de 1995.
- II** - Registo de Notícias sobre Alqueva no Período entre Fevereiro de 2001 e Fevereiro de 2002 .

ANEXO I

Registo de Notícias sobre Alqueva no Período Relativo ao Ano de 1995.

Registo de Notícias sobre Alqueva em 1995						
Data	Imprensa	Título / Assunto	Actores	Interesses	Posições	Citações
4-3-95	Público	PS defende Alqueva	PS	Defesa de Alqueva e de um Plano hidrológico	A favor	—
28-3-95	Correio da Manhã	Constituição da EDIA	—	—	—	—
30-3-95	Diário Económico	Constituição da EDIA	—	—	—	—
30-3-95	Diário de Notícias	Constituição da EDIA	—	—	—	—
30-3-95	O Dia	Constituição da EDIA	—	—	—	—
30-3-95	Público	Constituição da EDIA	—	—	—	—
31-3-95	Jornal de Beja	Constituição da EDIA	—	—	—	—
6-4-95	Forum Ambiente	A Barragem de Alqueva - Que fim para o Guadiana	ADENEX ONGA espanhola	defesa do ambiente- Propõe pequenas barragens nos afluentes do Guadiana	Contra	<i>A perda pelo nosso rio da sua liberdade é uma tragédia a que não nos podemos permitir. E do que fazemos depende que o erro do Alqueva vá para a frente ou que nunca passe de um projecto demente, como sem dúvida irá ser qualificado no futuro.</i>
6-4-95	Público	Plano hidrológico espanhol	Governo	Defesa dos caudais	A favor	<i>A aparente noção por parte de Espanha, que o oceano começa na fronteira.</i>
8-4-95	Expresso	Constituição da EDIA	—	—	—	—
8-4-95	Público	Plano hidrológico espanhol	INAG	Defesa dos caudais	A favor	—
10-4-95	Diário de Notícias	Seca no Alentejo pode parar Portucel	—	—	—	—
12-4-95	Revista Descobrir	Aldeia da Luz e zona da futura albufeira de Alqueva	—	—	—	—
13-4-95	Diário de Notícias	Instalação da EDIA	—	—	—	—
13-4-95	Semanário	Constituição da EDIA	—	—	—	—
14-4-95	Diário de Notícias	Agricultores contestam Alqueva	Agricultores do Alto Alentejo	Defesa de 3 represas no Guadiana	Contra	<i>Alqueva pode ser um elefante branco</i>
14-4-95	Jornal de Moura	Alqueva irriga margem esquerda	EDIA	—	—	—
14-4-95	Jornal de Moura	Os desenhos rupestres, a barragem do Côa e a desertificação	Analista - Mário Silveira da Costa	Defende a construção das Barragens do Côa e de Alqueva	A favor	—

Registo de Notícias sobre Alqueva em 1995						
Data	Imprensa	Título / Assunto	Actores	Interesses	Posições	Citações
14-4-95	Jornal de Moura	Guterres em Moura	PS	Alqueva como meio de garantir uma reserva estratégica de água	A favor	—
14-4-95	Público	Verdes preocupados com recursos hídricos	Os Verdes	Salvaguardar interesses dos agricultores e população da região	A favor	<i>A construção da barragem irá ter consequências graves mas apesar disso é fundamental que se avance com a sua construção</i>
14-4-95	Diário do Alentejo	EDIA em Beja	—	—	—	—
14-4-95	Diário do Alentejo	Desemprego e seca mobilizam autarquias	Associação Municípios	Defesa do interesse dos municípios em tempo de seca, através da racionalização do uso da água	—	—
18-4-95	Diário de Beja	Empresa do Alqueva instalada em Beja	—	—	—	—
21-4-95	Diário de Beja	Agricultores querem reformulação de plano hidrológico	Agricultores do Alto Alentejo	Revisão do projecto de Alqueva	Contra	<i>Não podemos estar à espera que Alqueva se construa</i>
21-4-95	Jornal de Beja	Estudo Integrado de Impacte Ambiental em consulta pública	—	—	—	—
21-4-95	Diário do Alentejo	Quercus questiona Alqueva	Quercus	Defesa do redimensionamento das infra-estruturas e sua utilização	A favor, mas...	—
21-4-95	Diário do Alentejo	Agricultores reclamam medidas	Agricultores do Alto Alentejo	Revisão do projecto de Alqueva, construção de pequenas barragens	Contra	—
21-4-95	Independente	Plano hidrológico espanhol	Governo	—	—	—
22-4-95	Expresso	Assumir os riscos de Alqueva	Jornalista (Fernando Madrinha)	—	A favor	<i>Pior que cometer um erro por se decidir a favor de Alqueva, seria não decidir nada, enquanto se assiste à morte lenta de uma região inteira</i>

Registo de Notícias sobre Alqueva em 1995						
Data	Imprensa	Título / Assunto	Actores	Interesses	Posições	Citações
22-4-95	Semanário	Entrevista	Governo - Ministro Ferreira do Amaral	Construir Alqueva	A favor	<i>Porque não pede responsabilidades às pessoas que há dez anos defenderam que não se devia fazer Alqueva?</i>
26-4-95	Diário de Beja	EIIA-95 Consulta pública	—	—	—	—
26-4-95	Diário de Beja	Estado do projecto de Alqueva	Governo	Construir Alqueva	A favor	—
28-4-95	Público	EIIA-95 - Évora discute Alqueva	Quercus	Defesa do Ambiente	A favor, mas...	<i>Talvez não seja necessário construir uma barragem tão grande.</i>
28-4-95	Diário de Notícias	EIIA 95 - Barragem de Alqueva	Agricultores de Évora	Construção de 3 represas	Contra	<i>Alqueva é elefante branco</i>
28-4-95	Diário de Beja	EIIA 95 - Barragem de Alqueva	EDIA	Implementação de Alqueva como solução estruturante para o Alentejo	A favor	—
29-4-95	Público	EIIA 95 - Beja	—	—	—	—
1-5-95	Planície	Alqueva divide agricultores	Agricultores Alto Alentejo	Construção de 3 represas	Contra	<i>Alqueva é elefante branco</i>
5-5-95	Diário do Alentejo	EIIA - Obras em meados de 1996	Quercus	Defesa de um modelo de desenvolvimento subjacente ao empreendimento	A favor, mas...	—
5-5-95	Jornal de Beja	EIIA - consulta pública	—	—	—	—
5-5-95	Diário de Beja	PSD - Falta de água	PSD - Distrital de Beja	Defesa de um Plano de emergência para o Alentejo	A favor	—
6-5-95	Semanário	Plano hidrológico espanhol	PS	Água como prioridade política absoluta	A favor	—
9-5-95	Diário de Beja	Palestra "A Espera de Alqueva"	Terras Dentro	—	—	—
12-5-95	Diário de Notícias	Alqueva não convence Mário Soares	Presidente da República	Acautelar os impactes negativos da barragem na zona do regadio	A favor	—
12-5-95	Jornal de Beja	EDIA promove jantar	—	—	—	—

Registo de Notícias sobre Alqueva em 1995						
Data	Imprensa	Título / Assunto	Actores	Interesses	Posições	Citações
13-5-95	Público	Soares alerta	Presidente da República	Defesa de um Plano Hidrológico nacional	A favor	<i>Alqueva só tem futuro se tiver água e se houver um esclarecimento e uma ideia clara de como essa água vai ser aproveitada.</i>
13-5-95	Expresso	Reconversão agrícola com Alqueva	PCP	Defesa de uma nova reforma agrária e revisão do actual regime de uso e posse da terra.	A favor	---
14-5-95	Diário de Notícias	Alentejo pisca o olho à regionalização	---	---	---	---
14-5-95	Público	VII Congresso sobre o Alentejo	---	---	---	---
15-5-95	Diário de Notícias	VII Congresso sobre o Alentejo	---	Defesa de nova reforma agrária; Defesa de Alqueva; defesa da regionalização	A favor	---
15-5-95	Público	VII Congresso sobre o Alentejo	---	---	---	---
15-5-95	Planície	As águas da discórdia	Jornalista (Francisco Patrício)	---	A favor	---
15-5-95	Planície	Barragem de Alqueva	---	---	---	---
15-5-95	Planície	EIIA 95 - Decisão em Junho	---	---	---	---
15-5-95	Planície	Os Alquevinhas com rabo de fora	Analista - Manuel Correia	---	A favor	---
16-5-95	Diário de Notícias	Ambientalistas questionam Alqueva	Ambientalistas	Defesa dos valores naturais - maior ponderação dos aspectos negativos da barragem	Contra	<i>Alqueva pode significar uma aposta no cavalo errado</i>
17-5-95	Público	EIIA - Alqueva de alto risco	Ambientalistas	Defesa do correcto dimensionamento de Alqueva	Contra, mas...	<i>É evidente que é preciso dar água àquela zona mas um Alqueva megalómano pode estar a matar outras hipóteses de fornecimento de água ao Alentejo</i>
17-5-95	Diário de Notícias	Justificação de Alqueva	PS - Ant.º Guterres	Defesa de uma reserva estratégica de água a sul do Tejo	A favor	<i>Acredito na necessidade desta barragem.</i>

Registo de Notícias sobre Alqueva em 1995						
Data	Imprensa	Título / Assunto	Actores	Interesses	Posições	Citações
17-5-95	Público	Guterres defende Alqueva	PS - Ant.º Guterres	Defesa de uma reserva estratégica de água a sul do Tejo	A favor	—
18-5-95	Notícias do Alentejo	VII Congresso sobre o Alentejo	—	—	—	—
19-5-95	Público	Alandroal promove Guadiana	Câmara Municipal do Alandroal	—	—	—
19-5-95	Diário de Noticias	Semana do Guadiana	Câmara Municipal do Alandroal	—	—	—
19-5-95	Diário do Alentejo	VII Congresso sobre o Alentejo	—	Defesa de: absoluta necessidade de uma reserva estratégica de água; urgente aleleração das obras de Alqueva, implementando o plano de rega do Alentejo, alargando a sua influência à margem esquerda do Guadiana e ao Alentejo central.	A favor	—
19-5-95	Diário do Alentejo	VII Congresso sobre o Alentejo	Presidente da República	—	A favor	<i>É preciso que não vejamos Alqueva como uma bandeira para mobilizar pessoas, como uma falsa solução, mas como um problema complexo que obriga a estudos, negociações, para que daí resulte algo de útil e transformador para o Alentejo.</i>
19-5-95	Diário do Alentejo	António Guterres cauteloso	PS - Ant.º Guterres	Construção de Alqueva	A favor	<i>Não assumir compromissos definitivos. Defendo Alqueva, mas só o empreendimento não chega para salvar o Alentejo que precisa de um plano integrado de desenvolvimento.</i>
19-5-95	Independente	Desculpem qualquer coisinha	PS - Ant.º Guterres	Construção de Alqueva	A favor	<i>Água é a grande questão estratégica do próximo século.</i>

Registo de Notícias sobre Alqueva em 1995						
Data	Imprensa	Título / Assunto	Actores	Interesses	Posições	Citações
21-5-95	Diário de Notícias	CDU propõe nova reforma agrária	CDU	Aproveitamento dos recursos hídricos com Alqueva; Plano de rega do Alentejo.	A favor	—
21-5-95	Diário de Notícias	Açude pode submergir povoações do Guadiana	Almargem	Impedir a construção de um açude a jusante da foz do Odeleite	Contra	—
25-5-95	Notícias do Alentejo	Edição de folha informativa sobre Alqueva	EDIA	—	—	—
25-5-95	Notícias do Alentejo	Cunhal dá partida para campanha comunista	PCP	Construção de Alqueva; plano de rega do Alentejo	A favor	<i>Alqueva tem de ser uma questão fechada</i>
26-5-95	Diário de Beja	Barragem de Alqueva - Associação algarvia preocupada com falhas sísmicas	Almargem	Defende estudo urgente sobre a actividade sísmica na zona da barragem; Garantir o caudal ecológico	Contra	<i>Não é necessário ser-se demasiado alarmista para(...) se colocar a hipótese de rebentamento da barragem.</i>
26-5-95	Independente	Era uma vez um rio	Governo espanhol	—	—	—
26-5-95	Jornal de Beja	Empresa do Alqueva promove reunião	—	—	—	—
26-5-95	Diário do Alentejo	Alqueva e regionalização são peças importantes para o Alentejo	Câmara Municipal de Cuba	Desenvolvimento local e regional	A favor	<i>O Alqueva (...) é peça importante para resolver os problemas mais graves que existem no Alentejo</i>
26-5-95	Correio da Manhã	Falhas sísmicas podem comprometer Alqueva	Almargem	Defende estudo urgente sobre a actividade sísmica na zona da barragem; abandono inequívoco e definitivo do açude do Guadiana; clarificação dos critérios e pressupostos na base do cálculo do caudal ecológico	Contra	—
26-5-95	Diário do Alentejo	EDIA acelera Alqueva	EDIA	—	—	—

Registo de Notícias sobre Alqueva em 1995						
Data	Imprensa	Título / Assunto	Actores	Interesses	Posições	Citações
28-5-95	Diário de Notícias	Freguesias do Guadiana defendem Alqueva	Autarquias; Associação Nacional de Freguesias	Entendimento entre portugueses e espanhóis quanto à utilização correcta e racional do Guadiana	A favor	<i>Salientaram a necessidade vital para a região, da construção de Alqueva</i>
30-5-95	Correio da Manhã	Barragem de Alqueva não corre perigo	EDIA	—	—	—
30-5-95	Diário de Beja	Freguesias da bacia do Guadiana defendem Alqueva	Autarquias; Associação Nacional de Freguesias	Defender os anseios das populações que representam	A favor	—
30-5-95	Diário de Beja	Folha informativa da EDIA	—	—	—	—
30-5-95	Público	MNE sensibiliza Santer para seca em Portugal	Governo	—	—	—
31-5-95	Público	Nem água para beber	Analista - Alfredo Margarido	—	A favor	<i>A passividade portuguesa, que não começou hoje, mas sim nos anos 60, continua a permitir que os nossos vizinhos espanhóis bebam água dos rios internacionais sem nos prestar contas. Ou quando as prestam é tarde e más horas. Pior: estão quase sempre falsificadas.</i>
31-5-95	Diário de Notícias	PCP contesta PS sobre Alqueva	PCP	Nova reforma agrária que coloque o uso e posse de terra ao serviço da produção em nome do desenvolvimento alentejano	A favor	<i>(...) que o PS caso forme governo esteja a pensar travar, mais uma vez as obras da barragem e a marginalizar o Alentejo.</i>
1-6-95	Planície	Líder do PS passou por Moura	PS	Construção de Alqueva	A favor	<i>Esta grande reserva de água é necessária mas não será a varinha de condão para o Alentejo.</i>
1-6-95	Planície	Afinal o rio está aqui	Jornalista	—	A favor	—
3-6-95	Expresso	Vala em Espanha seca Guadiana	Governo	—	—	—

Registo de Notícias sobre Alqueva em 1995						
Data	Imprensa	Título / Assunto	Actores	Interesses	Posições	Citações
4-6-95	Público	Era uma vez um regadio	Analista - Mário Baptista Coelho	Promover Alqueva para: abastecimento populações; garantia do caudal ecológico, indústria de ponta não poluente; contra o regadio	A favor	<i>A questão é que o estatuto da água mudou e mudou radicalmente nesta última década. A água tornou-se cara, rara e extremamente valiosa. Por tudo isto o regadio tenderá a tornar-se cada vez mais uma utilização marginal dos recursos hídricos.</i>
4-6-95	Público	A valia do grande armazém	Analista - Cardoso e cunha	—	A favor	—
4-6-95	Público	Contra a desertificação	Analista - Basílio Horta	Defende modelo integrado de desenvolvimento	A favor	—
4-6-95	Público	Bem - vindo, finalmente Alqueva	Analista - Vaz Portugal	Defende reserva estratégica de água	A favor	—
4-6-95	Público	Alavanca ou elefante branco	Analista - Lopes Cardoso	Defende plano global de desenvolvimento	A favor	—
4-6-95	Público	Rendibilidade dos futuros sistemas agrícolas de Alqueva	—	—	—	—
6-6-95	Diário de Beja	Prémio "Os jovens e Alqueva"	EDIA	—	—	—
8-6-95	Diário de Notícias	Alqueva amada e rejeitada	ambientalistas espanhóis	Discordam de Alqueva como forma de resolver o problema do Alentejo	Contra	—
8-6-95	Notícias do Alentejo	Mudanças	Agricultores de Évora	fomentar o regadio	A favor	<i>Associação de agricultores do Distrito de Évora retirou o estatuto de elefante branco à barragem do Alqueva.</i>
8-6-95	Notícias do Alentejo	Alqueva e regadio	Analista - Francisco Pândega	—	—	—
8-6-95	Notícias do Alentejo	É necessário que a terra produza	PCP - Lino Carvalho	Nova estrutura fundiária	A favor	<i>É a tudo isto que chamo nova reforma agrária.</i>
9-6-95	Diário de Beja	Vencedores de concurso juvenil	EDIA	—	—	—
9-6-95	Jornal de Beja	Vencedores de concurso juvenil	EDIA	—	—	—
9-6-95	Diário do Alentejo	Vencedores de concurso juvenil	EDIA	—	—	—

Registo de Notícias sobre Alqueva em 1995						
Data	Imprensa	Título / Assunto	Actores	Interesses	Posições	Citações
9-6-95	Diário do Alentejo	Solução indiscutível	Analista - Ant.º Raposo	—	A favor	—
15-6-95	Público	Começou a guerra da água	—	—	—	<i>E fala-se em pegar em armas pelas últimas gotas de água.</i>
15-6-95	Notícias do Alentejo	Biólogos criticam impacte de Alqueva	Associação Portuguesa de Biólogos	Defendem a elaboração de um novo estudo de impacte ambiental	Contra	—
15-6-95	Planície	Querida tia Anica de Loulé	Almargem	Defender o Algarve dos efeitos negativos de Alqueva	Contra	—
15-6-95	Diário do Alentejo	Concurso "Os Jovens e Alqueva"	EDIA	—	—	—
15-6-95	Planície	Concurso "Os Jovens e Alqueva"	EDIA	—	—	—
16-6-95	Diário de Notícias	Portugal e Espanha debatem rios comuns	Governo	—	—	—
16-6-95	Público	Alentejo alarga ultimato ao governo	ESDIME	Defende medidas de combate ao desemprego, à seca e relançamento de obras públicas	A favor	—
20-6-95	Diário de Beja	Baixo Alentejo reclama medidas	ESDIME	Defende medidas de combate ao desemprego, à seca e relançamento de obras públicas	A favor	—
20-6-95	O Dia	Alentejo exige declaração do estado de calamidade	—	—	A favor	—
20-6-95	O Dia	Alentejanos têm de se salvar a si próprios	EDIA - Adérito Serrão	—	A favor	—
20-6-95	O Dia	Confiança no Alqueva	Governo	—	A favor	<i>O Alqueva pode muito bem representar a última esperança de salvação para o Alentejo</i>
23-6-95	Diário do Alentejo	Recursos Hídricos em debate	Assembleia Distrital de Évora	—	—	—

Registo de Notícias sobre Alqueva em 1995						
Data	Imprensa	Título / Assunto	Actores	Interesses	Posições	Citações
23-6-95	Diário do Alentejo	Forum da Água reúne cientistas em Beja	Rádio Voz da Planície	—	—	—
25-6-95	Público	Perímetro de rega do Roxo - Montes Velhos sem água não existe	—	—	—	—
26-6-95	Público	Bacia do Guadiana - Especialistas querem ordenamento	—	—	—	—
26-6-95	Diário de Notícias	Agricultores voltam a apoiar Alqueva	Agricultores de Évora	Defesa incondicional do regadio	A favor	<i>É imprescindível que a barragem vá em frente.</i>
27-6-95	Diário de Beja	Guadiana - Especialistas defendem ordenamento de toda a bacia	—	—	—	—
27-6-95	Diário de Beja	Empresa do Alqueva na Feira de São João	—	—	—	—
27-6-95	Diário de Beja	Forum da Água reúne cientistas em Beja	Rádio Voz da Planície	—	—	—
28-6-95	Diário de Notícias	Alqueva pode afectar regiões ecológicas	Sociedad Biosfera (ONGA espanhola)	Defender as regiões de alto valor ecológico em Espanha	Contra	<i>Este projecto é uma séria ameaça para regiões de alto valor ecológico.</i>
29-6-95	Notícias do Alentejo	Guadiana próximo do esgotamento	INAG	—	—	—
29-6-95	Público	Alentejo à procura de soluções	Assembleias Distritais de Évora, Beja, Setúbal e Portalegre	Defendem nova política de recursos hídricos	A favor	—
29-6-95	Correio da Manhã	Vantagens de Alqueva são superiores aos custos	—	—	—	—
30-6-95	Diário do Alentejo	Alqueva para estudantes	EDIA	Construir Alqueva	A favor	<i>Alqueva surge no sentido de evitar o despovoamento da região, funcionando como gerador de emprego .</i>
30-6-95	Diário do Alentejo	Autarquias e recursos hídricos	Assembleias Distritais de Évora, Beja, Setúbal e Portalegre	Defendem nova política de recursos hídricos	A favor	—

Registo de Notícias sobre Alqueva em 1995						
Data	Imprensa	Título / Assunto	Actores	Interesses	Posições	Citações
30-6-95	Diário do Alentejo	Forum da Água reúne cientistas em Beja	Rádio Voz da Planície	Levantar e equacionar o problema da qualidade da água	—	—
30-6-95	Diário do Alentejo	EDIA edita Alqueva	—	—	—	—
4-7-95	Notícias do Alentejo	Info Alqueva	—	—	—	—
4-7-95	Diário de Beja	Autarquias do Alentejo exigem nova política para recursos hídricos	Assembleias Distritais de Évora, Beja, Setúbal e Portalegre	Defendem a elaboração da Lei da Água, de um Plano hidrológico nacional e o planeamento e gestão integrada de bacias hidrográficas	A favor	<i>Não há uma solução alternativa à barragem de Alqueva para resolver o problema da falta de água no Alentejo.</i>
4-7-95	Diário de Beja	Alqueva - empresa quer reabilitar perímetros de rega.	EDIA	Construir Alqueva	A favor	—
6-7-95	Notícias do Alentejo	Mais benefícios	EDIA	Construir Alqueva	A favor	—
6-7-95	Notícias do Alentejo	Reabilitar o Regadio	EDIA	Construir Alqueva	A favor	—
7-7-95	Jornal de Beja	Estudo da Universidade Nova garante que Alqueva tem vantagens superiores aos custos	—	—	—	—
7-7-95	Diário de Beja	Em respeito pelo Ambiente, as áreas do Plano de Rega do Alqueva aproximam-se da sua configuração	—	—	—	—
8-7-95	Público	MARN trava bombagens ilegais no Guadiana	—	—	—	—
10-7-95	Público	Estudo de impacte ambiental afunda ponte manuelina	—	—	—	—
11-7-95	Diário de Beja	Alqueva - compatibilização da agricultura com o ambiente	EDIA	Construir Alqueva	A favor	—
11-7-95	Diário de Notícias	Ponte não será submersa	EDIA	—	—	—

Registo de Notícias sobre Alqueva em 1995						
Data	Imprensa	Título / Assunto	Actores	Interesses	Posições	Citações
12-7-95	Diário de Notícias	Prof.º universitário de Madrid classifica Plano Hidrológico espanhol "Big Brother hidráulico"	cientista	—	Contra	<i>Se Portugal quiser ombrear com a Espanha no disparate é avançar com Alqueva.</i>
14-7-95	Público	Espanhois contra Alqueva	Olho no Guadiana (ONGA espanhola)	Defesa das praias e paisagens naturais de Huelva	Contra	—
14-7-95	Diário de Beja	Alqueva não submerge ponte da Ajuda	—	—	—	—
14-7-95	Diário do Alentejo	EDIA desmente Ajuda	—	—	—	—
14-7-95	Independente	Bruxelas recusa fundos para construir Alqueva	—	—	—	—
15-7-95	Público	Alqueva e as mudanças climáticas	Analista - Luís Veiga da Cunha	—	A favor	—
15-7-95	Público	Alqueva irreversível	Governo - 1º Ministro	—	A favor	<i>Alqueva avança com ou sem dinheiro da Comunidade</i>
15-7-95	Diário de Notícias	Projecto põe em perigo a região do baixo Guadiana	Almargem	defender a segurança do algarve e o ecossistema estuarino	Contra	<i>O Alqueva é um problema que também diz respeito aos algarvios já que vai por em perigo todo o sistema natural, económico e social do baixo Guadiana</i>
15-7-95	Diário de Notícias	Alqueva mete água	Governo - 1º Ministro	—	A favor	<i>O Alqueva é irreversível, comigo ou com outro governo, com verbas de Bruxelas ou não.</i>
15-7-95	Planície	Agricultores de Évora já apoiam Alqueva	Agricultores de Évora	Construção de Alqueva	A favor	<i>Se há autorização do Governo, faça-se Alqueva e rapidamente. Acabem com tanta conversa</i>
18-7-95	Público	LPN considera Alqueva irrealista	LPN	Defesa do património natural da região	Contra	<i>A construção de Alqueva acarretará inevitavelmente a perda de um património valiosíssimo bem como poderá trazer problemas ecológicos muito graves.</i>
18-7-95	Diário de Beja	Os interesses de Portugal são inegociáveis	Governo - Ministra do Ambiente	—	A favor	—
18-7-95	Diário de Beja	Bruxelas recusa-se a pagar barragem com fundo de coesão	—	—	—	—
18-7-95	Diário de Beja	Cavaco Silva - Construção de Alqueva é irreversível	Governo - 1º Ministro	—	A favor	—

Registo de Notícias sobre Alqueva em 1995						
Data	Imprensa	Título / Assunto	Actores	Interesses	Posições	Citações
21-7-95	Diário de Beja	Alqueva - LPN contesta projecto e Adérito Serrão rejeita críticas	LPN	encontrar cenários alternativos para o desenvolvimento do Alentejo	Contra	<i>O projecto da barragem de Alqueva é mal estruturado, irrealista e megalómano.</i>
21-7-95	Jornal de Beja	Empresa de Alqueva tem nova sede	---	---	---	---
21-7-95	Diário do Alentejo	Alqueva irreversível	EDIA	Construir Alqueva	A favor	---
22-7-95	Público	O jogo mudou de regras	---	---	---	---
26-7-95	Diário de Notícias	Projecto de Alqueva em discussão bilateral	---	---	---	---
27-7-95	Notícias do Alentejo	Guadiana pode morrer	PCP - Lino Carvalho	Construção das barragens	A favor	<i>É preciso acelerar a construção das barragens, desde as pequenas até ao Alqueva.</i>
28-7-95	Teixo - Quercus	Regadio intensivo a partir do Alqueva: um projecto muito duvidoso	Quercus	defesa do património natural do Vale do Guadiana; Plano integrado para o Alentejo; Alqueva com água de maior qualidade e zona de rega mais reduzida.	Contra, mas...	<i>A melhor alternativa será um Alqueva que possua água de melhor qualidade, que não necessite de alimentar um regadio intensivo de tal extensão, que abasteça as populações e seja acompanhado de um plano integrado para todo o Alentejo.</i>
28-7-95	Jornal de Beja	Comissão Europeia questionada sobre Alqueva	---	---	---	---
29-7-95	Expresso	Alqueva e o fundo de coesão - Governo propõe alternativa	---	---	---	---
29-7-95	Semanário	Alqueva e desenvolvimento são prioridades	Câmara Municipal de Évora	Implementar o sistema de rega do Alentejo	A favor	---
29-7-95	Semanário	CDU relança reforma agrária	CDU	diminuir o desemprego e o despovoamento no Alentejo	A favor	<i>A CDU reclama a aceleração de Alqueva e de outras barragens.</i>
3-8-95	Diário do Sul	Rede viária da zona do Alqueva	---	---	---	---
3-8-95	Notícias do Alentejo	Acessos de Alqueva estão em estudo	---	---	---	---

Registo de Notícias sobre Alqueva em 1995						
Data	Imprensa	Título / Assunto	Actores	Interesses	Posições	Citações
3-8-95	Noticias do Alentejo	Moinhos do Guadiana à beira do fim.	—	—	—	—
4-8-95	Jornal de Beja	Colóquio sobre Alqueva	—	—	—	—
4-8-95	Jornal de Beja	Alqueva, sim, ou talvez não?	—	—	—	—
4-8-95	Diário do Alentejo	Acessibilidades de Alqueva	—	—	—	—
4-8-95	Diário do Alentejo	Alqueva em Estrasburgo	—	—	—	—
4-8-95	Diário do Alentejo	Alqueva é para se fazer	Governo	—	A favor	—
9-8-95	Diário de Beja	Colóquio sobre Alqueva	—	—	—	—
9-8-95	Diário de Beja	EDIA na Exporeg 95	—	—	—	—
10-8-95	Noticias do Alentejo	Quercus sobre Alqueva - Um mar de dúvidas	Quercus	defesa do património natural do Vale do Guadiana; Plano integrado para o Alentejo; Alqueva com água de maior qualidade e zona de rega mais reduzida.	Contra, mas...	<i>A melhor alternativa será um Alqueva que possua água de melhor qualidade, que não necessite de alimentar um regadio intensivo de tal extensão, que abasteça as populações e seja acompanhado de um plano integrado para todo o Alentejo.</i>
11-8-95	Diário do Alentejo	Boa coisa para contar	—	—	—	—
11-8-95	Diário do Alentejo	Alqueva é a obra mais bem estudada do País	Câmara Municipal de Portel	Promover o desenvolvimento do concelho	A favor	<i>Alqueva é uma obra essencial não só para o concelho como para toda a região</i>
11-8-95	Diário do Alentejo	Alqueva ao pé da Estrela	população da Estrela	desenvolvimento da aldeia	A favor	<i>a favor da construção da barragem porque para pior já basta assim.</i>
11-8-95	Independente	Alqueva mal medido	—	—	—	—
14-8-95	Diário de Noticias	A construção do Alqueva ofuscou o projecto Foz Côa	Gestor Vasco Coucello	—	—	—
14-8-95	Público	Aldeia da Estrela à espera do Alqueva	população da Estrela	desenvolvimento da aldeia	A favor	<i>a favor da construção da barragem porque para pior já basta assim.</i>
15-8-95	Diário de Notícias	Beja sobrevive à espera do Alqueva	—	—	—	—
17-8-95	Diário do Sul	Alqueva - Impacte Ambiental terá parecer este mês	—	—	—	—

Registo de Notícias sobre Alqueva em 1995						
Data	Imprensa	Título / Assunto	Actores	Interesses	Posições	Citações
18-8-95	Diário do Alentejo	As vantagens de Alqueva	Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz	promover o desenvolvimento do concelho e da região	A favor	<i>Nós, diz o autarca, vamos ficar no centro do principal empreendimento e, quanto a mim, o mais importante não é a própria barragem, em si, mas sim a montante, tudo aquilo que resulta de um grande lago que vai permitir o desenvolvimento a nível do turismo e, nesse aspecto para nós, Reguengos de Monsaraz, a barragem é muito importante.</i>
18-8-95	Diário do Alentejo	Alqueva sim, Alqueva não...	Analista	—	A favor	<i>Por favor deixem-se de discussões parvas e perdas de tempo e comecem as obras da tão esperada barragem(...) a água é um bem essencial para a vida de qualquer ser vivo.</i>
18-8-95	Diário do Alentejo	Alqueva atrasa-se	—	—	—	—
19-8-95	Semanário	Alqueva na conquista alentejana	—	—	—	—
20-8-95	Diário de Noticias	Turismo, indústria, Universidade e Alqueva são as apostas do distrito de Évora	—	—	—	—
21-8-95	Público	Um macho puxa pelo Alqueva	PCTP-MRPP	construção de Alqueva	A favor	<i>Quero que seja construída, a começar já amanhã, pague quem pagar. Alqueva é nossa, o Alentejo não pode morrer à fome; no dia em que o Alqueva for feito, seremos o celeiro de Portugal.</i>
22-8-95	Diário de Noticias	Alqueva vai em frente	—	—	—	—
22-8-95	Público	Ministério do Ambiente aprova Alqueva	—	—	—	—
23-8-95	Diário do Sul	Ministra do Ambiente homologa parecer favorável	—	—	—	—
25-8-95	Diário do Alentejo	Ambiente atrasa Alqueva	—	—	—	—
26-8-95	Expresso	Ministério do Ambiente aprova Alqueva	—	—	—	—

Registo de Notícias sobre Alqueva em 1995						
Data	Imprensa	Título / Assunto	Actores	Interesses	Posições	Citações
31-8-95	Correio da Manhã	Obras de Alqueva com licença para a semana - revela ministra do Ambiente	Governo	construção de Alqueva	A favor	—
31-8-95	Diário do Sul	Ponte da Ajuda não fica submersa	—	—	—	—
1-9-95	Diário do Alentejo	Se fosse assim em todo o lado, as eleições estavam ganhas	PCP	construção de Alqueva	A favor	<i>A situação no Alentejo seria hoje bem diferente se a Reforma agrária não fosse destruída e Alqueva fosse construída.</i>
1-9-95	Diário do Alentejo	Nova reforma agrária	UDP	construção de Alqueva	A favor	<i>A resolução do problema geral da região passará pela construção de Alqueva.</i>
1-9-95	Diário do Alentejo	Sobre o discurso da hipocrisia	Analista - Miguel Urbano Rodrigues	construção de Alqueva	A favor	<i>No Alqueva, o leito do Guadiana lembra o de um ribeiro argelino. Apresenta-se como um ex-rio. (...) Se os governos do PSD e do PS tivessem querido, Alqueva seria hoje uma realidade.(...) Como seria diferente a vida no Alentejo.</i>
1-9-95	Noticias do Alentejo	Cunhal insiste na reforma agrária	PCP	construção de Alqueva	A favor	—
1-9-95	Noticias do Alentejo	Alqueva por horizonte	PSD	construção de Alqueva	A favor	—
1-9-95	Noticias do Alentejo	O PS é a única alternativa	PS	construção de Alqueva	A favor	<i>Alqueva é uma obra que não pode esperar.</i>
1-9-95	Planície	Impacte ambiental de Alqueva aprovado	—	—	—	—
1-9-95	Planície	Como vai encher Alqueva?	—	—	—	—
1-9-95	Independente	Promessas a cumprir	—	—	—	<i>O Alqueva constitui outra das dores de cabeça imediatas. O empreendimento já está em marcha mas as dúvidas não se dissiparam.</i>
2-9-95	Público	Estudo do Alqueva deixa dúvidas em aberto	—	—	—	—
3-9-95	Diário de Notícias	Cavaco no Alentejo - É fácil fazer demagogia	PSD	construção de Alqueva	A favor	<i>Orgulho-me de ter tirado esse projecto da gaveta e ter assumido o risco de avançar.</i>
3-9-95	Público	Construção da barragem é licenciada amanhã	—	—	—	—

Registo de Notícias sobre Alqueva em 1995						
Data	Imprensa	Título / Assunto	Actores	Interesses	Posições	Citações
5-9-95	Diário do Sul	Ministra licencia empreendimento em Beja	—	—	—	—
5-9-95	Diário de Notícias	Alqueva licenciado	—	—	—	—
5-9-95	Público	Barragem de Alqueva deveria estar construída há 30 anos	Governo	construção de Alqueva	A favor	—
6-9-95	Público	Quercus critica Ministério do Ambiente	Quercus	—	—	—
7-9-95	Diário do Sul	Alqueva - Adjudicação da empreitada marcada para segunda-feira	—	—	—	—
7-9-95	Público	Obras do Alqueva adjudicadas dia 11	—	—	—	—
7-9-95	Diário de Noticias	Ministros assinam obras em Alqueva	—	—	—	—
8-9-95	Diário do Alentejo	Alqueva provoca corrida ministerial	—	—	—	—
9-9-95	Expresso	Obras avançam no Alqueva	—	—	—	—
12-9-95	Diário de Noticias	Obras regressam a Alqueva	Governo	construção de Alqueva	A favor	<i>Está descongelado o sonho.</i>
12-9-95	Público	Obras no Alqueva até ao final do mês	—	—	—	—
12-9-95	Correio da Manhã	Barragem de Alqueva arranca finalmente	—	—	—	—
13-9-95	Diário do Sul	Alqueva - Obras arrancam até final do mês	—	—	—	—
13-9-95	Público	Nogueira garante Alqueva	PSD	construção de Alqueva	A favor	<i>Comigo, garanto-vos, o Alqueva vai para a frente.</i>
13-9-95	Diário de Noticias	Nogueira promete em Évora, construção de Alqueva	PSD	construção de Alqueva	A favor	—

Registo de Notícias sobre Alqueva em 1995						
Data	Imprensa	Título / Assunto	Actores	Interesses	Posições	Citações
14-9-95	Público	Alqueva: CGTP critica PSD e PS	CGTP	Defesa do Empreendimento de Alqueva	A favor	<i>O secretariado mobilizará os trabalhadores alentejanos para a vigilância que se torna necessária empreender em defesa do Alqueva, pois é de todos sabido que se iniciou em 75, tendo sido paralisada em 79 até à presente data.</i>
14-9-95	Terras do Cante	O Senhor da água salvadora da terra	EDIA - Adérito Serrão	Implementação de Alqueva como solução estruturante para o Alentejo	A favor	<i>A convergência de posições que temos visto no espectro partidário, relativamente a Alqueva, levamos a acreditar que, amanhã, qualquer que seja o governo que venha a resultar das novas eleições dará prosseguimento a Alqueva, independentemente do estádio em que o projecto se encontre.</i>
14-9-95	Terras do Cante	Alqueva - tecedeiras do fim do mundo	Jornalista	Defesa de Alqueva	A favor	<i>Para a frente raparigas! Porque nesse fim de mundo da serra, outro mundo poderá em breve nascer das mãos que sonham com a grandeza da vida e com a ajuda da almejada barragem.</i>
15-9-95	Diário do Alentejo	CDU saúda recomeço de Alqueva	CDU	Defesa de Alqueva como factor de desenvolvimento	A favor	<i>Alqueva podia e devia estar já a garantir a água que nos falta hoje, estar a regularizar o caudal do Guadiana, ser um poderoso e decisivo argumento nas negociações com a vizinha Espanha, ser há muito um factor de desenvolvimento.</i>
15-9-95	Diário do Alentejo	Todos de acordo quanto a Alqueva	—	—	—	—
15-9-95	Diário do Alentejo	Um sonho descongelado	—	—	—	—
15-9-95	Diário do Alentejo	Alqueva pré-eleitoral - Obras recomeçam a 15 dias das legislativas	—	—	—	—

Registo de Notícias sobre Alqueva em 1995						
Data	Imprensa	Título / Assunto	Actores	Interesses	Posições	Citações
15-9-95	O Dia	Entrevista	Agricultor - Castro e Brito	Defende um Plano de desenvolvimento global, fixador de mão de obra especializada e potenciador dos recursos	A favor	<i>Sem dúvida que o Alqueva poderá dinamizar todo este processo, quer pelos postos de trabalho que irá criar quer pelas infraestruturas que comporta.</i>
15-9-95	O Dia	Entrevista	CCRA - Presidente	Defende a importância de Alqueva do ponto de vista estratégico, psicológico e agrícola.	A favor	<i>O projecto tem também uma componente psicológica porque irá levantar o ânimo dos alentejanos, povo afectado por uma reforma agrária pós revolucionária que abriu feridas, uma PAC para que não estavam preparados e graves períodos de seca.</i>
18-9-95	Diário do Sul	Obra mais esperada pelos alentejanos	—	—	—	—
19-9-95	Diário de Notícias	Obras recomeçam em Alqueva	—	—	—	—
19-9-95	Público	Alqueva - requiem por um peixe	Cientista - M ^a João Colares Pereira	—	—	—
19-9-95	O Dia	Alqueva torna-se realidade	—	—	—	—
20-9-95	Diário do Sul	Alqueva - Obras recomeçam esta semana	—	—	—	—
22-9-95	Notícias do Alentejo	Alqueva adia empregos	—	—	—	—
22-9-95	Diário de Notícias	Alqueva dá pouco emprego	—	—	—	—
22-9-95	Público	Trabalho não chega para desempregados	—	—	—	—
1-10-95	Imenso Sul	Alqueva - À procura da outra margem	vários	—	—	—
4-10-95	Diário do Sul	EDIA na Ferpran / 95	—	—	—	—
6-10-95	Diário do Alentejo	Alqueva e Luz em concursos	—	—	—	—
6-10-95	Notícias do Alentejo	Concursos de Alqueva	—	—	—	—
7-10-95	Expresso	EDP quer barragem no ano 2000	—	—	—	—
11-10-95	Diário de Notícias	Nova aldeia da Luz realoja população	—	—	—	—

Registo de Notícias sobre Alqueva em 1995						
Data	Imprensa	Título / Assunto	Actores	Interesses	Posições	Citações
11-10-95	Público	Alqueva - Nasce nova aldeia da Luz	—	—	—	—
11-10-95	Diário do Sul	Nova aldeia da Luz vais realojar população	—	—	—	—
14-10-95	Diário do Sul	Documento base para a gestão ambiental de Alqueva	—	—	—	—
15-10-95	Público	Ecologistas espanhóis acreditam na suspensão das obras de Alqueva	ADENEX - ONGA espanhola	Defesa do último rio natural da Europa	Contra	<i>Trata-se de um disparate ecológico e económico. Alqueva afecta de formas significativa recursos naturais, paisagísticos, de fauna e flora que são património da humanidade e têm um incalculável valor científico e cultural.</i>
15-10-95	A Planície	Barragem do Alqueva - pávido recomeço	—	—	—	—
16-10-95	Público	Debate polémico em torno de Alqueva	—	—	—	—
17-10-95	Público	Morcegos de Alqueva mudam-se	—	—	—	—
17-10-95	Diário de Noticias	Colónia de morcegos na barragem de Alqueva	—	—	—	—
20-10-95	Diário do Alentejo	Nunca pus em causa Alqueva	Governo (PS) Sec. Est. Agricultura	Desenvolvimento regional, incluindo a definição de uma nova política agrícola para o Alentejo e atracção de sector terciário.	A favor	<i>As duas grandes prioridades da política agrícola são a água e a floresta. E dentro da água e pela importância que ela tem para o alentejo, uma das medidas que está a ser equacionada é a possibilidade de antecipação dos calendários de Alqueva.</i>
20-10-95	Diário do Alentejo	Alqueva: 15 mil contos para colónia de morcegos	—	—	—	<i>As obras não avançam, mas 80 morcegos têm já garantidos 15 mil contos.</i>
20-10-95	Noticias do Alentejo	Adenex exige suspensão de Alqueva	ADENEX - ONGA espanhola	Defesa do último rio natural da Europa	Contra	<i>Alqueva é um projecto faraónico.</i>
20-10-95	Noticias do Alentejo	Morcegos ganham casa	EDIA	Implementar Alqueva com mitigação dos impactes negativos	A favor	<i>Vai ser construído um tunel artificial para acolher uma colónia de morcegos existente na zona de construção do paredão da barragem.</i>

Registo de Notícias sobre Alqueva em 1995						
Data	Imprensa	Título / Assunto	Actores	Interesses	Posições	Citações
20-10-95	Notícias do Alentejo	Ecologistas criticam Alqueva	LPN	Defesa da biodiversidade do Alentejo	Contra	<i>Alqueva é um projecto planeado para o passado, a qualidade da água da barragem deverá ser muito má, trazendo grandes problemas para a sua utilização.</i>
21-10-95	Expresso	Mudanças de clima e Alqueva	Analista - Faria Ferreira	Construção de Alqueva como garante de desenvolvimento do Alentejo	A favor	<i>Há quarenta anos que se discute Alqueva. Os estudos e planos, análise e cenários são evidentemente importantes com vista à definição de tão importante projecto.. Estude-se e planeie-se portanto, mas não se usem esses estudos e planos como desculpa para nada fazer.. construamos essa indispensável obra por nós e pelas gerações futuras e deixemos-lhes a opção de utilizar a sua água como acharem melhor.</i>
23-10-95	Público	Toma lá, dá cá - Portugal e Espanha trocam listas de projectos hidráulicos	—	—	—	<i>Actualmente, o Alqueva é um acto de soberania sobre o Guadiana.</i>
23-10-95	Público	O Guadiana vai mudar de sexo	CEPA - ONGA espanhola	Defesa do estuário do Guadiana	Contra	<i>O Guadiana definitivamente mudaria de sexo. Antes era um rio e agora passa a ria, porque entrará muita água do mar.</i>
27-10-95	Diário do Alentejo	O País necessita que o Alentejo se desenvolva	Empresário - Presidente do Núcleo empresarial da região de Évora	Defende Alqueva como factor de desenvolvimento	A favor	<i>Nas zonas onde não há água, as pessoas têm de fugir porque não há nada para fazer. É necessário ter isto como base para o desenvolvimento global desta região que se desertifica.</i>
27-10-95	Diário do Alentejo	Os linguados do Guadiana	Autarca C. M. Serpa	Defesa de um Plano de rega do Alentejo e de Alqueva	A favor	<i>Atente-se que se houvesse Alqueva existiria a possibilidade de lançar no rio um caudal que permitisse assegurar um nível ecológico satisfatório. Hoje a água do rio, em Mértola está salgada. (...) É lógico que o Alqueva por si só, não irá resolver todos os problemas do Alentejo. Será necessário que se inicie desde já, uma transformação de mentalidades.</i>

Registo de Notícias sobre Alqueva em 1995						
Data	Imprensa	Título / Assunto	Actores	Interesses	Posições	Citações
28-10-95	Diário de notícias	Alqueva faz nascer aldeia	—	—	—	—
31-10-95	Diário de Notícias	Obras em Alqueva não são clandestinas	EDIA	—	—	—
2-11-95	Público	Barragem de Alqueva depende de acordo com Espanha	Comissão Europeia	Acordo de partilha entre Portugal e Espanha para garantir a viabilidade económica da barragem	A favor, mas...	<i>Quanta água disponível terá a barragem ? A viabilidade económica do Alqueva depende de forma crucial da quantidade de água disponível.</i>
3-11-95	Noticias do Alentejo	EDIA desmente notícias - Obras de Alqueva não são clandestinas	EDIA	—	—	—
5-11-95	Diário de Notícias	Presidente da EDIA confiante - Alqueva vai em frente	EDIA	—	—	—
10-11-95	Público	Experiência pioneira - morcegos mudam de casa	EDIA	Implementar Alqueva com mitigação dos impactes negativos	A favor	<i>O novo abrigo é uma experi-encia pioneira no nosso país e até na Europa. Só se conhece um exemplo semelhante em Inglaterra e também por causa da construção de uma barragem.</i>
10-11-95	Público	Cavaco Silva em campanha no Alentejo	PSD	Construção de Alqueva	A favor	<i>Alqueva, um projecto pelo qual pus as barbas de molho. Só se pode avançar desde que se criem as condições, foi o caso de Alqueva.</i>
10-11-95	Diário de Notícias	Cavaco em Beja defende Alqueva	PSD	Construção e implementação de Alqueva	A favor	<i>Vou continuar a defender a barragem.</i>
10-11-95	Noticias do Alentejo	Alqueva com novas interrogações	Comissão Europeia	Acordo de partilha entre Portugal e Espanha para garantir a viabilidade económica da barragem	A favor, mas...	—
10-11-95	Diário do Alentejo	Visita à aldeia da Luz	—	—	—	—
10-11-95	Diário do Alentejo	EDIA em Alqueva	—	—	—	—

Registo de Notícias sobre Alqueva em 1995						
Data	Imprensa	Título / Assunto	Actores	Interesses	Posições	Citações
10-11-95	Diário do Alentejo	Governo deve garantir que Alqueva não pára	PCP	Desenvolvimento da região, de uma nova agricultura e de uma nova reforma agrária	A favor	<i>O PCP considera essencial que o governo dê garantias não só que as obras de Alqueva não voltarão a parar como de que tomará as medidas necessárias para que as mesmas sejam aceleradas como o exige o desenvolvimento da região.</i>
11-11-95	Diário de Noticias	Alqueva preocupa autarcas da Andaluzia espanhola - Ambiente em causa	Autarcas espanhóis	defesa das praias e espaços naturais da Andaluzia	A favor	<i>A Câmara de Ayamonte não está contra Alqueva, a única coisa que pediu foram informações sobre os possíveis impactes negativos da mesma na região da Andaluzia. A barragem do Alqueva é muito necessária, sobretudo para Portugal, afirmou o alcaide de Cartaya, e creio que se está a dar-lhe mais importância do que a obra realmente tem.</i>
12-11-95	Público	Foz Côa, outro Alqueva	—	—	A favor	<i>Os portugueses e o governo não podem cometer o mesmo erro que se cometeu em Alqueva.</i>
14-11-95	Público	Alqueva vai ser revisto	Governo	Encurtar a implantação do regadio	A favor	—
14-11-95	Diário de Noticias	Pressa em Alqueva	Governo	Encurtar a implantação do regadio	A favor	<i>A barragem de Alqueva deve ser apressada e recalendarizada.</i>
15-11-95	Planície	Morcegos de Alqueva	Jornalista	questiona a quantia gasta nesta operação de compensação	Contra o dispêndio de verbas na mudança dos morcegos	<i>Pensando bem, os morcegos da zona de Alqueva são mesmo uns sortudos. Até lhes oferecem casa nova. Há quem queira comprar uma e tenha de pedir emprestado, para depois levar o resto da vida a pagar. Diferença de não ser morcego.</i>
15-11-95	Planície	Arquitectos visitam aldeia da Luz	—	—	—	—
17-11-95	Diário do Alentejo	Governo quer Alqueva mais cedo	Governo	manter as populações que vivem na região, definição de políticas com critérios de solidariedade nacional e justiça social.	A favor	<i>Tudo faremos para recalendarizar, no sentido da antecipação, o projecto do Alqueva, mas com plena consciência que o problema da água e do regadionão se resolvem exclusivamente com este projecto.</i>

Registo de Notícias sobre Alqueva em 1995						
Data	Imprensa	Título / Assunto	Actores	Interesses	Posições	Citações
17-11-95	Diário do Alentejo	Visita à aldeia da Luz	—	—	—	—
17-11-95	Diário do Alentejo	Fui eu que tirei Alqueva da Gaveta	PSD - Cavaco Silva	desenvolvimento equilibrado de todas as regiões	A favor	<i>Como defensor da barragem que sempre fui, vim ao terreno verificar o andamento dos trabalhos.</i>
17-11-95	Noticias do Alentejo	Alqueva vai ser revisto	—	—	—	—
18-11-95	Expresso	Bico de obra no Alqueva - A febre das inaugurações deixou a barragem por financiar	—	—	—	—
18-11-95	Expresso	Alqueva por água abaixo	Governo	Construir Alqueva	A favor	<i>Não vamos, para já, parar ou atrasar a obra. Mas, na situação em que estava, o projecto de Alqueva parava de certeza.</i>
19-11-95	Público	Arquitectos visitam Luz	—	—	—	—
19-11-95	Público	Afinal Alqueva não está em causa	—	—	—	—
22-11-95	Diário de Noticias	Quercus apresenta queixa em Bruxelas	Quercus	—	—	—
22-11-95	Público	O PCP e o Alqueva	PCP	Construir Alqueva	A favor	<i>As declarações do Governo fazem temer que possa estar em curso no interior do Governo alguma linha que defenda a suspensão ou o adiamento do projecto.</i>
23-11-95	Diário de Noticias	Projecto de Alqueva preocupa Partido Popular de Huelva	Partido Popular de Huelva	Determinar os impactes de Alqueva na provincia de Huelva	—	—
23-11-95	Diário de Noticias	PCP e PSD questionam Alqueva	—	—	—	—
24-11-95	Diário do Alentejo	Deputados visitam Alqueva	PCP	Construção de Alqueva de acordo com o definido em termos de dimensionamento	A favor	<i>O PCP, os alentejanos, não aceitarão qualquer atraso, suspensão ou amputação de Alqueva. O governo deve assegurar, sem hesitações e de uma vez por todas, que Alqueva se fará à cota que está definida, porque de outra maneira perderá a função de reserva estratégica.</i>

Registo de Notícias sobre Alqueva em 1995						
Data	Imprensa	Título / Assunto	Actores	Interesses	Posições	Citações
24-11-95	Diário do Alentejo	Cuidar dos mortos	EDIA	Minimização dos impactes sociais na população da aldeia da Luz	A favor	—
24-11-95	Diário do Alentejo	Os últimos anos da Luz	—	—	—	—
24-11-95	Notícias do Alentejo	EDIA paga caixões	—	—	—	—
24-11-95	Notícias do Alentejo	Quercus contra Alqueva	Quercus	Defesa do vale do guadiana e do seu património natural	Contra	<i>O processo de construção da barragem de Alqueva está a ser mal conduzido.</i>
25-11-95	Diário de Notícias	PCP quer Alqueva explicado	PCP	Querem ver clarificada a questão da garantia do financiamento para a construção de Alqueva	A favor	<i>Os comunistas mostram-se preocupados com as notícias sobre Alqueva e a dúvida suscitada sobre a garantia de financiamento e as disponibilidades hídricas.</i>
25-11-95	Expresso	Bruxelas confirma - Alqueva não tem fundos garantidos	Comissão Europeia	Garantir previamente os caudais suficientes para o funcionamento da barragem	—	—
25-11-95	Expresso	Unidos por Alqueva	PCP / PSD	garantir a irreversibilidade de Alqueva	A favor	<i>Tersa Patrício Gouveia e Lino de Carvalho uniram esforços para convencer João Cravinho a garantir a irreversibilidade de Alqueva.</i>
25-11-95	Semanário	Alqueva: Comissão Europeia desmente Teresa Gouveia	Comissão Europeia	Garantir previamente os caudais suficientes para o funcionamento da barragem	—	—
28-11-95	Diário de Notícias	Ecologistas contra Alqueva	Almargem / Grupo Camaleão / Ojos en el Guadiana	Defesa dos ecossistemas fluviais e do estuário	Contra	<i>apesar de já ter sido tomada uma posição política sobre a construção de Alqueva, o mega projecto não é sustentável do ponto de vista ambiental nem irá promover o desenvolvimento económico, pelo que deve ser suprimido.</i>
1-12-95	Diário do Alentejo	Informação goeográfica ao serviço de Alqueva	EDIA	Implementação de Alqueva - Disponibilização de um uma estrutura de troca de informação	A favor	—

Registo de Notícias sobre Alqueva em 1995						
Data	Imprensa	Título / Assunto	Actores	Interesses	Posições	Citações
1-12-95	Noticias do Alentejo	Alqueva em dúvida	PCP	Querem ver clarificada a questão da garantia do financiamento para a construção de Alqueva	A favor	—
1-12-95	A Planície	Foi minha preocupação deixar Alqueva irreversível	PSD - Cavaco Silva	Tornar Alqueva uma realidade	A favor	<i>Foi minha preocupação, tentar deixar tudo de forma irreversível, isto é, que o sonho de Alqueva se transforme numa verdadeira realidade.</i>
1-12-95	Diário de Notícias	Barragem de Alqueva é irreversível	Governo - João Cravinho	Implementar Alqueva com ou sem garantias de fundos comunitários	A favor	—
1-12-95	Expresso	Alqueva vai avançar mesmo sem garantias	Governo	Implementar Alqueva pelo valor da reserva de água a longo prazo e o valor estratégico da barragem, no fortalecimento da posição negocial de Portugal com Espanha	A favor	—
2-12-95	Público	Regionalização e Alqueva avançam	Governo	—	—	—
4-12-95	Diário de Notícias	Aldeia da Luz prepara mudança	—	—	—	—
5-12-95	Público	Cravinho imita Valente de Oliveira	—	—	—	—
6-12-95	Diário de Notícias	Barragem de Alqueva espera pelos projectos espanhóis	—	—	—	—
6-12-95	Público	Cravinho, o dinheiro e Alqueva	Governo	Rever o projecto nomeadamente na sua componente agrícola	A favor	—
7-12-95	Semanário	Cravinho impõe regras para Alqueva	Governo	—	—	—
7-12-95	Correio da Manhã	Fogo cruzado sobre Alqueva	—	—	—	—
8-12-95	Diário de Notícias	Alqueva avança	EDIA	—	—	—

Registo de Notícias sobre Alqueva em 1995						
Data	Imprensa	Título / Assunto	Actores	Interesses	Posições	Citações
8-12-95	Noticias do Alentejo	Alqueva preocupa governo	—	—	—	—
8-12-95	Expresso	Alqueva como está pensada é um enorme elefante branco	Governo - João Cravinho	Reorientar Alqueva para a exploração agrícola, para o regadio	A favor	<i>por insuficiência de garantias ambientais, Portugal pode não só não conseguir os 57 milhões de contos do Fundo de coesão como não conseguir verbas de qualquer outro fundo comunitário. Não tenho dúvidas sobre a importância do projecto mas tem que ser reorientado, para o regadio.</i>
8-12-95	Jornal de Beja	Alqueva um tema que parece eterno para os alentejanos	—	—	—	—
8-12-95	Diário do Alentejo	EDIA promove workshop sobre Alqueva	EDIA	—	—	—
14-12-95	Diário de Noticias	Barragem de Alqueva vai a debate público	CCRA	Defendem a construção da barragem	A favor	—
15-12-95	Público	Contra a construção de Alqueva	Ambientalistas espanhóis - CODA	Defesa do valioso património natural do vale do Guadiana	Contra	<i>Solicitam o abandono do projecto e requerem a intervenção do governo espanhol, uma vez que o projecto é inviável e provoca um grave impacto no meio ambiente.</i>
15-12-95	Diário de Noticias	Faltam reservas de água	Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz	Defende Alqueva como única solução de salvar o Alentejo da desertificação	A favor	<i>Alqueva servirá para não desperdiçar água.</i>
15-12-95	Diário de Noticias	CE prepara resposta sobre Alqueva	Comunidade Europeia	Garantir a minimização dos impactes do empreendimento e a quantidade e qualidade de água	A favor	—
15-12-95	Planície	Nova aldeia da Luz começa a tomar forma	—	—	—	—
15-12-95	Diário do Sul	Debate em Beja sobre Alqueva	Conselho Regional do Alentejo	—	—	—

Registo de Notícias sobre Alqueva em 1995						
Data	Imprensa	Título / Assunto	Actores	Interesses	Posições	Citações
15-12-95	Diário do Alentejo	O PS transformou-se no governo da suspensão	PSD	Defender a implementação de Alqueva	A favor	<i>O nosso medo é que Alqueva seja para os socialistas algo que estão a pensar suspender.</i>
15-12-95	Semanário	Decisão sobre Alqueva até ao Natal	—	—	—	—
15-12-95	Noticias do Alentejo	O erro de Alqueva	Ambientalistas portugueses e espanhóis	Defendem a correcta gestão dos recursos hídricos ibéricos	Contra	—
16-12-95	Diário de Noticias	Ecologistas espanhóis contestam Alqueva	Ambientalistas espanhóis - CODA	Defesa do património natural do Vale do Guadiana.	Contra	<i>A barragem de Alqueva produziria um grave impacte no meio ambiental. A barragem está sobredimensionada pois é absurdo construir uma barragem de mais de 4 mil hectómetros cúbicos num rio de escassos recursos como é o Guadiana.</i>
16-12-95	Público	Pelo avanço de Alqueva	Jorge Sampaio	Defende Alqueva como meio de assegurar o desenvolvimento do Alentejo	A favor	—
18-12-95	Público	Alqueva à espera do Pai Natal	Comissão Europeia	—	—	—
19-12-95	Diário de Noticias	Portugal confiante no compromisso espanhol	Governo	Garantir a quantidade e qualidade de água na barragem de Alqueva mediante a negociação de um novo convénio com Espanha.	A favor	—
20-12-95	Diário de Noticias	Comissão favorável a Alqueva	Comissão Europeia	Garantir o aprovisionamento suficiente de água e salvaguarda do ambiente	A favor	—
20-12-95	Público	Polémica envolve sede do Alqueva	EDIA	Estabelecer a sede da empresa em Beja	A favor	—

Registo de Notícias sobre Alqueva em 1995						
Data	Imprensa	Título / Assunto	Actores	Interesses	Posições	Citações
20-12-95	Público	Alqueva: o princípio do sim	Comissão Europeia	Garantir o aprovisionamento suficiente de água e salvaguarda do ambiente	A favor	<i>a Comissão manifestou ontem a sua posição de princípio ao financiamento de Alqueva.</i>
21-12-95	Diário do Alentejo	Lutaremos até ao fim pela concretização de Alqueva	PS - Beja	Defendem Alqueva como instrumento de desenvolvimento do Alentejo	A favor	—
21-12-95	Diário do Alentejo	Seria muita pena se Alqueva não fosse para a frente	Igraja Católica - Bispo de Beja	Defende Alqueva como reserva estratégica de água	A favor	<i>Seria muita pena se o Alqueva não fosse para a frente. Julgo mesmo que, além de necessário para o Alentejo, Alqueva é vital para o país.</i>
22-12-95	Público	Ambientalistas satisfeitos com dúvidas europeias	LPN, GEOTA, QUERCUS	—	—	—
22-12-95	Diário de Notícias	Ecologistas criticam atrasos em Alqueva	LPN	Defendem redimensionamento de Alqueva	Contra, mas...	<i>é tempo de repensar este projecto de Alqueva e os modelos de desenvolvimento da região alentejana e encontrar soluções que sejam aceitáveis pela Comissão Europeia.</i>
22-12-95	Diário de Notícias	morcegos de Alqueva mudam de casa	—	—	—	—
22-12-95	Noticias do Alentejo	EDIA de ir embora	EDIA	Estabelecer a sede da empresa em Beja	—	—
29-12-95	Noticias do Alentejo	Morcegos realojados	EDIA	—	—	—

ANEXO II

Registo de Notícias sobre Alqueva no Período entre Fevereiro de 2001 e Fevereiro de 2002.

Registo de Notícias sobre Alqueva no Período entre Fevereiro de 2001 e Fevereiro de 2002						
Data	Imprensa	Título / Assunto	Actores	Interesses	Posições	Citações
3-2-01	Diário do Alentejo	Aldeia da Luz inspira obra de ficção	—	—	—	—
3-2-01	Diário do Alentejo	Bom senso e realismo devem orientar Alqueva	Quercus - José Paulo Martins	Defende o enchimento faseado, não excedendo nos primeiros dez anos, a cota 147.	Contra	<i>Para já nós compreendemos que na área da albufeira se desmate, porque é menos matéria orgânica a degradar aquela água. A questão que se põe é que as pessoas não têm ideia da área imensa que está em causa.</i>
15-2-01	A Capital	A Memória do Guadiana	EDIA	Promover a divulgação do património do Guadiana	A favor	—
21-2-01	The Guardian	Death of a valley	Jornalista - Eduardo Gonçalves	Questiona a necessidade de Alqueva e os seus custos ambientais	Contra	<i>Is the Portuguese government sacrificing a treasure trove of wildlife to help its tourist industry?</i>
22-2-01	Notícias de Beja	Para garantir qualidade da água - Um milhão de árvores cortadas na área do Alqueva	—	—	—	—
22-2-01	Diário do Sul	Alqueva	PCP - Lino de Carvalho	Alqueva como instrumento de desenvolvimento económico e social do Alentejo	A favor	<i>O que eu nunca vejo é esse punhado de alegados ecologistas preocuparem-se com o Homem e com os efeitos positivos que pode ter para as populações alentejanas. Então o Homem não deve ser o centro de uma política ambiental digna desse nome?</i>
23-2-01	Diário do Alentejo	Temos obrigação de armazenar o maior número de litros de água possível	Agricultor - Castro e Brito	Defende Alqueva como reserva estratégica e como gerador de um grande impulso no regadio e na investigação a ele associada	A favor	<i>Quem mais que eu quer preservar o campo? O campo é o meu ganha-pão. Há uma grande esperança no Alqueva - isso sempre foi evidente da parte dos agricultores - e a nossa vontade é que Alqueva avance e que haja regadio e infra-estruturas para podermos inverter a situação da agricultura que, neste momento, é dramática.</i>
23-2-01	Diário do Alentejo	PCP propõe banco de terras na zona de regadio de Alqueva	PCP - Carlos Carvalhas	Alterar a estrutura agrária da área abrangida pelo empreendimento de Alqueva.	A favor	<i>Não queremos que aconteça em Alqueva, uma nova Almeria.</i>

Registo de Notícias sobre Alqueva no Período entre Fevereiro de 2001 e Fevereiro de 2002						
Data	Imprensa	Título / Assunto	Actores	Interesses	Posições	Citações
23-2-01	Imenso Sul	Um combate contra Alqueva e a desertificação	Ambientalista - Eugénio Sequeira	Defende a agricultura sustentável, por oposição à do regadio.	Contra	<i>Não vale a pena insistir numa coisa que está errada de base.</i>
23-2-01	Imenso Sul	Isto é pior que uma bomba atómica	GEOTA, CEAI, LPN	Fasear a desmatção, de forma a que primeiramente, se desmate e desarborize, até à cota 139	Contra	<i>Alqueva poderá ser a maior calamidade ambiental do país.</i>
23-2-01	Imenso Sul	Campos de golfe podem ser principais culturas	PCP - Carlos Carvalhas	Acautelar os interesses dos investidores nacionais nos empreendimentos ligados à barragem de Alqueva, atendendo à agressividade dos agentes económicos estrangeiros	A favor	<i>A barragem de Alqueva pode servir quase só para campos de golfe se não forem acautelados os interesses dos investidores nacionais.</i>
23-2-01	Jornal do Alentejo	Ambientalistas contestam	LPN, GEOTA, CEAI, Quercus, FAPAS	Questionam a amplitude do processo de desmatção até à cota 152	Contra	<i>...consideram-no nas dimensões que estão previstas como de destruição ambiental.</i>
23-2-01	Diário de Notícias	Alqueva - Abate de árvores em S. Marcos do Campo	EDIA	Aplicar medida que garanta a qualidade de água da albufeira	A favor	—
23-2-01	Público	Árvores começam a tombar no Alqueva	—	—	—	—
23-2-01	Correio da Manhã	Começou desmatção em Alqueva	—	—	—	—

Registo de Notícias sobre Alqueva no Período entre Fevereiro de 2001 e Fevereiro de 2002						
Data	Imprensa	Título / Assunto	Actores	Interesses	Posições	Citações
23-2-01	O Semanário	Alqueva motiva nova reforma agrária	PCP	Defesa de um novo ordenamento fundiário que contribua para a fixação dos jovens e das famílias agricultoras à terra.	A favor	<i>Deverá definir-se um limite de referência de 50 hectares para a propriedade e exploração das áreas abrangidas pelo perímetro de rega de Alqueva.</i>
24-2-01	Diário de Notícias	Barragens podem destruir os rios	Comissão Mundial de Barragens	Definir um quadro de acções para governos, empresas e representantes da sociedade civil que impeça consequências devastadoras das megabarragens para o homem e para o ambiente	—	—
24-2-01	Expresso	Espanhois controlam Alqueva	—	—	—	—
26-2-01	Diário do Sul	Trabalhos de desmatamento e desarborização	GEOTA - Joanaz de Melo	Defendem desmatamento e enchimento faseado	Contra	<i>Para que Alqueva seja concretizado, alguma coisa terá sempre que ser destruída, mas a minha preocupação é que se destrua o mínimo possível.</i>
26-2-01	Diário de Notícias	PCP defende herdades de 50 hectares para o Alqueva	PCP	Reestruturação fundiária na área de intervenção de Alqueva	A favor	—
27-2-01	Jornal de Notícias	Árvores do Alqueva em Odivelas	—	—	—	—
28-2-01	A Planície	Regadio	Governo	Implementar culturas de regadio, incluindo em Alqueva	A favor	<i>O Ministro Capoulas Santos anunciou a instalação até 2006 de mais 75 mil hectares de regadio, sendo um terço destes incluídos na zona do Alqueva.</i>
28-2-01	Água e Ambiente	Alqueva continua a não ser pacífico	Ambientalistas	defender uma cota mais baixa de armazenamento de água	Contra	—

Registo de Notícias sobre Alqueva no Período entre Fevereiro de 2001 e Fevereiro de 2002						
Data	Imprensa	Título / Assunto	Actores	Interesses	Posições	Citações
28-2-01	A Defesa	No Empreendimento de Alqueva: um milhão de contos em trabalhos arqueológicos	EDIA - Adérito Serrão	Implementar o empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva, minimizando os impactes patrimoniais	A favor	—
28-2-01	Imenso Sul	Contra a Desmatção e Desarborização	LPN, GEOTA, CEAI, Quercus, FAPAS	Defender o património natural do vale do Guadiana, não desmatando nem desarborizando Alqueva	Contra	<i>A desmatção e desarborização de Alqueva é um dos processos de destruição ambiental mais graves de sempre em Portugal.</i>
1-3-01	Ambitur	O turismo será uma das actividades económicas com mais incidência no Alqueva	EDIA - Adérito Serrão	Implementar o empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva, incluindo a vertente do turismo	A favor	<i>Agora o necessário é não criar muitas restrições ou demasiadas à atracção que o Alentejo está a despertar em alguns investidores. Não se poderá espantar este interesse através de pretextos de preservação de um ecossistema, que terá que existir e que interessa aos empresários.</i>
1-3-01	Ambitur	Alqueva: uma oportunidade	Região de Turismo da Planície Dourada - Presidente	Aumentar a oferta turística da região usando Alqueva como motor dessa necessidade.	A favor	<i>No futuro, e tendo em conta a construção da barragem do Alqueva, teremos mais investimento e visitantes.</i>
2-3-01	Euronotícias	Está aberto o leilão - sobreiros e azinheiras vendidos em concurso público	—	—	—	—
2-3-01	Tal e qual	Alqueva é um crime do PS	Ambientalista - Eugénio Sequeira	—	Contra	<i>O Alqueva é um crime politiquero que nada tem a ver com os princípios de solidariedade do PS.</i>
2-3-01	Imenso Sul	Ministro da Agricultura de visita a Alqueva	—	—	—	—
2-3-01	Jornal do Alentejo	Alqueva sem árvores	—	—	—	—
3-3-01	Público	Alqueva, saudades do presente	—	—	—	—
4-3-01	Correio da Manhã	Espanha invade o Alentejo	—	—	—	—

Registo de Notícias sobre Alqueva no Período entre Fevereiro de 2001 e Fevereiro de 2002						
Data	Imprensa	Título / Assunto	Actores	Interesses	Posições	Citações
7-3-01	Diário de Notícias	Promessas ficaram no papel	Comissão de Trabalhadores da Portucel Recicla	Manter os seus postos de trabalho, através da construção da nova fábrica de reciclagem de papel no concelho de Mourão	—	—
7-3-01	Público	Conflito na Portucel pode atrasar fecho das comportas de Alqueva	—	—	—	—
7-3-01	Diário do Sul	Governantes em Alqueva	—	—	—	—
7-3-01	Diário do Sul	Colóquio - Alqueva, a Solução para o Alentejo?	—	—	—	—
9-3-01	Imenso Sul	Trabalhadores da Portucel de Mourão querem impedir desmantelamento da fábrica marcado para Abril	Comissão de Trabalhadores da Portucel Recicla	Manter os seus postos de trabalho, através da construção da nova fábrica de reciclagem de papel no concelho de Mourão	—	—
9-3-01	Euronotícias	Alqueva - Ilhas da discórdia	LPN - Rosa Matos	—	—	—
9-3-01	Diário do Alentejo	Capoulas em Alqueva	Governo	—	—	—
10-3-01	Correio da Manhã	Situação da Portucel não resolvida	CGTP	Defender os postos de trabalho dos operários da Portucel Recicla através da construção de nova fábrica	A favor	<i>O despedimento de cerca de 200 trabalhadores desta fábrica de Mourão é outra preocupação.</i>
13-3-01	Diário do Sul	Ministro da Agricultura no Alentejo	Governo	—	—	—
14-3-01	Jornal de Notícias	Agricultura já sente efeitos de Alqueva	—	—	—	—

Registo de Notícias sobre Alqueva no Período entre Fevereiro de 2001 e Fevereiro de 2002						
Data	Imprensa	Título / Assunto	Actores	Interesses	Posições	Citações
14-3-01	Correio da Manhã	Câmaras querem mandar nas 90 ilhas de Alqueva	Autarquias de Reguengos, Portel e Mourão	Defendem o uso turístico das ilhas, como uma mais - valia para os seus concelhos	A favor	—
14-3-01	24 Horas	A salvação está no Alqueva	Governo	Defende empreendimento como instrumento de desenvolvimento do Alentejo	A favor	<i>Se há espécies em vias de extinção no Alentejo é o homem - e é importante travar esta desertificação, mesmo que isso implique alguns custos ambientais.</i>
14-3-01	A Defesa	Velha fábrica vai fechar e da nova nem sinal	CGTP	Defender os postos de trabalho dos operários da Portucel Recicla através da construção de nova fábrica	A favor	—
15-3-01	Diário do Sul	Ambientalistas querem faseamento no projecto da barragem de Alqueva	CEAI, GEOTA, Quercus, LPN, CPADA	Fasear a desmatção e reduzir a dimensão da barragem	Contra	<i>Só dentro de vinte anos é que vamos precisar de chegar à cota 152. Por isso defendemos o faseamento do projecto, por forma a que haja uma perda de habitat gradual que dê às espécies tempo para se adaptarem.</i>
15-3-01	A Planície	Espólio arqueológico de Alqueva debatido em Évora	EDIA	Aprofundar o conhecimento sobre o património arqueológico e promover a sua divulgação	A favor	<i>É necessário colocar o património recolhido nos últimos três anos ao serviço das populações mediante a criação de projectos museológicos.</i>
15-3-01	Diário de Notícias	Ambientalistas contestam grandes barragens	Ambientalistas	Evitar prejuízos ao ambiente	Contra	<i>Alqueva é um exemplo vivo desses prejuízos</i>
16-3-01	Diário do Sul	Barragem de Alqueva: Que fazer com tanta água?	PCP - Lino de Carvalho	Defende o racional e eficaz aproveitamento dos recursos agrícolas de Alqueva, através de um re-ordenamento fundiário e constituição de um banco de terras	A favor	—

Registo de Notícias sobre Alqueva no Período entre Fevereiro de 2001 e Fevereiro de 2002						
Data	Imprensa	Título / Assunto	Actores	Interesses	Posições	Citações
16-3-01	Imenso Sul	Ainda não há fábrica em Mourão	Comissão de Trabalhadores da Portucel Recicla	Manter os seus postos de trabalho, através da construção da nova fábrica de reciclagem de papel no concelho de Mourão		
16-3-01	Diário do Alentejo	Alqueva em debate	PCP			
17-3-01	Correio da Manhã	Árvores no Alqueva arrancadas aos poucos	Governo	Fasear a desmatação da albufeira, mantendo o enchimento para a cota máxima de 152	A favor	<i>A desmatação da área da albufeira será de forma faseada, atingindo este ano a cota 139, não estando em causa a cota máxima de 152, a atingir no final de 2002.</i>
17-3-01	Diário de Notícias	Governo anuncia desmatação apenas à cota 139	Governo	Fasear a desmatação da albufeira, mantendo o enchimento para a cota máxima de 152	A favor	<i>A desmatação da área da albufeira será de forma faseada, atingindo este ano a cota 139, não estando em causa a cota máxima de 152, a atingir no final de 2002.</i>
17-3-01	Jornal de Notícias	Alqueva vai encher aos poucos	Governo	Fasear a desmatação da albufeira, mantendo o enchimento para a cota máxima de 152	A favor	
17-3-01	Diário Económico	Elisa recua no corte de árvores	Governo	Fasear a desmatação da albufeira, mantendo o enchimento para a cota máxima de 152	A favor	
17-3-01	Expresso	Sinais	Ambientalistas	Defendem o faseamento da desmatação e o redimensionamento de Alqueva	Contra	<i>Portugal prepara-se para abater 1 milhão e 344 mil árvores, das quais, cerca de metade podiam ser poupadas durante mais alguns anos ou mesmo definitivamente.</i>
17-3-01	Público	governo adia corte total de árvores no Alqueva	Governo	Fasear a desmatação da albufeira, mantendo o enchimento para a cota máxima de 152	A favor	

Registo de Notícias sobre Alqueva no Período entre Fevereiro de 2001 e Fevereiro de 2002						
Data	Imprensa	Título / Assunto	Actores	Interesses	Posições	Citações
17-3-01	Público	Ambientalistas consideram medida positiva mas mantêm protestos	Movimento Cota 139	Defendem o abate de árvores até à cota 139 e o enchimento faseado	Contra	<i>Teremos mais tempo para explicar porque achamos que , mesmo para o ano, não tem sentido fazer toda a desmatação.</i>
17-3-01	Público	Turismo enche Alqueva	EDIA - Adérito Serrão	Defender a valência turística como actividade a não desprezar	A favor	<i>Estamos a falar de um grande lago e seria um erro não aproveitar a valência água.</i>
18-3-01	Público	Os enganos do Alqueva	Analista - Manuel Carvalho	Defende a valência agrícola de Alqueva como instrumento de desenvolvimento em oposição ao desenvolvimento do turismo e da especulação imobiliária.	A favor, mas ...	<i>Prometeram ao Alentejo e ao país um projecto messiânico para criar riqueza e emprego; mas pelo que se vê, o Alentejo e o país terão de continuar a carpir as mágoas de sempre, agora com os olhos postos nos greens de golfe ou nas erráticas travessias de barcos à vela.</i>
19-3-01	Diário do Sul	Autarcas contestam encerramento da fábrica Portucel -Recicla	Autarquias de Reguengos e Mourão	Defendem a construção de nova fábrica na região como forma de manter os postos de trabalho existentes na Portucel Recicla	A favor	<i>Lamento, que apesar da decisão governamental, se tente transferir a fábrica para outro local.</i>
19-3-01	Jornal de Notícias	Ambientalistas contra Desmatação	Movimento Cota 139	Defendem que o abate de árvores deve ser apenas até à cota 139 e o enchimento faseado	Contra	—
19-3-01	Correio da Manhã	Ecologistas protestam na Ovibeja	Movimento Cota 139	Defendem que o abate de árvores deve ser apenas até à cota 139 e o enchimento faseado	Contra	—
19-3-01	Diário de Notícias	Ambientalistas contra Desmatação	Movimento Cota 139	Defendem que o abate de árvores deve ser apenas até à cota 139 e o enchimento faseado	Contra	—

Registo de Notícias sobre Alqueva no Período entre Fevereiro de 2001 e Fevereiro de 2002						
Data	Imprensa	Título / Assunto	Actores	Interesses	Posições	Citações
19-3-01	Diário Económico	Alqueva - Carvalhas insiste na reforma agrária	PCP	Defendem uma reestruturação fundiária de modo a privilegiar as explorações agrícolas familiares e a fixar população no interior	A favor	<i>Com o empreendimento de fins múltiplos de Alqueva, o governo socialista terá a grande oportunidade de virar à esquerda.</i>
19-3-01	Público	Barragem do Alqueva assenta sobre duas falhas geológicas	—	—	—	—
20-3-01	Diário do Sul	Barragem de Alqueva rega campos de golfe	—	—	—	—
21-3-01	Correio da Manhã	Empresa de Alqueva mostra arte	EDIA	—	—	—
21-3-01	Correio da Manhã	Desmatção de Alqueva em duas fases	EDIA	Fasear o enchimento da albufeira de acordo com os trabalhos em curso na barragem	A favor	—
21-3-01	Público	Expropriados de Alqueva aplicam indemnizações fora do Alentejo	EDIA - Adérito Serrão	—	—	—
22-3-01	Diário do Sul	Enchimentos da barragem nos invernos de 2002 e 2003, diz a EDIA	EDIA	—	—	—
22-3-01	Correio da Manhã	Alqueva preocupa ecologistas	Movimento Cota 139	Defendem que o abate de árvores deve ser apenas até à cota 139 e o enchimento faseado	Contra	<i>É fundamental parar a desmatção e operar a albufeira à cota mais baixa possível, até se demonstrar que é necessária mais água.</i>
22-3-01	Jornal de Notícias	Uma árvore para o Alqueva	EDIA	Promover a plantação de árvores como uma medida de compensação de impactes	A favor	—

Registo de Notícias sobre Alqueva no Período entre Fevereiro de 2001 e Fevereiro de 2002						
Data	Imprensa	Título / Assunto	Actores	Interesses	Posições	Citações
23-3-01	Imenso Sul	Uma nova reforma agrária para Alqueva	PCP - Lino de Carvalho	Defendem a reestruturação fundiária no Alentejo como forma de criar uma nova dinâmica social no Alentejo em benefício das suas comunidades	A favor	<i>Deve ser delineado um profícuo processo de democratização do acesso à terra por parte daqueles que dela são despossuídos, pequenos agricultores, rendeiros, seareiros e jovens agricultores.</i>
23-3-01	Imenso Sul	Ambientalistas manifestam-se em Beja e em Évora contra o abate de árvores em Alqueva	Movimento Cota 139	Defendem que o abate de árvores deve ser apenas até à cota 139 e o enchimento faseado	Contra	<i>O intuito desta manifestação é não deixar ninguém indiferente relativamente àquilo que está a acontecer no processo de Alqueva. Aquilo que está a acontecer é que 600 mil árvores podiam ser deixadas no seu lugar e num dia como o de hoje, deveremos pensar naquelas que não precisam de ser cortadas.</i>
23-3-01	Diário do Sul	Alqueva, alavanca de desenvolvimento regional	PCP / Investigador Oliveira Baptista	Defendem a reestruturação fundiária no Alentejo como forma de criar uma nova dinâmica social no Alentejo em benefício das suas comunidades	A favor	<i>E esta reserva estratégica de água, com múltiplas funções pode vir a ter um efeito, não só no regadio, mas em muitos outros aspectos da vida do Alentejo.</i>
23-3-01	Diário do Sul	Alqueva - Empreendimento mantém prioridade agrícola	Governo	Manter a valência agrícola de Alqueva como a actividade estruturante do desenvolvimento do Alentejo	A favor	<i>Não deu entrada até ao momento, qualquer candidatura relacionada com campos de golfe e é ao ministério da Agricultura que compete decidir sobre o regadio.</i>
23-3-01	Diário do Alentejo	Alqueva	Político - José Raúl dos Santos	Consumar Alqueva com as linhas estratégicas sempre definidas	A favor	<i>Recusamos a criação de postos de trabalho que signifiquem andar de bandeja na mão a servir os caprichos de quem tem dinheiro para nos deixar umas migalhas. Não foi para isto que Alqueva foi sonhado.</i>
23-3-01	Público	Eurodeputados visitam Alqueva em Maio	—	—	—	—

Registo de Notícias sobre Alqueva no Período entre Fevereiro de 2001 e Fevereiro de 2002						
Data	Imprensa	Título / Assunto	Actores	Interesses	Posições	Citações
23-3-01	Público	Trabalhadores paralisam em Alqueva	Sindicato dos trabalhadores da construção civil	—	—	—
24-3-01	Expresso	Ecologistas contra Alqueva	Movimento Cota 139	—	Contra	—
27-3-01	Correio da Manhã	Alqueva e co-incineração na mira dos ecologistas	Geota	—	—	—
27-3-01	El Mundo (ESP)	Antes de llenar el embalse de Alqueva - Talarán 1,3 millones de árboles en Portugal	—	—	—	—
28-3-01	Diário do Sul	Portucel Recicla - PCP quer ministro da Economia na AR para explicar atrasos	PCP	—	—	—
29-3-01	Jornal de Notícias	Alqueva - Expropriações preocupam comunistas	PCP	Defende o racional e eficaz aproveitamento dos recursos agrícolas de Alqueva, através de um re-ordenamento fundiário e constituição de um banco de terras	A favor	—
29-3-01	Visão	Alqueva a nova fronteira	—	—	—	—
29-3-01	Público	Trabalhadores de 22 países em greve no Alqueva por mais 100 escudos / hora	—	—	—	—
30-3-01	Jornal do Alentejo	Nova Portucel num impasse	PCP - Lino de Carvalho	—	—	<i>O PCP vai requerer a chamada urgente à Assembleia da República, do ministro da Economia, para pedir informações e responsabilidades ao governo, quanto aos compromissos assumidos pela construção da nova fábrica.</i>
31-3-01	Expresso	Os primeiros despedidos da barragem do Alqueva	—	—	—	—
1-4-01	Público	Trabalhadores da Portucel impedem leilão das máquinas	—	—	—	—

Registo de Notícias sobre Alqueva no Período entre Fevereiro de 2001 e Fevereiro de 2002						
Data	Imprensa	Título / Assunto	Actores	Interesses	Posições	Citações
1-4-01	Correio Agrícola	Alqueva é projecto agrícola	Governo - Capoulas Santos	Defende a valência agrícola de Alqueva como instrumento de desenvolvimento regional, não descurando as outras vias que Alqueva permite	A favor	<i>O Alqueva será um projecto essencialmente agrícola. Apreciaremos qualquer projecto, desde que enquadrado numa perspectiva de desenvolvimento regional.</i>
1-4-01	Notícias Magazine	Pés na terra - alagar sensatamente	Analista - Tomás de Montemor	—	Contra	<i>É preciso pesarmos bem o que ganhamos e perdemos antes de destruímos 25 mil hectares do nosso património.</i>
1-4-01	Público	Ambientalistas preocupados com remoção de resíduos da Portucel Recicla	Movimento Cota 139	Defendem o enchimento faseado da albufeira do Alqueva	Contra	—
2-4-01	Diário do sul	Paralisação de trabalhadores da barragem suspensa até ao dia 5	Sindicato dos trabalhadores da construção civil	—	—	—
3-4-01	Jornal de Notícias	Alqueva inquieta ambientalistas	Movimento Cota 139	Defendem o enchimento faseado da albufeira do Alqueva	Contra	<i>O governo está a fazer birra, ao insistir no fecho das comportas no final de Dezembro</i>
3-4-01	Jornal de Notícias	Trabalhadores da Portucel atrasam venda da fábrica	Comissão de Trabalhadores da Portucel Recicla	Manter os seus postos de trabalho, através da construção da nova fábrica de reciclagem de papel no concelho de Mourão	—	—
3-4-01	Correio da Manhã	Leilão anulado na Portucel	Comissão de Trabalhadores da Portucel Recicla	Manter os seus postos de trabalho, através da construção da nova fábrica de reciclagem de papel no concelho de Mourão	—	—

Registo de Notícias sobre Alqueva no Período entre Fevereiro de 2001 e Fevereiro de 2002						
Data	Imprensa	Título / Assunto	Actores	Interesses	Posições	Citações
3-4-01	Público	Conflito laboral na Portucel põe em causa fecho das comportas de Alqueva	—	—	—	—
4-4-01	Diário do Sul	Abaixo-assinado Por Alqueva - Alavanca para o Desenvolvimento do Alentejo	Fernando Oliveira Batista; João Andrade Santos e Urbano Tavares Rodrigues	Defendem a concretização do empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva	A favor	—
4-4-01	Jornal de Notícias	Portucel marca demolições em Maio	—	—	—	—
5-4-01	Diário do Sul	Candidatos a desmantelar Portucel Recicla	—	—	—	—
5-4-01	Correio da Manhã	Trabalhadores de Alqueva decidem sobre greve hoje	—	—	—	—
5-4-01	Público	Grupo de cidadãos quer banco de terras no Alqueva	Fernando Oliveira Batista; João Andrade Santos e Urbano Tavares Rodrigues	Deter os grandes interesses dos capitalistas e promover a fixação dos alentejanos na área do Alqueva	A favor	<i>diz o presidente da Região de Turismo que teme que a componente rural e as actividades agrícolas estejam a ser relegadas para segundo plano, em detrimento do turismo.</i>
5-4-01	Público	Paralisação suspensa em Alqueva	—	—	—	—
6-4-01	Diário do Sul	Movimento de cidadãos defende a criação de banco de terras	Fernando Oliveira Batista; João Andrade Santos e Urbano Tavares Rodrigues	Deter os grandes interesses dos capitalistas e promover a fixação dos alentejanos na área do Alqueva	A favor	<i>Esta é uma luta por um ideal patriótico e democrático em defesa do património alentejano.</i>
6-4-01	Diário do Sul	Falha 22 resolvida em Setembro	—	—	—	—
6-4-01	Imenso Sul	O risco existe, a questão é querer corrê-lo ou não	Investigador - Alexandre Araújo	Defende o enchimento faseado da albufeira como forma de minimizar o risco sísmico	Contra	—
6-4-01	Imenso Sul	O Alqueva vai-nos ocupar durante todo este ano	Quercus - José Paulo Martins	—	Contra	—

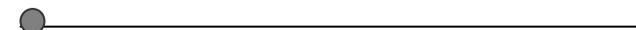
Registo de Notícias sobre Alqueva no Período entre Fevereiro de 2001 e Fevereiro de 2002						
Data	Imprensa	Título / Assunto	Actores	Interesses	Posições	Citações
6-4-01	Diário do Alentejo	Governo a fazer "birra"	Movimento Cota 139	Defendem o encerramento das comportas de Alqueva apenas quando estiverem reunidas as condições de segurança em termos ambientais e de saúde pública	Contra	<i>O governo está a fazer birra, ao insistir no fecho das comportas no final de Dezembro.</i>
6-4-01	Diário do Alentejo	Escultura de António Vidigal na galeria da EDIA	EDIA	—	—	—
6-4-01	Jornal de Notícias	Mais valia agrícola do Alqueva em risco	Fernando Oliveira Batista; João Andrade Santos e Urbano Tavares Rodrigues	Defendem a valência agrícola de Alqueva destinada aos alentejanos	A favor	—
6-4-01	Correio da Manhã	Operários de Alqueva esperam solução	CGTP	—	—	—
7-4-01	Expresso	Banco de terras nasce em Alqueva	Fernando Oliveira Batista; João Andrade Santos e Urbano Tavares Rodrigues	Defendem a valência agrícola de Alqueva destinada aos alentejanos	A favor	—
7-4-01	Expresso	Despedidos por Alqueva vão à Assembleia	—	—	—	—
10-4-01	Diário do Sul	Portucel Recicla Mourão - Questões políticas à espera de uma resposta do Governo	—	—	—	—
12-4-01	Tal e qual	Alqueva caro de mais	—	—	—	—
13-4-01	Jornal do Alentejo	Luz e pontes em Mourão - Atrasadas nove meses	Câmara Municipal de Mourão - Presidente	Defende a implementação de Alqueva e as mais-valias para o seu concelho	A favor	—

Registo de Notícias sobre Alqueva no Período entre Fevereiro de 2001 e Fevereiro de 2002						
Data	Imprensa	Título / Assunto	Actores	Interesses	Posições	Citações
13-4-01	Diário do Alentejo	Alqueva não pode ser deixado à livre iniciativa capitalista	Bispo de Beja - D. Vitalino Dantas	Defende a concretização de Alqueva e que os projectos de intervenção devem ser apresentados e discutidos publicamente	A favor	<i>Tem de se ter em conta, por serem questões muito sérias, o investimento, o redimensionamento do regadio, a especulação dos terrenos e a fixação das pessoas à terra. Essas questões não podem ser descuradas nem deixadas à especulação da propriedade, a uma economia de mercado livre sem apoiar as pessoas que aqui vivem.</i>
13-4-01	Correio da Manhã	Trabalhadores da Portucel recorrem à Comissão Europeia	—	—	—	—
18-4-01	Diário de Notícias	Ministro exige fábrica à SONAE	Governo - Mário Cristina de Sousa	—	—	—
18-4-01	Diário Económico	Sonae quer trocar Recicla por outros investimentos	—	—	—	—
18-4-01	Público	Ministro avisa Sonae para não despedir na Portucel Recicla	—	—	—	—
3-5-01	Água e Ambiente	Alqueva não respeita política europeia	LPN	Defendem o enchimento de Alqueva apenas até à cota 139	Contra	<i>O funcionamento da barragem à cota 139 poderá assegurar o cumprimento das normas definidas pela União Europeia.</i>
8-6-01	Imenso Sul	José Sócrates acusado de se vender às imobiliárias	Movimento Cota 139	Defendem o enchimento de Alqueva apenas até à cota 139	Contra	<i>A estratégia desenvolvida pela EDIA, com a conivência do Governo tem a ver com a pressão das imobiliárias e dos madeireiros</i>
8-6-01	Diário do Sul	Aldeias de água	CCRA - Presidente	Defende novas estratégias para o desenvolvimento local na envolvente da albufeira de Alqueva	A favor	—
8-6-01	Jornal do Alentejo	Jovens residentes nas aldeias de água - Que futuro?	EDIA	Criar estratégias locais de orientação profissional e acompanhamento dos jovens.	A favor	—

Registo de Notícias sobre Alqueva no Período entre Fevereiro de 2001 e Fevereiro de 2002						
Data	Imprensa	Título / Assunto	Actores	Interesses	Posições	Citações
8-6-01	Correio da Manhã	Alqueva valoriza aldeias	CCRA - Presidente	Defende novas estratégias para o desenvolvimento local na envolvente da albufeira de Alqueva	A favor	—
8-6-01	Público	Aldeias de Água esperam projectos	CCRA - Presidente	Defende novas estratégias para o desenvolvimento local na envolvente da albufeira de Alqueva	A favor	—
8-6-01	Semanário Económico	PS espera entrar em acordo com o PCP	PS	Defende uma estratégia para implementar o regadio e aproveitar Alqueva	A favor	—
9-6-01	Correio da Manhã	Alqueva, Foz Côa e o fundamentalismo arqueológico	Analista - Américo Marcelino	Não sacrificar o desenvolvimento de uma região aos fundamentalismos	A favor	<i>Um país não pode ser governado ao sabor de "precs" arruaceiros que condicionam os governantes.</i>
9-6-01	Expresso	Ambientalistas contra Alqueva	Movimento Cota 139	Defendem o enchimento de Alqueva apenas até à cota 139	Contra	—
11-6-01	Diário Económico	Alqueva: fantasmas ou interesses?	PCP - Octávio Teixeira	Canalizar as mais-valias geradas por Alqueva para o Alentejo e para a economia nacional.	A favor	<i>É a todos os títulos inaceitável e inconcebível que as enormes mais-valias que vão ser geradas por um investimento público de 350 milhões de contos não aproveitem a comunidade nacional, antes sejam exclusivamente apropriadas pelos proprietários que têm o privilégio de ver as suas terras beneficiadas por Alqueva.</i>
12-6-01	HOY	Alqueva o la agonía del paraíso	I. Chacón	Conservar a paisagem em Espanha e o seu património	Contra	<i>Alqueva, lo pinten como pinten, nunca será un gran proyecto.</i>

Registo de Notícias sobre Alqueva no Período entre Fevereiro de 2001 e Fevereiro de 2002						
Data	Imprensa	Título / Assunto	Actores	Interesses	Posições	Citações
12-6-01	Diário do Sul	Alqueva - Por um debate racional e construtivo	PSD - Évora	Incentivar o debate sobre o enchimento faseado da barragem.	A favor	<i>Não vamos cometer erros que podem ser irreparáveis.</i>
12-6-01	Público	Alqueva e o ministro	PCP - Lino de Carvalho	Defende o racional e eficaz aproveitamento dos recursos agrícolas de Alqueva, através de um re-ordenamento fundiário e constituição de um banco de terras	A favor	<i>Nenhuma articulação entre os vários ministros que tutelam Alqueva, nenhum debate sério em conselho de ministros, nenhuma discussão pública digna desse nome, nenhum projecto agrícola sustentado.</i>
14-6-01	Público	Mais de uma centena de rochas com gravuras no guadiana	—	—	—	—
14-6-01	Jornal de Notícias	Guadiana convertido em escola de arte rupestre	—	—	—	—
15-6-01	Diário do Sul	Director do CNART será responsável científico do estudo	EDIA	—	—	—
16-6-01	Correio da Manhã	A taxa fixa torna o regadio insustentável no Alqueva	—	—	—	—
17-6-01	Público	Alqueva, para que te quero	Analista - António Barreto	—	—	—
21-6-01	Público	Alqueva - autarquias querem oliveiras	—	—	—	—
22-6-01	Diário do Sul	Barragem do Alqueva respeita normas ambientais	Comissão Europeia	Garantir o cumprimento das normas comunitárias de Ambiente na construção de Alqueva	A favor	—
22-6-01	Diário do Alentejo	Alqueva em discussão	Movimento Por Alqueva	Defende a implementação de Alqueva	A favor	—
22-6-01	Correio da Manhã	Barragem de Alqueva respeita normas comunitárias	Comissão Europeia	Garantir o cumprimento das normas comunitárias de Ambiente na construção de Alqueva	A favor	—

Registo de Notícias sobre Alqueva no Período entre Fevereiro de 2001 e Fevereiro de 2002						
Data	Imprensa	Título / Assunto	Actores	Interesses	Posições	Citações
22-6-01	Público	Barragem do Alqueva respeita o Ambiente	Comissão Europeia	Garantir o cumprimento das normas comunitárias de Ambiente na construção de Alqueva	A favor	—
23-6-01	Expresso	Cota máxima para Alqueva	—	—	—	—
27-6-01	Correio da Manhã	Governo vai premiar agricultura de Alqueva	—	—	—	—
27-6-01	Público	Mais 50 mil contos para arqueologia no Alqueva	EDIA	—	—	—
28-6-01	Diário do Sul	Agricultores unidos no regadio mas divididos na questão fundiária	—	—	—	—
29-6-01	O Semanário	WWF preocupada com AE do Algarve e Alqueva	ONGA - WWF	Defendem o enchimento de Alqueva apenas até à cota 139	Contra	<i>A WWF não está de acordo com o enchimento até à cota máxima, já que esta situação poderá originar a extinção do lince ibérico.</i>
29-6-01	Público	WWF denuncia lentidão na protecção dos habitats	ONGA - WWF	Defendem o enchimento de Alqueva apenas até à cota 139	Contra	—
4-7-01	Diário do Sul	150 rochas identificadas no Guadiana	—	—	—	—
7-7-01	Jornal de Notícias	Pontes no Alqueva já estão abertas	EDIA	Reestabelecer a rede viária cortada com Alqueva	A favor	—
8-7-01	Diário de Notícias	Ainda as gravuras rupestres de Alqueva	Analista - Henrique Campos	Implementar Alqueva	A favor	<i>O Governo, tendo instalado os funâmbulos do Côa e enchido de merenda uma horda famélica de jovens arqueólogos, pensou que o assunto ficava naturalmente resolvido.</i>
8-7-01	Correio da Manhã	Novas pontes em Alqueva	EDIA	Reestabelecer a rede viária cortada com Alqueva	A favor	—
9-7-01	Público	Guadiana revela mais gravuras	—	—	—	—



Registo de Notícias sobre Alqueva no Período entre Fevereiro de 2001 e Fevereiro de 2002						
Data	Imprensa	Título / Assunto	Actores	Interesses	Posições	Citações
10-7-01	Diário do Sul	EDIA conclui restabelecimento viário	EDIA	Reestabelecer a rede viária cortada com Alqueva	A favor	—
13-7-01	Diário Económico	Portucel Recicla recebe 10 milhões	—	—	—	—
13-7-01	Imenso Sul	Alqueva - Novas pontes	EDIA	—	—	—
14-7-01	Expresso	Albufeira de Alqueva - Leis duras contra especulação	Governo - Ministério do Ambiente	Potenciar o desenvolvimento económico e turístico sem descaracterizar a paisagem alentejana	A favor	—
16-7-01	Diário do Sul	Ex-ministro da Agricultura, Gomes da Silva, preocupado com atrasos no projecto	Gomes da Silva	Defende a implementação do sistema de regadio	A favor	<i>No entanto, há outras questões, como os canais para distribuição de água e sobretudo o açude de Pedrógão, que são importantes e que é preciso que avancem.</i>
17-7-01	Diário de Notícias	As pessoas merecem	CCR - José Ernesto	Promover os empreendimentos de Alqueva, Sines e Aeroporto de Beja como alavancas do desenvolvimento	A favor	—
17-7-01	Diário de Notícias	Preservar ambiente com mil cuidados em Alqueva	—	—	—	—
19-7-01	Notícias de Beja	Alqueva e Clero jovem em foco	Comissão de Justiça e Paz da Diocese de Beja	Promover a reflexão sobre os problemas económicos e humanos de Alqueva	A favor	—
19-7-01	Diário do Sul	Com o apoio da EDIA, jovens da Luz organizam primeira semana cultural	EDIA	—	—	—

Registo de Notícias sobre Alqueva no Período entre Fevereiro de 2001 e Fevereiro de 2002						
Data	Imprensa	Título / Assunto	Actores	Interesses	Posições	Citações
20-7-01	24 Horas	Alqueva - trabalho arqueológico	CNART - Centro Nacional de Arte Rupestre - Martinho Baptista	—	—	—
20-7-01	Diário de Notícias	Arte rupestre vai ao fundo	UNESCO	Efectuar o acompanhamento dos trabalhos de levantamento dos núcleos de arte rupestre	A favor	<i>É um problema difícil escolher entre as gravuras e a barragem sobretudo numa altura em que Alqueva está em fase de conclusão e o encerramento das comportas previsto para o final do ano. A barragem não ficará aqui para sempre e, quando ela desaparecer, o acesso às gravuras voltará a ser viável.</i>
20-7-01	Diário do Alentejo	Alqueva - Semana cultural da Luz chega ao fim	EDIA	—	—	—
23-7-01	HOY	Recuperação das muralhas medievais do Castelo de Olivenza	Ayuntamiento de Olivenza / EDIA	Promover medidas de compensação de impactes em Espanha, contribuindo para a recuperação das muralhas medievais do castelo de Olivenza (EDIA)	A favor	—
24-7-01	Expresso	Alqueva - Barragem de Pedrógão em concurso	EDIA	—	—	—
24-7-01	Público	Barragem do Pedrógão vai ser construída	EDIA	—	—	—
24-7-01	Diário do Sul	Alqueva - Lançado concurso para a barragem de Pedrógão	EDIA	—	—	—
24-7-01	Diário de Notícias	Alqueva - Lançado concurso para a barragem de Pedrógão	EDIA	—	—	—
24-7-01	Correio da Manhã	Aposta em Alqueva	Governo - António José Seguro	Defende Alqueva como projecto determinante para o desenvolvimento do Alentejo	A favor	<i>O Alentejo não é esquecido connosco.</i>

Registo de Notícias sobre Alqueva no Período entre Fevereiro de 2001 e Fevereiro de 2002						
Data	Imprensa	Título / Assunto	Actores	Interesses	Posições	Citações
27-7-01	Imenso Sul	Alqueva - Exemplo da aposta do governo	Governo - António José Seguro	Defende Alqueva como projecto determinante para o desenvolvimento do Alentejo	A favor	—
27-7-01	Imenso Sul	A culpa não pode morrer solteira	António Eloy	Defende o fim de Alqueva, com a implusão da barragem	Contra	<i>Na zona onde hoje se constroi com total imprevidência e irresponsabilidade a mega-estrutura de Alqueva, toda ela em vale de afundamento, estão localizadas pelo menos duas falhas(...). No Alqueva tem, desde já que fazer o que hoje se faz na Europa, nos Estados Unidos e sobretudo na zona também sísmica, da Califórnia.</i>
27-7-01	24 Horas	Alqueva - Barragem de Pedrógão avança	EDIA	—	—	—
27-7-01	Diário do Alentejo	Alqueva - EDIA lança concurso da barragem do Pedrógão	EDIA	—	—	—
27-7-01	Diário do Alentejo	UNESCO acompanha arte rupestre em Alqueva	UNESCO	Efectuar o acompanhamento dos trabalhos de levantamento dos núcleos de arte rupestre	—	—
28-7-01	Expresso	Petição contra Alqueva	Arqueólogos - Sec. Geral Do conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS)	Avaliar o património cultural encontrado em Portugal e Espanha, ao longo do vale do Guadiana	Contra	<i>Acto de solidariedade face ao apelo de muitos investigadores.</i>

Registo de Notícias sobre Alqueva no Período entre Fevereiro de 2001 e Fevereiro de 2002						
Data	Imprensa	Título / Assunto	Actores	Interesses	Posições	Citações
28-7-01	Expresso	Petição contra Alqueva	Arqueólogos - Cláudio Torres	Travar a especulação de terras e determinar os seus usos futuros.	Contra	<i>O Alqueva foi concebido para irrigar um vasto território e criar um modelo de desenvolvimento no Alentejo. Foi em nome desta ideia que defendi a barragem e aceitei a óbvia destruição de um importante património natural e cultural. Estes pressupostos estão a ser postos em causa por empreendimentos turísticos, campos de golfe e passeios de barco.</i>
29-7-01	Público	Plano de Ordenamento de Alqueva contraria investimentos turísticos	Regiões de Turismo e Autarquias	Defendem a valorização da componente turística de Alqueva como instrumento de desenvolvimento dos seus concelhos e regiões	Contra o Plano Regional de Ordenamento da Zona Envolvente de Alqueva	<i>O actual texto está muito diferente e para pior face a um anterior que era mais flexível e de acordo com os interesses do poder local. Este é diferente, muito radical e fundamentalista.</i>
29-7-01	Correio da Manhã	Alqueva - Mãe de água no Alentejo	—	—	—	—
30-7-01	Diário de Notícias	Alqueva - Nova gravura pode ter dez mil anos	—	—	—	—
1-8-01	Expresso on line	Submersão de gravuras no guadiana é um crime contra a cultura mundial	Coordenador do EUROPREARTH - Arqueólogo - Luiz Oosterbeek	Defende a preservação do património de arte rupestre encontrado no vale do Guadiana	Contra	<i>É um crime contra a cultura mundial, a submersão das gravuras descobertas no Vale do Guadiana devido ao empreendimento de Alqueva.</i>
2-8-01	Correio da Manhã	No Guadiana - Análise de gravuras com tempo limitado	Coordenador do EUROPREARTH - Arqueólogo - Luiz Oosterbeek	Defende a preservação do património de arte rupestre encontrado no vale do Guadiana	Contra	<i>Nem no tempo da ditadura este tipo de situações aconteceu.</i>
2-8-01	Jornal de Notícias	Crime contra a cultura	Coordenador do EUROPREARTH - Arqueólogo - Luiz Oosterbeek	Defende a preservação do património de arte rupestre encontrado no vale do Guadiana	Contra	—

Registo de Notícias sobre Alqueva no Período entre Fevereiro de 2001 e Fevereiro de 2002						
Data	Imprensa	Título / Assunto	Actores	Interesses	Posições	Citações
2-8-01	Jornal do Alentejo	Alqueva - Especialista contesta	Coordenador do EUROPREARTH - Arqueólogo - Luiz Oosterbeek	Defende a preservação do património de arte rupestre encontrado no vale do Guadiana	Contra	<i>Não sabemos o que temos no Guadiana e corremos o risco de nunca vir a saber.</i>
3-8-01	Diário do Alentejo	Alqueva corre um risco sério	Gomes da Silva	Defende a implementação do sistema de regadio	A favor	<i>O projecto de regadio de Alqueva não se esgota na barragem, obviamente. É necessário que o açude de Pedrógão e os canais de distribuição avancem rapidamente.</i>
3-8-01	Público	Desmatização parou em Alqueva	—	—	—	—
4-8-01	Expresso	Petição contra Alqueva	Américo Joaquim Marcelino	—	A favor	—
8-8-01	Público	Auto-estrada da água quase pronta no Alqueva	—	—	—	—
9-8-01	Correio da Manhã	Desmontagem polémica	Movimento Cota 139	Garantir cuidados ambientais no desmantelamento da Portucel Recicla de Mourão	Contra	—
10-8-01	Diário do Alentejo	Alqueva - PROZEA adopta atitude conservadora	C. M. Moura	Garantir que Alqueva seja um empreendimento de fins múltiplos, aproveitando todas as suas valências, incluindo o turismo, importante para os concelhos a montante da barragem	A favor de Alqueva; Contra o Plano Regional de Ordenamento da Zona Envolvente de Alqueva	<i>Meramente conservadora, restritiva e proibitiva, a postura assumida na mais recente versão do PROZEA</i>
11-8-01	Expresso	Unesco valoriza Alqueva	Unesco - ICOMOS - Presidente - Ulf Bertilsson	Efectuar o acompanhamento dos trabalhos de levantamento dos núcleos de arte rupestre e avaliar da sua importância	A favor, mas ...	<i>A repetição do que aconteceu no vale do Côa seria um milagre, face ao esforço financeiro feito por Portugal.</i>

Registo de Notícias sobre Alqueva no Período entre Fevereiro de 2001 e Fevereiro de 2002						
Data	Imprensa	Título / Assunto	Actores	Interesses	Posições	Citações
12-8-01	Público	Comportas de Alqueva podem não fechar em Dezembro.	Movimento Cota 139	—	Contra	<i>Não há condições para fechar as comportas da barragem em Dezembro.</i>
13-8-01	Público	Prazos das gravuras do Guadiana em causa	Coordenador do EUROPREARTH - Arqueólogo - Luiz Oosterbeek	Ampliação dos prazos para estudo das gravuras de arte rupestre	Contra	—
14-8-01	Jornal do Alentejo	Desmontagem da Portucel não cumpre requisitos ambientais	Movimento Cota 139	—	Contra	<i>Acusam a EDIA de incompetência ambiental e reclamam que seja reconhecida a inviabilidade da data de 31 de Dezembro para o fecho das comportas.</i>
15-8-01	A Planície	EDIA lança concurso para a construção da barragem do Pedrógão	—	—	—	—
15-8-01	Público	Icomos elogia Foz Côa e desvaloriza gravuras do Alqueva	ICOMOS - Presidente - Ulf Bertilsson	Efectuar o acompanhamento dos trabalhos de levantamento dos núcleos de arte rupestre e avaliar da sua importância	A favor	<i>A arte rupestre do Alqueva, embora importante não é única como a do Côa. O ideal seria salvar tudo, mas não é possível. Não se pode pedir a um país como Portugal - que ao salvar Foz Côa, foi um exemplo para o mundo - que tenha agora a mesma atitude com alqueva, onde a arte rupestre existente é mais comum.</i>
18-8-01	Expresso	Polémica ambiental na Portucel Recicla	Movimento Cota 139	—	Contra	<i>Acusam a EDIA de incompetência ambiental e reclamam que seja reconhecida a inviabilidade da data de 31 de Dezembro para o fecho das comportas.</i>
19-8-01	El Periódico Extremadura	Los 600 grabados encontrados en Alqueva preocupan a los expertos	Coordenador do EUROPREARTH - Arqueólogo - Luiz Oosterbeek	Ampliação dos prazos para estudo das gravuras de arte rupestre	Contra	—

Registo de Notícias sobre Alqueva no Período entre Fevereiro de 2001 e Fevereiro de 2002						
Data	Imprensa	Título / Assunto	Actores	Interesses	Posições	Citações
20-8-01	Público	Ninguém responsável poria a arte rupestre do Alqueva contra uma barragem de 350 milhões de contos	Presidente do CNART (Centro Nacional de Arte Rupestre) - Martinho Baptista	Defender a arte rupestre no Guadiana, através da realização de prospecções e de estudos nas melhores condições, de todos os sítios identificados.	A favor	<i>O debate está inflacionado. O Alqueva é tão importante como qualquer outra estação de arte rupestre em Portugal, algumas debaixo de água. Não se pôs a discussão na medida certa.</i>
24-8-01	Jornal de Notícias	Alqueva lança rega em Setembro	EDIA	---	---	---
24-8-01	O Independente	Alqueva adiado	---	---	---	---
27-8-01	Diário do Sul	Alqueva - abrir horizontes	Analista - Mira Ferreira	Defende Alqueva como parte da solução para o desenvolvimento económico e social do Alentejo	A favor	<i>A realidade da barragem do Alqueva, cujos trabalhos prosseguem a bom ritmo, constitui e simboliza, de alguma forma, a concretização de velhas esperanças da fartura de água para os campos alentejanos.</i>
28-8-01	24 Horas	Alqueva: Barragem cheia no ano novo	EDIA	---	---	---
28-8-01	Correio da Manhã	Albufeira de Alqueva enche na época húmida	EDIA	---	---	---
28-8-01	Diário do Sul	Alqueva cumpre prazos	EDIA	---	---	---
29-8-01	Público	Enchimento de Alqueva inicia-se no Inverno	EDIA	---	---	---
28-8-01	O Diabo	O último que apague a Luz	---	---	---	---
30-8-01	Diário do Sul	Um Alentejo mais verdejante	Nuno da Câmara Pereira	---	A favor	<i>Quanto a Alqueva, naturalmente que irá ter reflexos positivos neste território: vai fornecer água onde não há, verdejar a região, influenciar o próprio clima e vai-se opor à desertificação do Alentejo.</i>
31-8-01	O Independente	Alqueva adiado - resposta EDIA	EDIA - Presidente Adérito Serrão	---	---	---
31-8-01	Euronotícias	Alqueva vai encher	EDIA	---	---	---
31-8-01	Diário do Alentejo	Enchimento de Alqueva em 2002	EDIA	---	---	---

Registo de Notícias sobre Alqueva no Período entre Fevereiro de 2001 e Fevereiro de 2002						
Data	Imprensa	Título / Assunto	Actores	Interesses	Posições	Citações
31-8-01	Imenso Sul	Alqueva enche durante a próxima época húmida	EDIA	—	—	—
31-8-01	Imenso Sul	Últimas festas na Aldeia da Luz	EDIA	—	—	—
31-8-01	HOY	Los pueblos afectados por Alqueva tendrán 130 millones para arreglar caminos	Alcaide de Villanueva del Fresno	—	—	—
1-9-01	Diário de Notícias	Conselho de Ministros reúne-se em Alqueva	Governo	Organizar a futura componente empresarial de Alqueva, regulando a distribuição da água e a ocupação de terras	A favor	—
1-9-01	Jornal de Notícias	As últimas festas na aldeia da Luz	—	—	—	—
1-9-01	Expresso	Alqueva custa mais 10 milhões	EDIA - Adérito Serrão	Construir Alqueva	A favor	<i>O enchimento da albufeira iniciar-se-á neste Inverno, independentemente das expropriações, do estudo das gravuras rupestres ou da desmatação em curso.</i>
1-9-02	Expresso	Capoulas cria banco de terras	Governo	Promover uma alteração fundiária na área abrangida por Alqueva	A favor	—
1-9-01	A Planície	Comissão Europeia opta pela cota 152 e reconhece: Barragem de Alqueva respeita o ambiente	Comissão Europeia - Comissária Europeia do Ambiente - Margot Wallstrom	Acompanhar a aplicação das medidas de minimização e compensação de impactes ambientais	A favor	<i>A barragem de Alqueva respeita as normas ambientais na sua construção e o enchimento da albufeira à cota máxima, cota 152 é a melhor opção.</i>
2-9-01	Público	Mortos da aldeia da Luz vão ser transferidos primeiro que os vivos	—	—	—	—
3-9-01	Correio da Manhã	Ministros no Alqueva	Governo	Organizar a futura componente empresarial de Alqueva, regulando a distribuição da água e a ocupação de terras	A favor	—

Registo de Notícias sobre Alqueva no Período entre Fevereiro de 2001 e Fevereiro de 2002						
Data	Imprensa	Título / Assunto	Actores	Interesses	Posições	Citações
4-9-01	Público	Preço político para a água do Alqueva	Governo	—	—	—
4-9-01	Público	Medidas anunciadas são uma fraude	PCP	Criação de um verdadeiro banco de terras	A favor	<i>Os socialistas cederam às pressões dos grandes proprietários e criaram uma agência de câmbios ao serviço dos latifundiários.</i>
4-9-01	Diário Económico	Conselho de Ministros no Alqueva	Governo	Estabelecer o preço da água para o regadio, criar um banco de terras e actualizar o regime dos aproveitamentos hidroagrícolas	A favor	—
4-9-01	24 Horas	Albufeira enche em Dezembro	Governo	—	—	—
4-9-01	Diário de Notícias	PCP contesta medidas do Governo para Alqueva	PCP	Defende o racional e eficaz aproveitamento dos recursos agrícolas de Alqueva, através de um re-ordenamento fundiário e constituição de um banco de terras	A favor	<i>Isto é apenas areia atirada aos olhos da opinião pública. O governo não mexe, nem quer mexer, nos interesses instalados da grande propriedade latifundiária.</i>
4-9-01	Correio da Manhã	Água barata de Alqueva facilita revolução agrícola	—	—	—	—
4-9-01	Diário do Sul	EDIA paga estradas em Espanha	EDIA	—	—	—
4-9-01	Jornal de Notícias	Água do Alqueva custa 11 escudos por metro cúbico	Governo	—	—	—
5-9-01	Diário do Sul	Reserva estratégica de água para satisfazer necessidades do Alentejo	Governo - Ministro da Agricultura	Constituição de uma reserva estratégica de água capaz de dar resposta às necessidades da região.	A favor	—

Registo de Notícias sobre Alqueva no Período entre Fevereiro de 2001 e Fevereiro de 2002						
Data	Imprensa	Título / Assunto	Actores	Interesses	Posições	Citações
5-9-01	Jornal de Notícias	Regiões de Turismo contestam Alqueva	ARTA (Associação das Regiões de Turismo)	Defendem o desenvolvimento da actividade turística na zona envolvente da albufeira e abrangida pelo Plano	A favor de Alqueva; Contra o Plano Regional de Ordenamento da Zona Envolvente de Alqueva	<i>Plano cede demasiado à visão ambientalista</i>
6-9-01	Notícias de Beja	Enchimento de Alqueva em 2002	---	---	---	---
7-9-01	Semanário	Alqueva - Uma polémica de 350 milhões de contos	Governo	---	---	---
7-9-01	Diário Económico	Alqueva - Barragem em risco de destruição por sismo	Geólogo - Alexandre Araújo - Universidade de Évora	Defende estudos mais aprofundados do ponto de vista sísmico, contestando a localização de Alqueva	Contra	---
7-9-01	Público	EDIA não acredita que Alqueva corra risco sísmico	EDIA	Defende a construção de Alqueva e a sua localização baseada em aprofundados e credíveis estudos de tectónica e geodinâmica	A favor	---
7-9-01	Jornal de Notícias	EDIA nega actividade sísmica na falha detectada na barragem	EDIA	Garantir a segurança da barragem, com base em estudos e pareceres de várias universidades e grupos de investigadores	A favor	---
7-9-01	24 Horas	Barragem pode ser destruída por sismo	Geólogo - Alexandre Araújo - Universidade de Évora	Defende estudos mais aprofundados do ponto de vista sísmico, contestando a localização de Alqueva	Contra	---

Registo de Notícias sobre Alqueva no Período entre Fevereiro de 2001 e Fevereiro de 2002						
Data	Imprensa	Título / Assunto	Actores	Interesses	Posições	Citações
7-9-01	Diário de Notícias	Falha sísmica está activa e poderá ameaçar Alqueva	Geólogo - Alexandre Araújo - Universidade de Évora	Defende estudos mais aprofundados do ponto de vista sísmico, contestando a localização de Alqueva	Contra	—
7-9-01	Correio da Manhã	Estudo sísmológico de 1996 alerta para falha em Alqueva	—	—	—	—
7-9-01	Diário do Sul	José Raúl dos Santos acusa o Governo de praticar "um jogo viciado"	PSD - José Raúl dos Santos	—	—	—
7-9-01	Imenso Sul	Um "banquinho sem pernas"	PCP - Lino de Carvalho	Defende o racional e eficaz aproveitamento dos recursos agrícolas de Alqueva, através de um re-ordenamento fundiário e constituição de um banco de terras	A favor	<i>A criação do banco de terras anunciado pelo Governo é uma fraude, nada tem a ver com a criação de empresas modernas e viáveis, é antes um banquinho sem pernas, que não vai levar a nenhum processo de modificação da agricultura alentejana.</i>
7-9-01	Imenso Sul	Nada de novo	PSD - Luís Capoulas	—	—	—
7-9-01	Diário do Alentejo	Alqueva - Água com preço político em 2002	—	—	—	—
7-9-01	Correio da Manhã	Aberto concurso para demolir aldeia da Luz	—	—	—	—
7-9-01	El Periódico Extremadura	La UNESCO se interesa por el arte rupestre de Alqueva	Alcaide de Cheles	Atrasar o fecho das comportas de Alqueva por forma a melhor estudar os achados arqueológicos	Contra	—
8-9-01	Expresso	UNESCO pede suspensão de Alqueva	UNESCO / ICOMOS - Sec. Geral Christian Züchner	Estudar devidamente as gravuras rupestres pelo que defende o adiamento do fecho das comportas	Contra	<i>Está em causa uma paisagem única e magníficas gravuras, algumas do Paleolítico, que podem ter até 20 mil anos.</i>
8-9-01	Diário de Notícias	Concurso Internacional para demolir aldeia da Luz	—	—	—	—

Registo de Notícias sobre Alqueva no Período entre Fevereiro de 2001 e Fevereiro de 2002						
Data	Imprensa	Título / Assunto	Actores	Interesses	Posições	Citações
8-9-01	Jornal de Notícias	Demolição da aldeia da Luz posta a concurso	—	—	—	—
9-9-01	HOY	Grabado en piedra	—	—	—	—
9-9-01	24 Horas	UNESCO quer suspender abertura do Alqueva	UNESCO / ICOMOS - Sec. Geral Christian Züchner	Estudar devidamente as gravuras rupestres pelo que defende o adiamento do fecho das comportas	Contra	—
9-9-01	Correio da Manhã	Alqueva recupera planta em extinção	EDIA	Remover a população de <i>Narcissus cavanillesii</i> evitando a sua destruição	A favor	—
9-9-01	Público	Gravuras rupestres - enchimento de Alqueva deverá prosseguir	EDIA	Efectuar os trabalhos de levantamento dos núcleos de arte rupestre e avaliar da sua importância	A favor	—
10-9-01	Jornal de Notícias	Alqueva	PCP - João Amaral	Desenvolver e racionalizar o mundo rural, aumentar a produtividade, com um nível médio de exploração	A favor	<i>O governo está a comprometer uma oportunidade de criar um mundo agrícola forte no Alentejo, um mundo de médios agricultores capazes e bem inseridos socialmente. Em vez disso, abre as portas às monoculturas socialmente empobrecedoras. O medo que o governo tem dos agrários é uma traição aos interesses do Alentejo.</i>
10-9-01	Diário de Notícias	Água: preço justo só em 2009	—	—	—	—
10-9-01	Revista Forum Ambiente	Fasear o enchimento de Alqueva	Movimento Cota 139	Pretendem o enchimento faseado da barragem, com os trabalhos de desmatização e desarborização realizados ao ritmo do enchimento	Contra	—

Registo de Notícias sobre Alqueva no Período entre Fevereiro de 2001 e Fevereiro de 2002						
Data	Imprensa	Título / Assunto	Actores	Interesses	Posições	Citações
11-9-01	El Periódico Extremadura	Postura del gobierno regional - cultura preservará los hallazgos cuando se demuestre su singularidad	Gobierno Regional Extremadura	Defendem a investigação e documentação sobre as gravuras no lado espanhol, sem que isso implique o não enchimento de Alqueva.	A favor	<i>existe una decisión tomada sobre el embalse, que no tiene por qué cambiar y si los hallazgos arqueológicos son importantes, habrá que documentarlos y preservarlos, mediante reproducción o un museo.</i>
11-9-01	El País	Un embalse amenaza decenas de pinturas rupestres halladas en Portugal.				
11-9-01	El Periódico Extremadura	Portugal pone trabas a la visita de los técnicos de la UNESCO a Cheles	Coordenador do EUROPREARTH - Arqueólogo - Luiz Oosterbeek / Alcaide de Cheles / Arqueólogo Manuel Calado	Ampliação dos prazos para estudo das gravuras de arte rupestre	Contra	<i>La visita de miembros de la Unesco, prevista para ayer, no se produjo porque Portugal no les facilitó los medios para desplazarse.</i>
11-9-01	Agência EFE	Ayuntamiento Cheles y Greenpeace presentaran querella ante EU	Alcaide de Cheles / Greenpeace	Defende o património natural e cultural do vale do Guadiana	Contra	<i>El ayuntamiento de Cheles y la organización ecologista Greenpeace van a presentar una querella ante los tribunales europeos por considerar que la presa de Alqueva viola los convénios internacionales en médio ambiente.</i>
11-9-01	Diário do Sul	Adiamento dos prazos não traz benefícios à arte rupestre	Presidente do CNART (Centro Nacional de Arte Rupestre) - Martinho Baptista	Defender a arte rupestre no Guadiana, através da realização de prospecções e de estudos nas melhores condições, de todos os sítios identificados.	A favor	<i>Martinho Baptista não acredita que adiar o enchimento da albufeira do Alqueva beneficie as figuras rupestres e desconhece qualquer proposta oficial da Unesco nesse sentido.</i>
11-9-01	Diário do Sul	Barragem de Alqueva tem data prevista para 31 de Dezembro	EDIA - Adérito Serrão	Defende a manutenção do calendário para iniciar o enchimento de Alqueva	A favor	<i>As condições operacionais para o enchimento da barragem estarão reunidas em 31 de Dezembro de 2001, com uma tolerância de 15 dias.</i>

Registo de Notícias sobre Alqueva no Período entre Fevereiro de 2001 e Fevereiro de 2002						
Data	Imprensa	Título / Assunto	Actores	Interesses	Posições	Citações
11-9-01	Diário do Sul	Elisa Ferreira disponível para dialogar com UNESCO	Governo - Elisa Ferreira	Cumprir a programação de Alqueva e iniciar o enchimento na data prevista	A favor	<i>A credibilidade de um organismo como a UNESCO exige que não se comente notícias veiculadas pela imprensa.. Não acredito que a UNESCO mande recados pela imprensa. Acho curioso que no momento em que o Alqueva começa a ser uma realidade, uma parte da sociedade portuguesa arranje todos os impedimentos e bloqueamentos, que começaram com a falha sísmológica e agora já vão na segunda edição das gravuras rupestres. O projecto de Alqueva não é um improviso, foi profundamente trabalhado e programado, sendo uma obra emblemática, já que 10% do orçamento da obra se destinou a estudos de análise ambiental e do património arqueológico.</i>
11-9-01	Correio da Manhã	guadiana em aquarela	EDIA	—	—	—
11-9-01	Público	Planta em via de extinção vai ser transplantada	EDIA	Remover a população de <i>Narcissus cavanillesii</i> evitando a sua destruição	A favor	—
12-9-01	24 Horas	Alqueva: Biólogos salvam planta rara	EDIA	Remover a população de <i>Narcissus cavanillesii</i> evitando a sua destruição	A favor	—
12-9-01	Diário do Sul	Barragem do Alqueva: o passado, o presente e o futuro	Mário Silveira da Costa - Eng.º silvicultor	Defende Alqueva como salvaguarda da escassez de água	A favor	<i>A barragem de Alqueva poderá, para além das medidas sócio-económicas para o Alentejo, funcionar como salvaguarda da escassez de água que a todo o momento se agrava em todo o mundo.</i>
12-9-01	Público	Alentejo volta a reunir-se em congresso	—	—	—	—
13-9-01	Diário de Notícias	O Alqueva	PS - Jorge Coelho	Defende a transformação do actual modelo agrícola do Alentejo, para a qual contribuirá Alqueva	A favor	<i>Com o Alqueva, os alentejanos verificam que o PS prometeu e está a cumprir um dos projectos mais importantes para a região e para o país.</i>

Registo de Notícias sobre Alqueva no Período entre Fevereiro de 2001 e Fevereiro de 2002						
Data	Imprensa	Título / Assunto	Actores	Interesses	Posições	Citações
14-9-01	Diário do Alentejo	UNESCO vai propor suspensão do enchimento da barragem	—	—	—	—
14-9-01	Diário de Notícias	Espanhois defendem gravuras	Alcaide de Cheles	Defende o património natural e cultural do vale do Guadiana	Contra	—
14-9-01	Diário do Alentejo	Barragem passa ao lado dos agricultores	PSD - José Raúl dos Santos	Defende transparência e que Alqueva seja de facto para os agricultores	A favor	<i>Nem agricultores, nem autarquias, nem população, discutem o que quer que seja das medidas anunciadas pelo governo. Será apatia dos alentejanos? Será falta de interesse dos que cá vivem? Seja o que for, Alqueva continua a suscitar o mais completo silêncio.</i>
14-9-01	Diário do Alentejo	O receio de que o sonho de Alqueva se transforme em pesadelo	Presidente C. M. Beja (PCP) - José Carreira Marques	Defende Alqueva como empreendimento de fins múltiplos que contemple não só o regadio agrícola e a produção de energia mas também que a sua água serve para consumo humano e industrial e para potenciar as actividades turísticas.	A favor	<i>Hoje não se pode argumentar com o "lamento" de Marcelo Caetano que os interesses instalados se sobrepõem aos impulsos do poder. É o próprio poder a dar a mão a interesses da mais duvidosa expressão e a defraudar legítimas expectativas de desenvolvimento integrado. Receio, sinceramente, que por razões de opções políticas conservadoras se transforme em pesadelo o sonho que tantos acalentaram.</i>
14-9-01	Diário Digital	Assalto ao Alqueva	Analista - Miguel Sousa Tavares	Defende Alqueva enquanto empreendimento de fins múltiplos, com uma actividade turística devidamente controlada, ordenada e sustentável	A favor	<i>Os senhores autarcas, os senhores especuladores imobiliários e os senhores directores do Turismo vão ter de arranjar outros argumentos. Porque os que usam - "o desenvolvimento", o "Alentejo esquecido", o "interior abandonado" - francamente já não enganam ninguém. Está aí o Algarve inteiro, Milfontes ou Porto Côvo para ilustrar o tipo de "desenvolvimento" de que eles são capazes quando os deixam à solta.</i>

Registo de Notícias sobre Alqueva no Período entre Fevereiro de 2001 e Fevereiro de 2002						
Data	Imprensa	Título / Assunto	Actores	Interesses	Posições	Citações
14-9-01	Imenso Sul	Alqueva devia ter sido construída para lá da falha geológica.	Geólogo - Alexandre Araújo - Universidade de Évora	Defende estudos mais aprofundados do ponto de vista sísmico, contestando a localização de Alqueva	Contra	<i>Existe um risco sísmico acima do que está considerado.</i>
15-9-01	Expresso	Adiamento de Alqueva divide especialistas	—	—	—	—
15-9-01	Expresso	Alqueva: Preservação Arqueológica	PSD - Ferreira do Amaral	Defende o não adiamento de Alqueva com base no valor do património arqueológico	A favor	<i>Vejo que um organismo consultor da Unesco, um representante da Humanidade, se prepara para exigir adiamentos a fim de se fazerem "levantamentos mais completos" ao que imperialmente anuncia. Mas se a "Humanidade" tem interesse nisso, quanto pretende pagar pela sua satisfação? Ou espera-se também aqui, que venha a ser o povo alentejano a pagar os interesses mundiais que a "Humanidade" resolve declarar que são seus?!</i>
15-9-01	A Planície	Barragem de Alqueva vista por ministros	—	—	—	—
16-9-01	Diário de Notícias	Nova política de emprego para a região de Alqueva	Governo - Ministro do Trabalho	Centrar apoios na formação profissional de novas actividades económicas	A favor	<i>Vamos ajudar na formação de pessoas que poderão usufruir das vantagens de Alqueva.</i>
16-9-01	Público	Uma nova casa para os <i>Narcissus cavanillesii</i>	EDIA	Remover a população de <i>Narcissus cavanillesii</i> evitando a sua destruição	A favor	—
20-9-01	Diário do Sul	Enchimento e operacionalização da albufeira são prioridades	Governo	—	—	—
20-9-01	Agência Lusa	Alqueva: LPN acusa EDIA de desrespeito pelas regras ambientais	LPN	Adiar enchimento da albufeira de Alqueva	Contra	<i>As pressas da EDIA são inaceitáveis, só se podendo explicar por uma lamentável falta de respeito pelo Ambiente (...).</i>
20-9-01	Água e Ambiente	antecipação da remoção de resíduos irrita ambientalistas	LPN	Adiar enchimento da albufeira de Alqueva	Contra	—

Registo de Notícias sobre Alqueva no Período entre Fevereiro de 2001 e Fevereiro de 2002						
Data	Imprensa	Título / Assunto	Actores	Interesses	Posições	Citações
20-9-01	Público	LPN acusa Alqueva de desrespeito pelo Ambiente	LPN	Adiar enchimento da albufeira de Alqueva	Contra	<i>As pressas da EDIA são inaceitáveis, só se podendo explicar por uma lamentável falta de respeito pelo Ambiente (...).</i>
21-9-01	Imenso Sul	Armazenamento à cota 152 previsto para o ano hidrológico 2002 / 2003	Governo	Enchimento da albufeira e operacionalização da barragem	A favor	—
21-9-01	Diário do Sul	Preocupação com Alqueva	C.M. Moura - Presidente	Defende uma maior e melhor intervenção de todas as organizações (autarquias, movimento sindical e outras para que o EFMA se concretize	A favor	<i>As questões do ambiente não podem constituir um obstáculo ao desenvolvimento do Alentejo.</i>
21-9-01	Diário do Alentejo	Não basta encher a barragem	CGTP	Dar continuidade às construções que falta realizar, formar a população para a cultura do regadio e promover o debate nacional para a decisão de questões fundamentais para Alqueva	A favor	<i>O nosso grande apelo é que não haja um hiato: as obras dos canais, a barragem ce Pedrógão e os diversos aspectos complementares do projectotêm de ser feitas em tempo útil.</i>
21-9-01	Semanário	LPN contra EDIA	LPN	Adiar enchimento da albufeira de Alqueva	Contra	—
21-9-01	A Capital	Alqueva - Governo contra projecto do PCP	Governo - Ministro da Agricultura	Defende o bom uso da terra	A favor	<i>O projecto comunista mantém a filosofia do preconceito contra a quantidade de terra detida pelos proprietários, quando as preocupações do governo vão mais para um bom uso.</i>
21-9-01	Público	Fábrica de papel gera polémica em Alqueva	LPN	Adiar enchimento da albufeira de Alqueva	Contra	—
21-9-01	Jornal de Notícias	Alqueva divide PCP e Governo	Governo - Ministro da Agricultura	—	—	—
21-9-01	Jornal de Notícias	Alqueva suscita polémica ambiental	LPN	Adiar enchimento da albufeira de Alqueva	Contra	—

Registo de Notícias sobre Alqueva no Período entre Fevereiro de 2001 e Fevereiro de 2002						
Data	Imprensa	Título / Assunto	Actores	Interesses	Posições	Citações
22-9-01	Expresso	Arqueólogos em Alqueva	Coordenador do EUROPREARTH - Arqueólogo - Luiz Oosterbeek	Ampliação dos prazos para estudo das gravuras de arte rupestre	Contra	—
22-9-01	Correio da Manhã	Gravuras no Guadiana - Zilhão demite-se mas comissão avança	—	—	—	—
22-9-01	Diário de Notícias	Braço-de-ferro em Alqueva	CNART - Centro Nacional de Arte Rupestre - Martinho Baptista / Autarca de Cheles / UISPP / Luiz Oosterbeek	CNART - Defende a conclusão dos estudos dentro do prazo previsto. Os restantes defendem o adiamento do encerramento das comportas para melhor avaliarem as gravuras	Contra	—
22-9-01	Público	Visita de arqueólogos às gravuras irrita Zilhão	UISPP - União Internacional das Ciências da da Pré-História e Proto-História	—	—	—
24-9-01	A Capital	Gravuras dividem arqueólogos	—	—	—	—
25-9-01	Correio da Manhã	Abaixo-assinado pelo Alqueva	Pezarat Correia, Helena Roseta, Ilda Figueiredo, Galopim de Carvalho, João Cutileiro	Defendem medidas políticas que assegurem que o investimento de Alqueva gere mais-valias para a comunidade	A favor	<i>Por Alqueva - Alavanca para o desenvolvimento do Alentejo.</i>
25-9-01	24 Horas	Abaixo-assinado pelo Alqueva	Pezarat Correia, Helena Roseta, Ilda Figueiredo, Galopim de Carvalho, João Cutileiro	Defendem medidas políticas que assegurem que o investimento de Alqueva gere mais-valias para a comunidade	A favor	<i>47 000 portugueses subscreveram o abaixo assinado em defesa de uma barragem de Alqueva que beneficie a comunidade.</i>

Registo de Notícias sobre Alqueva no Período entre Fevereiro de 2001 e Fevereiro de 2002						
Data	Imprensa	Título / Assunto	Actores	Interesses	Posições	Citações
25-9-01	Diário de Notícias	Abaixo - assinado exige projecto para toda a comunidade	Pezarat Correia, Helena Roseta, Ilda Figueiredo, Galopim de Carvalho, João Cutileiro	Defendem medidas políticas que assegurem que o investimento de Alqueva gere mais-valias para a comunidade	A favor	<i>Por Alqueva - Alavanca para o desenvolvimento do Alentejo.</i>
25-9-01	Diário do Sul	Arte Rupestre - Polémica sobre Alqueva promete continuar	---	---	---	---
25-9-01	Diário do Sul	Abaixo - assinado exige projecto para toda a comunidade	Pezarat Correia, Helena Roseta, Ilda Figueiredo, Galopim de Carvalho, João Cutileiro	Defendem medidas políticas que assegurem que o investimento de Alqueva gere mais-valias para a comunidade	A favor	<i>Por Alqueva - Alavanca para o desenvolvimento do Alentejo.</i>
26-9-01	Correio da Manhã	Nova reforma -agrária vai ser chumbada	PCP	---	A favor	---
26-9-01	Diário do Sul	Mostrar trabalho no Alentejo	Governo - Ministro da Agricultura	---	---	---
27-9-01	Diário do Sul	Alqueva e algodão em destaque	---	---	---	---
27-9-01	Público	PCP insiste hoje na reestruturação fundiária do Alqueva	PCP	Criação de um verdadeiro banco de terras	A favor	<i>A opção do governo é uma mão cheia de nada, um banquinho de terras sem pernas, uma fraude.</i>
27-9-01	Público	Nas planícies do Alentejo também se cultiva o algodão	---	---	---	---
27-9-01	Correio da Manhã	Alqueva começa a regar na próxima campanha	---	---	---	---
28-9-01	Jornal de Notícias	Maioria votou contra nova reforma agrária no Alqueva	---	---	---	---
28-9-01	Diário de Notícias	Alqueva sem reestruturação fundiária	---	---	---	---
28-9-01	Público	Assembleia chumba Alqueva à PCP	---	---	---	---

Registo de Notícias sobre Alqueva no Período entre Fevereiro de 2001 e Fevereiro de 2002						
Data	Imprensa	Título / Assunto	Actores	Interesses	Posições	Citações
28-9-01	Imenso Sul	Especialistas internacionais contra enchimento de Alqueva	UISPP - União Internacional das Ciências da da Pré-História e Proto-História	Adiamento do fecho das comportas para melhor avaliação das gravuras rupestres	Contra	—
29-9-01	Expresso	Gravuras de Alqueva só até ao fim do ano	IPA - Instituto Português de Arqueologia	—	—	—
1-10-01	Diário do Sul	Maioria rejeita lei de reestruturação fundiária de Alqueva do PCP	—	—	—	—
1-10-01	Público	Demolição da fábrica do papel já começou	—	—	—	—
1-10-01	A Planície	Alqueva: Um instrumento de Transformação	CGTP	Defendem a construção de todo o empreendimento de Alqueva, em tempo útil	A favor	<i>Para Alqueva ser verdadeiro e não ficarmos com um Alquevazinho.</i>
3-10-01	HOY	Adenex- Freno a Alqueva en Bruselas	ADENEX - ONGA espanhola	Defende que a albufeira só deve atingir a cota 139	Contra	—
3-10-01	Água e Ambiente	Ambientalistas europeus exigem enchimento faseado do Alqueva	EEB - European Environmental Bureau	Defende a interdição da desmatação acima da cota 139	Contra	—
4-10-01	Diário do Sul	Plano Nacional da Água - Os riscos dos transvases do Guadiana para o Sado	Quercus	Defende a integridade das bacias hidrográficas	Contra	—
10-10-01	Correio da Manhã	Alqueva ao arrepio da PAC	Josep Vergés	—	—	—
12-10-01	A Capital	Alqueva pode dar origem a mais beterraba	DAI - sociedade de Desenvolvimento Agro-Industrial	Defende o aumento da cota de produção de beterraba sacarina, produto a implementar no regadio de Alqueva	A favor	—

Registo de Notícias sobre Alqueva no Período entre Fevereiro de 2001 e Fevereiro de 2002						
Data	Imprensa	Título / Assunto	Actores	Interesses	Posições	Citações
12-10-01	Correio da Manhã	Beterraba revolucionaria Alentejo	DAI - sociedade de Desenvolvimento Agro-Industrial	Defende o aumento da cota de produção de beterraba sacarina, produto a implementar no regadio de Alqueva	A favor	—
15-10-01	Diário do Sul	Alqueva permite aumento da produção de açúcar de beterraba	DAI - sociedade de Desenvolvimento Agro-Industrial	Defende o aumento da cota de produção de beterraba sacarina, produto a implementar no regadio de Alqueva	A favor	—
18-10-01	Diário do Sul	Incontornável Alqueva	Director Regional de Economia - Eng.º Vitor Santos	Defende Alqueva como elemento aglutinador de sinergias	A favor	<i>O Alqueva é um potencial de desenvolvimento enorme quer sob o ponto de vista agrícola, quer sob o ponto de vista turístico, para já não falar da sua capacidade de produção de energia eléctrica.</i>
18-10-01	Diário do Sul	Esculturas de Jorge Camões na Galeria de Arte da EDIA	EDIA	—	—	—
19-10-01	Diário de Notícias	Levantamento concluído nas margens do Guadiana	Presidente do CNART (Centro Nacional de Arte Rupestre) - Martinho Baptista	CNART - Defende a conclusão dos estudos dentro do prazo previsto.	A favor	<i>Se Alqueva encerrasse amanhã as comportas, toda a recolha arqueológica na parte portuguesa estaria completa.</i>
19-10-01	Correio da Manhã	Alqueva recebe críticas	Movimento Cota 139	Defendem adiamento do enchimento de Alqueva	Contra	—
19-10-01	Público	Criticada desmatção em Alqueva	Movimento Cota 139	Defendem adiamento do enchimento de Alqueva	Contra	—
19-10-01	Imenso Sul	Água de Alqueva Ambiente transparente	C. M. Portel - Presidente	Defende a construção de Alqueva e a sua localização baseada em aprofundados e credíveis estudos de tectónica e geodinâmica	A favor	<i>Alqueva é a água com que todos sonhámos, ao longo de tantos anos! É uma realidade que está à porta.</i>
24-10-01	Água e Ambiente	EDIA protege património arquitectónico	EDIA	Proteger e selar as ruínas do Castelo da Lousã	A favor	—

Registo de Notícias sobre Alqueva no Período entre Fevereiro de 2001 e Fevereiro de 2002						
Data	Imprensa	Título / Assunto	Actores	Interesses	Posições	Citações
26-10-01	Diário do Alentejo	Beterraba sacarina, a cultura do futuro?	DAI - sociedade de Desenvolvimento Agro-Industrial	Defende o aumento da cota de produção de beterraba sacarina, produto a implementar no regadio de Alqueva	A favor	—
26-10-01	HOY	Portugal se interessa por la empresa que salva las encinas	Coop. Salvar la Encina	Defende as técnicas e a possibilidade de transplantes massivos de azinheiras no caso de Alqueva	A favor	—
26-10-01	Imenso Sul	Castelo da Lousã a salvo mesmo depois de inundado por Alqueva	EDIA	Proteger e selar as ruínas do Castelo da Lousã	A favor	—
26-10-01	Diário do Sul	Investigação em torno de Alqueva	—	—	—	—
29-10-01	Correio da Manhã	Encontro de pintores na aldeia da Luz em nome da memória do lugar	Rotary Club de Portimão	Promover e mostrar as belezas do local	—	—
29-10-01	Público	Para um bom uso da água e da terra em Alqueva	Vitor Barros - Sec. Est. Desenv. Rural	Revitalizar uma vasta região em declínio	A favor	<i>O interesse público do EFMA resulta das potencialidades que a água, conjugada com outros factores naturais, oferece à reconversão do actual modelo cultural dominante na região (cerealífero), por outro mais mediterrânico, mais adaptado, de maior valor acrescentado e gerador de efeitos multiplicadores na actividade e no emprego nos outros sectores produtivos.</i>
30-10-01	Jornal de Notícias	Castelo da Lousã alvo de intervenção	EDIA	Proteger e selar as ruínas do Castelo da Lousã	A favor	—
30-10-01	Diário Económico	Alqueva fecha comportas em Janeiro	EDIA	—	—	—
30-10-01	Diário do Sul	Sessão Pública de esclarecimento sobre o PROZEA	—	—	—	—
30-10-01	Correio da Manhã	Alqueva fecha comportas em Janeiro	EDIA	—	—	—

Registo de Notícias sobre Alqueva no Período entre Fevereiro de 2001 e Fevereiro de 2002						
Data	Imprensa	Título / Assunto	Actores	Interesses	Posições	Citações
30-10-01	A Capital	Alqueva fecha comportas em Janeiro	EDIA	—	—	—
30-10-01	Público	O Adiamento - Alqueva só fecha comportas em Janeiro	EDIA	—	—	—
31-10-01	Público	Sócrates delimita utilização das áreas da albufeira de Alqueva	Governo - Ministro do Ambiente - José Sócrates	Defende medidas preventivas em termos ambientais e condicionadoras da especulação imobiliária por forma a salvaguardar a qualidade dos recursos naturais.	A favor	<i>O empreendimento vai marcar uma nova etapa na política de ordenamento do território.</i>
31-10-01	Água e Ambiente	Plano de Ordenamento das Albufeiras de Alqueva e Pedrógão em discussão pública até Dezembro	Governo - Ministro do Ambiente - José Sócrates	Defende medidas preventivas em termos ambientais e condicionadoras da especulação imobiliária por forma a salvaguardar a qualidade dos recursos naturais.	A favor	—
31-10-01	HOY	Los grabados rupestres de Alqueva	ADENEX - ONGA espanhola	Defende adiamento do enchimento de Alqueva	Contra	—
31-10-01	Correio da Manhã	Alqueva vai ter zona de turismo	—	—	—	—
31-10-01	Diário do Sul	Alqueva - comportas fechadas em finais de Janeiro	—	—	—	—
31-10-01	Diário do Sul	Ministro apresenta os Planos em conferência de imprensa	—	—	—	—

Registo de Notícias sobre Alqueva no Período entre Fevereiro de 2001 e Fevereiro de 2002						
Data	Imprensa	Título / Assunto	Actores	Interesses	Posições	Citações
1-11-01	Correio da Manhã	Alqueva limita construção	Governo - Ministro do Ambiente - José Sócrates	Defende medidas preventivas em termos ambientais e condicionadoras da especulação imobiliária por forma a salvaguardar a qualidade dos recursos naturais.	A favor	<i>Pela primeira vez no país uma albufeira vai ter o seu plano de ordenamento do território antes do respectivo enchimento. Planos que potenciam o desenvolvimento sustentável da região através de uma disciplinada gestão do território nos 500 metros da envolvente da albufeira.</i>
1-11-01	Semanário	Alqueva fecha comportas em Janeiro	—	—	—	—
1-11-01	Jornal de Notícias	Plano de Alqueva reserva 3% de área para o turismo	C.M. Mourão - Presidente	Defende uma maior abertura à instalação hoteleira em Alqueva	A favor de Alqueva; Contra o Plano de Ordenamento da Albufeira de Alqueva e Pedrógão	<i>A Câmara vai questionar a interdição da caça e as restrições impostas às actividades turísticas. Toda a vida se caçou e a actividade cinegética nunca fez mal à natureza.</i>
1-11-01	A Capital	Governo define regras para zona envolvente da barragem de Alqueva	Governo - Ministro do Ambiente - José Sócrates	Defende medidas preventivas em termos ambientais e condicionadoras da especulação imobiliária por forma a salvaguardar a qualidade dos recursos naturais.	A favor	<i>Alqueva vai marcar uma nova etapa na política de ordenamento do território, realçando-se as medidas preventivas, em termos ambientais.</i>
1-11-01	24 Horas	Alqueva: Governo limita especulação junto à barragem	—	—	—	—
1-11-01	Público	Ministério do Ambiente restringe actividade turística em Alqueva	—	—	—	—
2-11-01	HOY	El PSOE pide se compre una finca com lo cobrado por la expropiación por Alqueva	PSOE - Partido espanhol	Defende o uso do dinheiro adquirido com as expropriações de Alqueva, para a compra de propriedades idênticas às expropriadas	—	—

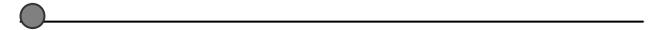
Registo de Notícias sobre Alqueva no Período entre Fevereiro de 2001 e Fevereiro de 2002						
Data	Imprensa	Título / Assunto	Actores	Interesses	Posições	Citações
2-11-01	Diário do Alentejo	Água em Alqueva	—	—	—	—
2-11-01	Jornal do Alentejo	José Sócrates presidiu apresentação POAAP e PROZEA	—	—	—	—
2-11-01	Jornal do Alentejo	Operação de Selagem e protecção	EDIA	—	—	—
2-11-01	Diário de Notícias	Plano para Açqueva corta com passado	Governo - Ministro do Ambiente - José Sócrates	Defende medidas preventivas em termos ambientais e condicionadoras da especulação imobiliária por forma a salvaguardar a qualidade dos recursos naturais.	A favor	<i>Os dois planos de ordenamento representam uma ruptura com o passado.. T-em uma orientação marcadamente conservacionista e ambientalista.</i>
2-11-01	Diário Económico	Turismo com muitas restrições	C. M. Mourão - Presidente	Defende uma maior abertura à instalação hoteleira em Alqueva	A favor de Alqueva; Contra o Plano de Ordenamento da Albufeira de Alqueva e Pedrógão	<i>Não podemos ter apenas em conta os factores ambientais, é igualmente importante pensar nas questões sociais.</i>
2-11-01	Tal e Qual	O Alqueva pode esperar	—	—	—	—
4-11-01	Diário de Notícias	Plano refloresta zona de Alqueva	EDIA - Presidente Adérito Serrão	—	—	—
4-11-01	Diário do Sul	Regadio vai viabilizar beterraba, frutícolas e algodão	EDIA - Adm. Castro Guerra	Defende a implementação de toda a área de regadio prevista	A favor	—
4-11-01	Diário do Sul	Atraso no enchimento pode provocar prejuízo de um milhão de contos	EDIA - Presidente Adérito Serrão	Defende o fecho das comportas na data anunciada	A favor	<i>Um eventual novo atraso no processo de enchimento da albufeira de Alqueva poderá significar um prejuízo de cerca de um milhão de contos.</i>

Registo de Notícias sobre Alqueva no Período entre Fevereiro de 2001 e Fevereiro de 2002						
Data	Imprensa	Título / Assunto	Actores	Interesses	Posições	Citações
5-11-01	Público	Beterraba vai ocupar 70 mil hectares de regadio de Alqueva	DAI - sociedade de Desenvolvimento Agro-Industrial	Defende o aumento da cota de produção de beterraba sacarina, produto a implementar no regadio de Alqueva	A favor	—
5-11-01	Diário do Sul	Esculturas de Jorge Camões na Galeria de Arte da EDIA	EDIA	—	—	—
5-11-01	Diário do Sul	Autarca de Mourão quer menos restrições à actividade turística	C. M. Mourão - Presidente	Defende uma maior abertura à instalação hoteleira em Alqueva	A favor de Alqueva; Contra o Plano de Ordenamento da Albufeira de Alqueva e Pedrógão	<i>Os municípios portugueses correm o risco de ver fugir para a margem espanhola do Guadiana alguns dos investimentos previstos no sector do turismo.</i>
6-11-01	Correio da Manhã	Oliveiras de Alqueva dão azeite em Oeiras	C. M. Oeiras - Presidente	—	—	—
6-11-01	Diário Económico	EDP e Transgás viabilizam nova Portucel Recicla	—	—	—	—
9-11-01	Diário do Alentejo	Alqueva - Planos de ordenamento muito restritivos	Governo - Ministro do Ambiente - José Sócrates	Defende medidas preventivas em termos ambientais e condicionadoras da especulação imobiliária por forma a salvaguardar a qualidade dos recursos naturais.	A favor	<i>Estes Planos são bons para a região, para o ambiente e para o turismo, actividade que deve manter intactos os valores patrimoniais desta zona.</i>
10-11-01	Expresso	Romanos submersos	—	—	—	<i>Ironicamente foi precisa a construção da barragem e a submersão do sitio para ele começar a ser devidamente conhecido.</i>
10-11-01	Público	Plano de Ordenamento do Alqueva criticado no Alentejo	NERBE (empresários) - Presidente / Regiões de Turismo	Defendem o desenvolvimento do turismo em Alqueva e regras menos restritivas à actividade.	A favor de Alqueva; Contra o Plano de Ordenamento da Albufeira de Alqueva e Pedrógão	<i>Querem limitar a galinha dos ovos de ouro do Alqueva e transformar o Alqueva num lago morto e com uso apenas para os patos bravos.</i>

Registo de Notícias sobre Alqueva no Período entre Fevereiro de 2001 e Fevereiro de 2002						
Data	Imprensa	Título / Assunto	Actores	Interesses	Posições	Citações
13-11-01	Diário do Sul	PROZEA "conservador e restritivo" para interesses turísticos	Regiões de Turismo / Autarcas / Empresários	Defendem o desenvolvimento do turismo em Alqueva e regras menos restritivas para o turismo.	A favor de Alqueva; Contra o Plano de Ordenamento da Albufeira de Alqueva e Pedrógão	<i>Há fundamentalismo exarcebado em relação ao ambiente, o que poderá implicar constrangimentos para o desenvolvimento de alguns concelhos, que tinham projectos para valorização patrimonial e histórica que poderão ter de ser alterados ou abandonados.</i>
14-11-01	Revista Exame	Adérito Serrão - Alqueva: Até que enfim!	EDIA - Presidente Adérito Serrão	Defende a implementação de Alqueva e o cumprimento de todos os seus objectivos	A favor	<i>Eu acredito neste projecto. Pode sustentar o futuro da região.</i>
15-11-01	Notícias de Beja	Barragem de Alqueva: comportas fechadas em finais de Janeiro	—	—	—	—
15-11-01	A Planície	Plano de Ordenamento da albufeira de Alqueva e Pedrógão	—	—	—	—
16-11-01	Jornal do Alentejo	Conservador e restritivo para os interesses do Alentejo	Regiões de Turismo / Autarcas / Empresários	Defendem o desenvolvimento do turismo em Alqueva e regras menos restritivas para o turismo.	A favor de Alqueva; Contra o Plano de Ordenamento da Albufeira de Alqueva e Pedrógão	—
16-11-01	Diário do Alentejo	Alqueva: que turismo?	Regiões de Turismo / Autarcas / Empresários	Defendem o desenvolvimento do turismo em Alqueva e regras menos restritivas para o turismo.	A favor de Alqueva; Contra o Plano de Ordenamento da Albufeira de Alqueva e Pedrógão	—
18-11-01	Correio da Manhã	Alqueva muda agricultores	—	—	—	—
18-11-01	Público	Alqueva - Barragem pode rejuvenescer agricultura	Luis Simão - Investigador	—	—	—
19-11-01	Diário do Sul	Pedaço de terra que será sempre "a Luz" das suas gentes	—	—	—	—
19-11-01	Público	Municípios vão receber resíduos de fábrica de celulose e não sabem	—	—	—	—

Registo de Notícias sobre Alqueva no Período entre Fevereiro de 2001 e Fevereiro de 2002						
Data	Imprensa	Título / Assunto	Actores	Interesses	Posições	Citações
20-11-01	Diário do Sul	Barragem do Alqueva pode ajudar a rejuvenescer população agrícola	Luis Simão - Investigador	—	—	—
23-11-01	Água e Ambiente	Barragem de Pedrógão - Seis concorrentes apresentam-se a concurso	—	—	—	—
23-11-01	Diário do Alentejo	Alqueva - Árvores transplantadas	EDIA	—	—	—
23-11-01	Diário de Notícias	Espanhois contestam abate de árvores em Alqueva	Cooperativa Salvar la Encina	Defende o processo de transplante macivo de azinheiras em vez do seu abate	—	—
23-11-01	Diário de Notícias	Barragem de Alqueva: iniciada trasladação do cromeleque do Xerez	EDIA	Promover acções de salvaguarda e salvamento de património cultural	A favor	—
24-11-01	24 Horas	Alqueva: Barragem de Pedrógão já mexe	EDIA	—	—	—
26-11-01	Diário do Sul	Ensaio de Estereofotogrametria laser vão ser aplicados nas gravuras rupestres do Guadiana	EDIA	—	—	—
26-11-01	Diário do Sul	Limpeza da Portucel é pacífica	EDIA - Presidente Adérito Serrão	—	—	—
28-11-01	Jornal de Notícias	Menires do Xarez mudam de poiso	EDIA	—	—	—
29-11-01	Diário do Sul	EDIA apresenta em Portel o Plano de Valorização do Coberto Vegetal na Envolvente das Albufeiras de Alqueva e Pedrógão	EDIA	Compensar a perda de áreas importantes de habitats naturais como montado, galerias ripícolas e matagais mediterrânicos	A favor	—
29-11-01	Diário do Sul	EDIA iniciou transferência do cromeleque do Xarez	EDIA	—	—	—

Registo de Notícias sobre Alqueva no Período entre Fevereiro de 2001 e Fevereiro de 2002						
Data	Imprensa	Título / Assunto	Actores	Interesses	Posições	Citações
29-11-01	Diário de Notícias	Iniciada trasladação do cromeleque do Xerez	EDIA	—	—	—
29-11-01	Público	Salvaguarda de monumentos arqueológicos começou em Alqueva	EDIA	—	—	—
30-11-01	Imenso Sul	Cromeleque do Xerez mudou de sitio	EDIA	—	—	—
30-11-01	Diário do Sul	Autarca de Mourão reclama mais estudos arqueológicos	C. M. Mourão - Presidente	Reclama novos estudos no seu concelho, designadamente na zona da velha vila de Mourão e na igreja matriz da Luz	A favor	<i>Há locais com valor arqueológico que deviam ser estudados antes de a albufeira começar a encher. Todo o património deve ser devidamente salvaguardado.</i>
30-11-01	Diário do Alentejo	Pedrogão avança	—	—	—	—
30-11-01	Público	Descoberto mais um povoado do Calcolítico em Alqueva	—	—	—	—
1-12-01	Expresso	Instituto de Arqueologia cede a Guterres	—	—	—	—
1-12-01	Público	Resíduos da Portucel são o dobro das previsões	—	—	—	—
1-12-01	24 Horas	Alqueva: Ninguém compra terrenos agrícolas	—	—	—	—
1-12-01	Correio da Manhã	Regadio de Alqueva com poucos investidores	—	—	—	—
2-12-01	Correio da Manhã	Impacto do Alqueva estudado à lupa	—	—	—	—
2-12-01	Público	Dez milhões de contos para florestar dez mil hectares em Alqueva	EDIA	Implementar o Plano de Valorização do coberto vegetal	A favor	—
4-12-01	Diário do Sul	Terrenos não estão em saldo nem valem ouro	—	—	—	—
5-12-01	Correio da Manhã	Alqueva guarda Castelo da Lousa	—	—	—	—



Registo de Notícias sobre Alqueva no Período entre Fevereiro de 2001 e Fevereiro de 2002						
Data	Imprensa	Título / Assunto	Actores	Interesses	Posições	Citações
6-12-01	Público	Gravuras rupestres dividem arqueólogos	Presidente do CNART (Centro Nacional de Arte Rupestre) - Martinho Baptista / arqueólogo Manuel Calado	Martinho Baptista defende o valor relativamente reduzido das gravuras rupestres do Guadiana, lado português em contraponto pelo núcleo fabuloso encontrado e estudado do lado espanhol do Guadiana, dando por concluídos e suficientes os estudos e registos agora efectuados/ arqueólogo Manuel Calado contesta a posição anterior e defende o alargamento dos estudos destas gravuras e também aos afluentes do Guadiana.	—	<i>Manuel Calado : "Os argumentos dele não passam de falácias, o relatório até nem fazia falta. Martinho Baptista: "Daqui a pouco acaba tudo à chapada".</i>



Registo de Notícias sobre Alqueva no Período entre Fevereiro de 2001 e Fevereiro de 2002						
Data	Imprensa	Título / Assunto	Actores	Interesses	Posições	Citações
7-12-01	Diário do Sul	Estudos geram diferendo entre arqueólogos	Presidente do CNART (Centro Nacional de Arte Rupestre) - Martinho Baptista / arqueólogo Manuel Calado	Martinho Baptista defende o valor relativamente reduzido das gravuras rupestres do Guadiana, lado português em contraponto pelo núcleo fabuloso encontrado e estudado do lado espanhol do Guadiana, dando por concluídos e suficientes os estudos e registos agora efectuados/ arqueólogo Manuel Calado contesta a posição anterior e defende o alargamento dos estudos destas gravuras e também aos afluentes do Guadiana.	==	==
8-12-01	Correio da Manhã	Útima consoada na aldeia da Luz	==	==	==	==
9-12-01	Correio da Manhã	Desmantelamento de resíduos complicado em fábrica alentejana	==	==	==	==
10-12-01	Correio da Manhã	Odisseia mostra novidades com "Alqueva" em destaque	==	==	==	==
11-12-01	Público	Alqueva estreia produção portuguesa no canal Odisseia	==	==	==	==
11-12-01	Público	Comunidades em redor da aldeia da Luz paradas no tempo	==	==	==	==
13-12-01	24 Horas	Alqueva: enchimento começa já em Janeiro	==	==	==	==

Registo de Notícias sobre Alqueva no Período entre Fevereiro de 2001 e Fevereiro de 2002						
Data	Imprensa	Título / Assunto	Actores	Interesses	Posições	Citações
14-12-01	Jornal do Alentejo	Alqueva - Estudos de gravuras geram polémica	Presidente do CNART (Centro Nacional de Arte Rupestre) - Martinho Baptista / arqueólogo Manuel Calado	Martinho Baptista defende o valor relativamente reduzido das gravuras rupestres do Guadiana, lado português em contraponto pelo núcleo fabuloso encontrado e estudado do lado espanhol do Guadiana, dando por concluídos e suficientes os estudos e registos agora efectuados/ arqueólogo Manuel Calado contesta a posição anterior e defende o alargamento dos estudos destas gravuras e também aos afluentes do Guadiana.	—	—
14-12-01	Correio da Manhã	Investimentos em Alqueva	CITALQUEVA - Centro de Inovação e Iniciativas Turísticas de Alqueva	Defendem a redução das restrições dos planos de ordenamento de Alqueva e da burocracia associada às iniciativas de investimento	—	—
14-12-01	Tal e Qual	Alqueva a conta-gotas	—	—	—	—
15-12-01	Diário Económico	Paredão de Alqueva em Janeiro	—	—	—	—
18-12-01	Diário de Notícias	Obra perde um mês de água	—	—	—	—
18-12-01	Diário de Notícias	Ambientalistas de luto pela natureza abatida	Movimento Cota 139	Defendem adiamento do enchimento de Alqueva e o enchimento apenas até à cota 139	Contra	—

Registo de Notícias sobre Alqueva no Período entre Fevereiro de 2001 e Fevereiro de 2002						
Data	Imprensa	Título / Assunto	Actores	Interesses	Posições	Citações
19-12-01	Diário do Sul	Aldeia da Luz à beira do adeus	—	—	—	—
26-12-01	HOY	Convocan una manifestación contra la presa de Alqueva em Cheles	Alcaide de Cheles	Defende o património natural, cultural e económico da sua região que vais ser prejudicada com o enchimento da albufeira de Alqueva	Contra	—
26-12-01	Público	Aldeia da Luz em acabamentos	EDIA	Promover a mudança da aldeia da Luz em Janeiro	A favor	—
26-12-01	Público	Alqueva - Data incerta para fechar comportas	—	—	—	—
27-12-01	Diário do Sul	Adiado o fecho das comportas	—	—	—	—
27-12-01	Jornal de Notícias	Árvores adultas mudam de casa	EDIA	Salvaguardar algumas árvores oriundas da futura albufeira de Alqueva, através do seu transplante	A favor	—
27-12-01	Correio da Manhã	Ponte de Mourão atrasa enchimento de Alqueva	EDIA	—	—	—
28-12-01	Diário do Sul	EDIA transplanta árvores para futuro Centro de Interpretação Ambiental	EDIA	Salvaguardar algumas árvores oriundas da futura albufeira de Alqueva, através do seu transplante	A favor	—
28-12-01	Euronotícias	Alqueva é um crime ambiental e económico	Quercus	Defendem adiamento do enchimento de Alqueva e o enchimento apenas até à cota 139	Contra	<i>Alqueva é um crime ambiental e económico.</i>
28-12-01	Diário Económico	Turismo em risco de ser desviado para Espanha	—	—	—	—



Registo de Notícias sobre Alqueva no Período entre Fevereiro de 2001 e Fevereiro de 2002						
Data	Imprensa	Título / Assunto	Actores	Interesses	Posições	Citações
28-12-01	Público	EDIA apresenta Centro de Interpretação Ambiental	EDIA	Promover a compensação de impactes através de um projecto inovador na área da educação ambiental e da divulgação do património natural e cultural	A favor	—
29-12-01	A Capital	Quercus considera desmatção de Alqueva facto negativo do ano	Quercus	Defendem adiamento do enchimento de Alqueva e o enchimento apenas até à cota 139	Contra	—
29-12-01	Correio da Manhã	Alqueva na mira dos ambientalistas	Movimento Cota 139	Defendem adiamento do enchimento de Alqueva e o enchimento apenas até à cota 139	Contra	—
29-12-01	Expresso	Alqueva - O fracasso	Analista - Fernando Madrinha	—	—	—
31-12-01	Diário do Sul	O que trás 2002 - Barragem de Alqueva está a chegar	—	—	—	—
31-12-01	Correio da Manhã	Empresa do Alqueva transplanta oliveiras e freixos	EDIA	Salvaguardar algumas árvores oriundas da futura albufeira de Alqueva, através do seu transplante	A favor	—
2-1-02	Notícias de Beja	Barragem de Alqueva está a chegar	—	—	—	—
3-1-02	Diário de Notícias	Centro Ambiental em Alqueva	EDIA	Promover a compensação de impactes através de um projecto inovador na área da educação ambiental e da divulgação do património natural e cultural	A favor	—

Registo de Notícias sobre Alqueva no Período entre Fevereiro de 2001 e Fevereiro de 2002						
Data	Imprensa	Título / Assunto	Actores	Interesses	Posições	Citações
4-1-02	Imenso Sul	Herdade da Coitadinha recebe oliveiras centenárias	EDIA	Promover a compensação de impactes através de um projecto inovador na área da educação ambiental e da divulgação do património natural e cultural	A favor	—
4-1-02	Diário do Alentejo	Mais uma vez a Luz acorda para a mudança	—	—	—	—
4-1-02	Diário do Alentejo	Ambiente - EDIA transplanta árvores de Alqueva	EDIA	Salvaguardar algumas árvores oriundas da futura albufeira de Alqueva, através do seu transplante	A favor	—
4-1-02	Correio da Manhã	Chuvas de Inverno passam ao lado de Alqueva	—	—	—	—
4-1-02	O Independente	Aldeia da Luz resiste à moeda única	—	—	—	—
5-1-02	Diário de Notícias	Espanhois contestam Alqueva	Alcaide de Cheles	Defende o património natural, cultural e económico da sua região que vais ser prejudicada com o enchimento da albufeira de Alqueva	Contra	—
5-1-02	Água e Ambiente	Desmantelamento da Portucel Recicla atrasa enchimento do Alqueva	—	—	—	—
9-1-02	Correio da Manhã	Progresso esquece aldeias de Alqueva	Autarcas das Juntas de freguesia na envolvente e Alqueva	Defendem um investimento do Estado nas suas aldeias similar ao que aconteceu na Luz	A favor	<i>Uns têm tudo, outros não têm nada.</i>

Registo de Notícias sobre Alqueva no Período entre Fevereiro de 2001 e Fevereiro de 2002						
Data	Imprensa	Título / Assunto	Actores	Interesses	Posições	Citações
11-1-02	HOY	Adenex llama a outra manifestación contra Alqueva	ADENEX - ONGA espanhola	Defende o património natural, cultural e económico de toda a região do vale do Guadiana	Contra	<i>O impacto de Alqueva tem dimensões sem precedentes nunca vistas na União Europeia.</i>
11-1-02	Notícias de Beja	EDIA transplanta árvores para futuro Centro de Interpretação Ambiental	EDIA	Salvaguardar algumas árvores oriundas da futura albufeira de Alqueva, através do seu transplante	A favor	—
11-1-02	O Independente	A aldeia que não acendeu a luz	—	—	—	—
13-1-02	Correio da Manhã	Trabalhos do Alqueva perto do fim	EDIA	—	—	—
14-1-02	24 Horas	Alqueva: autarca espanhol lidera protesto	Alcaide de Cheles	Defende o património natural, cultural e económico da sua região que vais ser prejudicada com o enchimento da albufeira de Alqueva	Contra	—
14-1-02	Jornal de Notícias	Oliveiras de Alqueva em adega de Azeitão	EDIA	—	—	—
14-1-02	Diário de Notícias	Cheles quer cota 139 na barragem de Alqueva	Alcaide de Cheles	Defende a redução da cota para salvaguardar o equilíbrio entre o progresso e a protecção do meio ambiente	Contra	—
14-1-02	Público	Manifestação em Espanha contesta Alqueva	Alcaide de Cheles	Defende a redução da cota para salvaguardar o equilíbrio entre o progresso e a protecção do meio ambiente	Contra	—
15-1-02	A Planície	Herdade da Coitadinha acolhe árvores	—	—	—	—

Registo de Notícias sobre Alqueva no Período entre Fevereiro de 2001 e Fevereiro de 2002						
Data	Imprensa	Título / Assunto	Actores	Interesses	Posições	Citações
15-1-02	Diário do Sul	Elisa Ferreira visita barragem de Alqueva	Governo - Ministra do Planeamento	—	—	—
15-1-02	Diário do Sul	Edil de Cheles defende cota 139	Alcaide de Cheles	Defende a redução da cota para salvaguardar o equilíbrio entre o progresso e a protecção do meio ambiente	Contra	—
16-1-02	Diário do Sul	Fecho das comportas previsto para início de Fevereiro	Governo - Ministra do Planeamento	—	A favor	—
16-1-02	A Capital	Barragem de Alqueva fecha comportas em Fevereiro	Governo - Ministra do Planeamento	—	A favor	—
16-1-02	24 Horas	Agora é que vai ser	—	—	—	—
16-1-02	Correio da Manhã	Alqueva fecha comportas em Fevereiro	—	—	—	—
16-1-02	Jornal de Notícias	Barragem de Alqueva enche em Fevereiro	Governo - Ministra do Planeamento	—	A favor	—
16-1-02	Diário de Notícias	Testes "espreitam" Alqueva	Governo - Ministra do Planeamento	—	A favor	—
17-1-02	HOY	Se retrasa outra vez, a febrero, el cierre de las compuertas de la presa de Alqueva	—	—	—	—
17-1-02	Diário do Sul	Moradores da nova Luz recebem Elisa Ferreira com chuva de queixas	moradores da aldeia da Luz	Defendem que a nova aldeia esteja em condições, nomeadamente as casas para se efectuar a mudança	—	—

Registo de Notícias sobre Alqueva no Período entre Fevereiro de 2001 e Fevereiro de 2002						
Data	Imprensa	Título / Assunto	Actores	Interesses	Posições	Citações
17-1-02	Diário do Sul	Mourão pede cuidados no enchimento de Alqueva	C. M. Mourão - Presidente	Defende o enchimento de Alqueva, desde que salvaguardados os interesses de Mourão ,nomeadamente as questões de segurança e o problema da aldeia da Luz	A favor	—
18-1-02	Imenso Sul	Comportas fecham em Fevereiro - Aldeia da Luz pode mudar também em Fevereiro	Governo - Ministra do Planeamento	—	A favor	—
18-1-02	Diário do Alentejo	Comportas vão fechar no princípio de Fevereiro	Governo - Ministra do Planeamento	—	A favor	—
19-1-02	Expresso	Alqueva pronta a encher	EDIA - Presidente Adérito Serrão	—	—	—
19-1-02	Hoteis de Portugal	Alqueva e o Turismo	EDIA - Presidente Adérito Serrão	Defende Alqueva como um instrumento estruturante que potenciará o desenvolvimento económico e social do Alentejo, sendo a valência turística a primeira a poder desenvolver-se criando um espaço de turismo complementar, baseado em elevados padrões de qualidade ambiental, paisagística e cultural.	A favor	<i>Não aproveitar estas novas condições para o desenvolvimento de actividades ligadas à indústria do turismo, seria negar o próprio empreendimento, concebido para funcionar como âncora do processo de desenvolvimento integrado e sustentável de toda a área de influência, diversificando e reforçando o tecido produtivo do Alentejo.</i>
22-1-02	Diário do Sul	Alqueva já vai em 87 milhões	Governo - Ministra do Planeamento	—	A favor	—

Registo de Notícias sobre Alqueva no Período entre Fevereiro de 2001 e Fevereiro de 2002						
Data	Imprensa	Título / Assunto	Actores	Interesses	Posições	Citações
22-1-01	Diário do Sul	Trabalhadores da Portucel exigem nova fábrica	Comissão de Trabalhadores da Portucel Recicla	Defendem a construção de uma nova fábrica de reciclagem de papel em Mourão	—	—
22-1-01	Correio da Manhã	Mourão quer fábrica da Portucel	Comissão de Trabalhadores da Portucel Recicla	Defendem a construção de uma nova fábrica de reciclagem de papel em Mourão	—	—
23-1-02	Diário do Sul	Trabalhadores da Portucel Recicla insistem na construção da nova fábrica	Comissão de Trabalhadores da Portucel Recicla	Defendem a construção de uma nova fábrica de reciclagem de papel em Mourão	—	—
23-1-02	Público	Transvases do Guadiana podem afectar ecossistemas da bacia do Sado	CEAI	Defendem os ecossistemas da bacia do Sado que poderão vir a ser afectados com o transvase do Guadiana, nomeadamente os roazes do estuário	Contra	<i>Podem causar a extinção de numerosas espécies de peixes existentes nas linhas de água da bacia do Sado. Este fenómeno pode também afectar as populações dos mamíferos marinhos como é o caso dos roazes do Sado e de outros ecossistemas que, neste momento, se encontram estabilizados e têm uma dinâmica própria.</i>
24-1-02	Diário de Notícias	A barragem do absurdo	Analista - Diogo Pires Aurélio	—	—	—
25-1-02	Jornal do Alentejo	Trabalhadores da Portucel mantêm reivindicação	Comissão de Trabalhadores da Portucel Recicla	Defendem a construção de uma nova fábrica de reciclagem de papel em Mourão	—	—
25-1-02	Jornal do Alentejo	Autarca de Cheles protesta contra Alqueva	Alcaide de Cheles	Defende a redução da cota para salvaguardar o equilíbrio entre o progresso e a protecção do meio ambiente	Contra	—

Registo de Notícias sobre Alqueva no Período entre Fevereiro de 2001 e Fevereiro de 2002						
Data	Imprensa	Título / Assunto	Actores	Interesses	Posições	Citações
25-1-02	Diário do Alentejo	Alqueva não pode ser o Dom Sebastião	ACOS - Presidente Castro e Brito	Assume a necessidade de a mudança para o regadio ser acompanhada na vertente da transformação dos produtos agrícolas e na captação de mercado para esses produtos.	A favor	<i>O Alqueva é uma esperança para o sector agro-pecuário, mas também para o turismo, energias alternativas e, principalmente, para mudar a mentalidade e a cultura das pessoas - que é um fenómeno que se dá quando aparece água. Quem anda pelo campo sabe que quando aparece uma poça de água, começa a surgir vida à volta.</i>
25-1-02	Tal e Qual	Porcaria de casas	Presidente da Junta de Freguesia da Luz	Garantir que a nova aldeia da Luz cumpra com todas as promessas feitas pela EDIA, antes de efectuar a mudança	---	---
28-1-02	Diário Económico	Governo falha na Portucel Recicla	---	---	---	---
31-1-02	Diário de Notícias	Aldeia da Luz recusa pressões	---	---	---	---
2-2-02	HOY	La presa de Alqueva cerrará sus compuertas el próximo día 8	---	---	---	---
2-2-02	Imenso Sul	Alqueva vai ser tema forte da 19ª Ovibeja	---	---	---	---
2-2-02	Diário do Sul	Fecho de comportas a 8 de Fevereiro	---	---	---	---
2-2-02	Correio da Manhã	Alqueva fecha no próximo dia 8	---	---	---	---
2-2-02	Público	Alqueva encerra as comportas no próximo dia 8	---	---	---	---
4-2-02	Público	Movimento promete contestação ao fecho de comportas de Alqueva	Movimento Cota 139	Evitar o maior desastre ecológico e económico de todos os tempos em Portugal	Contra	<i>As nossas posições vão manter-se pois nada justifica que se encha a barragem à cota 152.</i>
5-2-02	Diário do Sul	Depois de 41 anos de estudos e quatro de obra, barragem fecha comportas	---	---	---	---

Registo de Notícias sobre Alqueva no Período entre Fevereiro de 2001 e Fevereiro de 2002						
Data	Imprensa	Título / Assunto	Actores	Interesses	Posições	Citações
5-2-02	Diário do Sul	Principais datas do empreendimento	—	—	—	—
5-2-02	24 Horas	Comportas vão fechar	—	—	—	—
5-2-02	Correio da Manhã	Alqueva encerra amanhã	—	—	—	—
6-2-02	Diário do Sul	Sexta-feira, pelas onze e meia	—	—	—	—
6-2-02	Jornal de Notícias	Alqueva fecha comportas sexta-feira	—	—	—	—
6-2-02	A Capital	Autarcas temem que as restrições ambientais condicionem o turismo.	C. M. Portel - Presidente	Defende menos restrições para fomentar a actividade turística	A favor	<i>Percebo algumas das restrições, apesar de não estar totalmente satisfeito com os planos de ordenamento. Queria mais atrevimento.</i>
6-2-02	24 Horas	Ecologistas são contra	Movimento Cota 139	Evitar o maior desastre ecológico e económico de todos os tempos em Portugal	Contra	—
6-2-02	Público	Trabalhadores ilegais encontrados nas obras da Aldeia da Luz	—	—	—	—
6-2-02	Público	Alqueva - Omaior lago artificial da Europa começa a encher	—	—	—	—
7-2-02	El Mundo	Últimos dias de Luz	—	—	—	—
7-2-02	Notícias de Beja	Alqueva fecha comportas amanhã, 8 de Fevereiro	—	—	—	—
7-2-02	Jornal do Alentejo	Ambientalistas prometem contestação	Movimento Cota 139	Evitar o maior desastre ecológico e económico de todos os tempos em Portugal	Contra	<i>Este é o maior desastre ecológico e económico de todos os tempos em Portugal.</i>
7-2-02	Jornal do Alentejo	Aldeia da Luz virou local de romaria	—	—	—	—

Registo de Notícias sobre Alqueva no Período entre Fevereiro de 2001 e Fevereiro de 2002						
Data	Imprensa	Título / Assunto	Actores	Interesses	Posições	Citações
7-2-02	Diário do Sul	Alqueva no centro da campanha do PS em Évora	PS	Defender Alqueva como a concretização de um projecto, possível graças à determinação dos governos socialistas	A favor	<i>Alqueva é, de facto, a concretização de um projecto mítico para todo o Alentejo, cuja concretização só foi possível graças à acção determinada dos Governos do Partido Socialista.</i>
7-2-02	Diário Económico	Ambientalistas preparam protesto	Movimento Cota 139	—	Contra	—
7-2-02	Correio da Manhã	Alentejo concretiza sonho - Já só falta água a Alqueva	—	—	—	—
7-2-02	Visão	Alqueva - A guerra das cotas	Movimento Cota 139	Defendem o adiamento do fecho das comportas e o enchimento da albufeira até à cota 139	Contra	<i>Perante este quadro, só podemos interpretar um eventual fecho das comportas a 8 de Fevereiro de 2002 como um acto com fins exclusivamente eleitoralistas, sem fundamentação técnica ou política séria.</i>
8-2-02	Diário do Sul	Alqueva não é problema mas sim parte da solução	EDIA - Presidente Adérito Serrão	—	—	—
8-2-02	Diário do Sul	Governo trava expansão urbanística no Alqueva	Governo - Ministro do Ambiente - José Sócrates	Salvaguardar a qualidade de água da albufeira e as suas margens	A favor	—
8-2-02	Diário do Alentejo	Candidatos a deputado de acordo sobre Alqueva	PS / PSD / CDU	Defendem a concretização e a implementação do empreendimento	A favor	—
8-2-02	Diário do Alentejo	Alqueva - Albufeira começa hoje a encher	—	—	—	—
8-2-02	Semanário	Alqueva arranca finalmente	—	—	—	—
8-2-02	A Capital	Comportas de Alqueva vão ser fechadas em directo	—	—	—	—
8-2-02	A Capital	Autarcas criticam aprovação de Planos de ordenamento sem consulta	Autarquias dos concelhos directamente afectadas pela albufeira	Defendem menos restrições para fomentar a actividade turística	A favor	—

Registo de Notícias sobre Alqueva no Período entre Fevereiro de 2001 e Fevereiro de 2002						
Data	Imprensa	Título / Assunto	Actores	Interesses	Posições	Citações
8-2-02	24 Horas	Barragem de Alqueva começa a encher	—	—	—	—
8-2-02	Jornal de Notícias	Importante é que o Alqueva avance	—	—	—	—
8-2-02	Diário de Notícias	Alqueva vai encher ... A TV	—	—	—	—
8-2-02	Diário de Notícias	Barragem de Alqueva pode alterar vinhos alentejanos	Cooperativa Agrícola Reguengos de Monsaraz	Defende a realização de estudos completos para aferir a influência de uma possível alteração climática no aparecimento de doenças nas vinhas	—	—
8-2-02	Público	Poluição de águas subterrâneas pode comprometer regadio nos Barros de Beja	—	—	—	—
8-2-02	Correio da Manhã	Finalmente há barragem	—	—	—	—
8-2-02	Diário Económico	Televisões e rádios montam palco em Alqueva	—	—	—	—
9-2-02	A Capital	Alqueva já guarda água do Guadiana	Governo	Defende Alqueva como estrutura que contribuirá para contrariar o despovoamento e a desertificação e permitir que o Alentejoso transforme em polo de atracção	A favor	<i>Alqueva não é um mito, é uma realidade. Sinceramente, nunca esperei que fosse numa manhã de nevoeiro que se iniciasse o enchimento de um empreendimento pelo qual os alentejanos esperaram durante décadas.</i>
9-2-02	A Capital	Ambientalistas e trabalhadores da Portucel aproveitam para lavar protesto	Movimento Cota 139	Defendem o adiamento do fecho das comportas e o enchimento da albufeira até à cota 139	Contra	—
9-2-02	24 Horas	Vamos meter água e com orgulho	—	—	—	—

Registo de Notícias sobre Alqueva no Período entre Fevereiro de 2001 e Fevereiro de 2002						
Data	Imprensa	Título / Assunto	Actores	Interesses	Posições	Citações
9-2-02	Diário de Notícias	Alqueva já está a meter água - Terminou o abandono	—	—	—	—
9-2-02	Correio da Manhã	Barragem de Alqueva começa a meter água	—	—	—	—
9-2-02	Público	Meter água no Alqueva é nova palavra de ordem	—	—	—	—
9-2-02	Público	Manifestantes contestam inauguração da barragem	—	—	—	—
9-2-02	Expresso	A barragem da salvação? - Optimismo moderado em Alqueva	—	—	—	—
10-2-02	Diário de Notícias	Expo no Alentejo - Uma nova aldeia feita por medida	—	—	—	—
11-2-02	Diário do Sul	Planos de Ordenamento aprovados sem consulta à comissão de acompanhamento	C. M. Moura - Presidente	Defende menos restrições para fomentar a actividade turística	A favor	—
11-2-02	Diário do Sul	Barragem tem "importância decisiva no abastecimento à região"	C. M. Évora - Presidente	Regularizar o abastecimento público de água no concelho de Évora	A favor	<i>Alqueva tem importância decisiva na resolução dos problemas cíclicos de abastecimento de água às populações do Alentejo.</i>
11-2-02	24 Horas	Milhares visitam Alqueva	—	—	—	—
11-2-02	Jornal de Notícias	Milhares entopem acesso à barragem do Alqueva	—	—	—	—
11-2-02	Diário de Notícias	A angústia do dia da abalada	—	—	—	—
11-2-02	Diário Económico	Alqueva torna-se local de romaria	—	—	—	—
12-2-02	Diário de Notícias	PSD "alimenta" protestos na Luz	C. M. Mourão - Presidente	Defende a barragem como foco de desenvolvimento que exige a união de esforços entre o poder central e o local.	A favor	<i>À aldeia vão chegando ordens do PSD de Lisboa para contestar a mudança.</i>

Registo de Notícias sobre Alqueva no Período entre Fevereiro de 2001 e Fevereiro de 2002						
Data	Imprensa	Título / Assunto	Actores	Interesses	Posições	Citações
13-2-02	A Defesa	Já não era sem tempo!	—	—	—	—
13-2-02	Diário do Sul	Já sonho com a barragem cheia	Analista - Mário Simões	—	A favor	<i>A barragem do Alqueva começou a encher, mais que os benefícios que irá trazer para a nossa terra, foi um sonho que se tornou realidade ...</i>
13-2-02	Diário do Sul	A propósito do encerramento das comportas de Alqueva	PCP	Defende Alqueva como verdadeira alavanca para o desenvolvimento da região	A favor	<i>A Direcção Regional do Alentejo do PCP responsabiliza o Governo pelo risco que o Alentejo e o País estão a correr de Alqueva poder vir a constituir uma oportunidade perdida e da sua inegável valia servir mais para o enriquecimento de uns do que para o progresso social, a criação de emprego e a travagem do processo de despovoamento no Alentejo.</i>
13-2-02	Diário do Sul	Albufeira e fim-de-semana prolongado enchem hotéis de Évora e Beja	—	—	—	—
13-2-02	Diário de Notícias	Alqueva provoca desemprego - Uma das maiores explorações da Península Ibérica vai ficar submersa	—	—	—	—
13-2-02	Correio da Manhã	Alentejanos preparam agricultura pós - Alqueva	—	—	—	—
14-2-02	Notícias de Beja	Alqueva vai fazer "revolução agrícola" no Alentejo	—	—	—	—
14-2-02	Diário de Notícias	Euforia do dia D revela limitações da região	Autarquias dos concelhos directamente afectados pela albufeira	Defendem menos restrições para fomentar a actividade turística	A favor	—
14-2-02	Correio da Manhã	Água já subiu oito metros no Alqueva	—	—	—	—
14-2-02	Visão	O Alentejo que mexe	—	—	—	—

Registo de Notícias sobre Alqueva no Período entre Fevereiro de 2001 e Fevereiro de 2002						
Data	Imprensa	Título / Assunto	Actores	Interesses	Posições	Citações
15-2-02	Imenso Sul	Nasceu um novo elefante branco	Movimento Cota 139	Defendem o enchimento da albufeira até à cota 139.	Contra	<i>Nada nos demove, cota 139.</i>
15-2-02	Diário do Alentejo	Um projecto de Esperança	C. M. Beja - Presidente	Defende Alqueva em todas as suas valências como um projecto que alterará o Alentejo	A favor	<i>Que o Alqueva não comece mal, é o que eu desejo, agora que vai começar a meter água... E com muito orgulho!</i>
15-2-02	Semanário	A barragem das "tormentas"	—	—	—	—
15-2-02	Diário de Notícias	Malas ainda estão por fazer na velha aldeia da Luz	—	—	—	—
16-2-02	24 Horas	Presidente do Alqueva foi por água abaixo	—	—	—	—
16-2-02	A Capital	Adérito Serrão demite-se da EDIA	—	—	—	—
16-2-02	Diário de Notícias	Castelo da Lousa mumificado	—	—	—	—
16-2-02	Público	Fábrica de móveis substitui unidade da Portucel Recicla	—	—	—	—
16-2-02	Jornal de Notícias	Adérito Serrão demite-se da EDIA	—	—	—	—
16-2-02	Correio da Manhã	Adérito Serrão deixa Alqueva	—	—	—	—
16-2-02	Expresso	Intrigante - Uma semana depois da festa, Alqueva fica sem presidente	—	—	—	—
17-2-02	Diário de Notícias	Alqueva "invade" Alentejo	—	—	—	—
18-2-02	Diário do Sul	Agricultura alentejana cativa cidadãos do leste	—	—	—	—
18-2-02	Diário do Sul	Finalmente "Porra"	PS - Carlos Zorrinho	Viabilizar Alqueva	A favor	<i>Do ponto de vista pessoal, este momento histórico enche-me de alegria e orgulho.</i>
18-2-02	Diário de Notícias	Palavra de ordem é investir!	—	—	—	—
18-2-02	Diário Económico	Presidente da EDIA sai em desacordo com o Estado	—	—	—	—

Registo de Notícias sobre Alqueva no Período entre Fevereiro de 2001 e Fevereiro de 2002						
Data	Imprensa	Título / Assunto	Actores	Interesses	Posições	Citações
21-2-02	Correio da Manhã	Barragem de Alqueva vai enchendo devagar.	—	—	—	—
21-2-02	Diário de Notícias	Governo não cede na fábrica de Mourão	—	—	—	—
21-2-02	O Campo	Adérito	Analista - António José Brito	—	—	—
21-2-02	O Campo	Adérito não se revê em Alqueva	—	—	—	—
22-2-02	Diário do Sul	Espanha não vem à procura de água, espera por ela	EDIA - Adérito Serrão	—	—	—
22-2-02	Diário do Alentejo	Quem é que tramou os alentejanos?	PSD - José Raúl dos Santos	—	—	—
22-2-02	Diário de Notícias	Aldeia da Luz e tectos falsos na galeria da Central Tejo	—	—	—	—
22-2-02	Diário de Notícias	Águas turvas em Alqueva	Quercus	Defende que o enchimento se faça apenas até à cota 139 como forma de salvaguardar o património natural do vale do guadiana	Contra	<i>Alqueva corre sérios riscos de se transformar numa ETAR do Guadiana. Depois iremos assistir a um processo de degradação da água que vai transformar a barragem numa grande sopa.</i>
22-2-02	Diário de Notícias	Águas poluídas em Espanha vão abastecer Alqueva	Governo regional da Extramadura - Espanha	—	—	—
22-2-02	Jornal de Notícias	Aldeia da Luz de mudança	—	—	—	—
23-2-02	Diário de Notícias	Autarquia de Cheles cancela proptesto	Alcaide de Cheles	Garantir a máxima compensação financeira para a sua autarquia	Contra	<i>Ainda estão em curso negociações com a EDIA, que poderão beneficiar o município e como tal, é preferível adiar a jornada de luta.</i>
23-2-02	Público	Desmatção no Alqueva destroi floresta em área não programada	—	—	—	—
24-2-02	Correio da Manhã	Turistas enchem aldeia da Luz	—	—	—	—



Registo de Notícias sobre Alqueva no Período entre Fevereiro de 2001 e Fevereiro de 2002						
Data	Imprensa	Título / Assunto	Actores	Interesses	Posições	Citações
24-2-02	Público	Os agricultores não estão preparados para Alqueva	Adérito Serrão	Defende iniciativas empresariais e apoios do Estado	A favor	—
25-2-02	Diário do Sul	O potencial da beterraba na zona de Alqueva	DAI	Defende o aumento da cota de produção de beterraba sacarina, produto a implementar no regadio de Alqueva	A favor	—
26-2-02	Jornal de Notícias	PCP pretende redireccionar valências de Alqueva	PCP	Reforçar a componente agrícola do projecto	A favor	<i>Acredito no desenvolvimento da região com outro aproveitamento do projecto. Na questão agrícola, não gostaria de ver esta região transformada numa nova Almeria.</i>
26-2-02	Diário de Notícias	Primeiro sistema de regadio abre na sexta-feira	—	—	—	—
26-2-02	Diário de Notícias	CDU relança banco de terras	PCP	Reforçar a componente agrícola do projecto	A favor	<i>Aproveitem porra.</i>
26-2-02	Correio da Manhã	Carlos Carvalhas teme pelo futuro de Alqueva	PCP	Reforçar a componente agrícola do projecto	A favor	<i>Acredito no futuro desta região mas com outro aproveitamento e outra direcção.</i>